

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Isabel Cristina Caetano Dessotti

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM:
DO APITO DA FÁBRICA À SINETA DA ESCOLA**

Sorocaba/São Paulo
Agosto/2007

Isabel Cristina Caetano Dessotti

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM:
DO APITO DA FÁBRICA À SINETA DA ESCOLA**

Dissertação apresentada à
Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade
de Sorocaba, como exigência
parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. José Luis Sanfelice

**Sorocaba/São Paulo
Agosto/2007**

Ficha Catalográfica

D49h Dessotti, Isabel Cristina Caetano
História da educação de Votorantim: do apito da fábrica à sineta da escola / Isabel Cristina Caetano Dessotti. – Sorocaba, SP, 2007.
214 f.; il.

Orientador: Dr. José Luís Sanfelice
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2007.
Inclui anexos.

1. Indústria e Educação – Votorantim (SP). 2. Educação – Votorantim (SP) – Aspectos sociais. I. Sanfelice, José Luís, orient. II. Universidade de Sorocaba.

Isabel Cristina Caetano Dessotti

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM:
DO APITO DA FÁBRICA À SINETA DA ESCOLA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

1º examinador:
Profª. Dra. Azilde Lina Andreotti
UNICAMP

2º examinador:
Profª. Dra. Vânia Regina Boschetti
UNISO

Dedico a meu pai, que sempre quis que estudássemos tudo o que ele não pode.

Dedico aos meninos e meninas, entre eles minha mãe, que tiveram a infância roubada pelo trabalho na fábrica.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos da turma de mestrado pelo prazer da convivência e por torcerem pelo apito da fábrica.

Aos professores do curso de mestrado da UNISO pelo muito que aprendi.

As bibliotecárias da UNISO, campus Seminário, pela atenção e paciência dispensadas. Especialmente a bibliotecária Vilma pela gentileza com que me orientou.

Aos amigos que fiz no Gabinete de Leitura Sorocabano, em especial as funcionárias Nilcéia, Taís e Gabriela pela boa vontade com que sempre me atenderam.

A Adolfo Frioli, grande conhecedor da história de Sorocaba, fonte de indicações, doações e empréstimo de material.

Ao meu amigo Nelson Toledo Filho pela amizade e empenho na busca de material.

Especialmente ao Sr. Edimir Messias de Moraes, com quem compartilhei horas prazerosas de conversa, pela disposição e gentileza ao me emprestar seus livros e pelo interesse demonstrado pelo meu trabalho.

As amigas de sempre Ana Maria e Priscila, por dominarem a Língua Portuguesa e terem me ajudado num momento tão importante.

À professora Lucilena Ferraz Netto, Dirigente Regional de Ensino de Votorantim, pela bondade em permitir-me afastar do meu cargo de diretora de escola para a realização deste estudo.

Á professora Vânia Regina Boschetti, que mais uma vez cruzou o meu caminho e a professora Azilde Lina Andreotti que compuseram minha banca examinadora, pela generosidade com a qual contribuíram para o meu trabalho.

Aos meus filhos Vinícius, Elise e Lucas pela ajuda com o computador e Mariana pelos abraços. Ao meu marido pelo carinho e paciência demonstrados nestes anos de estudo.

Sou imensamente grata ao professor José Luis Sanfelice, meu orientador, que me concedeu o privilégio de ser sua orientanda.

Com as coisas do Brasil
Anda o povo aborrecido
Todos falam com razão
Que o país está perdido

A situação não melhora
Porque o governo não quer
Ele só que é o culpado
Diz o marido à mulher

É preciso reagir
E mostrar que o operário
Também é filho de Deus
Tanto ou mais que o milionário

O povo tem muita força
Convém não facilitar
Se ele um dia se levanta
Onde irá isto parar

O governo tem soldado
Cavalaria e canhão
Mas os pobres têm coragem
Força, fé e coração.

(Antonio de Alcântara Machado)

RESUMO

Este estudo buscou construir uma parte da história do Município de Votorantim-SP desde a sua origem em fins do século XIX, ainda integrado ao Município de Sorocaba, até a sua emancipação em 1965.

Deu-se destaque ao Banco União que com seus empreendimentos alterou de forma significativa as características regionais vigentes até então. O apito da fábrica, as chaminés fumegantes, a movimentação dos operários passam a vigorar e a estabelecer as relações sociais.

Estudou-se a trajetória escolar na vila operária de Votorantim surgida a partir da fábrica de tecidos. As escolas seguiam o modelo educacional imposto pela escola republicana que organizou o ensino em escolas isoladas (carregaram as mazelas do tempo do Império) e grupos escolares (incumbência de formar o cidadão republicano moderno). A trajetória educacional da vila operária de Votorantim, iniciada na última década do século XIX, caracterizou-se pelas escolas isoladas e foi contemplada com a criação do Grupo Escolar em 1925.

Utilizou-se na pesquisa fontes primárias e secundárias, tais como: a imprensa, especialmente os jornais da época, que contribuiram para o entendimento do contexto da industrialização e do desenvolvimento da educação nos tempos da República. As principais referências teóricas de apoio foram baseadas nas reflexões formuladas por Souza (1998), Carvalho (1989), Fausto (1976) e Basbaum (1976).

A análise da documentação e da bibliografia disponíveis permite considerar que as relações trabalho e capital se fizeram num misto de dominação e resistência; inserida nesse contexto, a escola republicana foi incapaz de promover eficazmente a educação popular, mas competente para formar o operário subserviente.

Palavras-chave: Indústria e Educação – Votorantim (SP); Educação - Votorantim (SP)
Aspectos Sociais

ABSTRACT

This study it searched to construct a part of the history of the City of Votorantim-SP since its origin in ends of century XIX, still integrated to the City of Sorocaba, until its emancipation in 1965.

It was given to prominence to the Banco União that with its enterprises modified of significant form the effective regional characteristics until then. The whistle of the factory, the smoky chimneys, the movement of the laborers starts to invigorate and to establish the social relations.

It is studied the school trajectory in the laboring village of Votorantim appeared from the fabric plant. The schools followed the educational model imposed for the republican school that organized education in isolated schools (had loaded bad consequences of the time of the Empire) and pertaining to school groups (incumbency to form the modern republican citizen). The educational trajectory of the laboring village of Votorantim, initiate in the last decade of century XIX, was characterized for the isolated schools and was contemplated the creation of the pertaining to school group in 1925.

It was used in the research primary and secondary sources, such as: the press, especially the periodicals of the time, that had contributed for the agreement of the context of the industrialization and the development of the education in the times of the Republic. The main theoretical references of support had been based on the reflections formulated for Souza (1998), Carvalho (1989), Fausto (1976) and Basbaum (1976).

The analysis of the documentation and the bibliography available allows to consider that the relations work and money if had made in a compound of domination and resistance; inserted in this context, the republican school was incapable to promote efficiently popular education, but competent to form the laborer subservient.

Key words: Industry and Education - Votorantim (SP); Education - Votorantim (SP) - Social Aspects

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DA FORMAÇÃO DA VILA OPERÁRIA À SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA:	
1890 A 1965	20
1.1 O Banco União entra em cena: 1890 a 1918	35
1.1.1 Sai de cena o Banco União entra Antonio Pereira Ignácio.....	61
1.1.2 Votorantim se emancipa – 1965.....	63
1.2 A Fábrica de Tecidos Votorantim: dominação, consentimento e resistência .	65
1.2.1 Dominação	66
1.2.2 Consentimento	79
1.2.3 Resistência.....	87
2 A EDUCAÇÃO NA VILA OPERÁRIA DE VOTORANTIM.....	107
2.1 As iniciativas escolares na vila operária de Votorantim nas últimas décadas do século XIX	110
2.1.1 As mudanças na educação a partir do advento da República.....	113
2.2 As iniciativas escolares da vila operária de Votorantim nas duas décadas iniciais do século XX	120
2.2.1 A reorganização didático-pedagógica da escola primária e sua execução .	141
2.2.2 Os operários reivindicam a instrução escolar.....	150
2.2.3 Condições de trabalho e reivindicações do professorado	161
2.2.4 A reforma educacional de Sampaio Dória.....	174
2.3 O Grupo Escolar de Votorantim e outras iniciativas escolares: 1920 a 1926 .	179
2.3.1 As Escolas Reunidas do Votorantim.....	180
2.3.2 Escola Noturna do Grêmio Juvenil dos Moços Católicos.....	185
2.3.3 Escola Maternal e Creche de Votorantim.....	186
2.3.4 O Grupo Escolar de Votorantim.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199

REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE A – Lista de professores que atuaram na vila de Votorantim.....	211
ANEXO A – Programas de ensino das escolas isoladas	212
ANEXO B – Relatório de inspeção sanitária no Grupo Escolar de Votorantim	214

Lista de ilustrações

Figura 1	Capela da Penha	25
Figura 2	Cachoeira de São Francisco	26
Figura 3	Cachoeira da Chave.....	26
Figura 4	Visita do imperador Dom Pedro II ao salto de Votorantim.....	28
Figura 5	Abertura das picadas para construção da estrada de ferro.....	38
Figura 6	Serraria	42
Figura 7	Aspectos da vila da vila operária de Votorantim	44
Figura 8	Vista da Fábrica de Tecidos Votorantim.....	44
Figura 9	Secção de fiação da Fábrica de Tecidos de Votorantim	46
Figura 10	Usina da Light & Power e rio Sorocaba.....	48
Figura 11	Aspectos da Usina	49
Figura 12	Represa de Itupararanga	50
Figura 13	Manchete do jornal Cruzeiro do Sul sobre a greve de 1917	54
Figura 14	Antonio Pereira Ignácio e visitantes (década de 20)	60
Figura 15	Residência dos chefes na Barra Funda	65
Figura 16	Bairro operário da Chave	66
Figura 17	Residência dos chefes de Itupararanga	67
Figura 18	Operários da fábrica de tecidos na vila operária - década de 20	73
Figura 19	Vista frontal do cinema em 1919.....	80
Figura 20	Igreja de São João Baptista	83
Figura 21	Escola Maternal e Creche Votorantim.....	188
Figura 22	Grupo de alunos da creche e escola maternal de Votorantim.....	189
Figura 23	Desfile dos alunos da creche e escola maternal de Votorantim	191
Figura 24	Grupo de alunos da creche e escola maternal de Votorantim	192
Figura 25	Grupo escolar de Votorantim	193
Figura 26	Professor Diógenes de Almeida Marins	195
Figura 27	Alunos do Grupo Escolar de Votorantim	196
Figura 28	Aspectos do cotidiano das operárias da vila do Votorantim.....	197

INTRODUÇÃO

Desde há muito tempo carregava comigo a intenção de pesquisar a história de Votorantim, em especial a sua gênese e talvez até produzir algum material que pudesse contribuir para a preservação da memória da história da cidade. Reforçava esse desejo ao caminhar pela cidade e me deparar com lugares que, no passado, foram significativos para tantas pessoas, que tiveram tanta “vida” e hoje estão destruídos ou descaracterizados, passando despercebidos pelos mais novos. Esse desejo também se deve a minha história de vida: filha de operários nascida num bairro operário.

Com a necessidade de elaborar uma dissertação de mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Sorocaba, surgiu a oportunidade de pesquisar o assunto que não jazia adormecido, mas se mantinha na espera. A despeito de se pretender estudar a história de Votorantim, o recorte principal do estudo está centrado na instituição escolar, permeado pelo poder da Fábrica de Tecidos que se efetivou com rapidez. Foi com a instalação da Fábrica de Tecidos Votorantim que se deu a formação da vila operária onde a fábrica passou a exercer forte poder de dominação, não só na vida das pessoas, como em tudo o que acontecia no lugar. Assim, estabeleceu-se uma relação intrínseca entre o poder da fábrica e a escola que servia aos alunos operários, em especial às crianças, foco deste estudo.

Apesar de a produção acadêmica sobre as instituições escolares já ser significativa, a escolha recaiu sobre esse tema por ter como pano de fundo a relação alunos-operários-fábrica num momento importante da História do Brasil, marcado por rupturas e inovações: a República.

Com a escolha do tema e delimitado o recorte, surgem as primeiras indagações: Como e quando surgiram as primeiras escolas? Quem eram os seus professores? Seus alunos? O que era ensinado? E tantas outras indagações.

Nesse ponto deparei-me com a primeira dificuldade: Em quais fontes deveria buscar a resposta para esses questionamentos? Entendendo como fontes, os registros, enquanto testemunhos dos atos históricos e que são nelas (as fontes) que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p. 6)

Quanto à produção historiográfica de Votorantim há poucos historiadores; na verdade são memorialistas que pecam ao tomar para si a história, guardando-a como patrimônio seu, aquilo que pertence à história de uma cidade. Esta historiografia apresenta-se distante ou distorcida do que provavelmente aconteceu, e a meu ver assume uma visão apologética dos sujeitos. É sabido que a gênese da vila operária de Votorantim se deu com a construção e posterior funcionamento da Fábrica de Tecidos Votorantim que atraiu muitas pessoas, em sua maioria imigrantes europeus. Exatamente num tempo em que o país oferecia ou apenas prometia vantagens a quem resolvesse instalar-se aqui. Entretanto, as condições de vida eram duras e a historiografia local despreza esse contexto, supervalorizando a atuação da fábrica, de seus administradores, que a seu ver eram extremamente paternalistas e a grandeza de seus operários ao se resignarem com a vida que levavam. No entanto, as pessoas que formaram a vila operária não eram nem heróis nem vilões, eram do jeito que tinham de ser. Um outro olhar nessa história é o que se pretende com este trabalho. Essa mesma historiografia ao fazer referências às instituições escolares o faz em rápidas pinceladas, desprezando ou desconhecendo os seus sujeitos.

A própria história da educação brasileira ao proceder os estudos dos períodos e de instituições escolares acaba por generalizar os acontecimentos, como se tudo tivesse acontecido de maneira igual. As escolas, os alunos, os professores, a legislação, as práticas de ensino parecem ser os mesmos em todas as partes. Este trabalho não pretende apresentar histórias de vida, pois não conta com relatos pessoais, mas procura identificar os agentes que construíram essa história, sejam eles os professores, alunos e operários, inserindo-os no contexto da educação da primeira república, sendo a escola entendida como parte integrante de uma estrutura social, devendo, portanto ser estudada na totalidade em que está inserida.(JOMINI, 1990, p. 15).

Na dificuldade de pesquisa se apresentou: a falta de fontes primárias, em sua maioria perdida na grande enchente de 1982. Essa enchente atingiu boa parte do bairro Barra Funda, inundou seções da fábrica de tecidos, do prédio do primeiro grupo escolar, arrastou parte da igreja católica, pois suas paredes não resistiram a força das águas. A região mais afetada pela enchente foi justamente aquela em que se originou a

cidade. Arrastou ainda, alguns moradores que não tiveram tempo de fugir da fúria das águas. Foram tragados os documentos, objetos, pertences, móveis das pessoas, do grupo escolar, do sindicato dos operários, da igreja, enfim, parte da história se foi, restando apenas as lembranças.

A despeito do caminho pouco promissor para a pesquisa que se vislumbrava, insisti, já considerando uma possível alteração do tema de pesquisa. Foi quando apareceu a imprensa, em especial os jornais da época pretendida encontrada no Gabinete de Leitura Sorocabano¹.

A imprensa possibilitou um entendimento do contexto vivido naquela época e do período delimitado para o estudo, ou seja, da última década do século XIX até o ano de 1925, data da criação do Grupo Escolar de Votorantim. A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes. (CAPELATO apud ARAUJO, 2001, p. 95). Dessa forma, este trabalho consiste em pesquisa bibliográfica apoiando-se em publicações da época como: jornais, revistas, almanaques, trabalhos acadêmicos, livros, textos dos memorialistas e outras eventualmente encontradas.

Iniciei a pesquisa propriamente dita, mergulhando nas páginas de dez jornais diferentes, com posicionamentos ideológicos distintos e períodos de circulação variados. Os principais jornais consultados foram:

O 15 de Novembro - O nome revela a sua tendência declaradamente republicana. Era anunciado como “Semanário político, noticioso, humorístico e literário”. Circulou de 1892 a 1908 e contribuiu para a caracterização do período inicial da formação da fábrica e da escola ainda no século XIX.

O Operário - “Orgam de defesa da classe operaria e noticioso”. Começou a circular em julho de 1909 e em seu primeiro editorial já esclarecia que antes mesmo do seu aparecimento fora-lhe atribuída “origem mesquinha”. Deixou de circular em novembro de 1913. Servi-me dele para embasar os aspectos da vida e luta operária.

¹ O Gabinete de Leitura Sorocabano foi fundado em 1867 e desde 1885 ocupa o mesmo prédio na praça central da cidade de Sorocaba. Sua biblioteca abriga milhares de títulos bem diversificados. Conta ainda com um acervo de fotos, documentos e jornais entre outras preciosidades históricas.

Cruzeiro do Sul - Começou a circular em 1903, inicialmente como bissemanário, passando a trissemanário e diário. Está circulando sem interrupções por exatos 104 anos. De tendência republicana no período estudado, se declarava favorável à educação, particularmente apoiando a escola pública e seus professores.

Também foram pesquisados os jornais: O Ypanema, A Voz do Povo, Jornal do Commercio, Gazeta Commercial, O Americano, O Sorocaba e Diário de Sorocaba. Entretanto, a maioria destes jornais teve circulação restrita ao tempo do Império, não conseguindo adentrar ao século XX.

Muito desse material apresenta-se em estado lastimável de conservação devido à ação do tempo, dificultando inclusive o manuseio. O acervo do Gabinete de Leitura Sorocabano começou recentemente a ser digitalizado, o que é uma necessidade premente tendo em vista a riqueza desse acervo.

Os diferentes jornais com posicionamentos políticos diferenciados permitiram uma análise interpretativa dos fatos e dos acontecimentos da época a partir das minhas lentes, recusando a idéia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, imbuída de imparcialidade e de neutralidade diante dos acontecimentos, como se essa imprensa pudesse constituir uma ilha diante da realidade histórica na qual se insere. (ARAUJO, 2002, p. 95).

Delimitado o período de estudo e identificado o tema, recorri a autores que aprofundaram suas reflexões sobre as instituições escolares nos primórdios da República e sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos da industrialização e classe operária nesse mesmo período. Dentre os vários autores destaco:

Rosa Fátima de Souza, em *Templos de Civilização*, aborda a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo no período de 1890 a 1910 em resposta ao projeto republicano de educação popular, identificando os profissionais do ensino, os alunos e as práticas escolares engendradas como os rituais e as tradições.

Marta Maria Chagas de Carvalho, em *A Escola e a República*, realiza um “percurso sobre esse processo de redefinição do estatuto da escola na ordem republicana” centrando-se no projeto político-pedagógico e numa leitura apurada da ação reformadora de Caetano de Campos no final do século XIX.

Boris Fausto, em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, elabora estudo da classe operária como parte integrante de uma história global do país e dessa classe enquanto sujeito de sua história.

Leôncio Basbaum, em *História Sincera da República* não se limita a narrar a história da República brasileira, buscando suas origens e conseqüências; o autor interpreta “sinceramente” essa história.

Com o referencial teórico definido para o trabalho que ora se apresenta, optou-se pela elaboração de uma narrativa, seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos. Esta narrativa não deixa de estar imbuída da minha própria história de vida.

A narração do passado, se for boa, isto é, não só “verdadeira” (quanto aos fatos contados) mas feita com um mínimo de profundidade, é inseparável da simpatia do historiador pelo “vivido” do período a que se referem os acontecimentos por ele narrados, a maneira como os homens dessa época apreenderam e atravessaram o que constitui a matéria da sua narração. Ora, esta simpatia, que permite, se não a restituição, pelo menos *uma* restituição daquilo que desapareceu, é da ordem do afetivo ou do ideológico, ou de ambos. Esta substitui-se à questão explicitamente formulada para construir o laço para o passado e o presente: alimenta este espaço vazio que a profissão de historiador, neste caso consiste em preencher. (FURET, s.d., p. 26)

A elaboração deste trabalho sobre a relação intrínseca entre o poder da fábrica e uma instituição escolar, no caso a escola da vila operária de Votorantim, não está circunscrita a um relato apenas, mas a uma narrativa com interpretações e releituras. Não significa o arremate dessa história, pois este estudo está aberto a revisões, acréscimos e até mesmo ser substituído por novos conhecimentos.

A leitura do passado se dá neste trabalho ao se destacar as atividades do cotidiano da fábrica, da escola, das relações sociais e pessoais, da cultura e de alguns movimentos sociais.

Além dos jornais, almanaques, crônicas e outras publicações, também foi trabalhada, paralelamente, a legislação educacional que é um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização. (AZEVEDO apud MIGUEL, 2004, p.114)

A fim de garantir a fidedignidade dos fatos, procurando sempre contextualizá-los, optei por apresentar as citações, algumas quase na íntegra, mesmo correndo o risco de adotar o discurso da história institucional oficial. Acredito que não o fiz.

Finalmente o trabalho agora apresentado, estrutura-se em dois capítulos. O primeiro aborda a formação histórica do município de Votorantim até a sua emancipação política ocorrida em 1965, fazendo breve histórico sobre as origens de Sorocaba, a fim de facilitar a compreensão do leitor para o momento em que Votorantim entra em cena com a instalação da fábrica de estamperia. A partir daí apóia-se em dois eixos. O primeiro eixo trata da administração da fábrica pelo Banco União de S. Paulo e por Antonio Pereira Ignácio, contemplando a formação da vila operária; o aparente progresso da fábrica enquanto propriedade do Banco União, e a falência deste. Segue com a ascensão de Pereira Ignácio no comando da mesma que preparou o terreno para a formação do atual Grupo Votorantim.

O segundo eixo enfoca as relações de trabalho e convivência entre a fábrica e os operários que se constituíram a partir de uma tênue divisão de dominação, consentimento e resistência. A dominação da fábrica foi o que prevaleceu quase o tempo todo se manifestando ora de maneira explícita, ora dissimulada. O consentimento dessa dominação se confundia em resignação tendo em vista as vicissitudes da vida operária. A resistência a essa dominação marcou a trajetória operária assinalando a significação social pretendida pela classe operária em formação. Enfoca ainda, assuntos pouco ou nada mencionados na historiografia “oficial” de Votorantim.

O segundo capítulo trata da educação na vila operária de Votorantim, inserida no contexto educacional republicano. Percorre o trajeto da escola da vila operária desde as primeiras iniciativas até a criação do Grupo Escolar e o faz de maneira particularizada, porém contextualizada com o todo educacional, identificando as condições de trabalho dos professores, a aplicação na prática dos métodos de ensino propostos, a legislação educacional vigente e suas conseqüências. Vale ressaltar o ineditismo da pesquisa ao apresentar em alguns momentos os nomes dos alunos em suas apresentações em eventos escolares e seus desempenhos por ocasião dos exames finais. Numa confirmação de que a história é feita por pessoas comuns e não por heróis.

Este trabalho não arroga para si a construção da verdadeira história da educação na vila operária de Votorantim. Pelo contrário, está aberto a outras indagações e novos olhares. Tem como única pretensão desvendar parte do que ainda não se sabe da vila operária de Votorantim, a partir de um outro olhar e de outras interpretações que são decorrência das minhas possibilidades de construção enquanto pesquisadora.

1 DA FORMAÇÃO DA VILA OPERÁRIA DE VOTORANTIM À SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: 1890 A 1965

Este capítulo tratará da história do município de Votorantim-SP desde os seus primórdios até o ano de 1965, quando conquistou sua emancipação política e desmembrou-se do município de Sorocaba-SP ao qual pertencia. Portanto, a trajetória de formação das duas cidades é a mesma. Com o decorrer do tempo, em especial a partir do advento da industrialização, Votorantim começou a se distanciar de Sorocaba para escrever sua própria história, que culminou com a sua emancipação política. Os fatores que levaram a isso também serão retratados neste trabalho.

O início da história de Sorocaba e conseqüentemente de Votorantim remonta aos tempos do Brasil-colônia, mais precisamente a época das Capitâneas. Pelo tempo decorrido, pelo desaparecimento de documentos, pela imprecisão nos registros, encontram-se muitas vezes informações controversas sobre o princípio da povoação. Assim, optou-se em balizar os dados históricos referentes a esse período nos documentos transcritos no Almanaque Ilustrado de Sorocaba de 1914 e nos estudos da História de Sorocaba feitos por Aluisio de Almeida², todavia sem desprezar outras fontes. O Almanaque Ilustrado esclarecia ao leitor que as notas históricas da cidade e do princípio de sua povoação foram extraídas de livros velhos dos arquivos da Câmara Municipal de Sorocaba e do Mosteiro de São Bento, sendo que alguns estavam inutilizados pela ação do tempo e que muitos documentos já não existiam; porém, foram copiados por Manoel Joaquim d'Oliveira, em 1834, "e vão aqui transcriptas com algumas observações do mesmo copista". (Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914, p. 140)

A historiografia acima referida conta que a primeira povoação na região de Sorocaba deu-se por volta de 1589, com Afonso Sardinha e seu filho homônimo, em local próximo ao morro Araçoiaba ou Ipanema ao encontrarem um tipo de metal que entenderam ser prata. Tratava-se na verdade, de uma jazida de magnetita, um óxido natural de ferro magnético. Como para a época o metal encontrado não tinha valor, a

² Aluisio de Almeida é considerado o maior estudioso da história de Sorocaba

povoação não vingou.

Por volta de 1654, com a chegada de Baltazar Fernandes, acompanhado de sua numerosa família e 370 índios administrados, vindos da região de Santana do Parnaíba, foi se formando outro povoado não muito distante do primeiro.

Nesse tempo, fixou-se, também, na região além do morro Ipanema, junto a foz do Sarapuí, Braz Esteves Lemes ou Braz Tevês e seu genro, Paschoal Moreira Cabral. Este último, fixou-se em Itapeva, na serra que posteriormente passaria a ser denominada Serra de São Francisco (hoje, município de Votorantim) sendo a ele creditada a fundação de Votorantim.

Baltazar Fernandes estabeleceu uma fazenda na região do Lajeado, no morro Araçoiaba, voltada para o abastecimento interno das futuras expedições que por ali passariam, que tinham como finalidade a caça de índios e a descoberta de minas. Como o seu intento era elevar aquele povoamento à condição de vila, construiu uma capela que dedicou a Nossa Senhora da Ponte e para garantir maiores condições para essa elevação, doou-a aos padres beneditinos de Santana do Parnaíba. Construiu um dormitório com quatro celas, dispensa, cozinha e refeitório e ofereceu aos monges doze escravos índios para o serviço de sacristia, uma moça cozinheira, doze vacas, um touro, um moinho e uma vinha. Em contrapartida, os religiosos de São Bento comprometeram-se a rezar doze missas por ano e mais uma no dia da festividade de Nossa Senhora da Ponte. (Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914, p. 145)

A posição geográfica de Sorocaba, e tendo o rio de mesmo nome como afluente do rio Tietê, favoreceu as incursões para os campos do sul e oeste. Paschoal Moreira Cabral, o filho, nascido na Serra de São Francisco, e André de Zunega trouxeram do sertão, entre 1684 e 1685, grande quantidade de “selvagens”. Em 1715, Paschoal Moreira Cabral rumou para o que seria hoje o Mato Grosso, e descobriu uma rica jazida de ouro às margens do rio Coxipó-Mirim. Essa descoberta deu início a um povoamento que posteriormente viria a ser a cidade de Cuiabá.

Com a descoberta das minas no século XVIII, houve uma verdadeira “febre”. Os senhores de engenhos, roceiros, criadores de gado e outros, abandonavam tudo e acorriam para a região das minas. Como resultado desse desvario, chegou-se a ter períodos de intensa fome em plena prosperidade, pois os mineiros desprezavam o

cultivo da terra e o próprio transporte de víveres. O transporte terrestre nessa época dependia das mulas que eram animais mais resistentes ao relevo acidentado da região das minas. Além da mineração, o comércio de animais para transporte passou a ser uma importante atividade geradora de renda.

Por volta de 1730, Cristóvão Pereira de Abreu, “português, homem de arrojadas iniciativas, que morava em Minas, no Rio, na Colônia do Sacramento, em toda parte” (ALMEIDA, 1969, p. 66) trouxe uma tropa de aproximadamente 800 animais entre mulas e cavalos para serem vendidos em Sorocaba. A posição geográfica de Sorocaba era estratégica para o caminho das tropas que vinham do sul e depois seguiam para a região das minas.

Numa segunda viagem, veio acompanhado de 130 tropeiros e trouxe 3000 animais. A vinda das tropas vai se sucedendo. Nascia, assim, a Feira de Muares de Sorocaba que durante 150 anos foi referência no comércio de tropas em todo o país. Os campos de Sorocaba facilitavam a demora das tropas e a espera de negócio que aconteciam de abril a junho. A implantação do Registro de Sorocaba, por volta de 1750, comprovou que o número de cabeças trazidas à vila era significativo, pois aumentou consideravelmente a arrecadação da pobre província de São Paulo e em longo prazo possibilitou gerar recursos financeiros que dariam origem à atividade industrial. Até mesmo a reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, teve contribuição dos impostos oriundos do Registro de Sorocaba. (STRAFORINI, 2001, p. 55)

Em 5 de fevereiro de 1842, Sorocaba alcança a provisão de cidade e na década seguinte o número de animais comercializados na feira já beirava os 100 mil.

Nos dez meses em que não havia feira, aqueles que não negociavam com animais dedicavam-se ao fabrico de arreios em couro, pano, metal e prata, ou teciam redes para serem vendidas na época da feira. A cada ano a feira se prolongava mais. Napoleão Baldy (1895, p. 1) relata sobre a feira em seu auge, num artigo publicado no jornal O 15 de Novembro:

[...] era extraordinário o concurso de povo que affluia por essas occasiões ás feiras de muares e senão me engano o numero de animais vindos ao mercado chegou a elevar-se a 62.000.
Seria difficil descrever o comercio que durante as feiras existia; o numero de mulheres que de todos os pontos ali concorriam, primando por um luxo

exagerado, as mezas de jogo em que se perdiam enormes quantias, no jogo chamado *lasquinet*, em que tanto primava o sr. Pinto, proprietário do primeiro hotel da cidade, as brigas, gritos, brinquedos inconvenientes, discussões sobre os partidos ximangos e cascudos até roubos. Esse tempo vertiginoso passou e, hoje as feiras passam despercebidas.

A partir de 1865, começa a declinar o número de animais, chegando à casa dos 50 mil. Os noticiários impressos da época informavam sobre o movimento da feira, comparando com o tempo das boas vendas:

No dia 6 do corrente abriu-se a feira, vendendo o dr. Olivério Pilar a primeira tropa a razão de 80\$000, e fechou-se hontem, sendo a ultima vendida a 75\$000. Os preços oscilaram de 80 e 50\$000 não excedendo nem baixando. Vieram ao mercado 14.900 bestas, das quaes foram vendidas 13.170 voltando para as invernadas 1.730. Pode-se em these dizer que a feira esteve má: affluiram muitos compradores, mas o alto preço do gênero impediu a negociação: as vendas realizadas, foram em commum em dous pagamentos: a metade á vista e metade em 11 mezes de prazo.(GAZETA COMMERCIAL, 28 abr 1875, p. 2)

A vila de Sorocaba não vivia apenas da feira de muares, mas dedicava-se também a atividades agrícolas, como o cultivo do algodão arbóreo, que na região era nativo. Em sua viagem à província de São Paulo por volta de 1819, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire fez menção ao algodão de Sorocaba, esclarecendo que o “algodão que produzem é de baixa qualidade [...] Não é a agricultura que constitui a riqueza de Sorocaba, e sim o comércio de muares, ainda não domesticados, comércio de que a cidade é verdadeiramente o entreposto”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 251)

O algodão arbóreo nativo, ao ser podado, florescia até três vezes e dele se fiavam fios grossos para panos grossos. Por suas fibras serem curtas, geralmente era empregado na confecção de roupas para os escravos e redes.

Em 1852, Manoel Lopes de Oliveira, pela primeira vez em toda a província de São Paulo, montou uma fábrica de tecidos com recursos próprios, instalando fusos e teares de madeira e utilizando como matéria-prima, o algodão arbóreo. A produção diária de fios não ultrapassava os oito quilos. Após quatro anos de sua instalação e ainda incompleta em seu projeto, parou de funcionar. Sobraram fatores para o insucesso: a falta de experiência nesse ramo por parte de Manoel Lopes, que não

dispunha de assistência especializada de técnicos estrangeiros (erro esse que não foi cometido posteriormente quando da instalação de outras fábricas) e nem mão-de-obra especializada para operar os equipamentos, já que utilizava mão-de-obra escrava.

Na visão preconceituosa de pessoas da época, o fracasso da iniciativa foi atribuído não à má qualidade do algodão; mas sim, a falta de inteligência dos escravos para operar as máquinas. Como a primeira fiação e tecelagem montada em Sorocaba, após a tentativa frustrada de Manoel Lopes de Oliveira, empregou apenas mão-de-obra livre assalariada e obteve êxito, foi corroborada a idéia da inépcia do escravo negro na indústria. No entanto, o escravo não poderia arcar com o ônus desse fracasso. A estrutura econômica do país não permitia o desenvolvimento da indústria. Segundo Basbaum, a estrutura caracterizava-se pelo predomínio de propriedades agrárias, num misto de sistema burguês-feudal-escravagista que impedia a criação de um mercado interno. A utilização da mão-de-obra escrava tornava a produtividade mínima e com isso a produção era cara. Para o escravo, independente do tipo de atividade (agrícola ou industrial), a sua situação não alterava, pois, continuava sendo escravo.(BASBAUM, 1986, p. 135)

Com a Guerra da Secessão dos Estados Unidos, a Inglaterra necessitando de algodão para suas fábricas propagou as sementes de algodão herbáceo para várias partes do mundo. Essas sementes plantadas em solo sorocabano tiveram fácil adaptação e a primeira colheita deu-se em 1862. Nesse tempo já funcionavam máquinas de descaroçamento a vapor, mas faltavam profissionais competentes para a manutenção e conserto dessas máquinas, o que gerava muitos transtornos para a produção. Nessa época, chega a Sorocaba Luis Mateus Maylasky que conhecia os mecanismos de funcionamento dessas máquinas e rapidamente se tornou incentivador da cotonicultura e da importação de máquinas descaroçadoras de algodão. Maylasky, homem de visão e bem a frente de seu tempo, entendeu a necessidade de Sorocaba ter uma estrada de ferro e passou a defender essa idéia. Em 1872, o jornal “O Americano” chama a atenção do público para as festas de inauguração da via férrea Sorocabana, descrevendo com riqueza de detalhes todo o acontecimento, que contou com a presença do presidente da província e de outras autoridades. Entretanto, se tratava do início dos trabalhos de construção da mesma. As festividades duraram dois

dias, com a presença maciça da população, bandas de música que se alternavam em apresentações ininterruptas e cujo ápice se deu quando o presidente da província lançou mão de uma pá e enchendo um carrinho de terra, caminhou por alguns metros no local que posteriormente daria lugar a estação. Com esse ato simbólico, que fora lavrado em ata, estava marcado o início dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Sorocabana que foi inaugurada em 10 de julho de 1875.(O AMERICANO, 18 jun 1872, p. 1)

A estrada de ferro proporcionou o transporte mais rápido de pessoas e mercadorias, além do encurtamento das distâncias. Mas, acelerou ainda mais o declínio da Feira de Muões que veio a desaparecer por completo em 1897, em virtude da epidemia de febre amarela que assolou Sorocaba nesse ano, afugentando os compradores. Começava então a despontar a indústria, principalmente a têxtil, em razão do aumento da produção de algodão.

Nesse cenário ora apresentado, deu-se o aparecimento de Votorantim. Segundo Aluísio de Almeida, a palavra Votorantim foi impressa pela primeira vez, somente após a viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1819, quando este visitou a cachoeira com esse nome e registrou suas impressões sobre ela. A palavra Votorantim é corruptela dada pelos índios guaranis a Ibitirantinga, algo semelhante a “Cascata Branca” ou “monte de água branca”.

O aparecimento de Votorantim se constituiu efetivamente com a instalação da fábrica de tecidos. Anterior a esse fato, a região era formada por alguns sítios onde se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar, mas não em grande escala.

Em 1679, conforme o livro do tombo da catedral de Sorocaba apontado por Aluísio de Almeida, Paschoal Moreira Cabral, o pai, ergueu a capela de Nossa Senhora do Pópulo, no Itapeva, região da serra. Nessa capela foi colocada, talvez por seu dono uma imagem de São Francisco, que com o tempo passou a dar nome a serra. O local onde foi erguida a capela, passou a ser chamado de Sítio do Itapeva, que na língua indígena significa “Pedra Chata”. Dessa capela nem ruínas restaram. Além da capela, Paschoal Moreira, construiu uma casa-grande e iniciou o plantio da cana-de-açúcar, montando uma moenda no local.

Outra capela foi construída em data não muito precisa e recebeu o nome de Capela da Penha. A primeira referência feita a essa capela é de 1724, data da sua reconstrução.



Fig. 1 – A capela da Penha
Fonte: site Prefeitura Municipal de Votorantim

Em 1724, já havia caído as paredes da primeira capela da Penha “nos morros suburbios desta vila”. Em 12 de março daquele ano André Domingues Vidigal, declarou em cartório haver recebido de João Antunes Maciel a quantia de 1:400\$000 para reconstruir a nova capela sobre os alicerces da antiga, com licença do revdmo...

Os muros seriam de taipa de pilão “ a dita capela há de ter sua sacristia e púlpito e toda a madeira necessária”. Três portas, a cumeeira coberta de telhas os caibros lavrados. Timóteo de Oliveira se obrigava a assistir com dois negros e, não o fazendo pagaria 22\$000. André Domingues Vidigal devia dar pronta a obra em um ano. (ALMEIDA, 1970, p. 4)

Outros sítios foram se formando e espalhando-se pela região. Alguns períodos da história e de seus moradores se perderam, ficando lacunas nessa trajetória. É sabido através de pesquisas feitas nos cartórios, principalmente pelos escritos de Aluísio de Almeida, que o sítio Itapeva veio a pertencer a Mathias de Madureira Calheiros e dona Gertrudes de Almeida, sendo posteriormente herdado por seu filho Cláudio de Madureira. O capitão-mor Cláudio foi casado com dona Ângela de Siqueira e deixou vários filhos, entre eles o último capitão-mor de Sorocaba, Manuel Fabiano de Madureira.

Com a morte do capitão Manuel Fabiano de Madureira, em 1847, consta de seu inventário, segundo Aluisio de Almeida, que ele possuía o sítio Itapeva, e dividia-o com dona Maria Floriana de Madureira e Máximo de tal. No sítio havia em pleno funcionamento um engenho com: cilindros de ferro, seis caixões de açúcar, treze formas, quatro canoas (cochos para garapa azeda), dois alambiques, três caldeiras de cobre, etc. Deixou os filhos: Maria Leopoldina e Ana Joaquina (casadas), Ângela, Manoel Fabiano, Francisca Cândida, Cláudio, Antonio e Benjamin. Nesse sítio além da cana-de-açúcar começou a ser explorada a cal.³ Esse sítio fez parte das aquisições efetuadas pelo Banco União, que será detalhado mais adiante.

Até o final do século XIX, havia apenas alguns sítios com produção voltada basicamente para a subsistência e a exploração da cal. As caieiras dos Madureiras, em 1792, exportaram cal para a construção da Câmara na capital. (ALMEIDA, 1978, p. 4) Amiúde apareciam anúncios nos jornais sobre a venda da cal “de superior qualidade, por menos de 100 mil réis por alqueire” no sítio dos Madureira de propriedade de dona Ângela Maria de Madureira (O SOROCABA, 10 dez 1872, p. 2).

Votorantim era mais conhecida pelas belezas naturais e principalmente pelas cachoeiras existentes no rio Sorocaba que vinham desde o alto da Serra de São Francisco.



Fig. 2 – Cachoeira de São Francisco

Fonte: site Prefeitura Municipal de Votorantim



Fig. 3 – Cachoeira da Chave

³ Nessas caieiras foi construída em 1936 a Fábrica de Cimento VOTORAN, que foi por muito tempo a maior fábrica de cimento da América do Sul. Essa fábrica em atividade até hoje, pertence ao Grupo Votorantim e foi a pioneira do grupo nesse ramo.

O rio Sorocaba atravessa o município de Votorantim e vem desde a represa de Itupararanga, que em tupi-guarani corresponderia a “águas barulhentas”, situada na serra de São Francisco. Esse primeiro trecho é bastante acidentado em virtude do relevo montanhoso, resultando numa seqüência de saltos⁴ que além da beleza, favoreceram a instalação das fábricas a partir da construção de represas, sendo a maior e mais importante a de Itupararanga.

Seguindo uma ordem decrescente, o último salto é o da atual cachoeira da Chave que antes da construção da fábrica era o famoso salto do Votorantim. (SANTOS JR, 2004, p. 24) A beleza dos saltos era indescritível. O salto do Votorantim foi recomendado por Auguste de Saint-Hilaire (1976, p. 264), em 1820, no seu livro “Viagem à Província de São Paulo”. Diz o naturalista francês:

“...fomos visitar, a uma légua acima de Sorocaba, uma cascata formada pelo rio do mesmo nome, mais bonita ainda que a de Ytu. Após descrever uma curva fechada, o rio se despeja de repente de uma altura considerável, caindo sobre um amontoado de rochas. As águas espirram, espumantes, e logo em seguida escoam mansamente por entre as duas margens cobertas de matas virgens. Enormes árvores estendem seus ramos por sobre a cascata: ... percebendo-se por entre os ramos ... um pequeno filete de água, que se desvia do rio, fazendo girar a roda de um moinho.

Em 1827, o salto do Votorantim foi retratado por Jean B. Debret. A cachoeira de Votorantim aparece em telas de José Ferraz de Almeida Junior, exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo, e de Miguel Dutra, fazendo parte do acervo do Museu Paulista. Em termos de produção artística quem mais retratou Votorantim foi Ettore Marangoni. Nascido na Suíça, filho de pais italianos, Marangoni chegou a Votorantim na companhia dos pais, ainda criança, e trabalhou por muitos anos na fábrica de tecidos⁵.

Em 1846, o imperador D. Pedro II, ainda muito jovem, em visita a Sorocaba dirigiu-se ao salto de Votorantim e retornou em novembro de 1886, praticamente no ocaso da monarquia.

⁴ Em recente levantamento publicado pelo jornal Cruzeiro do Sul constatou-se a existência de 110 cachoeiras na região da Serra de São Francisco, em Votorantim (CRUZEIRO DO SUL, 8 dez 2006, p. 8)

⁵ Ettore Marangoni, pintor e escultor muito talentoso, ainda criança começou a trabalhar na fábrica de tecidos. Posteriormente contribuiu com Aluísio de Almeida relatando sua história vivida na vila de Votorantim e ilustrando os escritos do autor. Produziu muitas telas sobre a história de Sorocaba e Votorantim.

Em 1874, veio o Conde D'Eu, que retornou em 1881, acompanhado da princesa Izabel. As autoridades e pessoas importantes que vinham a Sorocaba freqüentemente estendiam a visita até o salto de Votorantim.



Fig. 4 – Visita do imperador D. Pedro II ao salto de Votorantim (Tela de Ettore Marangoni, 1978)

Nas últimas décadas do século XIX, Votorantim começou a despontar como possibilidade econômica para Sorocaba. O salto deixa de ser reconhecido apenas por sua beleza. Aqueles com visão de futuro, conhecedores das mudanças do mundo pós-revolução industrial viam nele um grande potencial hidráulico para mover uma fábrica.

Em dezembro de 1874, Francisco Assis Machado, proprietário da Fazenda Votorantim, lançou através da imprensa um convite a quem se interessasse pela criação de uma associação comanditária com a finalidade de fundar-se uma fábrica de tecidos. Enumerava as vantagens de tal empreendimento e entre elas ressaltava o “fundo humanitario que tem essa associação – qual seja o de dar trabalho honesto e facil a muitas famílias pobres que perecem a falta dele”. Esclarecia ainda:

O capital social é de 100:000\$000 distribuído em acções de 200\$000. Deve ser estabelecido no lugar denominado Votorantim, onde faz o rio Sorocaba uma queda magestosa. Aproveitar essa imensa mole de águas para tocar o maquinismo da fabrica é uma das intenções da associação. E na verdade, quando se tem um motor natural, justo é que seja aproveitado. A experiência n'esta província tem feito ressaltar a vantagem desse motor. Assim, em Ytú, onde existem duas fabricas de tecidos, uma é movida á vapor, e outra é a água, tem-se verificado que a do salto produz despeza menor de 15\$000 diários sobre a outra [...] (YPANEMA, 27 dez 1874, p. 2)

Apesar de todas as facilidades apontadas não houve a formação de tal associação. No ano seguinte, o jornal Gazeta Commercial, cujo redator era Júlio Ribeiro (que viria a se tornar famoso após escrever o polêmico romance naturalista *A Carne*), publicou inflamado artigo assinado onde retomou o assunto sobre os ganhos para a cidade de Sorocaba com a instalação de uma fábrica de tecidos aproveitando-se a cultura de algodão, já existente, porém decadente. No entanto, para fundamentar sua argumentação o articulista não poupou críticas aos diversos segmentos da sociedade, começando pelo governo imperial que a seu ver era o grande causador do desânimo dos plantadores de algodão em continuar com a cultura que não lhes trazia lucro algum, já que a carga de impostos era alta e “fazer chegar ao governo os clamores da agricultura pela redução dos impostos é tarefa ingrata, é perder tempo inutilmente” (GAZETA COMMERCIAL, 4 jun 1875, p. 2)

Para Júlio Ribeiro havia um outro caminho que levaria a indústria sorocabana à prosperidade, emancipando-a do “estrangeiro”. Para ele, Sorocaba tinha todas as condições para montar uma fábrica de tecidos de “primeira ordem que possa rivalisar com qualquer do império ou talvez até com as boas da Europa ou dos Estados Unidos”. Mostrava que novos tempos estavam chegando e que a máquina a vapor não era objeto de assombro. A matéria-prima para mover um estabelecimento fabril não seria problema, pois o consumo maior do algodão animaria a produção, readquirindo o vigor que essa cultura perdera. Uma vez revigorada, a cultura duplicaria até o mercado consumidor deixando assim o país de enviar grandes somas de dinheiro para a Inglaterra e Estados Unidos da América do Norte.

Para que seu discurso não ficasse vazio de soluções o autor indicava o local onde a fábrica poderia ser montada e seus mecanismos de funcionamento. Referia-se a propriedade de Francisco de Assis Machado, em cujo terreno se achava a “magnífica

catadupa do Votorantim”. A mesma propriedade que anteriormente foi oferecida para a formação de uma associação, a fim de se montar uma fábrica de tecidos. Descreveu minuciosa e longamente os mecanismos de funcionamento de uma turbina, numa tentativa de convencimento sobre a sua implantação. Finalizou o artigo desejando que suas palavras não fossem “vox clamantis in desertos”. A priori pode parecer exagerada a descrição feita pelo articulista sobre a importância, mecanismos de funcionamento da turbina e da máquina a vapor, em substituição a roda d’água; porém, Leôncio Basbaum esclarece que naquele tempo em que o café se transformara na maior fonte de riqueza, senão a única do Brasil para alguns brasileiros, também havia carência de modernidade na sua cultura, uma vez que nas grandes fazendas de café ainda não se fazia uso do arado e trator, por puro desconhecimento. (BASBAUM, 1986, p. 127).

No ano de 1877, o jornal Ypanema alertava seus leitores que estes encontrariam em “secção competente” um anúncio sobre a venda da fazenda Votorantim de propriedade de Francisco Assis Machado. Relembrava a nota que já há algum tempo atrás, o jornal Gazeta Comercial publicara um artigo do “talentoso” jornalista Júlio Ribeiro, onde este apontava as qualidades dessa propriedade e das vantagens que deveria auferir quem ali fundasse um estabelecimento fabril. Prossegue o “Ypanema” justificando que o proprietário da referida fazenda tentou por diversos meios montar uma associação com o fim de estabelecer uma fábrica de tecidos. Mas, seus esforços foram em vão e por si só não tivera recursos suficientes para levar a efeito a fundação do estabelecimento fabril. Finalizando, o jornal quase num tom de convencimento para a fundação de um estabelecimento, ressaltava os benefícios que viriam com a instalação de uma fábrica de tecidos naquele local privilegiado pela natureza: “atrairia braços laboriosos, principalmente de imigrantes para mão-de-obra” e pela facilidade de transporte de seus produtos, já que poderia contar com a estrada de ferro Sorocabana, bem próxima do local.

Nessa edição, aparece o anúncio da venda da fazenda Votorantim situada numa área de 10.000.000 metros quadrados (sic), contendo casa quase toda forrada e assoalhada, senzalas, armazéns para depósitos, máquina de descaroçar algodão, prensa, moinho. Terreno pedregulhoso e massapé roxo favorável para a lavoura. Dizia ainda o anúncio que a fazenda era cortada pela cachoeira de Votorantim com mais de

30 metros de altura, oferecendo um volume de água suficiente para mover quantas máquinas se quisesse montar. Evidenciava que a fazenda distanciava apenas 4 quilômetros da estação da Estrada de Ferro Sorocabana e seria apropriada para a instalação de uma “fabrica de tecidos cujo futuro lisongeiro é facil de avaliar attendendo ao consumo que terão os seus productos. Não só n’esta província como nas de Paraná e Rio Grande do Sul”. (YPANEMA, 17 jun 1877, p. 2)

Nessa mesma edição do jornal Ypanema aparece também um outro anúncio com a seguinte epígrafe: INDÚSTRIA NACIONAL – FÁBRICA DE PÓLVORA. A fábrica de pólvora pertencia a Isaac Dias e estava situada em Votorantim, próxima ao salto de mesmo nome. O referido anúncio, visando enaltecer a qualidade da pólvora produzida naquela fábrica, utilizava o testemunho do diretor da fábrica de ferro do Ypanema, Dr. Joaquim Mursa, que afirmou ter comparado a pólvora nacional com uma amostra de pólvora inglesa e constatou que a pólvora produzida em Votorantim era de qualidade superior, podendo competir com a inglesa. Mas figura em suas palavras finais o retrato da realidade da indústria nacional vivida naquele tempo, quando disse:

Felicitos pelo bom resultado de seus trabalhos, e faço votos para que não desanimem, vencendo as dificuldades que toda a industria apresenta no começo, principalmente no nosso paiz, quando só se conta com os seus próprios exforços. De VV.SS. venerador e cr. ^o - Joaquim Mursa (Idem, p. 2)

A colocação de dois anúncios sobre a região de Votorantim poderia ter sido apenas uma coincidência. Entretanto, há de se considerar a possibilidade de ter sido proposital na intenção de evidenciar o potencial industrial do lugar. Fica difícil inferir sobre as reais intenções dos redatores. Mas, a situação nos permite analisar o contexto da época no sentido de procurar entender o porquê de ser tão difícil empreender qualquer atividade industrial, conforme revelara o diretor da fábrica de ferro Ypanema. Nessa época, prevalecia o pensamento de que o Brasil era essencialmente agrícola, transformando-se em linha política oficial em todos os governos do Império, passando inclusive para a República. O café era a base de toda riqueza do Império e os lucros dos grandes cafeicultores não foram investidos em capital fixo (maquinismos) nem capital variável (salários), senão em escala reduzidíssima. O grosso ia para o luxo e

para compra de terras, verdadeira obsessão que se apoderara dos latifundiários. (BASBAUM, 1986, p. 136)

Apesar dessa tentativa infrutífera, a idéia de construção de uma fábrica de tecidos não caiu no esquecimento e reiteradas vezes apareceram na imprensa duras críticas por aqueles que anteviam o fim próximo da feira de muares e conseqüentemente a decadência econômica de Sorocaba. Num editorial do jornal Ypanema, datado de 1878, apareceu um chamamento às autoridades no sentido de tirar a cidade de Sorocaba do “torpor a que se julgou com direito uma vez que nos atirou em face uma estrada de ferro”, pois segundo o editor, o progresso não poderia consistir somente nisso. Era premente a necessidade de “ter-se máquinas de tecer para vestir o seu povo e dela tirar lucros, a exemplo de outras cidades como Piracicaba e Itu”. (YPANEMA, 18 dez 1878, p. 1)

Em 1883, o jornal Diário de Sorocaba noticiava a presença na cidade do capitão Manoel Lopes de Oliveira, aquele que alguns anos antes tentara, sem sucesso, instalar uma fábrica de tecidos em Sorocaba. O capitão, nessa época residindo em São Paulo, veio na companhia de “capitalistas” do Rio de Janeiro com a finalidade única de examinar as cachoeiras do Votorantim para um possível aproveitamento industrial. Esclarecia o jornal que anteriormente essa propriedade, agora pertencendo a Porfírio José Machado, já fora a pedido deste, examinada pelo engenheiro Eusébio Stevaux que levantou a planta do terreno, mediu a sua área e calculou a força motriz que poderia desenvolver aquela cascata.

O levantamento efetuado pelo engenheiro Stevaux foi detalhado num relatório, e segundo Aluísio de Almeida (1942, p. 2) em artigo publicado pelo jornal Cruzeiro do Sul, constava:

...”causa sensação agradável o aspecto deste vasto anfiteatro caprichosamente limitado por morros entrelaçados, cobertos de vigorosa vegetação e no centro da qual levanta-se ao som de prolongados mugidos ou diáfano véu de vapores brancos coroados pelo sol de um brilhante arco-íris . O salto propriamente dito consta de uma imponente queda formada por dois degraus, tendo o primeiro 7m60 de altura e o segundo 14m12. Adicionando a esses algarismos a altura de uma pequena cachoeira que lhes fica imediata e forma por assim dizer a soleira ou o socó deste titânico monumento obteremos a altura total de 24m56 para a cachoeira do Votorantim propriamente dita. A uma distância de menos de 300 metros, encontra-se a linda cachoeira das Ilhas, formando igualmente três degraus de uma altura total de 10 metros. Assim, pois num curto intervalo

de 350 metros, precipita-se o rio, por estes dois grupos de cachoeiras duma altura de 34m50 centimentros” .

Sobre o relatório do engenheiro Stevaux, o historiador Aluísio de Almeida pede a confiança do leitor em suas palavras assegurando que viu tal relatório (chegou a ser publicado) e que nele o engenheiro viu-se na contingência de dar um cálculo por alto de 1700 cavalos de força industrial para a cachoeira com 5 metros cúbicos por segundo em volume de queda de água. Para Almeida, o cálculo foi pessimista, pois, o potencial da cachoeira era muito maior; mas reconhece que o engenheiro tinha visão de um futuro promissor quando apontou os seguintes fatores favoráveis para a instalação de uma fábrica naquele local, já que ali predominava uma força motora constante inesgotável e indubitavelmente econômica. Havia ainda a abundância e bons preços da matéria-prima, ou seja, o algodão, e a facilidade para a aquisição de mão-de-obra. Acrescentava também o transporte fácil, pela proximidade com a estrada de ferro Sorocabana, e já levantava a idéia de construção de uma estrada de ferro elétrica que ligasse Votorantim até a estação Sorocabana. Finalizava apontando que tratava-se de “um local vasto, belo, saudável e prognosticou para “Sorocaba: bela, mas decadente cidade”, o futuro que hoje estamos enxergando”. (ALMEIDA, 1942, p. 4)

No ano seguinte ao da visita do engenheiro Eusébio Stevaux, o jornal Diário de Sorocaba publicou sob a epígrafe “Salto do Votorantim”, o seguinte:

Consta-nos que há dias veio a esta cidade um engenheiro, por conta de uma companhia inglesa com o fim de examinar e tirar a planta do Salto do Votorantim. Não nos foi possível saber o resultado do exame, fazendo-nos crer, pessoa autorizada na compra pela companhia d'aquelle salto, com o fim de ahi estabelecer três fabricas sendo: uma de tecidos, uma de óleo de sementes de algodão e uma de papel. (DIÁRIO DE SOROCABA, 17 jun 1884, p. 2)

Mais uma vez essas medições não passaram de sondagens para um futuro que não se mostrava distante. Nada foi concretizado com relação à instalação de fábricas no local.

1.1 O Banco União entra em cena: 1890 a 1918

Nos últimos anos da Monarquia, o Brasil se viu mergulhado numa crise financeira, que acentuou-se nos primeiros anos após a proclamação da República. De acordo com Caio Prado Junior, a falta de meio circulante já se começara a fazer sentir nos últimos anos do Império. O aumento das atividades econômicas nesse período acarretou uma relativa escassez de moeda. A carência do meio circulante ainda se agravava com a libertação dos escravos, transformados bruscamente em assalariados. Por outro lado havia a necessidade de contentar uma classe importante, como os antigos proprietários de escravos que não foram indenizados (PRADO, 1983, p. 219). Diante desse quadro, através do decreto nº. 10.144 de 7 de junho de 1889, que dava nova interpretação a lei nº. 3.403, de 24 de novembro de 1888 (BONADIO, 2004, p. 185) foram criadas condições para a organização no país, de bancos emissores, ou seja, estabelecimentos particulares que gozariam de privilégios de emitir moeda, desde que observassem os parâmetros previamente definidos pelo governo. No entanto, a faculdade emissora concedida a vários bancos (emissões lastro-ouro e títulos da dívida pública interna) não chegara a ser utilizada, pois logo ocorre o golpe republicano (Idem, p. 219).

O governo republicano, na pessoa de seu ministro da Fazenda, Rui Barbosa, prudentemente, a fim de evitar descontentamentos por parte dos poderosos que poderiam por em risco a estabilidade do novo regime, optou em dar continuidade na faculdade emissora concedida pouco antes no Império.

A política financeira de Rui Barbosa, mal entendida pelos rumos que tomou, foi classificada como desastrosa, como pode ser constatado em artigo do jornal Diário de Sorocaba de 1890:

Si bem que o governo provisorio tenha dado arrhas⁶ a que todos acreditemos que os seus actos são vasados no molde do mais puro patriotismo, todavia os illustres membros que o compõem não podem julgar-se infalliveis e isentos de pagar o seu tributo á fragillidade humana.

⁶ Nota: arrhas, grafado atualmente arras, significa dinheiro que se dá em garantia ou sinal de um contrato, garantia, penhor

D'entre a enorme vozeria que suscitou o decreto dos bancos de emissão, vozeria aliás que teve sua repercussão no exterior, tem surgido vozes calmas, tranquillias, prudentes e aprehensivas (bom fundadamente) pelos males a que póde dar causa esse decreto, desde que não haja sobre a sua execução a mais rigorosa e escrupulosa fiscalisação e intervenção do Estado. (DIÁRIO DE SOROCABA, 13 fev 1890, p.2)

O jornal não se equivocara quanto à nova política, pois a partir da faculdade de emissão para uma ativação dos negócios, rapidamente passou-se a pura especulação. Começaram a surgir em grande número: bancos, firmas comerciais, estradas de ferro, enfim, toda sorte de negócios. Todavia, muitos deles se revelaram fantasmas, pois sua existência aparecia somente no papel, provocando grande inflação e outras conseqüências para a economia do país. De acordo com Leôncio Basbaum, essa medida de incontinência emissória adotada por Rui Barbosa, inclusive sem o conhecimento de seus companheiros de ministério, na qual os bancos usaram e abusaram, inundou o país de papel pintado que tinha apenas um valor fictício e especulativo. (BASBAUM, 1986, p. 35) Diante desse quadro catastrófico, o ministro da fazenda Rodrigues Alves, do governo de Floriano Peixoto, por meio de decreto de 17 de dezembro de 1892, cassa o direito de emissão, concedido aos bancos privados, excetuando apenas o Banco da República do Brasil. Por essa razão a política de Rui Barbosa é sempre lembrada naquilo que teve de negativo. Entretanto, no caso de Votorantim, essa política permitiu a instalação da fábrica de tecidos que se mantém em atividade até os dias atuais.

Fundado por um grupo que tinha à frente o agricultor, político e coronel da Guarda Nacional, Antonio de Lacerda Franco, logo após a proclamação da República, o Banco União de São Paulo foi um dos estabelecimentos de crédito que recebeu do governo provisório a faculdade de emitir papel-moeda. O Banco União de São Paulo obteve autorização inicial para a emissão de papel moeda em São Paulo e Goiás

Por despacho de 15 do corrente foi concedida autorização a Antonio de Lacerda Franco e João Baptista de Mello e Oliveira para incorporarem o banco da região de S. Paulo e Goyaz com o maximo capital de 60.000:000\$ e emissão de 24 sobre o lastro de apólices. (DIÁRIO DE SOROCABA, 22 fev 1890, p. 2).

O Banco União de São Paulo com capital suficiente passou a negociar as propriedades do Votorantim, uma vez que várias sondagens já haviam sido feitas anteriormente, por seu procurador Manoel Nogueira Padilha, gerando grande expectativa por parte não só da população como da imprensa sorocabana. A título de comparações posteriores, cabe registrar a população de Sorocaba em 1890: num quadro estatístico referente ao pagamento de impostos publicados pelo jornal Diário de Sorocaba levantava-se que a mesma contava com 1243 casas e aproximadamente 774 casebres. O cálculo seguia a média de cinco moradores por casa habitada, perfazendo um total da “população dentro dos limites da cidade de 10.100 almas”. (DIÁRIO DE SOROCABA, 17 ago 1890, p. 1)

Esse mesmo jornal informava, sem indicar a procedência de sua fonte, que Porfírio Machado, dono da fazenda Votorantim, havia efetuado a venda de sua propriedade ao “Banco Constructor”. Em poucos dias, a incerteza sobre a efetivação da venda da fazenda de Porfírio Machado e seu verdadeiro comprador, já que o jornal se referia ao “Banco Constructor” foi se dissipando dando lugar a imenso entusiasmo, conforme notícia veiculada no mesmo Diário de Sorocaba.

Como temos noticiado, está effectuada a compra do Votorantim, pelo Banco União pela quantia de 110 contos (sic). Sabemos de fonte limpa, agora que o Banco projeta montar alli importantes estabelecimentos taes como: fabricas de lã, de cassa, de chita etc.

Os terrenos por aquellas paragens, já começam a ganhar valor, constando-nos que até ultimamente tem havido grande procura delles.

Enfim tudo nos leva a crer que proximamente entraremos em período franco de todas as prioridades. Assim seja. (DIÁRIO DE SOROCABA, 6 jul 1890, p. 1)

As aquisições feitas pelo Banco União consistiram inicialmente em glebas de terras nas imediações dos saltos de Votorantim e do Itupararanga, no rio Sorocaba. Foi a partir dos documentos de venda dessas propriedades que se tornou possível conhecer melhor a extensão territorial de Votorantim e o patrimônio que o Banco União de São Paulo construía. Este tinha bem traçado o seu projeto para Votorantim e por isso tantas aquisições de terras foram feitas. Pretendia-se a construção da fábrica de estamperia, aproveitando o potencial hidráulico da cachoeira do Votorantim; a construção de uma estrada de ferro, para facilitar num primeiro momento o transporte

das máquinas e outros materiais; olaria e construção de uma vila operária. Previa-se ainda, a extração de mármore nas jazidas de Itupararanga, distante alguns quilômetros do Votorantim. Na cachoeira do Votorantim foi construída a fábrica de estampanaria, primeira célula da formação do maior grupo empresarial do país até os dias de hoje: o Grupo Votorantim.

TRANSCRIPÇÃO DOS IMOVEIS

LIVRO – Nº. 3. FOLHA - 40

Nº. DE ORDEM - 40. DATA - Julho 7 de 1890

FREQUEZIA DO IMMOVEL – Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

DENOMINAÇÃO

OU RUA DO IMMOVEL.– Cachoeira de Votorantim. CONFRONTAÇÕES E CARACTERISTICAS DO IMMOVEL – A propriedade denominada Cachoeira de Votorantim – tem as seguintes divisas: Começa na Foz do Ribeirão do Cubatão, a margem direita do rio Sorocaba e por este ribeirão acima até a Foz do córrego Quente e pó (sic) este acima até a linha de divisa das terras de Dona Ângela Madureira, deste ponto em linha recta em direção proximamente de leste a oeste até um marco situado a margem do rio Sorocaba acima das quedas do Votorantim, e deste ponto rio acima até a linha de divisas das terras de Salvador Paz, situada a margem esquerda do rio Sorocaba e deste ponto, onde se acha um marco, em linha recta até outro marco situado atrás da casa de Salvador Paz e deste em direcção perpendicular a linha anterior até encontrar um pequeno caminho da casa de Florisbella, dividindo nesta parte com terras de herdeiros de José Benedicto, deste ponto do caminho acompanhando a linha das vertentes da cachoeira do Votorantim até o ponto da canoa, situado no rio Sorocaba abaixo da ultima queda da Cachoeira, junto a foz do ribeirão do Itapeva, e pelo rio Sorocaba abaixo até o ponto onde teve começo a descrição destas divisas abrangendo, assim, os dois lados das quedas do Votorantim. NOME E DOMICILIO DO ADQUIRENTE – Banco União de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo. NOME E DOMICILIO DO TRANSMITENTE – Porfírio Machado e sua mulher Maria Péssia Moreira Machado, residentes na cidade de São Paulo, negociantes. TITULO – Compra e Venda. Em data – de 7 de julho do corrente anno, foi pago na Collectoria de Rendas Geraes desta cidade o imposto de Rs. 115\$500, inclusive o adicional, um décimo por cento do valor do contrato, para a devida transcrição, conforme o conhecimento do talão sob nº. 131, que fica archivado em cartorio. FORMA DO TITULO TABELLIÃO QUE O FEZ – Escripura publica lavrada em 1º. De julho de 1890 pelo 3º. Tabellião da cidade de São Paulo Antonio Archanjo Dias Baptista. VALOR DO CONTRACTO - Cento e dez contos de réis (110:000\$000) CONDIÇÕES DO CONTRACTO – Nenhuma. AVERBAÇÕES – O pagamento foi feito em uma letra vencível a 1º. de outubro de 1890 – O official, (ass.) Joaquim Francisco de Toledo Penteado. (apud GASPAS, 1954, p. 234)

O Banco União⁷ adquiriu também um sítio no Itapeva, denominado Salto Grande

⁷ Conferir os documentos das aquisições feitas pelo Banco União em GASPAS, Antonio Francisco. **Sorocaba de ontem**, 1954, p. 234 et seq.

do Itaporanga, em 7 de novembro de 1890, de Balduino Moreira de Almeida e sua mulher Dona Francisca Filomena de Madureira por 80 contos. Em 17 de janeiro de 1891, a fazenda Itapeva, localizada no bairro do mesmo nome e pertencente a Ovídio Laurentino do Amaral e sua esposa dona Sophia Rosa do Amaral foi comprada por 80 contos de réis. Também foram adquiridos casas e terrenos que margeavam o rio, por onde passaria a estrada de ferro. Conforme as necessidades do Banco União, as aquisições de terra foram se sucedendo.

O Banco União não tardou em começar suas obras, visando à instalação da fábrica de tecidos. Em 5 de agosto de 1890, o jornal “Diário de Sorocaba” já informava o início dos trabalhos de abertura das picadas de Sorocaba para Votorantim. Na mesma data, o Banco entrou com pedido de concessão para fazer a ligação entre Sorocaba e Votorantim por meio de uma estrada de ferro, pedido esse que foi deferido.



Fig.5 – Abertura das picadas para construção das estradas de ferro
Fonte: Votorantim 2000 – Memórias de uma cidade

O andamento das obras passou a ser notícia freqüente nos jornais e o Banco União passou a ser considerado o primeiro investidor que traduzia em fatos as promessas relativas ao desenvolvimento do município de Sorocaba, destacando a indústria local nascente. Os noticiários também destacavam que o referido Banco, além da fábrica de tecidos pretendia manter uma escola para os operários e seus filhos.

Como o tempo urge para a empresa que tomou para si a realização de importantíssimas industrias naquelle salto, crê-se que mui proximamente terão começo as obras da referida ponte e subseqüentemente da linha de viação que deveria servir para o transporte dos materiaes das diversas fabricas alli projectadas. (DIÁRIO DE SOROCABA, 25 out 1890, p. 1)

O Banco União empreendeu simultaneamente: a construção da estrada de ferro, a construção da ponte sobre o rio Sorocaba, a construção dos prédios para a estamperia, e a montagem dos equipamentos. Tudo isso exigia mão-de-obra que Sorocaba não conseguia suprir com sua população. A certeza de emprego passou a atrair pessoas, principalmente imigrantes europeus, dentro da política migratória incentivada pelo governo.

Vinham movidos pela esperança de melhorar de vida. Há de se salientar que o emprego não era para o homem e sim para toda a família: pai, mãe, filhos maiores e filhos menores. O jornal “Diário de Sorocaba” já informava sobre a vinda dos imigrantes: “Votorantim tem atrahido uma grande corrente de imigrantes”. (DIÁRIO DE SOROCABA, 8 jan 1891, p. 1)

Antes da construção das casas de alvenaria, conta Aluísio de Almeida (1978, p. 4), num artigo publicado no jornal Cruzeiro do Sul o que segue:

[...] A sra. Ferraresi contou a Marangoni que os construtores italianos eram oito e começaram fazendo as casas de pau-a-pique para eles residirem, pois só havia a casa do Porfírio. O progenitor da bondosa informante foi um desses oito italianos. Ele era uma espécie de escrivão, apontador e mestre dos patrícios, bem como de alguns brasileiros logo contratados. Esses caboclos é que conheciam, derrubavam, serravam e conduziam em carroças as madeiras vindas das matas do Itupararanga [...] Conta a filha de Ferraresi que os italianos voltaram, vinham outros, mas o seu pai ficou e, como chegassem da França as máquinas para a olaria, ele ficou tomando conta da fabricação dos tijolos e telhas [...]

Aquela vida pacata do Votorantim cederá lugar a uma movimentação que trouxe consigo fatos que antes eram desconhecidos, mas que viriam a se tornar rotineiros, a partir da instalação da fábrica, como os acidentes de trabalho e conflitos entre as pessoas. O primeiro acidente de mais sérias proporções ocorreu ainda na época da construção da fábrica, quando dois operários carregavam uma mina de pedra e provavelmente por descuido não colocaram terra suficiente para poder socar, ocorrendo a explosão, vindo a atingí-los nos olhos.

Sefareli perdeu um dos olhos que foi encontrado em um balde onde tinham feito lavar a cara depois que se deu o desastre, ficando com risco de perder o outro. Stere igualmente com os dous olhos offendidos, mas sem risco de perdê-los, foi gravemente ferido na cabeça, no braço direito e peito, e três pessoas mais que allí se achavam, cahiram também com o estampido, ficando ellas surdas até a hora de deixá-las o nosso informante. Stere tem aqui três filhos menores e é viúvo e o companheiro tem família na Itália. (DIÁRIO DE SOROCABA, 6 jun 1891, p. 2)

Para elaborar o traçado da estrada de ferro, o Banco União designou o engenheiro Calixto de Paula Souza. Depois desse levantamento, Paula Souza ficou com a incumbência da construção da via férrea e das pontes entre Sorocaba – Votorantim e Itupararanga. Esse engenheiro habilidoso em seu trabalho, conquistou aos trabalhadores, tornando-se pessoa estimada e respeitada por estes e pelo próprio Banco União, que lhe confiou ainda, a direção da exploração das caieiras e jazidas de mármore de Itupararanga.

A planta geral da fábrica, das casas dos operários e outras dependências teve a colaboração do arquiteto Ramos de Azevedo⁸, já conhecido na época. (SOROCABA 350 ANOS, 2004, p. 153).

Apesar de constar no Almanaque Ilustrado de Sorocaba (1914) e na própria historiografia de Votorantim que a fábrica de Tecidos Votorantim começou a funcionar em abril de 1892, nos documentos pesquisados, jornais e outros, não se encontrou algo

⁸ Ramos de Azevedo (1851-1928) engenheiro arquiteto, entre outras obras foi responsável pela Escola Normal da Praça da República e do Teatro Municipal de São Paulo, cujas colunas são de mármore extraído das jazidas de Itupararanga

semelhante a inauguração oficial da fábrica. Em 24 de dezembro de 1893, o jornal “O 15 de Novembro” publicava que “estão em Santos todas as machinas destinadas à fabrica de chitas do Votorantim”. O mesmo jornal, em 24 de julho de 1895, informava que até “fins de agosto serão inaugurados os trabalhos de estamperia do Votorantim, cujos machinismos estão quase todos assentes” e seguia a notícia dizendo que para o ato de inauguração estava prevista a vinda de Bernardino de Campos, presidente do Estado.

É provável que, por volta de abril de 1892, teriam começado a funcionar algumas secções para a estampagem do algodão cru que vinha da Inglaterra, e um pouco mais tarde começou a estampagem da chita (tecido de algodão mais fino).

No entanto, pelo noticiário da época depreende-se que as obras continuavam, já que o projeto era ambicioso e exigia tempo para a sua total consecução.

Em 1º de janeiro de 1893, às 16 horas, passou pela primeira vez uma locomotiva da linha de bondes pela recém construída ponte sobre o rio Sorocaba. Não faltaram agradecimentos e elogios à pessoa do engenheiro Calixto de Paula Souza, responsável pela construção da estrada de ferro ligando Votorantim a Sorocaba. (O 15 DE NOVEMBRO, 1º. jan 1893, p. 1).

Em dezembro de 1894, o Banco União adquire a fábrica de estamperia “já existente em São Paulo”, de propriedade de Frederico Kowarick & Comp. Esta foi transferida para Votorantim, no município de Sorocaba, sob a denominação de fábrica do Votorantim com capital de mil contos de réis. (O 15 DE NOVEMBRO, 13 dez 1894, p. 2)

Sempre ampliando as atividades, no ano seguinte, representando o Banco União, seguiu para a Itália o senador do congresso paulista Francisco Salles de Oliveira com a incumbência de estudar a exploração de mármore e adquirir as máquinas necessárias para a extração do mesmo nas jazidas da fazenda de Itupararanga.

Distantes alguns kilometros do Votorantim e próximas á estação do Itupararanga estão as riquíssimas jazidas de marmores branco, verde, azul, negro e rajado; abundancia de ardózia empregada na cobertura de muitos edifícios de São Paulo; granito preto róseo etc.... De granito róseo do Votorantim são feitas as columnas do sumptuoso Theatro Municipal de São Paulo e a fachada do pórtico principal do Club de Engenharia, do Rio de Janeiro. (CÉSAR, 1914, p. 49)

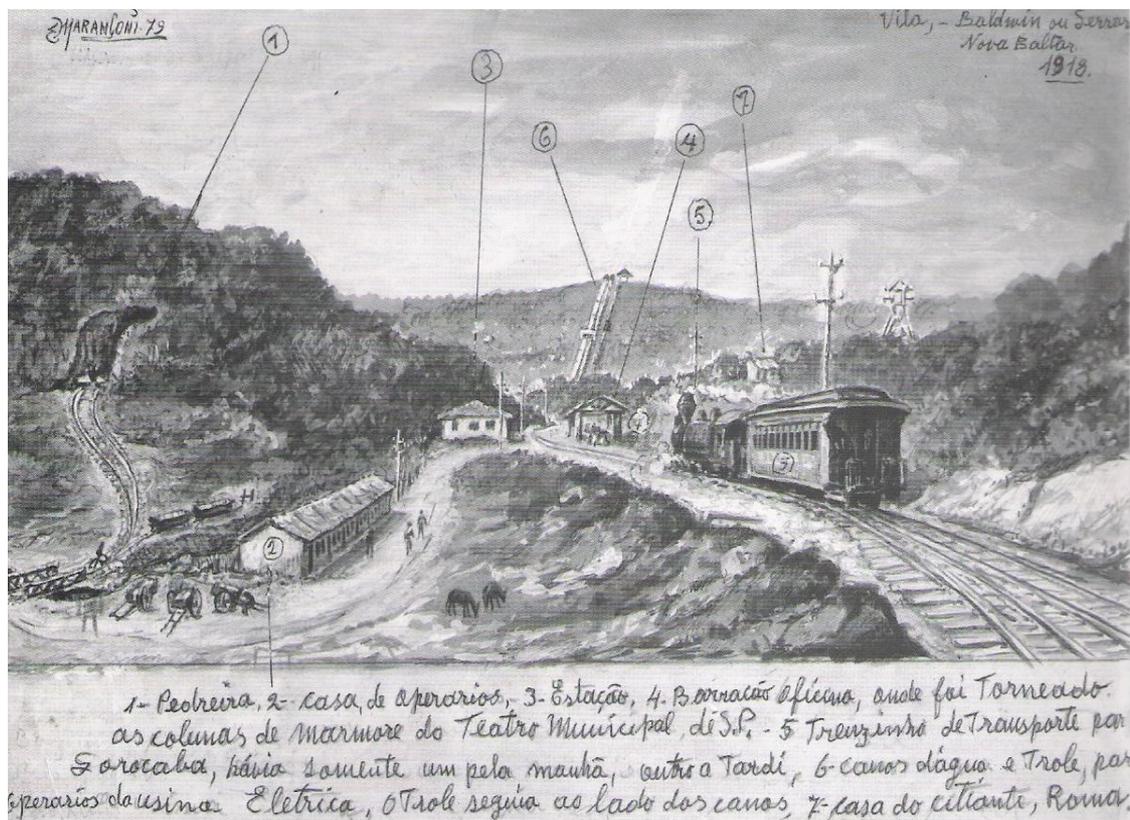


Fig. 6 – Serraria (Tela de Ettore Marangoni – 1978)

Em março de 1895 o professor, poeta e escritor, Napoleão Baldy, residente em Piedade fez uma viagem de sua cidade até Sorocaba, passando por Votorantim. Apesar da distância entre as duas cidades não ultrapassar os 50 quilômetros, Baldy (1895, p. 1) registrou suas impressões dessa viagem em artigos que foram publicados por várias edições do jornal “O 15 de Novembro”, onde o autor abordou os aspectos geográficos, históricos, políticos e tece críticas e elogios sobre tudo o que viu.

Partindo de Piedade, o viajante chegou até a Fazenda do Banco, maneira como os moradores do lugar se referiam às propriedades do Banco União. Nesse local já havia uma povoação com casas bem construídas, em especial uma ao “gosto alemão” e que veio, a saber, o narrador, que pertencia ao dr. Calixto de Paula Souza, “engenheiro de um genio tão emprehendedor, que se lhe deve a prosperidade a que tem chegado aquella localidade e o Votorantim”. Seguindo de trem, o viajante foi descrevendo a paisagem destacando os diferentes tipos de pedras e solos avistados. Depois de meia hora de viagem, avistou um casario e Baldy não se contendo e

exclamou: “Estarei em paiz estrangeiro ou no Brazil!”. Justificou sua admiração pelo fato de não existir na povoação um só brasileiro e as casas serem construídas de maneira diversa das até então conhecidas. Pensou o viajante ter chegado à Alemanha.

Apesar de longa a citação, trata-se de um relato raro, detalhado e quiçá fidedigno, que nos permite vislumbrar aspectos da fábrica e da vila operária no final do século XIX. Ei-lo:

[...] A povoação em que desembarcavamos, chama-se – Votorantim, dista uma legua da cidade de Sorocaba.[...] Visitámos as oficinas em que tem de trabalhar os teares, que os vimos estar armando; as salas de estamperia, com seus curiosos machinismos; os depositos de arrecadação, um repartimento em que está a machina que desenha os padrões das chitas. Tudo é espaçoso e solido, construido a tijollo, sendo os tectos lindissimos pela sua armação de ferro, á ingleza, que de longe produz bello effeito pela sua perspectiva, parecendo-me como esses extensos claustros do seculo XIII, dos gothicos mosteiros. Todos os edificios são asphaltados com cimento romano, com regos para escoar as aguas da lavagem, abundando estas em toda parte. Notamos ainda a perfeição da telha franceza, ali mesmo fabricada, que cobre os vastos estabelecimentos, sem precisar de forro. Passámos a ver as machinas a vapor, as turbinas, os longos canaes terreos que servem de exgotto ás fabricas, não deixando de admirar as condições hygienicas pelo seu asseio. Fomos surprehendidos ao olharmos uma redonda chaminé, como columna monumental de uma praça publica, com perto de 30 metros de altura e seguramente com mais de dous metros de base, de tal perfeição no assento do tijolo, de que é construida, que á primeira vista parece ter sido torneada. [...]. Affirmaram-me ter de construir-se mais um vasto edificio, para uma fabrica de algodãozinho. A levar-se a effeito esta nova construção, sem exageração, o Votorantim, será o ponto culminante da nossa industria, que rivalisará com os estabelecimentos deste genero na Europa. O primeiro predio que se avista é de sobrado de grande altura e sua architettura é propriamente industrial. Outros seis edificios se unem a elle, que estão na mesma linha de seu alicerce, todos de tijollo e com as mesmas proporções e frontespicios, ainda que mais baixos. No grande edificio já descripto, ha uma sala, a maior que tenho visto no Brazil, tem de comprimento cincoenta metros, por vinte de largura, que perfazem mil metros quadrados, ou duzentos e quarenta palmos ao correr, com noventa de extremo a extremo. Contou-nos o sr. Venezio, que naquella sala se dera um grande baile, na memoravel noite de 15 de novembro de 1894. Passámos a examinar a machina de vapor do fabrico de tijolos, de telhas, de telhas francezas, de canos para conduzir agua e tambem para exgottos. Vimos este aperfeiçoado trabalho, podendo affiançar que os artefactos europeus desta especialidade, em nada excedavam os trabalhos ali, sendo a argila de superior qualidade. [...] Preparam-se por dia, sete mil tijolos, e se não excede desse numero, é em razão de outros serviços em que a machina se occupa. Fomos assistir a conducção dos tijolos, depois de cortados, que são removidos em carros de mão, sendo estendidos em compartimentos apropriados e, vimos retirar os seccos, que tinham de entrar para forno, que é de grandes proporções. [...] A povoação é extensa, em vista da sua idade, é talvez já superior a 300 habitantes. – O que será esta localidade quando iniciar seus trabalhos? Que aglomeração de industriaes! [...] A localidade é bella, e o ponto para as fabricas foi bem escolhido. Ha ainda ao lado esquerdo, um bom predio

de tijolos com andar nobre, que me disseram, ser residencia de um engenheiro estrangeiro, que dirige os mecanismos. Quasi no principio da povoação, do mesmo lado, que está a concluir-se uma boa moradia, solidamente preparada a tijolo, para escolas publicas.



Fig. 7 – Aspectos da vila de Votorantim
Fonte: acervo Gabinete de Leitura Sorocabano

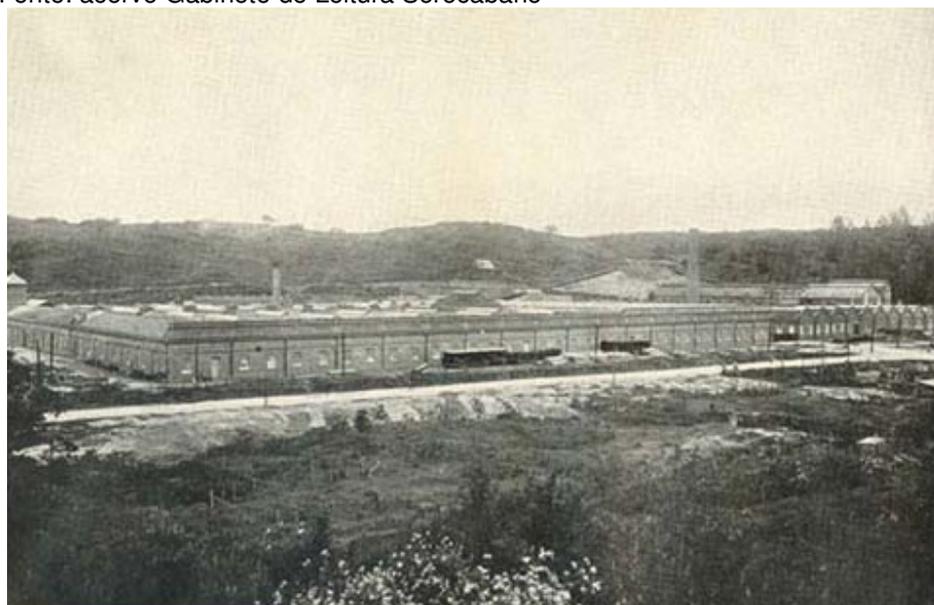


Fig.8 – Vista da fábrica de tecidos Votorantim
Fonte: acervo Gabinete de Leitura Sorocabano

Em 1904, a diretoria do Banco União entendeu que a fábrica Votorantim tinha condições de além da estampagem dos tecidos, que vinham cru da Inglaterra, passar a produzi-los. Assim, mais prédios foram construídos, máquinas compradas; enfim, novos investimentos foram feitos. A fábrica passaria a ter fiação e tecelagem. A despeito do pouco incentivo dado no tempo do império para a indústria, com a República ocorria o contrário. Num discurso positivista ocupavam o mesmo patamar elevado a República e o progresso, traduzidos pela indústria crescente. O desenvolvimento industrial era tido como a reafirmação da República. Esse desejo de reafirmação foi possível de se verificar pelas solenidades de inauguração da nova fábrica, salientando o fato de que as duas turbinas que moveriam as máquinas foram batizadas de Ordem e Progresso.

A inauguração das novas secções da fábrica, em 14 de maio de 1904, foi concorrida atraindo pessoas importantes. A comitiva formada por membros da diretoria do Banco União, e outras autoridades, chegou pela manhã e seguiu imediatamente para Itupararanga. Lá, os convidados tiveram a oportunidade de conhecer os cinco fornos de cal, cuja produção diária girava em torno de 25 mil quilos. Seguiram até as serrarias de mármore e puderam ver as colunas de granito róseo, destinadas ao Teatro Municipal de São Paulo. Após demorada visita voltaram todos para Votorantim, onde foram recebidos pelo gerente da fábrica, Eugênio Mariz, e pessoal administrativo da fábrica, a fim de proceder aos trabalhos de inauguração das secções de Fiação e Tecelagem.

Entrando no edifício da fabrica nova o senador Lacerda Franco convidou o dr. Alfredo Maia a dar movimento á turbina **Ordem**.

O dr. Maia, accedendo, disse, “acceito a honra e considero esta inauguração como um acontecimento de maior importância para o nosso paiz” e destravando a turbina, deu-lhe impulso, pondo-a em movimento.

Os 226 teares já montados entraram a funcionar, bem como a engommadeira Bulowgh, urdideiras e carreteiras onde trabalhavam muitos operários. A outra turbina **Progresso** será utilizada mais tarde.

Em seguida foram todos visitar a estamperia de chitas em todas as suas dependências. Fizeram uma rápida visita á olaria mechanica, onde funcionam dous vapores e, fazem-se telhas francezas e tijollos [...]

Foi visitada a escola do sexo masculino, regida pelo professor sr. José Rizzo, e com 39 alumnos matriculados. Nessa escola notava-se a ordem e a sua boa direcção.

As machinas da nova fabrica foram montadas pelo engenheiro sr. Bieckerdik [...]

Entre os operários do Votorantim reinou franca alegria. Logo após a inauguração foi profusa a distribuição de cerveja aos operários.

A' noite houve animado baile na bella villa industrial em que tomou parte quase todo o operariado daquela fabrica. [...]

A inauguração da nova fabrica de tecidos é uma das grandes victorias da industria do estado de S. Paulo e, por esse facto saudamos a Directoria do Banco União e aos esforçados engenheiros do Votorantim e Itupararanga.

(CRUZEIRO DO SUL, 18 maio 1904, p. 2)

A secção de Tecelagem iniciava seus trabalhos com 226 teares, o previsto era que mensalmente fossem introduzidos 50 teares até se chegar a 609, completando a capacidade total do prédio. Em toda a construção foram utilizados materiais da fazenda do Banco União, exceto o cimento do solo e as obras de ferro. Nesse tempo, a estamperia produzia uma média diária de 25 mil metros de chita. Com essa ampliação, de acordo com o jornal "O 15 de Novembro", "ficará a Fábrica Votorantim considerada no gênero, o primeiro estabelecimento da América do Sul". O próprio Banco União visando garantir sua produção passara a oferecer terras na sua fazenda em Itupararanga, bem como sementes de algodão de boa qualidade àqueles interessados em plantar o algodão. Comprometia-se ainda, a receber todo o produto da safra, que seria utilizado na fábrica de tecidos. (O 15 DE NOVEMBRO, 19 abr 1903, p.3)



Fig. 9 – Secção de Fiação
Fonte: acervo Gabinete de Leitura Sorocabano

Em maio do ano seguinte foi inaugurada a ampliação da secção de tecelagem que de 226 teares, passou a contar com 520. Participaram da inauguração o vice-presidente do Estado, acionistas do Banco União, políticos, cônsul italiano, representantes da imprensa e outros convidados. Como na inauguração ocorrida no ano anterior, os visitantes dirigiram-se primeiramente ao Itupararanga onde conheceram as jazidas de ardósia e mármore, o Salto Grande, a serraria de mármore e os fornos de cal. No regresso os visitantes participaram da inauguração da ampliação da secção de tecelagem, que ainda não atingira sua capacidade completa, pois deveria alcançar os 600 teares. Após visitarem as novas instalações da fábrica, chegaram à escola onde estavam reunidos os alunos da escola masculina e feminina que fizeram várias apresentações aos visitantes. O programa das atividades apresentadas pelos alunos aparecerá no capítulo sobre a escola de Votorantim.

Em 1905, Bernardo Lichtenfels Jr., que posteriormente viria a ser diretor -gerente da Fábrica Votorantim, montou na cachoeira de Itupararanga, uma usina que produzia 2000 kw, sem construir represa, apenas aproveitando a água tirada do salto, inaugurando a Empresa Elétrica de São Paulo que passou a fornecer precariamente energia elétrica para Sorocaba e São Roque.(CRUZEIRO DO SUL E SOROCABA, 2005, p. 8)

Nessa época, principalmente pelo crescimento da indústria, aumentara consideravelmente o consumo de energia no Estado de São Paulo e a usina do rio Tietê na pequena cidade de Parnaíba se mostrava sobrecarregada. Na busca de outras fontes de energia, localizou-se na serra de São Francisco, município de Sorocaba, a cachoeira de Itupararanga que possivelmente atenderia suficientemente a demanda. (Site Projeto Memória - Fundação Ubaldino do Amaral)

Em agosto de 1907, o jornal Cruzeiro do Sul informava sobre as negociações de venda da fazenda Itupararanga, local onde havia as jazidas de mármore branco e de outras cores, sem informar o comprador e que o único empecilho para a concretização residia no valor da transação, “uma pequena diferença quanto ao preço, pois que os compradores oferecem 1800 contos e o vendedor pede 2000 contos”. O Banco União era dono da Fazenda Itupararanga, grandes extensões de terra, inclusive com as

jazidas, mas ficava de fora desse patrimônio a Cachoeira de Itupararanga que pertencia a Bernardo Lichtenfels.

Lichtenfels sabendo da vinda de um engenheiro norte-americano a serviço da empresa São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd. com interesse em empreender a construção de uma usina hidrelétrica, foi ao seu encontro e solicitou uma avaliação sua sobre o potencial da cachoeira de Itupararanga. Após a vistoria, o engenheiro Pearson animou-se e solicitou da matriz canadense da empresa autorização para fundar a São Paulo Electric Co. Ltd, obtendo consentimento. Em abril de 1911, adquiriu as terras adjacentes a cachoeira de Itupararanga que pertenciam ao Banco União e a Empresa Elétrica Sorocaba de Lichtenfels.(VOTORANTIM-2000, 2000, p. 99). O Banco União não causou embaraços na venda de suas terras, pois já estava sentindo os primeiros sinais de crise financeira. A São Paulo Electric construiu a usina e a represa, aproveitando a antiga para um dínamo de 2000 cavalos. A região passou a ter uma vida intensa. Segundo Aluísio de Almeida, em 28 de abril de 1912 havia mais de 2000 operários. Houve até funcionários hindus que não se deram bem. (ALMEIDA, 1970, p. 3)



Fig. 10 – Usina da Light & Power e rio Sorocaba



Fig. 11 – Aspectos da Usina
Fonte: site projeto memória - FUA

Em 1916, a Revista de Engenharia do Mackenzie College⁹ publica um artigo resultado de uma excursão feita pelos alunos de engenharia à represa de Itupararanga detalhando todas as etapas da obra com fotografias, plantas, tabelas, etc. São os engenheiros que relatam:

A represa é a maior da América do Sul, a massa líquida banha três municípios e as suas reservas são colossais [...]
Repousa sobre uma camada de granito róseo, da qual a região é riquíssima, tendo sido esta camada estudada com extremo cuidado, removido o material julgado pernicioso e as sondagens foram levadas até 8, 00 ms [...] A base mede 31,20 e a inclinação da face externa é 0.73 : 1,00 m
As suas fundações são de concreto monolítico, as paredes de tijolos, porém com uma estrutura metálica e os pavimentos e tetos de concreto armado.
(SITE PROJETO MEMÓRIA -FUA)

⁹ Conferir Revista de Engenharia do Mackenzie College, nº. 6, mai. 1916. (Projeto Memória.<http://memória.fua.org.br>) Jornal Cruzeiro do Sul.

A empresa responsável pela construção da usina e represa optou em manter os operários próximos ao canteiro de obras. Também foi erguida uma vila operária no local, com escola e outras benfeitorias.

Para a época, o projeto era de grande envergadura e atraiu além de operários, técnicos qualificados, sendo vários estrangeiros que ocuparam principalmente os cargos de chefia. Esses profissionais não vinham sozinhos, traziam suas famílias e suas residências foram construídas nos moldes das casas norte-americanas, bem diferente das casas modestas dos operários comuns. A agitação durante o tempo da construção foi significativa; tanto que em 1913 os operários se declararam em greve. A origem dessa greve estava no fato de aproximadamente 200 operários, segundo o jornal Cruzeiro do Sul, “de livre e espontânea vontade trabalharem algumas horas a mais durante a noite, percebendo desse modo um extraordinário nos salários”. Numa determinada noite, um grupo de 50 operários, por motivo desconhecido (provavelmente por não poderem também fazer horas extras) quis impedir o trabalho extra desses operários. Imediatamente, o chefe geral da obra demitiu aqueles operários que julgou serem as “cabeças” do movimento. Foi nesse ponto que a situação se agravou. Irritados, os operários demitidos começaram a “cometer atos de depredações quebrando lâmpadas e arrancando postes”. Chamado o Delegado de Polícia, este compareceu ao local acompanhado de 10 “praças” e em seguida efetuou pedido de reforço à capital, pois o contingente policial de Sorocaba sempre fora reduzido. Na manhã seguinte desembarcavam “50 praças da capital” que permaneceram vários dias no local, até que a ordem se restabelecesse por completo, concretizando com a demissão daqueles considerados “agitadores”. Depreende-se da leitura das notícias dos jornais da época, que em todas as situações de greve ou manifestações de operários, a vinda de policiais da capital se fazia muito rapidamente, considerando-se os meios de transporte da época.

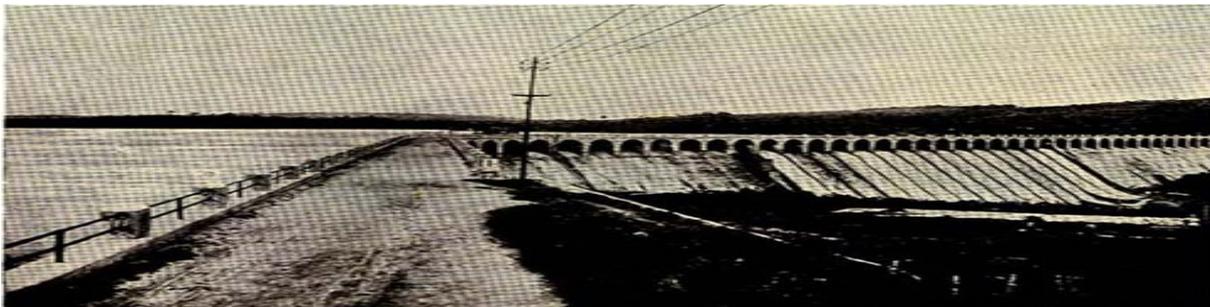


Fig 12 – Represa de Itupararanga
Fonte: Site Projeto Memória – FUA

Com o final das obras em 1915, muitos dos operários foram dispensados, ficando apenas aqueles que teriam condições de trabalhar na usina e a vila ficou conhecida como “Vila da Light”. Nessa vila havia: casas diferenciadas para os operários e chefes, igreja, escola, armazém, etc. Como os operários não eram funcionários da fábrica de Tecidos, e sim da São Paulo Electric Company, os seus salários eram um pouco mais altos que os dos operários da fábrica. Essa situação de desigualdade alimentava certo clima de animosidade entre os moradores de Votorantim e os “laitenses”¹⁰.

Paulatinamente as finanças do Banco União foram entrando em desequilíbrio a partir da impossibilidade de emitir dinheiro. Os sintomas da crise se manifestavam através dos empréstimos que se sucediam. As freqüentes greves também foram fator agravante da desestabilização do Banco.

O FUTURO DE SOROCABA

O Banco União e a Fabrica Votorantim –

Realizou-se hontem, com o comparecimento de 38.589 acções, a assemblea geral extraordinária do Banco União de São Paulo, para o restabelecimento antigo capital de dez mil contos de réis desse Banco, e autorização de um empréstimo de cinco mil contos por debêntures como garantia hypothecaram a fabrica Votorantim, tendo a esse respeito approvadas as propostas da directoria com parecer favorável do Conselho Fiscal. Ficaram assim as acções do Banco com o valor nominal e integrado de 200\$ cada uma. (CRUZEIRO DO SUL, 20 jul 1912, p. 2)

¹⁰ Em 21 de janeiro de 1974, a usina de Itupararanga e a vila foram vendidas à CBA – Companhia Brasileira de Alumínio pertencente ao grupo Votorantim, e atualmente a entrada no local está sujeita a autorização prévia da empresa.

Em 1917, a Primeira Guerra Mundial ainda não acabara. A Rússia vivia os momentos cruciais que antecederam a sua revolução, as idéias socialistas espalhavam-se pelo mundo tendo receptividade no meio do operariado e para o Banco União o ano de 1917 não se mostrava alvissareiro. Os salários a serem pagos se acumulavam, tornando as relações entre patrões e operários conflituosas.

Aconteceu, então, em 25 de fevereiro desse ano um incêndio de grandes proporções num dos depósitos de algodão da fábrica. Os prejuízos aproximaram-se de mil contos de réis. Era o começo da derrocada do Banco União. Com o incêndio, agravou-se a crise financeira do Banco União que não conseguia saldar suas dívidas. Os operários com seus salários atrasados reclamavam por melhoras. O Banco vai perdendo o controle da situação.

Graças á intervenção solicita do sr. dr. Lima Camargo, activo delegado de policia desta cidade, e aos esforços dos directores da fabrica Votorantim, os operários desta, que desde traz-ante hontem se mantinham em greve pacifica voltaram hontem collectivamente ao trabalho sendo readmittidos os oito operários que haviam sido despedidos e atendidas outras justas reclamações do operariado. Hoje o sr. delegado de policia fará embarcar para a capital a força destacada no Votorantim e que viera a Sorocaba especialmente para policiar aquelle florescente districto de paz. (CRUZEIRO DO SUL, 12 maio 1917, p. 2)

Os operários retornaram ao trabalho; entretanto, a situação não melhorou e os salários continuaram atrasados. Num curto espaço de tempo novo movimento paredista irrompeu e as medidas repressivas ao movimento, tomadas pelo Banco, revelaram o seu descontrole. O Banco União dispensou mais de 70 operários por ele considerado os líderes do movimento e lhes concedeu oito dias de prazo para a desocupação das casas da vila, juntamente com suas famílias. Diante da injustiça praticada pelo Banco, uma comissão de operários formada por Álvaro Nunes, Pregolato Santos (sic), Caetano Messias e José Luiz solicitaram a intercessão do delegado de polícia junto à diretoria, a fim de reverter esse ato desumano. (CRUZEIRO DO SUL, 28 jun 1917, p. 2)

A paralisação persistiu e a demissão dos operários continuava sem solução, quando o Banco União numa tentativa de solucionar sua crise financeira arrendou todo o seu patrimônio por cinco anos. No entanto, o valor do arrendamento fora insuficiente para suprir todas as necessidades financeiras.

A Fabrica de Tecidos Votorantim, acaba de ser arrendada por cinco annos a capitalistas de S. Paulo e Rio por mil contos annuaes. Os arrendatários tomarão brevemente conta do importante estabelecimento fabril. (CRUZEIRO DO SUL, 4 jul 1917, p. 2)

Concomitante a greve da Fábrica Votorantim, iniciou-se na cidade de São Paulo uma das maiores greves que até então se registrara e que veio a se estender por todo o Estado. A greve principiou-se no Cotonifício Crespi, fábrica com mais de 2000 operários localizada no bairro da Mooca, em São Paulo, quando os patrões exigiram o prolongamento do serviço noturno. Os operários responderam exigindo aumento de 15 a 20% do salário, que lhes foi negado. Então, cruzaram os braços e ampliaram as reivindicações: abolição das multas, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, modificação do regime interno da empresa, supressão da contribuição “pró-pátria”¹¹ (FAUSTO, 1976, p. 193).

A partir daí outros trabalhadores solidariamente aderiram ao movimento que tomou grandes proporções deixando de ser exclusivamente dos operários das fábricas têxteis. Além das reivindicações operárias por melhores condições de trabalho, o movimento traduzia todo o desejo de mudança de vida das camadas mais pobres da população paulista. Na verdade, queriam o fim do alto custo de vida, principalmente dos gêneros alimentícios, extremamente elevados para aqueles que recebiam míseros salários.

Com o aumento da adesão ao movimento, os confrontos entre grevistas e a polícia se tornaram inevitáveis. Num desses confrontos, nas imediações da fábrica “Mariângela”, dos Matarazzo, policiais e trabalhadores saíram feridos. Infelizmente, o grevista Antônio Martinez fora atingido por um tiro no estômago vindo a falecer em 10 de julho.

A partir desse fato o movimento recrudescceu. O enterro desse trabalhador transformou-se em manifestação de protesto e motivo de preocupação da classe dominante pelos rumos que o movimento tomara. Acredita-se que aproximadamente 75

¹¹ Contribuição compulsória, descontada dos salários dos operários italianos, e visava a ajuda ao país de origem quase sempre envolvido em batalhas, nessa data envolvido na Primeira Guerra Mundial

mil operários (número expressivo para época) estavam mobilizados. (REZENDE, 1986, p. 18)

Os operários da “Light” declararam-se em greve, cessando com isso o tráfego de bondes, os cocheiros, “chauffeurs” da praça, pedreiros e padeiros também aderiram. A greve destes últimos se deu em razão do alto preço da farinha de trigo que de “11\$ passou a custar 35\$”. (CRUZEIRO DO SUL, 12 jul 1917, p. 2)

As fábricas Matarazzo accederam ao pedido de seus operários aumentando 25% nos seus ordenados; o mesmo fizeram a fábrica de tecidos de juta e outras, sendo entretanto, esse aumento de 20%.

Os operários contudo persistem em não voltar ao trabalho, pois querem ainda que seja fixado um preço razoavel para os generos alimenticios. A policia tem agido com calma e acerto.(CRUZEIRO DO SUL, 12 jul 1917, p. 2)

Em 14 de julho de 1917, o jornal Cruzeiro do Sul continuou a noticiar o desenrolar da greve na capital paulista que “infelizmente enveredou para o caminho ingracto das desordens e dos crimes”. Os operários insatisfeitos com a vitória obtida continuavam a fazer exigências a seus patrões. Informava ainda que nos tiroteios travados entre a polícia e os operários, “havia entre eles, também dando tiros várias mulheres”.(CRUZEIRO DO SUL, 14 jul 1917, p. 1)

Em 17 de julho de 1917, o jornal Cruzeiro do Sul apresentou reportagem de mais de uma página com a manchete: “A greve nesta cidade”. Informava que cerca de “10 mil operários em parede. Querem aumento de salário - Os bondes estão paralyzados e o comércio cerrou as suas portas”.



Fig. 13 – Manchete do jornal Cruzeiro do Sul sobre a greve de 1917 em Sorocaba
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul

Para o jornal, a declaração de greve por parte dos operários não era “surpresa”, já que a situação dos trabalhadores em Sorocaba era semelhante a dos da capital.

O encarecimento rápido e crescente dos generos de primeira necessidade e o decrescimo de salarios, realizado em alguns estabelecimentos concorreram, além de outros motivos de ordem secundaria, para levar os operarios à greve. De facto, não era possível que as coisas continuassem no pé em que estavam. A miseria negra e horrivel ameaçava centenas de lares.

Ao trabalho exaustivo de horas excessivas, não correspondia uma alimentação generosa e bôa, pois a começar do pão, todos os artigos subiram muito o preço e os operarios eram coagidos a reduzir ainda mais o seu parco “menu”.

Os operarios em parede pacifica procuram nem mais nem menos do que conseguir um pequeno augmento de salario.

Foi para esse fim que se declarou A GREVE. (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul 1917, p. 1)

A reportagem passou a descrever com detalhes os procedimentos e itinerários adotados pelos grevistas, que por onde passavam iam tendo a adesão dos operários das fábricas. A ação da polícia nas manifestações dos trabalhadores foi registrada, bem como a vinda de uma força policial da capital a fim de garantir que a “ordem pública não se subvertesse”. No entanto, a polícia chegou a cometer excessos ao dispersar uma aglomeração de populares que insistiam em permanecer na praça central, em comício. (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul 1917, p. 1)

Os industriais, temendo que a greve na cidade tomasse os rumos daquela que acontecia em São Paulo, reuniram-se e decidiram fazer algumas concessões aos seus operários, como: 20% de aumento sobre os salários em geral, não dispensar do serviço qualquer operário que tivesse participado da greve, respeitar o direito de associação dos operários, pagar os salários atrasados dentro da primeira quinzena do mês subsequente. Todavia, os operários consideraram que essas concessões não melhorariam suas vidas e permaneceram em greve. Os industriais se viram obrigados a rever as concessões feitas. Em nova reunião, contando com uma comissão de representantes do operariado, deliberaram:

“Os industriaes abaixo-assignados se compromettem a beneficiar os seus operarios, dando-lhes:

1º. Dez horas de trabalho por dia;

2º. Vinte por cento de augmento de salário;

- 3º. De acordo com as actuaes necessidades farão trabalhos extraordinários, fora os teares, augmentando assim o serviço de 10 para 11 horas, sendo esse excesso pago a parte, á razão de serviço extraordinário;
- 4º. O pagamento será por metro e não por peça, feito na primeira quinzena do mez seguinte ao vencido, excepto na Fabrica Santa Rosália, que pagará no terceiro sabbado do mez seguinte ao vencido;
- 5º. Não será nenhum operário demittido do trabalho por motivo de greve; (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul 1917, p. 2)

Os operários da Fábrica Votorantim já estavam parados antes mesmo da deflagração da greve na capital e permaneceram diante da incerteza do destino que teriam. O arrendamento da fábrica fora insuficiente para equilibrar as dívidas do Banco União. Este, sem produzir devido às constantes greves e outros fatores intervenientes, acaba por requerer sua falência, ainda no mês de julho de 1917.

A Directoria do Banco União de S. Paulo depois de haver deliberado a respeito resolveu requerer a sua fallencia devido às difficuldades que, de há tempos a esta parte; vem surgindo na praça, acarretando prejuízos áquelle estabelecimento de credito.

A Directoria do Banco, allegando certos factos resultantes da crise actual dirigiu o seu requerimento ao juiz da primeira vara civil e commercial sr. dr. Miguel Godoy pedindo a decretação da fallencia. S. exc. deferindo o pedido nomeou para syndicos o Banco do Commercio e Industria Pereira Ignácio & Comp. e Naim Jaffet e Irmãos

O passivo do Banco é o seguinte: credores; privilegiados 3.323:006\$000, debenturistas, 4.691:800\$; contas correntes, 49.524\$490 e chirographarios 2.812:881\$360º que monta a 11.577.211\$850 (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul 1917, p. 3)

No dia seguinte foi noticiado a reabertura de todos os estabelecimentos fabris e oficinas de Sorocaba. A normalidade se restabelecia, exceto na fábrica Votorantim; os operários de lá, encontravam-se em situação difícil, pois a fábrica não reabrira devido a falência do Banco União.

Os operários não estavam mais em greve, estavam desempregados e vivendo a incerteza da reabertura ou não da fábrica. A miséria e a fome passaram a rondar os lares dos operários do Votorantim. O armazém fornecedor de gêneros permanecia fechado e, mesmo que abrisse suas portas, não tinha gêneros para vender, “uma comissão precatória vem a Sorocaba angariar recursos para socorrer os mais necessitados daquela população e minorar-lhes os padecimentos”. (CRUZEIRO DO SUL, 26 jul 1917, p. 1)

Na condição de arrendada, a fábrica foi reaberta e tinha a frente dois industriais em ascensão: Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa. Com a reabertura da fábrica, as quarenta famílias que haviam sido despejadas em razão de greve foram recebidas de volta, os operários tiveram seus salários aumentados em 10% e a jornada de trabalho reduzida para 10 horas diárias. (CRUZEIRO DO SUL, 27 jul 1917, p. 1)

Os operários desejosos em externar sua alegria pelo reencetamento das atividades na fábrica, manifestaram-se através do jornal Cruzeiro do Sul, expondo toda a situação aflitiva pela qual passaram.

A fábrica retomou sua produção, os operários retornaram ao trabalho, a incerteza foi cedendo lugar a perspectivas de melhora. Em novembro de 1917, aconteceu a venda em leilão dos bens arrecadados na falência do Banco União. Esses bens entre outros eram os seguintes: a fábrica Votorantim com todos os seus terrenos, edifícios e obras hidráulicas, 440 casas operárias, residências do gerente e pessoal superior do estabelecimento, todas as máquinas e acessórios que compunham as diversas secções da fábrica (fiação, preparação, mistura, estamparia, acabamento, secamento, laboratório, preparação de tintas, tinturaria, rolos, secção de flanelas, de gravação de oficinas mecânicas, de fundição, de turbinas, de caldeiras, de carpintaria, usinas, etc.). Integrava ainda a linha férrea compreendendo todas as estações e ramal de Itupararanga; a Fazenda Itupararanga compreendendo os fornos de cal, caieiras, casas, etc.

Sobre a fabrica Votorantim pesa um ônus de um contrato de arrendamento pelo praso de 5 annos lavrado com os srs. Pereira Ignácio & Cia. Desse contrato consta a clausula, de que no caso de venda da fabrica o contrato de arrendamento deve ser respeitado pelo adquirente. O contrato foi registrado de accordo com o art. 1197 do Código Civil e, nessas condicções pode ser apposto a terceiros, valendo com ônus real. (CRUZEIRO DO SUL, 23 nov 1917, p. 2)

O contrato de arrendamento não permitia que os arrendatários participassem da arrematação dos bens. Assim, em 10 de janeiro de 1918, o jornal "A Platea" da capital publicava que João Soares Hungria, Raphael de Cunto, João Cancio Pereira, Domingos Piccirillo, José Ventura Fernandes da Silva, José de Cunto e Roque de Cunto haviam comprado em leilão todo o acervo da massa falida do Banco União, pela quantia de 2.142 contos de réis. (GASPAR, 1954, p. 253) O capital da fábrica era de

40:000\$000.000 (quarenta mil contos de réis), 18 vezes maior (BONADIO, 2004, p. 206).

O grupo que arrematou o acervo do Banco União era formado por pessoas muito ligadas a Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa: José, Roque e Raphael de Cunto eram irmãos de Joaquina de Cunto Scarpa, esposa de Nicolau Scarpa; Domingos Piccirillo era casado com Carmelina Scarpa Piccirillo, irmã de Nicolau Scarpa; João Cancio Pereira era funcionário de confiança de Pereira Ignácio. Esse grupo converteu os bens arrematados numa Sociedade Anônima.

Antonio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa foram escolhidos para exercer o cargo de administradores apesar de não serem acionistas, nada de mais, já que os Estatutos da sociedade não colocavam óbice algum para que tais cargos fossem ocupados por pessoas de fora da sociedade.

No mês seguinte, o jornal Cruzeiro do Sul publicou na denominada “Seção Livre” que na “SOCIEDADE ANONYMA FABRICA VOTORANTIM – estão sendo feitos os pagamentos a todo o pessoal da Fabrica Votorantim referente ao mez de janeiro, bem assim a matricula para a nova admmissão em todas as secções da fabrica”. (Cruzeiro do Sul, 22 fev 1918, p.2)

Rapidamente, Pereira Ignácio foi adquirindo as partes dos sócios e ficando praticamente à frente da fábrica com Nicolau Scarpa.

Em abril de 1918, acontece um acidente na via férrea de Votorantim vitimando Francisco Scarpa, pai de Nicolau Scarpa. É Aluísio de Almeida quem conta o que aconteceu com a sociedade entre Pereira Ignácio e Scarpa, após a morte de Francisco Scarpa.

“Felizmente o saudoso dr. João Tavares, contou a este escrevinhador que no fim só ficaram Pereira Ignácio e Scarpa muito amigos. Mas o primeiro perguntou ao segundo se vendia e porquanto a sua parte.

- Dois mil contos.

Ele sabia que Pereira Ignácio não tinha, mas daí há 3 dias este lhe apareceu com o dinheiro. Tinha ido buscar no Rio com seu protetor, um negociante patricio Souto Maior.

Scarpa fez das tripas coração, mas sustentou a palavra e foi para São Paulo.

(ALMEIDA, 1978, p.6)

1.1.1 Sai de cena o Banco União entra Antonio Pereira Ignácio

Na historiografia de Votorantim, o industrial Antonio Pereira Ignácio, figura entre as personalidades mais importantes, senão a mais. Algumas passagens de sua vida estão entremeadas de lances de romantismo e até mesmo de heroísmo, o que no decorrer desta pesquisa não tivemos oportunidade de comprovar a todos. Exagero a parte, cabe-nos destacar o seu talento administrativo, por vezes questionável, já que chegara ao Brasil, vindo de Portugal, ainda criança, muito pobre e conseguiu construir grande fortuna.

Com a assunção de Pereira Ignácio a produção da fábrica aumentou. Começam a aparecer nos jornais diariamente anúncios de emprego para tecelãs, fiadores, meninos e meninas maiores de doze anos. Também havia empregos para outros operários de acordo com suas respectivas habilitações. Em todos os anúncios aparecia um N.B. “A fabrica fornece casas para as famílias, com luz, água, exgottos etc. sendo o aluguel Rs 9\$000, 10\$000 e 12\$000 por mez, segundo os commodos”. (CRUZEIRO DO SUL, 3 maio 1918, p. 3) Os valores dos alugéis eram irrisórios.

Pereira Ignácio passou a estimular a plantação de algodão, matéria-prima essencial para suas fábricas, oferecendo vantagens como terras e garantia de preços aos plantadores que poderiam ser “nacionaes ou estrangeiros”. Passou a oferecer tudo aquilo que Júlio Ribeiro já apontava como desestímulo à cultura do algodão. Pereira Ignácio pretendia plantar, colher, descaroçar, fiar e tecer o algodão. Conseguiu.

Em 1920, a produção da fábrica de tecidos fora de 13.604.298 metros. No ano seguinte subira para 16.158.656 metros. O mesmo aumento ocorreu com a produção das caieiras; em 1920 foram produzidas 296.237 sacas de cal e em 1921 subira a produção para 313.895 sacas.(CRUZEIRO DO SUL, 12 ago 1921, p. 2)

Com o intento de agilizar o escoamento da produção da fábrica de tecidos e a produção das caieiras, o transporte de pessoas e materiais, Pereira Ignácio decide aumentar a bitola da via férrea Votorantim de 60 centímetros para um metro no trecho que ligava Sorocaba – Votorantim e Itupararanga e eletrificá-la. Para isso recebeu do governo isenção de impostos na compra dos materiais importados dos Estados Unidos da América do Norte, necessários para a eletrificação da estrada de ferro.

FABRICA VOTORANTIM

O Tribunal de Contas em sessão do dia 15, ordenou que fosse registrado o decreto concedendo á “Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim”, isenção de direitos e da taxa de expediente para o material adquirido no estrangeiro e destinado a electrificação da via férrea de Sorocaba a Votorantim.

(CRUZEIRO DO SUL, 18 set 1921, p.2)

Em 4 de fevereiro de 1922 foi inaugurada a Estrada de Ferro Eletrificada de Votorantim, com a ampliação da bitola. O percurso entre Sorocaba e Votorantim ou vice-versa poderia ser vencido em exatos 9 minutos, o que antes era feito em 20 minutos. A inauguração, como de costume, se revestiu de grande pompa e congregou os membros do partido republicano, se transformando numa festa republicana, contando inclusive com a presença do presidente do Estado Washington Luis que desatou a fita inaugural.

A produção de tecidos da Fábrica Votorantim começou a ter sensível aumento a partir dos anos 20, o que corrobora a boa administração do imigrante português. Em estatística apresentada no início de 1924, a produção do ano anterior foi de 24.023.622 metros em 296 dias trabalhados e na via férrea viajaram naquele ano 174.122 pessoas. (CRUZEIRO DO SUL, 14 fev 1924, p. 1)



Fig. 14 – Pereira Ignácio (3º. da direita para a esquerda) e visitantes sendo observados pelas crianças operárias (década de 20)
Fonte: João dos Santos Jr.

Foi ainda no ano de 1924 que se realizou o casamento da única filha de Pereira Ignácio, Helena, com um engenheiro pertencente a uma família tradicional de Pernambuco, chamado José Ermírio de Moraes.

Festejando o enlace nupcial de sua gentilíssima filha senhorinha Helena com o sr. José Ermírio de Moraes, o sr. Commendador Antonio Pereira Ignácio num bello gesto de sympathia para com os seus operários offereceu-lhes no cine local uma bella festa tendo sido feita grande distribuição de chop e bebidas finas. (CRUZEIRO DO SUL , 24 maio 1925, p. 2)

O engenheiro de minas, José Ermírio de Moraes, passou a trabalhar em sintonia com o sogro e rapidamente substituiu os filhos homens de Pereira Ignácio nas decisões mais importantes.

Em 1933 já ocupava o cargo de superintendente da empresa. Nesse mesmo ano iniciaram-se as obras da Fábrica de Cimento, em Santa Helena, antiga Itupararanga.

Em 12 de março de 1936, a fábrica foi inaugurada e em pouco tempo se tornou a maior fábrica do país. Com a instalação da Fábrica de Cimento VOTORAN¹² em Santa Helena, a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim passa a ser Sociedade Anônima Indústrias Votorantim. Era o início do Grupo Votorantim sob o comando de José Ermírio de Moraes. Em 1948 foi instalada a Fábrica de Papel Transparente VOTOCEL¹³.

Desnecessário descrever o imenso patrimônio¹⁴ granjeado por Antonio Pereira Ignácio; entretanto, a afirmação que persistiu por muito tempo, nos permite entender a magnitude desse patrimônio: “era possível sair de Votorantim e chegar a São Paulo sem sair das terras do Comendador Pereira Ignácio”.

¹² A Fábrica de Cimento Votorantim ainda em funcionamento faz parte das 18 fábricas e moagens de cimento instaladas no Brasil, pertencentes ao Grupo Votorantim e que respondem por 42% do consumo nacional. As jazidas de Santa Helena tendem a se exaurir por volta de 2025

¹³ Ainda em funcionamento, atualmente arrendada por um grupo empresarial argentino, a VOTOCEL viu-se na contingência de adequar-se ao mercado passando a produzir o polipropileno bi-orientado em substituição ao celofane.

¹⁴ Conferir patrimônio de Antonio Pereira Ignácio até o ano de 1942 no jornal Cruzeiro do Sul, 14 jun 1942, p. 3.

1.1.2 Votorantim se emancipa de Sorocaba – 1965

Em 1911, Votorantim fora elevado a distrito de Sorocaba e manteve-se nessa condição até 1965. No final da década de 50 e mais intensamente no início da de 60 foi fortalecendo entre os votorantinenses o desejo de autonomia. O distrito crescia tanto em termos populacionais como em número de indústrias. Além das três grandes fábricas pertencentes a S.A. Indústrias Votorantim havia a fábrica Metidieri, Tecelagem Vial e outras menores, principalmente têxteis. Significava que a arrecadação de impostos aos cofres de Sorocaba, provenientes de Votorantim não era desprezível. No entanto, pouco se via de retorno no distrito por parte da prefeitura de Sorocaba. Excetuando as vilas Barra Funda, Chave, Votocel e Santa Helena, mantidas pela S.A. Indústrias Votorantim, os outros bairros viviam em total abandono, com ruas sem asfalto, esgoto, luz elétrica e água encanada; onde havia, o estado era precário. Quando as idéias emancipatórias começaram a tomar vulto entre a população formaram-se dois grupos ideológicos: o SIM, favorável ao desmembramento e o NÃO, contra a separação.

O grande aliado do grupo SIM era o gerente geral da fábrica de Tecidos, Mathias Gianola. A S.A. Indústrias Votorantim era a maior interessada pelo desmembramento, uma vez que Sorocaba pretendia sobretaxar o cimento e sempre colocava entraves aos negócios das fábricas (Votorantim Tecidos, Votocel e Votoran). A Fábrica Votorantim passou a incentivar ou ameaçar, como fora afirmado na época, seus empregados a se posicionarem pelo desmembramento.

VOLÚPIA DO DESMEMBRAMENTO

Decidida que foi pela Assembléia Legislativa a realização do próximo plebiscito em Votorantim, não conseguem os elementos ligados ao poderoso grupo industrial que ali se instalou, disfarçar o incontido euforismo pela vitória alcançada nessa primeira batalha iludidos na conversa inflamada e demagógica de alguns políticos [...], constatamos que muitos moradores de Votorantim ainda não perceberam a jogada fatídica de que vão participar. Esquecem-se que as más administrações têm prejudicado a cidade toda, por inteiro, e não simplesmente aquele distrito e prestam-se ao papel subalterno de seguir as ordens emanadas do mesmo poderio econômico que acabará por asfixiá-los, caso triunfe essa enganosa miragem do desmembramento.

[...] o movimento nada tem de sincero e que apenas visa apaniguar interesses econômicos que não são os do povo. Acreditar que, uma vez criado o novo município, a renda da cota de retorno paga pelo Estado será suficiente para custear obras e serviços que tornarão aquela parte de Sorocaba um verdadeiro

“oásis” de beleza e de conforto, é evidentemente um dos engodos mais graúdos. E a máquina administrativa, que precisará ser montada e organizada? E a câmara Vereadores que também deverão ser eleitos? e pagos? Será que tudo isso ficará de graça? Ou será que a poderosa organização industrial que comanda o movimento, pretende não dar nenhuma despesa ao povo “indicando” simplesmente os governantes e usando as instalações já existentes em seus próprios escritórios, para tudo ficar inteiramente “em casa”?

Fazemos estas considerações como alerta ao povo ordeiro e trabalhador daquela Votorantim que jamais poderá deixar de ser Sorocaba, como terra da mesma terra, sangue do mesmo sangue. Oxalá sejamos ouvidos, para que a presente volúpia do desmembramento não se torne mais tarde na melancolia irremediável do arrependimento. (CRUZEIRO DO SUL, 13 nov 1963, p. 9)

O gerente da fábrica Votorantim na época Mathias Gianolla, oferecia tecidos estampados com uma espécie de emblema do SIM para a confecção de roupas a serem vestidas nos dias de comício, pelos operários. Por muito tempo as casas votorantinenses tiveram toalhas de mesa, cortinas e guardanapos feitos com esses tecidos.

Cartada das casas para os operários

[...] a indústria vai vender as casas de sua propriedade no distrito para os operários que nelas residem. O que porém precisa ficar bem esclarecido é o verdadeiro motivo pelo qual se faz essa carinhosa promessa [...] em primeiro lugar trata-se de mais uma arma utilizada não só para enganar como para intimidar, objetivando o maior controle do eleitorado. Em segundo lugar e aí vem o sentido tático da jogada, a medida terá repercussão importantíssima para os côfres da nova prefeitura que pretendem criar, pois serão os operários e não a Fábrica que pagarão os impostos e as taxas municipais. (CRUZEIRO DO SUL, 15 nov 1963, p. 7)

O grupo do NÃO provavelmente não era contra a emancipação; o que lhes era temeroso seria a ingerência da fábrica na administração do novo município, o que não estavam errados. Após debates calorosos, houve comício que contou com a presença de José Ermírio de Moraes Filho defendendo a emancipação, em 1º de dezembro de 1963 realizou-se o plebiscito.

Realizou-se ante-ontem, domingo, o plebiscito de consulta em Votorantim, tendo o resultado final apontando a vitória para os favoráveis ao desmembramento por 3099 votos contra 1003. A votação realizou-se dentro da mais perfeita ordem, não tendo se registrado nenhum fato desabonador, com os votorantinenses dando seu voto plenamente conscientes do importante compromisso que estavam se desincumbindo.

A apuração foi encerrada ontem de manhã tendo início então, verdadeiro carnaval no ex-distrito com escolas de samba, rojões, etc. Em regozijo pelo

desmembramento as Indústrias Votorantim dispensaram seus empregados do serviço durante o dia de ontem. (CRUZEIRO DO SUL, 03 dez 1963, p. 5)

Com esse resultado foi nomeado Pedro Augusto Rangel, vereador da Câmara Municipal de Sorocaba, como subprefeito de Votorantim até que fosse marcada a data das eleições da nova cidade. Em 07 de março de 1965 foram realizadas as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Pedro Augusto Rangel foi eleito prefeito com 60% dos votos. Era vereador e fora gerente da fábrica VOTOCEL. Em 27 de março de 1965 dá-se a instalação oficial do novo município com a posse do prefeito e vereadores. Votorantim começa nova vida, agora “independente”.

1.2 A Fábrica de Tecidos: dominação, consentimento e resistência.

A fábrica de Tecidos rapidamente tornou-se o centro da vila operária de Votorantim e assenhorou-se da vida das pessoas. As histórias de vida foram escritas dia após dia ao cair da chapa na chapeira. Os operários eram identificados por uma chapinha de metal com seu número. Quando chegavam no início do turno de trabalho retiravam-na de uma chapeira deslocando-a para a outra. No final do turno o movimento era inverso. Eram tantas chapas caindo, ao mesmo tempo, numa batida ritmada, tal e qual os tamancos de madeira das operárias apressadas vindo pelas ruas para não perder a hora. Os apitos iam se repetindo em intervalos cada vez menores, anunciando o horário da entrada e o fechamento do portão. Esses sons iam calando na memória das pessoas e reafirmando sua condição de operário.

As relações entre a fábrica e seus operários se confundiam num misto de dominação explícita e dissimulada. Houve momentos em que essa dominação foi consentida e até mesmo agradecida. Talvez esse consentimento tenha sido fruto das vicissitudes da vida do operário, levando-o a sujeição paciente da própria sorte. Se houve a sujeição, também houve resistência e conquistas. O poder da fábrica permeava as relações de trabalho, de convivência e de sobrevivência. Em alguns acontecimentos ou práticas fica difícil identificar se a dominação fora consentida ou dissimulada. A vida na vila operária de Votorantim desde a última década do século XIX não diferia muito da vida nas vilas operárias de Sorocaba e da cidade de São Paulo:

uma vida dura e sofrida. Boris Fausto cita a Fábrica Votorantim como exemplo de empresa que optou em oferecer “modernas aldeias” aos operários e que resultou em fonte adicional de poder dos empresários sobre os trabalhadores, a ponto de alcançar sua vida privada. Prossegue o autor apontando formas manifestadas dessa dominação. Na Votorantim, situada a alguns quilômetros de Sorocaba, os gerentes impediam as uniões livres e obrigavam os operários a casar-se, sob pena de despedida. A escassez de trem e o preço elevado da passagem na estrada de ferro, controlada pela companhia, indicam um interesse em evitar contatos amiudados com o mundo exterior. (FAUSTO, 1976, p. 117)

1.2.1 Dominação

Em Votorantim, foram construídos pelo Banco União, dois núcleos de casas para operários: a Chave e a Barra Funda. Este último muito próximo da fábrica. As casas da Chave eram mais simples e destinadas quase somente para os operários. Na Barra Funda, além de casas para operários, havia as residências para os chefes que ofereciam mais conforto. Nos dois núcleos, as casas foram construídas em tijolo aparente, geminadas, formando longos “correr” de casas. As ruas não eram pavimentadas, tinham calçadas e as casas seguiam um alinhamento que melhorava o aspecto da vila. Por essa razão, a Vila do Votorantim sempre fora referenciada como bela, pitoresca, com casas confortáveis. Tinham como parâmetros de comparação as ruas de Sorocaba (final do século XIX) que eram de terra; algumas poucas “macadamizadas”¹⁵, tortuosas e as construções não seguiam padrões de alinhamento, arquitetônicos e nem sempre tinham água encanada e luz elétrica.

Em algumas ruas havia sobrados, destinados às famílias mais numerosas. Na Barra Funda, esses sobrados foram construídos tendo uma escada comum externa de acesso para a parte superior, onde ficavam os quartos, servindo para duas casas, sem se preservar a privacidade dos moradores.

¹⁵ Macadame – Sistema de empedramento de estradas de rodagem ou ruas com pedras britadas (aportug. do escocês Mac Adam)

Os quintais dessas casas também eram comuns. Com pequenas variações de tamanho, as casas seguiam sempre o mesmo estilo arquitetônico e podiam ter três ou quatro cômodos. Eram geminadas e estreitas, variando de 3,80 ou 5,70 m as larguras da frente das casas. Alguns cômodos ficavam sem janelas externas e nas casas térreas os quartos não tinham porta, pois ficavam na passagem de um cômodo para outro. Essa disposição dos cômodos não oferecia privacidade a seus moradores e gerava situações constrangedoras, principalmente quando os filhos nasciam, pois os partos, mesmo os mais complicados eram feitos nas casas pelas parteiras. O banheiro ficava na parte externa, nos fundos da casa.



Fig. 15 – Residência dos chefes na Barra Funda

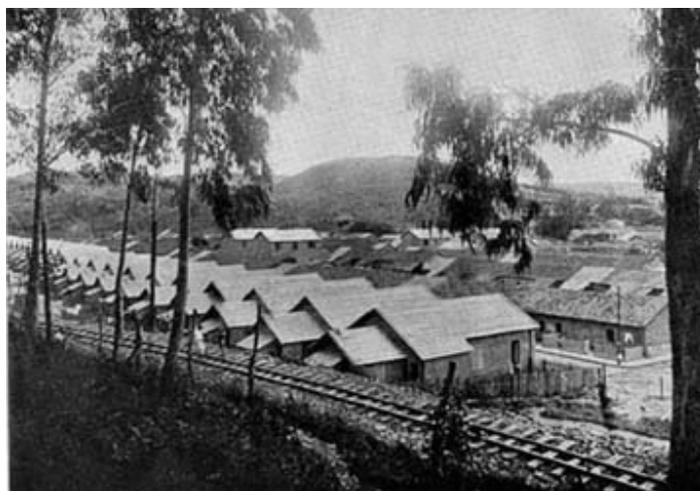


Fig. 16 – Núcleo de casas operárias na Chave

As casas não eram dadas ao operário. Este pagava um aluguel, no qual estava incluso o valor da água e a energia elétrica consumidos. Contudo das casas possuem luz elétrica, nem todos os cômodos da casa eram servidos por esse benefício. O número de “bicos de luz” deveria ser inferior ao número de cômodos, podendo o

morador escolher em quais dependências gostaria de ter luz. Assim, nas casas de três cômodos normalmente a sala e a cozinha eram iluminadas e o quarto ficava às escuras. O aluguel vinha descontado do ordenado de um dos membros da família, geralmente o pai; na falta deste, descontava-se da mãe ou do filho mais velho. O valor descontado era pequeno, variando de acordo com o tamanho da casa. O oferecimento da casa para morar, a primeira vista, era recebido pelo operário como uma vantagem e pelos mais gratos como uma bênção. No entanto, implicitamente acentuava-se o grau de dependência dos operários, pois pairavam sobre eles constantemente as ameaças de despejo, a qualquer ato de insubordinação. Em resposta às greves, eles foram com freqüência desalojados de suas casas ou delas arrancados à força e compelidos ao trabalho (FAUSTO, 1976, p. 117).

Avançando no tempo, quando da instalação da usina de Itupararanga, da fábrica de cimento (bairro Santa Helena), de papel (bairro Votocel) e em diferentes datas, optou-se em construir casas para os operários próximas das fábricas. Dessa forma o poder das fábricas se estendia além de seus muros.



Fig 17 – Residência dos chefes de Itupararanga
Fonte: Votorantim 2000 – Memórias de uma cidade

O padrão da moradia correspondia ao cargo ocupado por seu morador nas fábricas, ou seja, casa para o operário, casa para os cargos intermediários, casa para os cargos de chefia. Inconscientemente ou não formava-se uma mentalidade de submissão e conformismo que dependia do cargo e da casa que se ocupasse. A moradia e o trabalho exercido determinavam também as relações de convivência entre as pessoas.

Dentro da fábrica o trabalho era exaustivo, como em todas as fábricas, principalmente as têxteis. As jornadas de trabalho eram longas e não havia uma idade mínima para se começar a trabalhar. Crianças com seis anos podiam se candidatar e eram admitidas, mas sofriam castigos físicos caso se distraíssem durante o trabalho ou pegassem no sono. Não raro apareciam notícias de crianças que haviam sofrido mutilações durante o trabalho.

No dia 5 do corrente deu-se mais um lamentável desastre, sahindo victima do mesmo o infeliz menino Isaltino Mariano. A victima tem apenas 11 annos [...] deixando entre as engrenagens d'uma machina de fiação 4 dedos, ou melhor que se diga logo: uma mão! [...] (O OPERÁRIO, 16 jun 1912, p. 2).

O trabalho infantil, combatido principalmente pela imprensa, revelava uma triste realidade. Esse trabalhador, quase sempre proveniente de família operária, ingressava precocemente no trabalho com o consentimento dos pais que não tinham alternativa para minimizar as privações passadas pela família. Aos olhos do empresário, o trabalho infantil era antes de tudo um benefício para a criança. Um visitante da fábrica Santa Rosália, ao percorrer a secção de tecelagem observou:

[...] nas machinas onde trabalham 350 fusos só operam creanças, meninos ágeis [...] e "que é uma viva satisfação ver para alli ocupados, aproveitando santamente o tempo que outros malbaratam na ociosidade, na precocidade do vicio [...] os meninos de ambos os sexos são em numero de 90. De novo, santa escola do trabalho! Vimol-os alli entretidos, diligentes, numa faina suave, que de maneira alguma lhes pode prejudicar as organizações débeis, em vista do diminuto dispêndio de forças que demanda. (O 15 DE NOVEMBRO, 3 ago 1899, p. 2)

Num minucioso levantamento dos prontuários dos operários da fábrica Votorantim, da década de 30, por força das leis trabalhistas que iam se introduzindo, os

operários passaram a ser registrados, Geraldo Bonadio localizou registros da admissão de uma menina nascida em Badajoz - Espanha, admitida e registrada como maçarqueira aos seis anos de idade. (BONADIO, 2004, p. 211). Pelo mesmo levantamento constata-se que era maior a admissão de meninas com menos idade, o que corrobora a análise de Marx e Engels de que os componentes clássicos do sistema de fábrica se reproduzem nas fábricas têxteis. A introdução da maquinaria tende a reduzir o valor da força de trabalho e lança ao mercado crianças e mulheres em maior proporção. (FAUSTO, 1976, p. 110).

Em 1909, o jornal “O Operário” publica uma nota intitulada: “Digno de Manifestação”. Nela apresenta o talão de contas de uma criança operária de dez a doze anos que trabalhara no mês 29 dias e três quartos e deveria receber 17\$850 réis. Para o jornal, o salário integral era uma exploração. No entanto, este pequeno operário ainda tivera os seguintes descontos:

Football	1\$000
Multa	1\$000
Botequim	9\$800
P. Votorantim	1\$000
Total	12\$800

(O OPERÁRIO, 19 dez 1909, p. 1)

A indignação maior do jornal residia no fato do salário da criança ter se reduzido a 5\$050 e de ser descontado gastos de botequim. Indagava o jornal “que couza de utilidade compraria no botequim esse menor?” Finalizava a nota dizendo que com certeza tratava-se de mais um caso de abuso por parte das fábricas. Ao proporcionar o lazer a seus operários, a fábrica conquistava-lhes a simpatia exercitava outras formas de extorqui-los ao cobrar o que bem entendesse dos benefícios oferecidos.

A presença feminina nas indústrias têxteis sempre foi superior a masculina. Na descrição de Engels, o trabalho mecanizado, tanto na fiação como na tecelagem, consiste principalmente em reatar os fios que se rompem e isto exige dedos ágeis. Os

homens não só deixam de ser indispensáveis, como o desenvolvimento maior dos músculos e dos ossos de suas mãos torna-os menos capacitados para esse serviço (ENGELS apud FAUSTO, 1976, p. 110)

Pela agilidade do trabalho feminino, após as leis trabalhistas que determinaram o descanso remunerado hebdomadário normalmente aos domingos, a fábrica Votorantim permitia as engrupadeiras que no dia do descanso trabalhassem das 5 às 11 horas da manhã, preparando os fios para serem tecidos no dia seguinte. Recebiam por esse trabalho um quilo de tecido grosso branco. Apesar de perderem o pouco descanso a que tinham direito, as mulheres aceitavam trabalhar, pois era a única forma de conseguirem prover seus lares com lençóis, toalhas, cortinas e até mesmo roupas. Não podiam pensar em supérfluos com os míseros salários que percebiam. Por isso, as casas da vila ficavam uniformizadas, exibindo em suas janelas sempre cortinas brancas.

Quando a mulher engravidava, trabalhava até bem próximo do dia do nascimento da criança, sem nenhum tipo de assistência pré-natal. “Quando a mulher ia ter um filho, avisava ao guarda que ia parar de trabalhar e quando terminava o resguardo, voltava ao trabalho e avisava o guarda de sua volta”. (VOTORANTIM-2000, 2000, p.167)

Amiudadas vezes o jornal “O Operário” publicava queixas de operárias solteiras ou viúvas de que eram tratadas de maneira desrespeitosa por mestres e outros funcionários devido à sua condição¹⁶. Não raro havia relatos de operárias que se percebiam espiadas enquanto faziam uso das privadas. O tempo demorado na privada também era controlado, não se permitindo permanência excessiva nesse local.

A organização hierárquica da Votorantim não diferia das outras fábricas de tecidos. No topo estava a diretoria do Banco União, a qual os operários não tinham acesso. Abaixo desta, aparecia a figura do diretor-gerente, aquele que intermediava as queixas coletivas e tinha conhecimento sobre tudo o que ocorria na fábrica. Depois vinham o mestre e o contramestre, responsáveis principalmente pela disciplina. Esses representantes da ordem, foram muitas vezes, responsáveis por atos de violência contra as crianças e pela dupla exploração das mulheres como força de trabalho e

¹⁶ Ver caso da operária Maria do Amaral intitulado “Insultos no Votorantim” Jornal O Operário, 9 out 1910, p. 2, anno I, num.1

como objeto sexual. Quase sempre eram figuras odiadas pelos operários. O jornal “O Operário” constantemente denunciava os abusos cometidos pelos mestres e contra-mestres das diversas fábricas de Sorocaba.

Na Fábrica Votorantim os salários eram baixos para todas as funções. Entretanto, havia diferenciações quanto à forma de efetuar o pagamento. Para algumas tarefas o pagamento era feito por hora e para outras por produção. O tecelão recebia por produção e quem fazia a preparação do fio para ser tecido recebia por hora. Os tecelões, na ânsia de produzir mais para melhorar o salário, cobravam energicamente rapidez e agilidade dos operários que lhes preparavam o fio. Dessa forma poupavam o trabalho do empregador em vigiar todos os operários durante o trabalho e também criava-se certa animosidade entre os próprios operários, enfraquecendo a união dos mesmos nas situações de reivindicações coletivas.

As jornadas de trabalho variavam de 10 a 14 horas diárias, com um intervalo para a refeição. Estas eram feitas na própria secção, misturado ao pó e barulhos reinantes. As marmitas eram esquentadas nos teares. Por volta da década de 40 foi construído um restaurante para os operários; porém, a refeição era paga através de desconto no ordenado.

Pela falta de equipamentos de proteção e de segurança a ocorrência de acidentes era grande, sendo mais freqüentes as mutilações de mãos e braços arrancados pelos teares. Os funcionários não recebiam indenizações em caso de acidente grave que os deixassem inválidos e nem em caso de morte. Suas famílias ficavam a mercê da própria sorte. Nos jornais apareciam as notícias sobre os acidentes e comentava-se o ato magnânimo por parte da fábrica em pagar as despesas hospitalares do operário acidentado. Com mais freqüência apareciam súplicas aos empregadores, para que não descontassem os dias em que o operário não pudesse trabalhar em razão do acidente ou doença. Também era freqüente aparecer subscrições feitas por operários para angariar fundos às famílias desamparadas.

[...] o menor Euclides Brasiliense Rodrigues de 12 annos de idade, pouco mais ou menos [...] quando por um descuido, muito natural nas creanças, viu-se preso, pelo braço direito, no cylindro da machina, em que elle, labutando procurava, tão pequeno ainda, fazer jus ao pão quotidiano. [...] fazemos um justíssimo pedido, qual de não suspender ao nosso companheirinho o seu

salário em quanto estiver preso ao leito da dôr. (O OPERÁRIO, 24 jul de 1910, p. 2)

No tempo em que a fábrica pertenceu a Antonio Pereira Ignácio, na Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba havia uma ala hospitalar somente para atender aos operários da Fábrica Votorantim.

A inexistência de filtros na fábrica acarretava uma poeira excessiva que afetava os pulmões e grande era o número de pessoas que contraíam a tuberculose. A fábrica, na expressão do seu serviço social (prática inovadora no meio industrial e bastante alardeada por Pereira Ignácio), mantinha uma espécie de convênio com um sanatório em Campos de Jordão para o atendimento dos operários acometidos pela doença. Ao ser encaminhado para Campos de Jordão, o operário recebia cortes de flanela doados pela fábrica para a confecção de pijamas. No entanto, as chances de retornar com vida de Campos do Jordão eram mínimas. A mortalidade dos adultos e das crianças era elevada e refletia a má alimentação, longas jornadas de trabalho, falta de assistência médica e de dinheiro. Seguem dados do obituário publicado no jornal Cruzeiro do Sul, computando os moradores de Sorocaba e Votorantim:

Dia 5 janeiro de 1917 –
Alzira – 15 meses – bronco pneumonia
Maria – 10 meses – sem assistência medica
João de Almeida – 41 annos – tuberculose
Venesiana Antunes – 8 annos – endocardite
Benedicto – 15 meses – gastro enterite
Pedro Araújo – 18 meses – meningite
1 feto do sexo masculino
Dia 6 de janeiro de 1917
Salvador Paulino – 60 annos pneumonia
Lazaro de Almeida – 45 dias – sem assistência
Elisa Alves – 8 annos – sem assistência medica
Parcídio - 5 dias tétano dos recém-nascidos
(CRUZEIRO DO SUL, 5 e 6 jan 1917, p. 2)

Por relatos de antigos moradores e operários da fábrica sabe-se que a vida era difícil para todos, com muita pobreza. Normalmente, além do trabalho na fábrica os operários, principalmente os homens, precisavam encontrar outras ocupações para poder sustentar a família quase sempre numerosa. Faziam serviço de carroto em

carroças, marcenaria, rachavam e vendiam lenha, entregavam leite nas casas, plantavam hortas, etc.

As coisas eram muito difíceis naquele tempo. Quando eu tinha 10 ou 11 anos, meu pai fez uma carroça para irmos cortar lenha perto do cemitério. Todos os domingos eu, Orlando, Nelson e Afonso ajudávamos meu pai a puxar a carroça. Num desses dias meu pai foi picado por um carrapato e teve uma febre muito alta e depois de uma semana faleceu. (GALLI, 1998, p. 28)

Em 1914 a Vila Industrial do Votorantim constava de:

... casas para operários, em numero de 420, servidas de agua encanada e exgottos; 4 predios, nos quaes funcionam as escolas publicas mixtas; um theatro, pequeno e elegante edificio, de gosto moderno; um coreto, casa de residencia do gerente; 3 grandes edificios tendo galerias e salas nas quaes estão installadas as machinas e dynamos. Escriptorio da administração, almoxarifado, depósitos de tinta, sães, drogas; dois grandes armazéns particulares, destinados ao abastecimento da população operaria; agencia do correio, posto policial, matadouro, estação da via férrea ... A população sedentaria, registrada até 1910, era de 483 homens, 510 mulheres e 740 creanças, em sua maior parte brasileiros, italianos, ingleses e hespanhoes. A população adventícia e em transito dá actualmente um total de 4500 almas, mais ou menos. (CÉSAR, 1914, p. 49)



Fig. 18 – Operários da Fábrica de Tecidos na vila operária – década de 20
Fonte: Acervo do Museu Histórico Sorocabano

Os índices de natalidade registrados na vila operária de Votorantim no ano de 1916 foram os seguintes:

MEZES	MASCULINO	FEMININO	BRANCA	PARDA	PRETA	TOTAL
Janeiro	12	07	18	0	01	19
Fevereiro	04	13	17	0	0	17
Março	07	06	08	02	03	13
Abril	09	03	12	0	0	12
Maiο	05	06	10	01	0	11
Junho	10	03	12	01	0	13
Julho	06	09	12	02	01	15
Agosto	13	05	13	04	01	18
Setembro	15	11	22	04	06	26
Outubro	07	07	13	0	01	14
Novembro	12	11	16	4	03	23
Dezembro	18	10	18	03	02	23
TOTAL	118	91	171	21	18	210

(CRUZEIRO DO SUL , 15 jan 1917, p. 3)

Desde o início, a medida que a vila crescia e se tornava uma cidade em tamanho reduzido, o poder da fábrica aumentava e se manifestava, ora de forma explícita, ora de forma mais velada, mas o controle sobre a vida das pessoas era exercido em todos os aspectos.

AUTORIDADES POLICIAES

Conforme noticiamos, foram nomeados pelo governo as novas autoridades policiaes para o Districto do Votorantim. Essa nomeação de conformidade com a indicação do Directorio Republicano local, foi assim feita: subdelegado, Manoel de Senna Cardoso; 1º. Supllente, Antonio Maria de Oliveira; 2º. Supplente, João Soares de Carvalho. Probos e honestos, de inteira confiança representam aquelles senhores nesse trabalho difficil para que foram chamados uma garantia de **ordem** no populoso bairro. (CRUZEIRO DO SUL, 28 jun 1908, p. 2)

Foi indicado pelo Directorio do partido Republicano para ocupar o cargo de subdelegado do districto do Votorantim o nosso amigo e correligionário sr. Cecil Cooke (guarda-livros da fabrica). (CRUZEIRO DO SUL, 5 out 1910, p. 2)

Em dezembro de 1908, foi inaugurado o “mercadinho do Votorantim”, que contou com a presença do prefeito municipal, professores, autoridades militares etc. Foi oferecido pela fábrica na pessoa de seu gerente Eugênio Mariz um “lauto almoço” numa mesa delicadamente disposta em forma de T sendo enfatizado pelo jornal Cruzeiro do Sul, que os “visitantes ficaram penhorados com a delicadeza manifestada pelo gerente da fábrica”.

Ao *desert* usaram da palavra, pronunciando bonitos e burilados brindes os srs. prof. França Junior e major Arthur Gomes. O brinde de honra foi levantado pelo sr. cap. Azevedo Sampaio.

Em seguida o menino Joaquim Baddine saudou o sr. Mariz e o sr. Prefeito Municipal, cap. João Clímaco de Camargo Pires; a menina Sarah Baddine, também usando da palavra, ofereceu um lindo bouquet ao cap. Azevedo Sampaio o que foi secundado pelo menino Paride Baddine.

O sr. Eugenio Mariz usou também da palavra, agradecendo penhorado as saudações que lhes foram feitas. (CRUZEIRO DO SUL, 29 dez 1908, p. 2)

Para os dias de hoje, a inauguração de um mercadinho pode parecer banal para atrair pessoas importantes como prefeito municipal, professores e outros. No entanto, há de se considerar que as opções de lazer no início do século passado eram poucas; então, qualquer acontecimento se tornava um grande evento. A aparente facilidade oferecida pelo mercado, aliada a uma inauguração simpática (crianças, flores e boa comida) ocultava a intenção da fábrica em controlar em todos os aspectos as vidas de seus operários, uma vez que o mercado lhe pertencia e era o único praticamente do lugar, configurando um monopólio no oferecimento de gêneros. Desta maneira reforçava-se a dependência dos operários para com a fábrica.

A escolha das autoridades policiais combinava com o diretório republicano, a administração da fábrica e ainda tinha o respaldo da imprensa, ao menos do Jornal Cruzeiro do Sul de posição republicana declarada. Era certamente a garantia da “ordem” no lugar.

Em 1913, Antonio Pereira Ignácio assumiu o cargo de diretor-gerente da fábrica de Tecidos Votorantim que ainda pertencia ao Banco União. Logo ao assumir entrou em conflito com os operários que não aceitaram sua maneira “despótica” de administrar a fábrica. Para se manter no cargo fez fortes ameaças aos operários que responderam com uma greve que perdurou vários dias. Esse assunto será tratado com detalhes mais

adiante. O que nos interessa no momento é registrar que nesse tempo os operários da fábrica, a exemplo de operários de outras fábricas, tinham formado a Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica Votorantim que tinha por finalidade a ajuda mútua entre os operários e para tal, mantinha um caixa proveniente das contribuições de seus sócios.

Antes de sua saída, ainda na condição de diretor-gerente, Pereira Ignácio participou de uma assembléia onde foi proposto aos operários a Caixa Médica sob a responsabilidade da fábrica e em substituição a Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica Votorantim. Compareceram à reunião 97 sócios convocados pelo seu presidente Benedicto Poppes. Além de Antonio Pereira Ignácio e Laércio Nascimento, respectivamente diretor e sub-diretor gerente do Banco União, participaram os seguintes membros da fábrica: Tarcisio Augusto Nascimento, chefe do escritório; José Coelho de Mello, ajudante do chefe do escritório; Godofredo Silva, mestre geral. Contava ainda com a participação de José Paulino do Amaral, farmacêutico; Domingos Piccirillo, dono do armazém; Joaquim Bruno, cirurgião-dentista; Afonso Monzillo, Caetano Silvestrini e Fernando Arcuri. Estavam presentes todas as pessoas diretamente envolvidas na nova proposta de associação. Na referida assembléia, a Fábrica representada por Pereira Ignácio propõe a criação da Caixa Médica sob a sua exclusiva responsabilidade e a manutenção da contribuição dos sócios. Foi Antonio Pereira Ignácio que enumerou as vantagens que seriam auferidas pelos operários com a mudança.

[...] “a caixa médica criará um “crèche” , azilo este onde se recolherão as crianças menores de dous annos cujas mães estejam a trabalhar na fábrica, manterá um médico, um pharmaceutico residente aqui, uma pharmacia, onde por modicos preços os associados encontram tudo o que precisem, uma parteira e um dentista; organizará um fundo especial destinado á higyene publica”

Terminando o sr. Pereira Ignácio concitou os operários a freqüentarem as escolas nocturnas mantidas pelo Banco União e que si as já existentes não bastassem seriam augmentadas. Porque a instrucção é a luz vivificante da nossa alma, o pão do nosso espirito que fortifica e nos anima a trilhar a senda áspera da vida [...] (CRUZEIRO DO SUL, 20 set 1914, p. 2)

O discurso não era mais aquele do gerente prepotente do final de 1913, pois mostrava-se preocupado com as crianças, com as mães trabalhadoras, com a saúde

dos operários e principalmente com a instrução dos mesmos. O discurso mudara tanto, que os operários se esqueceram que na greve em que recusaram os métodos administrativos do novo gerente, uma das ameaças fora justamente o fechamento da farmácia que pertencia aos empregados. Agora, com a Caixa Médica tudo passaria a ser gerido pela fábrica. Os operários-sócios aceitaram a proposta da fábrica, dissolveram a Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica Votorantim e criaram a Caixa Médica. Ainda nessa reunião Pereira Ignácio, concluiu:

Pedindo de novo a palavra o snr, Pereira Ignácio disse que o saldo verificado da dissolução da sociedade fosse posto em qualquer estabelecimento, podendo os ex-sócios dispor dessa quantia, sob a responsabilidade da administração da fábrica, à medida da necessidade que houver para socorrer os ex-sócios necessitados e que entre os operários fosse organizado um Conselho Fiscal.
(Idem, p. 2)

A fábrica cumpriu o que prometera ainda que a longo prazo. Manteve médico, parteira, farmácia e quatro escolas noturnas para o ensino das primeiras letras aos operários ali existentes. Posteriormente, em 1926, foi criada a Creche e Escola Maternal da Fábrica Votorantim. Implicitamente a fábrica conseguiu esvaziar uma organização já estabelecida dos operários e estes consentiram.

Mesmo em situações cujo intuito era agradar aos operários implicitamente estava o controle da fábrica. No Natal de 1914, no campo do Savóia cuja arquibancada construída pela fábrica estava concluída, fora realizada uma festa com distribuição de presentes para os meninos e meninas do lugar, patrocinados pelo conde Laércio do Nascimento, diretor-gerente da fábrica; capitão Tarcisio Nascimento, chefe do escritório da fábrica e Domingos Piccirillo, comerciante abastado, dono do armazém Votorantim. Antes da distribuição dos presentes o ato foi eternizado por uma foto, de acordo com a notícia do jornal:

Hontem ás 12 horas já se achava o campo do Savóia repleto de meninos e meninas a espera dos brinquedos que a sorte lhes proporcionasse. Antes de receberem os prêmios as crianças foram photographadas formando as letras da inscripção "NATAL – FABRICA VOTORANTIM – 1914"...
Fallou, historiando o acontecimento que o dia de hontem relembra e agradecendo aos snrs. promotores daquela diversão, a intelligente menina Josephina Piccirillo, sendo ao terminar freneticamente applaudida.
(CRUZEIRO DO SUL, 27 dez 1914, p. 2)

A promoção de eventos dessa natureza marcava o lado paternalista da fábrica e reforçava o agradecimento por parte dos operários. O registro para a posteridade assinalava o estreitamento dos vínculos entre a fábrica e os operários ou num outro olhar, o estabelecimento de uma relação de eterna gratidão para com a fábrica.

1.2.2 Consentimento

O estilo de vida na vila operária de Votorantim era diferente do de Sorocaba, provavelmente em função da presença de estrangeiros. Os ingleses vieram na construção e montagem das máquinas; os italianos trabalhavam principalmente como operários. Também havia alemães e depois de algum tempo vieram os espanhóis que se tornaram numerosos. Os ingleses que introduziram o gosto pelo futebol, em 15 de agosto de 1903, por iniciativa de Mr. William Biecherdike, fundaram o Votorantim Athletic Club. A entrada de sócios italianos criou nesse clube um segundo quadro com o nome de “Team Savoia”, em 18 de dezembro do mesmo ano¹⁷. Com a saída dos ingleses da fábrica, o clube passou a ser “Savoia” e tornou-se conhecido por sua invencibilidade.

FOOT-BALL – Conforme havíamos noticiado, foi inaugurado, segunda feira ultima, o novo campo para *foot-ball*, no Votorantim. – Desde as 2 horas da tarde daquelle dia começou a affluir um grande numero de pessoas á estação da estrada de ferro Votorantim, nesta cidade. – Completamente repleto, partiu, ás 3 horas da tarde, o trem especial, chegando ao ponto de desembarque às 3 e 45 minutos. – Ás 5 horas deu-se principio ao *match*, ficando os dois *teams* assim constituídos: *Votorantim A. Club*: A. Gray; H. Snape e J. Salvestrini; E. Ward, D. de Leon e W. Kirk; A. Snape, W. Bierkerdic e J. Snape; E. Hadfield e E. Ince. O *C. Athletico Sorocabano*: Luiz Valentim; Daniel Prestes e Ezequiel Arruda; I. Arruda, J. E. Oliveira e M. Roque; L. Carvalho, G. Prestes e Virgilio Dias; Raul Silva e Americo Carvalho.(...) O novo campo do Votorantim é esplendido e de grandes dimensões, reunindo condições necessarias para o jogo. – Depois de terminado o *match* os membros do Votorantim Club offereceram abundante copo de cerveja aos seus collegas do Athletico Sorocabano. – Ás 6 e meia horas voltou o trem especial, conduzindo as pessoas que foram assistir ao *match*.(O 15 DE NOVEMBRO, 10 set 1903. p. 2)

¹⁷ As origens de Votorantim no espaço e tempo. Palestra proferida por Adolfo Frioli, 1990

Cabe registrar que apesar do futebol ter sido bastante incentivado, em 1914 foi baixada uma norma que tudo leva a crer, não foi acatada pelo absurdo que continha.

Foi affixado pelo fiscal deste districto um aviso de seguinte theor: “Previne-se a todos os paes cujos filhos vagueiam pelas ruas deste districto de paz que é expressamente prohibido jogar bolas na rua, incorrendo os infractores na multa de dez mil réis e na reincidência o dobro”. (CRUZEIRO DO SUL, 4 ago 1914, p. 2)

Com relativa freqüência eram promovidas festas que consistiam em atividades variadas como: competições esportivas (algumas permitidas para mulheres), leilões de prendas, partidas de futebol e principalmente bailes. Nas festas, além dos moradores da vila operária vinham os de Sorocaba e nessas ocasiões eram colocados bondes em horários especiais para poder atender a demanda. Em 1894 realizaram uma festa em comemoração à proclamação da República.

Os operários do Votorantim pretendem solemnizar com pomposas festas o dia 15 de Novembro, constantes de um grande baile, procissão cívica, corridas etc. Afim de que o publico possa tomar parte nessas festas no alludido dia, haverá muitos trens de passageiros. Sendo dous durante a noite, para conduzirem as exmas. famílias que tomarem parte no baile na noite de 15 para 16 [...] A's 7 horas da noite principiara o baile no salão da fabrica, no qual tomarão parte todas as pessoas que para esse fim tiverem sido convidadas.. Organizadores engenheiro Fletcher e Zanotti (O 15 DE NOVEMBRO, 11 nov 1894, p. 2)

O primeiro cinema de Votorantim entrou em funcionamento por volta de 1910, ainda no tempo em que a fábrica pertencia ao Banco União. Era um pequeno cinema localizado na Barra Funda, próximo do atual hospital Santo Antônio, dirigido pelo “sinhosinho Mariz”, filho do então gerente da fábrica Eugenio Mariz. Tinha cadeiras, bancos e os espectadores mudavam as posições das cadeiras para poder ver melhor. Havia ainda uma banda formada pelos operários que tocava durante a exibição, pois os filmes eram mudos. Os ingressos para o cinema eram adiantados pela fábrica e posteriormente descontados no pagamento do operário.

Em 1919, com o crescimento da vila, o cinema foi reformado e passou a ser administrado por Domingos Piccirillo. Contava com uma grande sala de espetáculos

com cadeiras separadas e nas laterais havia duas carreiras de camarotes. Abaixo da tela ficavam os músicos que tocavam músicas no mesmo ritmo das cenas apresentadas. Curiosamente, aos domingos eram distribuídos pela vila programas que contavam resumidamente todas as emoções do filme e inclusive o final.

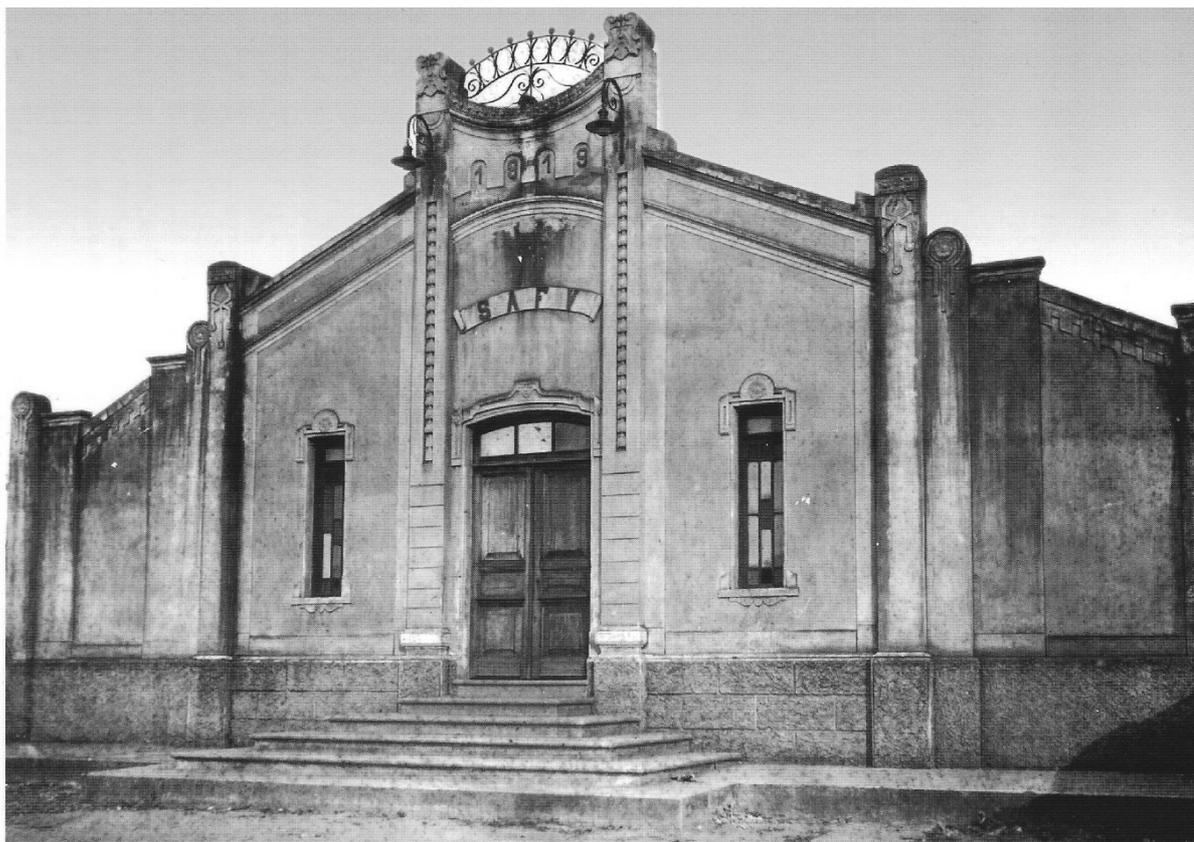


Fig. 19 – Vista frontal do cinema em 1919

Fonte: Série de postais comemorativos – Prefeitura Municipal de Votorantim

Havia duas cortinas de cor bordô que se fechavam e só se abriam ao iniciar o espetáculo, isso porque a máquina projetora ficava atrás da tela e esta tinha de ser molhada com esguicho para se tornar transparente e as cortinas protegiam os músicos dos respingos de água. A máquina era Patê Frère [...] O espetáculo começava com uma música “overture”, abriam-se as cortinas, apagavam-se as luzes, e era um tal de arrastar as cadeiras “mais pra cá, mais prá lá” para desviar da pessoa que estava na frente, pois a sala não tinha declive, como é uso corrente [...] (ALMEIDA, 1978, p. 5)

Em 1916, por iniciativa de Domingos Picirillo, aconteceu a primeira festa em louvor a São João Batista que, posteriormente, foi escolhido como padroeiro da cidade.

Com preparação antecipada constou de competições esportivas, partidas de futebol, apresentação de bandas de música, prêmios, leilões de prendas, fogos de artifícios e cerimônias religiosas.

A's 12 horas e meia deu-se inicio ás corridas, sahindo vencedor Manoel Bonelli em 1.º lugar, recebendo como premio uma bengala de junco; Francisco Henriques em 2.º lugar premiado com uma chatelaine e 5\$000.

Corrida de obstáculo carnavalesca: vencedor Benjamin Finotti, premiado com uma corrente e 10\$000; lucta com almofada, vencedor Francesco Verlangieri, premiado com um relógio e uma corrente, corrida de resistência em 1.º lugar Juvenal Verlangieri; 2.º lugar Bemvindo, 3.º lugar Aurélio Verlangieri. O 1.º foi premiado com um relógio de mesa e 40\$000, o 2.º com um relógio de madrepérola para bolso e 15\$000 oferecido por diversos e o 3.º lugar 10\$000.

Sabemos que o resultado do leilão de hontem é de 455\$000 e que com esta quantia o sr. Piccirillo vae comprar cobertores para beneficiar os pobres do Votorantim. (CRUZEIRO DO SUL, 27 jun 1916, p. 2)

A festa de São João, em 1916, não obteve sucesso simplesmente pelo fato de ter atraído muita gente ou por ter se estendido nos outros anos¹⁸; o seu maior fruto foi semear na população o desejo de construir uma igreja. Afinal, a vila operária abrigava bom número de pessoas, mas no aspecto religioso deixava muito a desejar. Os casamentos eram realizados nas casas, na presença de uma autoridade civil; os mortos eram enterrados em Sorocaba e nem sempre tinham a sua recomendação feita por padres; os batizados, primeira eucaristia e outros sacramentos, aconteciam somente quando algum padre visitava a vila. Foi o que aconteceu por ocasião da festa de 1916, onde os professores das escolas foram convidados a comparecer com seus alunos ao ato religioso, para a realização da 1.ª. Comunhão das crianças. A falta de um templo fez com que fosse armado um altar ao ar livre para a celebração da missa. O padre Grainha fez bom uso daquele momento, aproveitando-se da reunião de pessoas importantes. Em sua pregação fez uma analogia com a parábola da ceia ao filho pródigo, comparando a casa do banquete com a igreja, dizendo que sem esta não haveria a reunião dos convidados e muito menos a ceia – “a santa eucaristia”.

¹⁸ Esta festa vem se repetindo até os dias de hoje, com as devidas modificações, sempre atraindo grande número de pessoas.

Com essas palavras o padre conseguiu fazer brotar nos presentes um desejo para construção de uma igreja católica na vila operária. Foram realizados então, leilões, apresentações teatrais, organizadas listas de donativos, a fim de angariar fundos necessários para sua construção. Tomaram a frente na arrecadação dos recursos para erigir a igreja as Sras. Adriana Silveira Lichtenfels, esposa de Bernardo Lichtenfels (gerente da fábrica) e Joaquina de Cunto Scarpa, esposa de Nicolau Scarpa. Em 1º. de maio de 1917, às 11 horas da manhã, houve a cerimônia de lançamento da 1ª. pedra da igreja. Segundo o jornal “Cruzeiro do Sul” estiveram presentes à cerimônia cerca de mil pessoas, destacando-se: os representantes da Câmara Municipal e da Prefeitura, a imprensa, o Bispo Diocesano e “membros do clero secular e regular” da paróquia, grupos escolares, associações religiosas, autoridades judiciárias e policiais. Trens em horários especiais foram colocados para permitir a vinda de maior número de pessoas de Sorocaba. Os convidados foram recebidos na estação por bandas de música.

[...] Uma urna metálica contendo um exemplar do “Cruzeiro do Sul” e outro do “Estado de São Paulo”, a acta de cerimônia do lançamento assignada pela comissão de fundação da capella e por muitas pessoas presentes – foi collocada na pedra fundamental.

Em seguida a convite do sr. Bernardo Lichtenfels, dirigiram-se á sede do S.C. Savoia, onde lhes foram servidos chops e finos doces.

Chamando a atenção do povo o cônego Magaldi, aclamou festeiros os srs. Domingos Piccirillo e Tarcisio Nascimento e a comissão seguinte: Afonso Angrissani, Guido Picolloto, Ítalo Romani e Francisco Verlangieri Filho para promoverem esta festa no próximo mez de junho. (CRUZEIRO DO SUL, 2 maio 1917, p. 2)

Em julho de 1917 foi inaugurada em Votorantim a primeira Capela Presbiteriana, conforme noticia o jornal Cruzeiro do Sul, sem muito entusiasmo.

Inaugura-se hoje ás 12 horas e meia no Votorantim a Capella Presbyteriana, pregando por essa ocasião o sr. rev. J. R. Carvalho Braga a convite do actual pastor da Igreja Presbyteriana desta cidade, sr. W.C. Kerr, que pregará á noite na referida capella.

Na semana entrante continuarão no Votorantim as conferencias evangélicas, sendo a de amanhã realísado pelo sr. Emilio Kerr. (CRUZEIRO DO SUL, 29 jul 1917, p. 2)

A igreja católica ficou pronta em 1920 e foi inaugurada em junho desse ano, num momento em que recrudesciam os conflitos entre patrões e operários. A fábrica já não

pertencia mais ao Banco União, mas a nova administração se mostrava centralizadora das ações do lugar. Mais uma vez, o púlpito se faz porta-voz de uma causa. Aproveitando-se da presença de chefes políticos, administradores da fábrica, operários, o pároco faz alusão à questão operária, reforçando a igualdade entre os homens. Palavras que certamente não foram do agrado de todos os presentes. O jornal *Cruzeiro do Sul* menciona muito superficialmente a referência feita pelo sacerdote em tão delicada questão. A festa de inauguração da igreja fora “brilhante”. Às 8 horas da manhã saiu uma procissão de Sorocaba, acompanhada por elevado número de fiéis, chegando a Votorantim às 10 horas.



Fig. 20 – Igreja São João Baptista década de 20
Fonte: Projeto Memória - FUA

Iniciou-se depois a missa solenne, celebrando o revdmo vigário, acolytado pelo padre Luiz A. Scicluna e irmãos Alcuino e Vieira O.S.B.

Ao evangelho fallou o revdmo padre João Belchior, que se referiu a solennidade que se realizava, mostrando o valor do templo; exaltou a igualdade sò verdadeira na religião, pois naquelle local, se reuniam, perante Deus grandes e pequenos, patrões e operários, tocou levemente na questão operaria e teve conselhos de amor para todos.

Após a missa, a direcção da fabrica offereceu ao revdmo vigário e ao dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, presidente da municipalidade uma taça de “champagne”, tendo antes sido lida e assignada pelas pessoas presentes uma acta da solennidade.

Por essa ocasião o revdmo, vigário usou da palavra, saudando a direcção da fabrica e manifestando-lhe os agradecimentos da parochia pela construção do bello templo. Agradeceu a saudação o sr. A. Penteado, da direcção da fabrica.
(CRUZEIRO DO SUL, 27 jul 1920, p. 2)

A administração de Antonio Pereira Ignácio marcou um período de estabilidade financeira na Fábrica de Tecidos Votorantim e posteriormente Sociedade Anônima Indústrias Votorantim. Indubitavelmente, esse industrial “via longe” e considerava todas as oportunidades que lhe pudessem auferir lucros. Dessa forma, Pereira Ignácio, atento ao crescimento da população da vila operária vislumbrou a possibilidade de novos investimentos, agora no campo imobiliário. Parte das terras continuava a ser oferecida para a lavoura do algodão. Num lance mais arrojado e com certo ineditismo, Pereira Ignácio passou a dividir glebas de terras em pequenos lotes a serem vendidos parceladamente. O pagamento em prestações permitia que os próprios operários adquirissem esses lotes e construíssem suas casas. Havia ainda outras facilidades atraentes para a compra dos terrenos: luz elétrica, água encanada, esgoto e redução nos preços das passagens dos bondes. A possibilidade de concretizar o sonho de ter a casa própria mais uma vez estreitava os vínculos de gratidão entre o operário e a fábrica.

Adeante inserimos um annuncio que mais uma vez se revela a iniciativa prodigiosa dos dirigentes da Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim. Todos conhecem o desenvolvimento que nos últimos annos tem tido este nosso visinho bairro, que dia a dia se vem notabilizando pelo seu crescente desenvolvimento industrial.

Agora está em projecto uma grande venda de terrenos para a construcção de um novo bairro, adaptado tanto para o comercio como para villas operarias, chácaras, parques etc. Esse novo bairro será dotado de luz electrica, água encanada esgottos e de todos os confortos modernos. Se reunirmos a isto as vantagens que são concedidas aos futuros proprietários, entre as quaes avulta a da facilidade de pagamento em 5 annos, não é difficil prophetizar-se um novo e formidável successo para Votorantim.(CRUZEIRO DO SUL, 16 mar 1922 p. 2)

A administração de Pereira Ignácio não descuidava do bem estar do operário e nem do seu necessário lazer. Amiúde eram realizados eventos diferenciados daqueles oferecidos pelas outras fábricas e dos que normalmente aconteciam em Votorantim destinados à diversão do operariado, como o convescote no bairro do Brooklyn em São Paulo. Precisamente, 550 operários foram de trem a São Paulo onde tiveram a

oportunidade de conhecer “uma das secções de venda de terrenos da S.A. Fabrica Votorantim”. Após a visita aos terrenos, os operários reuniram-se num barracão onde foi servido chopp em abundância, “seguindo-se animado baile”. (CRUZEIRO DO SUL, 4 abr 1923, p. 2).

Outro exemplo foi a Festa Veneziana realizada no lago de Itupararanga e que atraiu muitas pessoas. Contou com duas bandas de música e duas orquestras, além de um desfile de embarcações iluminadas e enfeitadas como em Veneza. Estavam programados ainda, fogos de artifícios, churrascada, chope, baile ao ar livre, samba. Também foram colocados bondes especiais para esse evento. (CRUZEIRO DO SUL, 3 jan 1923, p. 2)

Imediatamente após a realização da Festa Veneziana, que agradou a todos, apareceram anúncios nos jornais como o que segue:

ESTRADA DE FERRO ELECTRICA DE VOTORANTIM

AVISO

O parque e o bello lago de Itupararanga onde há poucos dias se realisou a festa veneziana offerecida pela directoria da S. A. Fabrica Votorantim aos seus operários, estão franqueados ao publico para passeios, pic-nics etc. Os trens electricos desta estrada já circulam até aquela estação. (CRUZEIRO DO SUL, 23 jan 1923, p. 1)

Esses eventos traziam retorno rápido, pois agradavam aos operários (gerando relativa satisfação), contribuía com a venda de terrenos e aumentavam a venda de passagens na estrada de ferro. O importante entretanto, estava na reafirmação da imagem de bom patrão personificada em Antonio Pereira Ignácio.

O dono da fábrica Votorantim era reconhecido por sua competência administrativa e por sua benemerência, granjeando com esses atos a simpatia de todos os segmentos da sociedade. Frequentemente enviava donativos às instituições de caridade da cidade de Sorocaba como: Santa Casa de Misericórdia, Hospital dos Lázaros, Asilo São Vicente de Paula e outras instituições.

Se por um lado Pereira Ignácio agia de forma paternalista com seus operários para atingir seus intentos, por outro lado não descuidava da atenção e apoio aos políticos para também satisfazer seus interesses. Assim, não raro declarava abertamente seu apoio a determinados candidatos e não se furtava em solicitar os votos de seus operários, transferindo-lhes a responsabilidade pelo bem estar de todos. Nas eleições de 1925, foi afixado, em vários locais da fábrica, um boletim do eleitorado com os seguintes dizeres:

“O governo do estado tem sempre prestigiado esta fabrica, auxiliando com isenção de impostos, todo o material destinado á Estrada de Ferro Electrica Votorantim. O governo concedeu o trafego mutuo entre as Estradas de Ferro Sorocabana e Votorantim auxiliando muitissimo o progresso da nossa fabrica e desta localidade.

Assim sendo, venho pedir aos operários, contra-mestres, mestres e finalmente pessoal da administração, eleitores, que prestem o seu voto á chapa governista apresentada pelo exmo sr. Deputado dr. Luiz P. de Campos Vergueiro.

É este um voto de inteira justiça, visto que as boas relações da S.A. Fabrica Votorantim com o governo do estado reverterão, igualmente em favor e bem estar de todos.

Agradecido antecipadamente
Pela Fabrica Votorantim - Antonio Pereira Ignácio
(CRUZEIRO DO SUL, 25 nov 1925, p. 2)

Na vila operária todo o poder foi se concentrando nas mãos de Pereira Ignácio. Em 1924, por deliberação do próprio Pereira Ignácio, foram alterados nomes de alguns lugares muito conhecidos de Votorantim. Itupararanga passou a ser denominado Santa Helena, em homenagem a sua única filha; a região da serraria passou a se chamar Nova Baltar, em homenagem a sua terra natal e a estação em construção na época situada no quilômetro 10 da Estrada de Ferro Elétrica Votorantim receberia o nome de Lucinda, em homenagem a sua esposa. (CRUZEIRO DO SUL, 23 fev 1924, p. 2)

1.2.3. Resistência

Desde o início da fábrica, durante a administração do Banco União e posteriormente com Pereira Ignácio, o poder dos empregadores sempre foi muito presente na vida dos operários de Votorantim. Muitas vezes consentiam a dominação por falta de alternativas, pois a vida lhes era muito dura, mas sabiam que resistência

precisava vencer a resignação. Muito se falava do desenvolvimento da fábrica, mas quase nada sobre as condições opressivas de vida dos operários e do tratamento que lhes era dispensado pela fábrica, como as constantes aplicações de multas por atrasos e danos na produção, revistas pessoais e até mesmo nas casas dos operários quando havia suspeita de roubos de tecidos, etc.

Ante-hontem o subdelegado deste districto sr. José Coelho, com o delegado substituto dahi acompanhados por 3 praças, deram buscas em diversos domicílios de operários na “Chave” com o fim de encontrar fazendas roubadas da fabrica. Foram porém infructíferas as buscas. (CRUZEIRO DO SUL, 3 jan 1917, p. 1)

Em setembro de 1909, o Jornal “O Operário”, que se proclamava “órgão de defesa da Classe Operária”, denunciava o procedimento da Fábrica Votorantim ao mandar imprimir cartões de valores diversos para que os trabalhadores fizessem suas compras, principalmente de alimentos, “visto que os pagamentos e remessas de dinheiro feitos pelo banco a que pertence são sempre retardados por motivos que ignoramos”. O que causava a indignação do jornal e dos operários que levaram essa queixa até a imprensa era o fato dos tais cartões terem validade num único estabelecimento comercial. O jornal chegou a estampar um desses cartões (uma ilustração era raro na imprensa da época) e reproduziu os dizeres de um deles: “Fábrica Votorantim – 10\$000 – Dez mil réis – Valor em gêneros no Armazém Votorantim de Francisco Scarpa & Filhos”. Além dos dizeres havia uma faixa na diagonal do cartão onde se lia: “exclusivamente aos empregados da fábrica”. No verso do cartão constava “Jurandyr – Eugenio Mariz”. O jornal e os próprios operários entendiam que, se esses vales não podiam circular nos outros armazéns de secos e molhados, tratava-se então de um “abuso e protecção escandalosa para com aquelles comerciantes”.

O jornal “O Operário” apresentou mais um agravante, que eles mesmos desconheciam, quanto à prática dos cartões:

Os cartões que são emitidos pelo gerente em adeantamento ao mez de trabalho do operário, “valendo gêneros, e gêneros somente no armazém Scarpa” o são por cores, sujeitos a recolhimento, embora sem declaração, no fim de cada mez de emissão [...]

O que porém, não é admissível, é monstruoso, é mesmo indigno, é que o operário que os tenha adquirido por adiantamento de salários no mez de setembro, por exemplo, e não os tenha trocado por gêneros no armazém Scarpa “até o ultimo vintém” nesse mez, veja-se na contingência de o ver valendo ZERO no mês seguinte, isto é, desde que a cor da emissão do mês de outubro seja outra, não lhes dando por tais cartões o equivalente monetário o gerente da fabrica. (O OPERÁRIO, 17 set 1909, p. 1)

Esse episódio dos cartões repercutiu muito nos meios de comunicação da época, principalmente pelo posicionamento adotado pelos jornais, chegando a confundir o leitor sobre a veracidade dos fatos. Enquanto o jornal “O Operário” pedia a demissão do gerente Eugênio Mariz, o jornal “Cruzeiro do Sul” publicava a realização de uma manifestação de desagravo, assinado por uma comissão de operários da Fábrica Votorantim.

Segundo o “Cruzeiro do Sul”, a manifestação de apoio ao gerente, realizada no dia 30 de setembro, às 18 horas, no Largo do Coreto, reunira mais de mil operários que acompanhados pela banda musical do Club Votorantim, seguiram até a residência do gerente Eugênio Mariz a fim de “penhorar sua solidariedade no momento em que um jornal o procurava desprestigiar aos olhos de seus subalternos”. Discursos foram proferidos por representantes dos operários e da parte do gerente e sua família sobrou amabilidades. Os operários então, foram convidados a entrar e foi-lhes oferecido um copo de cerveja. O gerente justificou que a prática dos cartões já era utilizada antes de sua administração e que ele a conservara por considerá-la como facilidade para os operários.

Em 1º. de outubro de 1909, no jornal Cruzeiro do Sul foi publicado longo protesto contra “as insinuações perversas publicadas por um papelucho” assinado por centenas de operários. Passados alguns dias, novo protesto foi publicado, agora endossado pelos empregados da secção de tecelagem e também assinado por considerável número de trabalhadores que afirmavam sua satisfação com o sistema de cartões.

O jornal “O Operário”, entretanto, informava que recebia na redação queixa de pessoas “insuspeitas” declarando que o gerente da fábrica do Votorantim “por intermédio de bajuladores seus, tem feito a maior pressão para que os nossos infelizes companheiros assignem o protesto que tem sido publicado contra o nosso jornal”. Denunciava que o agente do correio de Votorantim, que era filho do gerente da fábrica, ao receber os exemplares do jornal “O Operário” jogava-os no fogo. Sobre a

manifestação em favor do gerente dizia que “a ella sò compareceram creanças illudidas pelas promessas de distribuição profusa de marmelada e bolachas”. Apesar das denúncias e protestos o uso dos cartões permaneceu por muito tempo. A utilização dos vales de adiantamento já era um sintoma dos problemas financeiros que viriam afetar o Banco União num futuro próximo. As denúncias de monopólio e conseqüente enriquecimento, feitas pelo jornal “O Operário”, eram procedentes e confirmaram-se, pois Nicolau Scarpa, filho de Francisco Scarpa, foi um dos arrendatários da fábrica quando da falência do Banco União.

Em 1911 houve uma greve em solidariedade a alguns operários que foram dispensados e o Jornal “O Operário” explica o ocorrido.

O caso é que em dias da semana passada, por motivos de somenas importância foi dispensado do serviço o nosso companheiro snr. Silvestre Bertolucci, tecelão, pelo facto de ter havido um atricto entre este e um contra-mestre que com a intriga misquinha conseguiu indispor aquelle operário para com o mestre José Demartins que irrefletidamente o dispensou sem se lembrar que a união é uma força assas poderosa, pois que alguns companheiros sabendo do ocorrido reuniram-se em comissão para irem pedir ao gerente a reentrada do companheiro dispensado e a demissão immediata do ridículo contra-mestre, o que conseguiram depois de alguma relutância, voltando de novo ao trabalho o snr. Bertolucci, isto é, suspenso por 9 dias[...] (O OPERÁRIO, 1º out 1911, p. 2)

O mestre-geral Demartins juntamente com o contra-mestre de nome Duarte eram constantemente alvo de pesadas críticas pela maneira grosseira e despótica que tratavam os operários. Passados alguns dias da readmissão do operário Bertolucci, outro fato que poderia ter passado despercebido, tomou grandes proporções e culminou com nova greve “pacífica”. A fábrica recebera a visita de um grupo de frades beneditinos e estes foram vaiados pelos operários durante a visita. No entanto, o contra-mestre geral descontou sua ira num único operário demitindo-o. Os operários dirigiram-se ao gerente da fábrica e solicitaram a readmissão do companheiro. Como não foram atendidos, em sinal de solidariedade ao companheiro, se declararam em greve. O gerente a partir dessa atitude dos operários despediu 18 famílias com ordem expressa de desocupação das casas.

Sobre essa greve o jornal “O Operário” esclareceu que a mesma poderia ter sido evitada. O erro, no entanto, partiu do gerente ao levar o grupo de padres visitar a

fábrica ainda em horário de trabalho, já que ele “é conhecedor bastante da índole dos seus empregados, do seu espírito avesso a toda crença religiosa”. O gerente deveria “entreter os frades até a hora da saída do pessoal e dahi ir mostrando socegradamente todas as dependências”. Essa greve se tornou mal vista, pois atingira uma questão delicada: a religião. Por um capricho ideológico, aqueles operários se envolveram numa luta degradante e infame aos olhos de sua própria comunidade, fato que fortaleceu a direção da empresa contra a greve e mesmo ao movimento. Prova disso foi a não mobilização em favor dos operários reprimidos. (ARAUJO NETO, 2005, p. 102) O contra-mestre permaneceu e os operários envolvidos não foram readmitidos ao final da greve.

O jornal “O Operário” cumpria fielmente seu papel de defensor da classe trabalhadora, denunciando todo tipo de exploração e abuso para com os operários de todas as fábricas de Sorocaba.

Há tempos que o modesto operariado do Votorantim vem atravessando crises dolorosas, dezastres acompanhados de ameaças com a rua, e carregar pannos para caza, com multas emfim, tudo quanto se pode fazer em proveito do burguez e contra a besta de carga que tudo produz, em troca de uma esmola, porcentagem única recompensa das lagrimas de sangue, que derramam sobre as machinas durante o mez. Tudo isto os operários devem agradecer aos dois mestres [...] deixem de ser chaleiristas da directoria da fabrica, sejam mais humanos para com aquelles que produzem a riqueza e o bem estar dos vossos patrões [...]

Depois façam como da outra vez passada – policia em grande quantidade, avisos, cazas vazias... Senhor Duarte honde está o communismo que o sr. difundia? [...] Que fim deu as obras de Zolla, Darwin, Recclus e Malatesta e outros que o sr. propagava ? (O OPERÁRIO, 31 mar 1912, p. 2)

O jornal criticava a postura do contra-mestre Duarte que anteriormente professava o anarquismo, chegando até a batizar uma filha com o nome de “Anarchia Duarte” e após ter assumido um cargo de chefia esqueceu-se de todo o seu ideário. Exatamente por esses acontecimentos e pela situação difícil que os operários de todas as fábricas enfrentavam, foi criada a Liga Operária de Sorocaba para defender os interesses do operariado em geral. No ato de fundação da referida Liga Operária estiveram presentes mais de 700 pessoas. Foram aclamados para a dirigi-la: Oliveira Mesquita e Antonio Marques. Deliberou-se que cada fábrica teria três representantes, sendo que as de tecido e chapelaria por contarem com significativo número de

mulheres operárias poderiam ser representadas por “dous homens e uma operaria”. (O OPERÁRIO, 24 set 1911, p. 2). Há de se destacar como um grande avanço para a época a presença da mulher numa organização.

O jornal “O Operário” , como verdadeiro defensor do operariado, denunciava o trabalho de mulheres e crianças, as multas aplicadas por quaisquer motivos, as acusações de roubo de panos, as humilhações sofridas, e a impossibilidade dos operários estudarem devido as longas jornadas de trabalho. Na Fábrica Santa Rosália e outras de Sorocaba a jornada iniciava-se às 5 horas da manhã e se prolongava até às 20 horas. Numa crítica contundente sobre esses abusos, o jornal cita as conquistas obtidas pelos funcionários da Fábrica Votorantim, onde os “operários trabalham 10 horas por dia e no meio dia teem um descanso para tomar café, eles são bem pagos e vivem quasi felizes”. (O OPERÁRIO, 6 ago 1911, p. 2)

O fato do jornal “O Operário” ser extremamente combativo, tocando em questões delicadas, atingindo os poderosos “burgueses” e “capitalistas” da época e também por motivos ideológicos internos, motivou um período relativamente curto de circulação, de julho de 1909 a dezembro de 1912. Numa de suas últimas edições, diante das atitudes de um “bajulador do tiranete”, referia-se ao mestre Demartins da Fábrica Votorantim, o jornal aconselhava aos operários:

Na fábrica Votorantim destaca-se com o tyranete, um bajulador sem brio e sem character que veio para o paiz coberto de piolhos, reganhando de fome com o nome de Alexandre Riguilin, um *cara-dura* , puxa-sacco, que deu em perseguir todos os que lhe são desafeiçoados. Nós aconselhamos aos companheiros que constantemente se queixam desse cabeça de piolhos, quebrarem-lhe bem a cara, pois que pela imprensa nada adianta para os sem brio e dignidade da laia desses tipos. (O OPERÁRIO, 22 dez 1912, p. 2)

Em dezembro de 1913, o jornal Cruzeiro do Sul publicou com destaque a ocorrência de uma greve na fábrica do Votorantim que se estendeu por vários dias. Apesar de as greves serem constantes, na historiografia de Votorantim, pouco é mencionado sobre esta. Os operários não aceitaram as práticas administrativas, consideradas despóticas, do novo diretor-gerente Sr. Antonio Pereira Ignácio, que viria a ser o dono da fábrica alguns anos mais tarde.

A maior queixa dos operários dizia respeito a um novo mestre, de nome Piatti, contratado por Pereira Ignácio para dirigir as secções de fiação e tecelagem. Esse mestre agia de maneira autoritária e violenta para com os operários, além de humilhá-los constantemente. Não suportando mais aquela situação vexatória, os operários se reuniram e comunicaram ao novo mestre que não trabalhariam mais sob suas ordens, cessando o trabalho. O diretor-gerente, para conter o movimento paredista, adotou medidas drásticas: insistiu na permanência de Piatti; aumentou os preços das passagens e dos fretes cobrados pela linha férrea Votorantim, ultrapassando os valores cobrados pela Sorocabana Railway; fez cortes nos ordenados dos operários e ainda passou a cobrar 6\$000 mensais daqueles que se utilizavam dos bondes para chegar ao trabalho, ou seja, os moradores de Sorocaba. (CRUZEIRO DO SUL, 3 dez 1913, p. 2)

A greve persistia e conforme o jornal Cruzeiro do Sul, o diretor-gerente Antonio Pereira Ignácio sem nenhum “tino administrativo e competência” tomava atitudes de forma incoseqüente: fechou a farmácia que pertencia aos operários, readmitiu o encarregado Piatti (o pivô da paralisação), demitiu e despejou das casas os operários que por ele eram considerados os “cabeças” do movimento. Também fora informado pelo jornal que corria um boato de que seria fechada a água potável, a fim de melhor coagir os grevistas. Pereira Ignácio elaborou e impôs um novo regulamento de trabalho aos operários.

Diante do agravamento da situação, os operários não aceitaram o regulamento imposto pelo novo diretor-gerente e em reunião resolveram elaborar um novo regulamento que segue na íntegra com a finalidade de revelar as condições angustiantes vividas pelos operários.

Os operários, em reunião effectuada no domingo, organisaram o seguinte regulamento que apresentarão á aprovação da gerencia da Fabrica, caso voltem ao trabalho:

“Para ser admittido ao trabalho a pessoa precisa ter no mínimo 13 annos de idade e não soffrer moléstia contagiosa; apresentar attestado de serviço e comportamento nas fabricas em que por ventura haja trabalhado: aceitar o presente regulamento sujeitando-se a todas as suas disposições; a despedida nos primeiros 15 dias de trabalho pode ser feita sem aviso prévio, depois desse tempo com 8 dias de antecedência; a porta será fechada á hora de se iniciar o trabalho, e passados até 10 minutos dessa hora só poderá o operário entrar para o trabalho com autorização dos mestres, uma vez justificado o atrazo; passados esses 10 minutos só poderá entrar no trabalho com autorização do director-geral ou seu substituto, pagando porém a multa de 200 réis; é

expressamente proibida a permanência de operários na sala durante as refeições; é proibida na fabrica a entrada de bebidas alcoólicas, o operário que comparecer ao trabalho, levando consigo embrulhos fica sujeito a revista; nenhum operário poderá ausentar-se do serviço sem previa autorização dos mestres, é expressamente proibido fumar dentro da fabrica, excepto na privada, o operário que incorrer nesta falta será imediatamente suspenso; os contra-mestres ficam obrigados a fazer cumprir o presente regulamento e dar parte aos mestres de toda e qualquer irregularidade notada; os operários serão responsáveis pelos objectos que lhes forem confiados, pois no caso de perdê-los terão de indemnizar a fabrica; provado que um operário faltou ao respeito aos seus superiores, será elle suspenso ou mesmo demittido de acordo com a gravidade da falta; quando por qualquer incidente, parar o machinismo os operários conservar-se-ão nos seus respectivos logares, é expressamente proibido fazer limpeza nas machinas em movimento, pois esse serviço será de acordo com o regulamento interno; será permittida de manhã a entrada de café para os operários; os operários não poderão preparar-se para sahir sem que a machina apite, e para isso o operário pode reclamar a quem de direito, contra qualquer arbitrariedade de superiores hierarchicos, uma vez que justifique a sua reclamação; a operaria fica com o direito de suspender o trabalho 2 vezes por dia para amamentar seus filhos; o dia de trabalho é de 10 horas, incluindo 15 minutos para o café á tarde; a hora para o inicio e o fim de trabalho será determinada pela administração “ (CRUZEIRO DO SUL, 9 dez 1913, p. 2)

Para o jornal Cruzeiro do Sul, o regulamento proposto pelos operários “já é deshumano, imagine o publico o que será o regulamento imposto pela prepotente gerencia”. Essa greve teve repercussão também na capital, tanto que os jornais “Fanfulla” e “Jornal dos Italianos” enviaram representantes especialmente para acompanhar o movimento grevista em Votorantim.

No transcorrer da greve, o jornal Cruzeiro do Sul defendeu-se de uma nota publicada pelo jornal “A Gazeta” da capital. Este afirmava que o Cruzeiro do Sul não estava fazendo a cobertura da referida greve com a devida imparcialidade, mas utilizando-a como instrumento de propaganda política. Na época, o chefe político republicano de Sorocaba e do jornal Cruzeiro do Sul, deputado Campos Vergueiro, fora entrevistado por um repórter do “Jornal dos Italianos” e quando indagado pelo repórter se havia divergência política entre ele e Antonio Pereira Ignácio, respondeu que não havia, mas acrescentou “é sabido que nas ultimas eleições, o sr. Pereira Ignácio forçou aquelles sessenta operários, mais ou menos, que são eleitores, a votarem contra o meu partido”. Declarou ainda, que informalmente manteve conversa com uns cinqüenta operários antes da deflagração da greve.

Diante da conotação política que se configurava a greve, os operários solicitaram espaço no jornal Cruzeiro do Sul e redigiram uma carta aberta, a fim de esclarecer os

fatos e reafirmar que a origem da greve fora tão somente “devido aos desmandos e a prepotência do actual director-gerente e de seu famigerado preposto Piatti”, assegurando que eram responsáveis por seus atos e que não havia participação de nenhum político no movimento. (CRUZEIRO DO SUL, 10 dez 1913, p. 2)

Em 13 de dezembro, o Cruzeiro do Sul informou que a greve persistia e que alguns contra-mestres haviam sido chamados pela diretoria do Banco União, a comparecer a São Paulo, a fim de informá-la sobre os acontecimentos.

Num artigo assinado por Cecy, (1913, p. 2) publicado no Cruzeiro do Sul sob a epígrafe “Defendendo os fracos”, o autor apontava os riscos que corria o Banco União ao permitir que um gerente administrasse a fábrica levado por seus caprichos. Indagava o articulista sobre o porquê da demissão dos ingleses: “seriam eles os cabeças da greve?” Lamentava o fato de trabalhadores competentes terem sido dispensados após tantos anos de serviço prestado na fábrica e que “toda essa experiência não se adquire de uma hora para outra”. O articulista finalizava dizendo que o Banco União deveria melhorar o salário das crianças e que os operários deveriam com calma fazer desaparecer diversos abusos dos quais eram vítimas: como o adiantamento de cartões, “para a compra de gêneros, cartões estes, validos unicamente em uma determinada casa, onde os operários compram muitas vezes a mesma mercadoria pelo dobro que custa em outro estabelecimento”.

Estranhamente, em 1^o. de janeiro de 1914, o jornal Cruzeiro do Sul publicou que no dia anterior a força policial, “que para aqui veio há cerca de um mez, quando irrompeu a greve dos operários do Votorantim”, havia se retirado sem comentar sobre o desfecho da mesma. É sabido que o diretor-gerente Antonio Pereira Ignácio permaneceu no cargo até outubro desse ano, quando assumiu o cargo o conde Laércio do Nascimento, filho de Asdrúbal Nascimento, que já fora presidente do Banco União.

Passado algum tempo, ocorreu a greve que trouxe as mais sérias conseqüências para o operariado de Votorantim: a greve de 1917. Iniciada na capital estendeu-se pelo interior com rapidez e cujos motivos já foram apontados neste trabalho. No final da greve, quando os operários das fábricas de Sorocaba retornavam ao trabalho, os empregados da fábrica Votorantim encontravam-se desempregados e sem dinheiro pois estavam, há muito tempo, sem receber. Após um período amargo de incertezas, a

fábrica reabriu. Fora arrendada. São os operários que relatam as aflições pelas quais passaram, através do jornal Cruzeiro do Sul:

O OPERARIADO DO VOTORANTIM

“Exulta. E com razão. Há um mez a fabrica fechou as suas portas.

Mais de 1500 operarios ficaram inativos na expectativa.

Aos poucos os minguados recursos de cada um decresciam a miséria e a fome se installava em cada lar acabando por descer e estender-se sobre a população deste bairro exclusivamente operaria, o tétrico veio da penúria e do desespero.

Angustiosa situação.

O proletariado do Votorantim resignado com a sorte soffreu o peso brutal do afflictivo estado de cousas, sem um protesto, e sem um lamento.

No entanto, para aqui era enviado o sr. Alferes Durval de Castro Silva com um contingente de soldados, prevenido por alarmantes boatos. O sr. Alferes perspicaz e arguto em pouco tempo constatou o contraste flagrante entre o boato e a attitude pacata, ordeira e resignada do operariado.

Isso tocou em seu coração resolutivo como é, tanto para castigar como para premiar.

Com abnegação e altruismo tentou e conseguiu advogar com grande êxito a causa operaria, isto é, o reencetamento do trabalho, dez horas por dia, pagamento em cada quinzena do mez, aumento de 10% do ordenado de cada um. Alem do mencionado mais conseguiu: a readmissão dos que foram despedidos e a soltura de dois companheiros provada a sua innocencia.

Eis ahi o fructo benemérito dum trabalho fecundo e animado pela scentelha do amor ao próximo e desinteresse.

Justamente por isso é que o proletariado de Votorantim com a publicidade destas linhas torna patente o seu alto reconhecimento e gratidão ao sr. Alferes Durval, tornando extensivo os seus agradecimentos ao sr. Secretario de Justiça, dr. Delegado de Polícia de Sorocaba, Soares Fernandes, Pereira Ignácio e Comp., Cap. José A. Castanho cuja intervenção foi muito eficaz, Nicolau Scarpa e as demais pessoas que se interessaram pelo seu bem estar”.

A Comissão
(CRUZEIRO DO SUL, 28 jul 1917, p. 2)

No mês de janeiro de 1918, o jornal Cruzeiro do Sul traz com destaque a notícia: “Greve no Votorantim: um mestre de secção é ferido a tiros de revolver”. Inicialmente o jornal narrava o fato de que um contra-mestre da fábrica Votorantim desentendera-se com alguns operários e estes passaram a agredí-lo com pedaços de ferros, culminando com um tiro de revólver partindo dos operários, ferindo-lhe a perna. Como de outras vezes, foi solicitado reforço policial da capital e efetuada várias prisões de operários envolvidos. De início, cerca de 800 operários em solidariedade aos companheiros se declararam em greve. No dia seguinte, a paralisação já atingira todas as secções da fábrica.

Após a apuração do ocorrido ficou constatado que o incidente que dera origem a greve foi insignificante, mas seus desdobramentos é que levaram ao agravamento da situação. Tudo começou quando a operária, Rosa Barberini, chegara de madrugada para trabalhar toda molhada devido a forte chuva que caía. Solicitou então ao mestre Pedro Fornoni que lhe desse um passe para que pudesse voltar para casa e trocar de roupa. Este deu o passe à operária, mas segundo o jornal “por motivo não justificado” Rosa discutiu com o mestre. É provável que o mestre tenha lhe faltado com respeito, algo comum naquele tempo, já que a moça tinha a roupa muito molhada. Nesse ponto, João Barberini, irmão de Rosa, interveio asperamente na discussão em favor da irmã. Pedro Fornoni levou o incidente ao conhecimento do gerente da fábrica, que resolveu como medida de ordem transferir Rosa para outra secção. Ao retornar do almoço, Rosa tivera conhecimento da transferência e não aceitando, despediu-se do serviço. O irmão da jovem resolveu tirar satisfações com o mestre e o fez acompanhado por um grupo de cerca de 20 operários armados de pedaços de ferro. O mestre, na intenção de amedrontar o grupo, tira um revólver que trazia no bolso da calça, que acidentalmente dispara e atinge-o na perna direita.

Entre os agressores figuravam os operários Joaquim Gonçalves, José Orlando, Miguel Salfar e João Barberini. Os demais evadiram-se. Ficou apurado, no inquérito que desde há diversos dias a directoria da fabrica tem notado um movimento pouco commum, tendo os operários realizado reuniões secretas com o fim de declarar uma greve geral. De accordo com a autoridade de Sorocaba a Directoria da “Votorantim” vae dispensar o elemento perturbador da ordem. O inquérito que é volumoso, vem acompanhado de varias photographias tiradas na fabrica nos logares de maiores depredações. (CRUZEIRO DO SUL, 26 jan 1918, p.2)

A notícia transcrita pelo jornal Cruzeiro do Sul procurou ser o mais fidedigna possível quanto ao desenrolar dos acontecimentos; entretanto, deu mais importância as reuniões secretas e boatos de greve, que ao fato do encarregado portar uma arma de fogo em local de trabalho, como se isso fosse algo corriqueiro. O que na verdade era.

Num arrolamento de greves do período de 1917 a 1920, elaborado por Boris Fausto, aparece essa greve envolvendo 1200 operários, cuja duração foi de 18 de janeiro a 4 de fevereiro de 1918, com resultados negativos para os operários (FAUSTO,

1976, p. 263). Foram demitidos 40 tecelões efetivos e 40 substitutos. (CRUZEIRO DO SUL, 22 fev 1918, p. 2)

Com a assunção de Pereira Ignácio na administração da Fábrica Votorantim, o clima de incerteza vivido pelos operários quanto ao destino da fábrica se dissipara e os salários passaram a ser pagos com regularidade. Apesar da aparente estabilidade, as condições de trabalho não eram as ideais e muito faltava a ser conquistado. A vida operária, tanto dentro como fora das fábricas, continuava árdua. A luta operária era fortalecida pelas idéias anarquistas que disseminavam pelo país e tiveram eco no seio do operariado de Sorocaba. Em maio de 1918, aproveitando-se da situação do país (entrada na guerra do lado da Entente, estado de sítio decretado) os empresários têxteis procuram quebrar o acordo celebrado no final da greve de julho de 1917. Querem restabelecer o antigo horário de trabalho. (ARAUJO NETTO, 2005, p. 131). Os operários da capital e do interior respondem com nova paralisação. Os movimentos continuavam a ser tratados como casos de polícia; entretanto, a atuação da polícia se torna mais agressiva, bem como os procedimentos adotados pelos capitalistas. Se por um lado os operários se uniam para reivindicar seus direitos, por outro os industriais também se uniam tomando medidas repressivas uniformes a fim de desmobilizar os movimentos em conjunto com as autoridades policiais. Em boletim distribuído pela cidade, o delegado de polícia informava que a polícia estava aparelhada com recursos visando a manutenção da ordem, garantindo àqueles que pretendiam trabalhar desde que “sujeitando-se as condições estabelecidas pelos industriaes” condições para tal. Estavam expressamente proibidos quaisquer ajuntamentos, passeatas e “meetings”.(CRUZEIRO DO SUL, 15 jun 1918, p. 2)

Comentava o jornal que o movimento que paralisara as indústrias de tecidos assumira um “carater de agitação”, forçando a polícia “a bem da manutenção da ordem” a efetuar prisões daqueles que julgava ser os agitadores mais inflamados do movimento. Reprovava ainda, um ato que classificou como um “attentado” contra a fábrica Santa Maria, sem, todavia, esclarecer o ocorrido. Diante dessa paralisação os industriais agindo em conjunto resolveram o que segue:

[...] que na quarta-feira, 19 do corrente, será feito o pagamento dos seus salários vencidos, em seguida ao que se procederá em todas as fabricas nova

matricula, considerando-se matriculados, a juízo das respectivas gerencias os que até esta data têm comparecido ao trabalho.

Outrossim, previnem que a nova matricula será feita aos que se sujeitarem ás condições estabelecidas na ultima declaração feita pelos abaixo-assignados, isto é:

1º. Augmento de 10% em geral sobre os salários, além dos 20% já concedido em julho do anno passado, de modo que o augmento será de 30% dos salários antigos.

2º. Obrigação dos operários de se sujeitarem ao horário de serviço actualmente em vigor e mais em serviços extraordinários sempre que for necessário, não podendo entretanto tal serviço exceder a duas vezes por semana e a duas horas de cada vez, percebendo por esse salário 1/14 de dia. Os Industriaes (CRUZEIRO DO SUL, 19 jun 1918, p. 2)

Pelos termos do aviso dado pelos industriais se verifica que a permanência no emprego dependia da matrícula do operário e que esta só poderia ser feita se o mesmo estivesse trabalhando e sujeitando-se aos horários estabelecidos pelos empresários. A dispensa de muitos operários tornou-se fato consumado. O procedimento foi o mesmo em todas as fábricas e não houve mais negociação com os operários.

O jornal “Cruzeiro do Sul” num discurso apaziguador que refletia o discurso do governo declarava que se pudesse intervir na divergência surgida entre patrões e operários, os aconselharia que retornassem ao trabalho e que deixassem de seguir as orientações de elementos “arruaceiros”, fazendo referência aos anarquistas. Prosseguia dizendo que os operários deveriam se dar por satisfeitos pelos 10% de aumento conseguido, uma vez que o país estava vivendo uma situação muito difícil, “forçando os poderes constituídos á decretação de medidas extraordinárias para a garantia da ordem”, considerando que a situação no mundo inteiro não permitia que as classes trabalhadoras deixassem de produzir. Tocava ainda, nas questões do açambarcador, “elemento de pouco escrúpulo que açambarcando os gêneros de primeira necessidade procuram auferir lucros da desgraça e miséria alheias”; e da criação, na capital da República, do Commissariado Geral da Alimentação Pública com a finalidade de fazer “cessar essas anomalias creadas por intervenção indébitas no phenomeno natural da oferta e procura, facilitando ás classes menos favorecidas a aquisição a bom preço dos generos de primeira qualidade”. O discurso era de que todos deveriam partilhar os sacrifícios. Sobre a partilha dos sacrifícios, Boris Fausto esclarece como ela se deu: pontilhando as leis impessoais do mercado, aparecem não só os grandes lucros de algumas empresas, mas especialmente uma figura historicamente odiosa às massas

populares: o açambarcador. O estado de espírito dos consumidores em geral está refletido nas contínuas denúncias da grande imprensa contra os Matarazzo, os Gamba, etc. acusados de desviar mercadorias para exportação e estocar gêneros alimentícios. (FAUSTO 1976, p. 201)

A partir dessas constatações depreende-se que mais uma vez a população arcou com a parcela maior dos sacrifícios.

Nesse contexto angustiante, as fábricas procederam ao pagamento dos operários e imediatamente efetuaram as matrículas dos mesmos, em cumprimento do que fora divulgado em boletim. Como o número de operários era insuficiente para tocar todas as secções, passaram a contratar pessoal de São Paulo, Santos e outros centros industriais através da Agência de Colonização e Trabalho, uma repartição pública estadual. Essa atitude dos donos das fábricas estiola o movimento. Mesmo os mais recalcitrantes se viram na contingência de voltar, sob pena de pagar um preço muito alto. A greve se esvazia com uma vitória parcial. Aconteceu então, que Sorocaba, como outras regiões do país, fora atingida pela epidemia de *influenza*, doença que ficou conhecida por “gripe hespanhola“. A epidemia se alastrou rapidamente e vitimou muitas pessoas, obrigando o fechamento das escolas e das fábricas. O respeitado médico Dr. Álvaro Soares, recomendou que as empresas interrompessem o trabalho por 15 dias e que não obrigassem os convalescentes a voltarem ao trabalho, pois uma recaída poderia ser fatal. Recomendou-se também que não se descontassem dos trabalhadores os dias parados, tendo em vista o seu estado de dificuldades. A Sorocabana pagou integralmente os dias parados de seus empregados (ARAUJO NETTO, 2005, p. 134)

Em 1º. de maio de 1919 é deflagrada na capital uma greve contra a carestia de vida, que pode ser entendida como a extensão do movimento do ano anterior. O operariado requeria os mesmos ganhos obtidos pela classe trabalhadora da França e outros países europeus, principalmente após a Conferência de Paz. Um problema grave e antigo, vivido pela população, continuava a ser a ação dos atravessadores de gêneros alimentícios que os vendia a preços exorbitantes. Os operários das fábricas de Sorocaba que viviam a mesma situação de penúria aderiram ao movimento, o que era previsível, segundo o jornal *Cruzeiro do Sul*, que reconhecia como justas as

reivindicações, mas desaprovava quaisquer atos que subvertessem a ordem pública. A polícia local, com o reforço recebido da capital, estava pronta para agir com energia contra grevistas que viessem a impedir a entrada daqueles que pretendessem trabalhar.

Em Sorocaba pararam milhares de operários das fábricas Nossa Senhora da Ponte, Santa Rosália, Votorantim, Santa Maria, Estamparia, São Paulo, Fábrica de calçados Fausto, os operários das oficinas da Sorocabana e muitos outros. Os grevistas fizeram circular um boletim pela cidade e publicado pela imprensa local a fim de tornar conhecido todos os “pedidos” dos operários de Sorocaba:

- a) o dia de 8 horas de trabalho;
 - b) repouso semanal remunerado;
 - c) proibir o trabalho de menores de 14 anos e noturno de mulheres;
 - d) estabelecer salário mínimo, baseado sobre o custo de vida actual. Os pagamentos devem ser efectuados semanalmente;
 - e) igualar os salários das mulheres aos dos homens;
 - f) completo respeito dos poderes públicos às associações operarias e plena liberdade de pensamento;
 - g) [reducção dos preços dos gêneros de primeira necessidade] para esse fim deve organizar-se [um] conselho de alimentação controlado pelas associações populares. A este conselho de alimentação deverão ser concedidos os direitos de requisição;
 - h) Confiar aos conselhos de alimentação o encargo de impedir a falsificação dos gêneros de primeira necessidade;
 - i) Reducção imediata dos alugueis. Deverá ser concedida uma moratória para os débitos atrasados;
- [...] Tudo deverá ser decidido com sindicatos operários. (CRUZEIRO DO SUL, 8 maio 1919, p. 2)

Esse boletim aos olhos de alguns setores da sociedade, entenda-se os donos das fábricas, estava carregado de ousadia e espírito revolucionário, fruto das idéias anarquistas que se disseminavam com facilidade entre o operariado. Para os operários o tom revolucionário do boletim traduzia a situação insuportável em que viviam dentro e fora das fábricas. Os operários organizados se sentiam fortalecidos ao formularem suas reivindicações que extrapolavam os muros das fábricas.

Com o passar dos dias, os operários constituíram uma comissão intermediária e com a autorização dos industriais e do Delegado de polícia convidaram os operários das fábricas locais a participarem de uma reunião a fim de formularem suas exigências e chegar-se a um acordo.

Os operários da Fábrica de Tecidos Votorantim apresentaram suas próprias reivindicações ao gerente da fábrica, que seria o interlocutor entre eles e os diretores da sociedade. Por medida de precaução decidiram aguardar em parede até o desfecho das negociações. Essa atitude dos operários irritou sobremaneira o gerente, conforme carta sua publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul sobre os procedimentos adotados pelos operários da Votorantim.

“Ouvida a comissão, que os operários se manterão em greve até a solução de suas aspirações, pretendendo-se manter solidários com os de Sorocaba; considerando que esta solidariedade com os operários que não assumiram para com os seus directores nenhum compromisso é menosprezo do compromisso que os operários do Votorantim assumiram para commigo; além disso, considerando que o nosso operariado não teve energia necessária para computar as razões apresentadas pela delegação de Sorocaba, nem tiveram a coragem de pedir aos propagandistas uma linguagem mais digna de trabalhadores conscientes, resolvo renunciar o mandato a mim confiado de arbitro nas relações entre o operariado do Votorantim e os directores da Sociedade”. (CRUZEIRO DO SUL, 18 maio 1919, p. 2)

Mesmo com a renúncia do interlocutor, os operários não se deixaram abater e se mantiveram em greve, bem como os operários das outras fábricas de Sorocaba. Como a situação se agravava dia após dia, de acordo com o jornal Cruzeiro do Sul, “pessoas de responsabilidade, aqui residentes iam hontem tratar de conseguir um accordo entre proletários e patrões afim de normalisar a vida industrial desta cidade”.

Após 23 dias de paralisação, os proprietários e representantes das várias fábricas de Sorocaba se reúnem “e resolveram fazer aos operários algumas concessões”. Os operários da fábrica Votorantim obtiveram uma porcentagem maior de aumento de salário, ou seja, 30% sobre o salário atual, enquanto que o operariado das outras fábricas obteve 25%. As outras “concessões” foram as mesmas em todas as fábricas.

A Sociedade Anonyma Votorantim concorda com o seu operariado as seguintes condições de trabalho:

- 1º. – horário de 8 horas effectivas;
- 2º. – repouso semanal de 36 horas ininterruptas;
- 3º. – augmento de 30% dos actuaes salários hora e producção
- 4º. – o adicional de 20% para as horas extras do dia normal de serviço e para as de domingo;

5º. – exclusão de matrícula dos menores de 14 annos de hoje em diante, deixando plena liberdade aos paes para retirar os que actualmente trabalham;
6º. – Equiparação dos salários das mulheres com os dos homens na mesma espécie e qualidade de serviço; quanto a exclusão das mulheres do trabalho nocturno ficará dependendo da lei do Congresso.
Pela acceitação dessas novas condições, fica revogada qualquer outra disposição em contrario e em vigor até 25 do corrente mez.
Votorantim, 22 de Maio de 1919 – R. Ruggeri – Director-Gerente da Fabrica Votorantim
As condições acima devem começar a vigorar no dia 26 do corrente.
(CRUZEIRO DO SUL, 23 maio 1919, p.2)

Para a trajetória de luta operária, esses ganhos não significavam a vitória total; entretanto, como os acordos celebrados nem sempre eram respeitados pelos industriais, estes ganhos podiam ser considerados avançados. Porém, muito faltava para se conquistar.

A partir da greve de 1919, os operários estavam mais politizados e organizados. Em contrapartida, os donos das fábricas também se fortaleceram, ganhando o apoio da polícia. As relações trabalho e capital passaram a ser medição de forças.

Em outubro de 1919 aconteceu uma explosão de dinamite numa casa em São Paulo, matando quatro supostos anarquistas¹⁹. De acordo com o jornal *Cruzeiro do Sul* “victimas de seus próprios desígnios”. Esse fato serviu de pretexto para a intensificação da repressão aos anarquistas, tanto na capital como no interior.

A policia da capital continúa a agir activamente para assenhorear-se dos sinistros planos dos perigosos anarchistas que infestam aquella cidade e o interior.
Os redactores do jornal “A Plebe”, orgam socialista que se vinha excedendo na sua linguagem libertaria, foram presos.
Uma comissão de operários da Light communicou hontem á imprensa que se declararia em greve, em signal de protesto contra aquellas prisões.
A policia da capital age em accordo de vistas com a do Rio, onde se move guerra formidável a estrangeiros indesejáveis, que aportam no nosso paiz, escorraçados de outros e aqui vêm continuar a propaganda de ideas inexequíveis, qual seja a do regimen preconizado por Lenine.
(CRUZEIRO DO SUL, 24 out 1919, p. 1)

¹⁹ Esse acidente ou não aconteceu na rua João Boemer, 305 na capital. Morreram José Prol, Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva, José Alves que era diretor da escola Moderna de São Caetano do Sul

Dentro das fábricas a perseguição aos anarquistas recrudescera. Entre os donos de fábricas começara a circular a “lista negra” e a “caderneta do operário”. Iniciativas nascidas em Sorocaba, a partir da união entre os patrões e a polícia, em especial com o delegado de polícia Bráulio de Mendonça Filho. O Secretario Geral do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Otávio Pupo Nogueira, elogiou a atuação do Delegado na repressão ao movimento operário de Sorocaba. Esclareceu o secretário de que forma se traduzia o trabalho conjunto entre empresários e polícia para conter o avanço dos anarquistas e outros elementos perniciosos. O operário quando se candidatava a uma vaga em qualquer fábrica era encaminhado à Delegacia Regional de Polícia onde era identificado. Abria-se uma ficha individual onde a polícia lançava um resumo de sua vida pessoal e profissional, transcrito também na caderneta operária. Essa caderneta passou a ser documento do operário, e era sempre exigida pelas fábricas, quando da admissão. A Delegacia Regional fornecia cópias da documentação do operário as demais fábricas.(CRUZEIRO DO SUL E SOROCABA, 2005, p. 53).

Em outubro de 1919 já haviam sido identificados seis mil operários das fábricas de Sorocaba. O prontuário, que obrigatoriamente deveria conter a fotografia do identificado, era remetido ao gabinete de identificação em São Paulo, que comunicava a Delegacia da cidade caso houvesse na polícia algo desabonador do operário. Essas informações eram retransmitidas aos empresários.

IDENTIFICAÇÃO DE OPERARIOS

A Delegacia Regional de Policia desta cidade esta fazendo activamente a identificação de Operários de nossas fabricas devendo concluir até o fim do mez cerca de 6 mil promptuarios. As fichas dos promptuarios são remetidas ao gabinete de identificação, que communicara a delegacia desta cidade si há algo na policia em desabono do identificado. Cada promptuario devera ser completado com a photographia da pessoa identificada.

O serviço photographico da delegacia regional, ficara como dissemos a cargo do sr. Antonio Affonso Vieira, que se acha na capital completando a sua pratica (CRUZEIRO DO SUL, 12 out 1919, p. 2)

MATRICULA OPERARIA

Até a presente data foram já matriculados nas fabricas locaes:

Votorantim.....	4259
Santa Rosalia.....	1741
Santo Antonio.....	2664
Santa Maria.....	1596
Nossa Senhora da Ponte.....	2023
São Paulo.....	394
Arreios.....	214
Fabrica de Enxadas.....	189

Sorocabana..... 1979
TOTAL 15059
(CRUZEIRO DO SUL, 24 jun 1920, p. 2)

O operário cujo nome constasse da lista negra por qualquer motivo, praticamente não encontrava mais colocação em nenhuma fábrica de Sorocaba. Sofriam a mesma repressão os seus familiares. Os mais atingidos com essas medidas foram exatamente aqueles que exerciam liderança entre o operariado, ficando sem chances de trabalhar em Sorocaba. Muitos se viram obrigados a abandonar a cidade para não morrer de fome; pois, não tinham dinheiro e não possuíam meios de consegui-lo, por total falta de crédito. Malvistas pelas autoridades a permanência na cidade tornava-se insuportável.

A partir dos anos 20, os operários estavam exauridos da luta. A falta de liderança e a forte repressão adotada pelos empresários contribuíram para o enfraquecimento da luta operária que não desapareceu de todo, mas perdera seu vigor.

Na Votorantim, o ponto nevrálgico na administração de Pereira Ignácio dizia respeito às greves. Apesar de não serem grandes movimentos como nos anos de 1917, 1918 e 1919, as paralisações persistiam devido à presença de anarquistas dentro da fábrica. A fábrica Votorantim sempre fora tida como foco de anarquistas. Uma vez interrompida a produção, comprometiam-se os lucros.

Desde o ultimo sabbado os operários da importante fabrica Votorantim estão afastados do trabalho por motivos que os proprietarios ignoram, porquanto nenhuma commissão de operários daquela fabrica se dirigiu á administração da mesma allegando os motivos. Os operários se conservam em attitude de completa calma (CRUZEIRO DO SUL, 22 jun 1921, p. 2)

Depois de acurado estudo das causas que levavam ás freqüentes paralisações, descobriu-se que entre os operários havia um líder nato: Ângelo Vial. Esse operário filho de imigrantes italianos, num gesto, conseguia fazer parar a fábrica toda. Antonio Pereira Ignácio, assessorado por seu genro José Ermírio de Moraes, não hesitara em oferecer para Ângelo Vial, a gerência da fábrica e acrescentar-lhe ao salário o saldo da venda de 500 quilos de retalhos que receberia mensalmente. Tratava-se claramente de um caso de cooptação e Ângelo Vial entendera. Mas não podia renegar suas idéias perante os outros. Expõe a situação aos membros anarquistas e com anuência destes

para a aceitação do proposto, impõe duas condições: o fim da lista negra dos operários, aquela que impedia o ingresso da pessoa em qualquer fábrica devido a sua ideologia; e que os operários demitidos por razões de greve fossem readmitidos. Pereira Ignácio e seu genro viram, nessa imposição, alto risco para a fábrica, mas concordaram.

Ângelo Vial continuou a ser querido e respeitado no meio do operariado, pois não abandonou totalmente aquilo em que acreditava. Conseguiu, pela primeira vez na história das fábricas de Sorocaba, que fosse pago um abono de natal aos operários. Essa idéia foi copiada por Heitor Antunes, administrador da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte. No entanto, esse administrador fora qualificado de comunista, por sua proximidade com Vial, passando a ser vigiado declaradamente pela polícia. (BONADIO, 2004, p. 207). Meia vitória para os patrões, meia vitória para os operários.

2 A EDUCAÇÃO NA VILA OPERÁRIA DE VOTORANTIM

Este capítulo aborda a trajetória da educação na vila operária de Votorantim, desde as primeiras iniciativas escolares até a criação do grupo escolar, compreendendo o período que vai da última década do século XIX até as décadas iniciais do século XX, mais precisamente o ano de 1925, data da criação do Grupo Escolar de Votorantim. No entanto, essa abordagem não se faz de maneira isolada. Ela transita pelo contexto educacional da época, o ocaso do Império e o advento da República, buscando contemplar aspectos relevantes do ensino primário, tais como a legislação vigente, condições de trabalho dos docentes, os métodos de ensino e a própria participação, ou ingerência da fábrica de tecidos Votorantim no cotidiano dessa escola.

Preliminarmente delineou-se o quadro educacional no final do Império em Sorocaba, a fim de se ter uma idéia do que herdou a República em termos educacionais e, em seguida, as mudanças ocorridas no período republicano na tentativa de romper com esse passado.

Um editorial do jornal Ypanema de Sorocaba do ano de 1872 possibilita vislumbrar o estado precário da educação na cidade, num tempo em que o ensino não era obrigatório e carregava toda sorte de dificuldades.

[...] Si alguém visitar as escolas publicas d'esta cidade, e vir que os meninos abafam em umas estufas, que não ha bancos sufficientes, nem mesas, nem livros, nem modelos; quem observar o descontentamento do professor e a tristeza do alumno, pensará que só aqui o ensino vae de rastos. Pois é preciso saber que dous paizes civilisados, ao que pretendem, estão abaixo da Turquia em materia de instrucção. Esses dous paizes são Portugal e Brazil. [...]. A provincia de S. Paulo regeitou no anno da graça de 1872 um projecto de ensino livre e apprendisagem obrigatoria porque alguns deputados entendiam que havia communismo, socialismo e não sei si christianismo tambem, no abc sem licença do presidente da provincia, na taboada sem o visto do inspector geral, e no bastardinho sem fiscalisação do inspector de districto. Em vez de se occuparem com futilidades como o ensino publico, as camaras divertem-se em felicitar os ministros e presidentes de provincia, e em dar pesames ao papa. (YPANEMA, 25 abr 1872, p. 2)

Em 1876, esse mesmo jornal em editorial cobrava uma ação mais efetiva por parte do governo com relação à instrução, afirmando ser “lamentável o estado em que o governo conserva a instrução publica no país”. Destacava que Sorocaba, um dos municípios mais importantes do sul da província e com uma população superior a 13 mil

habitantes, contava apenas com três escolas primárias para o sexo masculino e duas para o sexo feminino. Requeria imediatamente a criação de novas escolas, pois crescia o número de crianças sem instrução. Sustentava essa argumentação com dados estatísticos referentes à Sorocaba, a província de São Paulo e ao Império.

A Assembleia legislativa têm por vezes subido petições pedindo a criação de escolas em bairros d'este município, inclusive uma no Sarapuhy do Salto distante mais de 6 léguas d'esta cidade e outra na capella da Aparecida, onde existem numero superior a trinta meninos no caso de freqüentar escolas. Para este a assemblea depois de contínuos pedidos accedeu, porém até hoje esta ella sem professor. O numero de menores livres de 6 á 15 annos de idade, segundo o recenseamento feito em 1872, subia a 2.630; destes só freqüentavam as escolas 469 ou 17,83%. Pelo já referido recenseamento, vê-se que a população d'este município era de 13.999 habitantes, sendo 3.456 escravos e 10.543 livres. D'estes receberam instrucção, inclusive aquelles que mal assignavam seus nomes 1.884 e jaziam na mais crassa ignorância 8.659 ou 82,13%.[...] (YPANEMA, 20 jul 1876, p. 1)

Prosseguia o editorial apontando esses mesmos dados com relação à província e ao Império. Da população livre da província de São Paulo não sabiam ler 79,25% e da população livre do Império, 77,63 % eram analfabetos. A instrução precária oferecida pelo governo sempre foi motivo de manifestação por parte da imprensa. Em 1877, o jornal "A Voz do Povo" de Sorocaba, chamava a atenção dos órgãos competentes sobre a necessidade de criação de mais uma escola feminina na cidade, que seria a terceira para esse sexo na cidade.

Entre nós é uma amarga verdade que francamente dizemos, é a instrucção o ramo do serviço publico mais mal administrado [...] enquanto o governo não olhar para esta parte do serviço publico reformando o ensino e reorganizando-o de modo que a sociedade colha reaes e proveitosos resultados, que compensem a enorme quantia que despendem annualmente os cofres do estado com a sustentação de escolas publicas [...] A nosso ver dous são os meios de melhorar o ensino no nosso paiz; elevar o ordenado aos professores actuaes, e crear mais cadeiras.[...] não mais veremos um menino que freqüentou por espaço de annos uma aula publica sahir della sem saber cousa alguma. (A VOZ DO POVO, 1 dez 1877, p. 1)

Durante o Império, a atuação dos governos da província de São Paulo, em relação a construções escolares, foi insignificante (SOUZA, 1998, p. 124). Até 1896, as escolas funcionavam em casas isoladamente. Esse costume, de se estabelecerem

escolas em casas, vem das experiências colocadas em prática em Portugal, no século XVIII. (MENON, 2000, p. 43). Essa medida trazia de positivo somente a economia aos cofres públicos evitando-se a construção de prédios, uma vez que o professor da cadeira era o responsável em encontrar um lugar adequado para instalar sua escola e mantê-la à sua expensas. Quase sempre os espaços eram exíguos, sem ventilação, sem bancos e mesas suficientes para atender ao número de alunos matriculados, que poderia chegar a 80. Nesses casos, recorria-se ao rodízio nas atividades, ou seja, ao ler, a turma o fazia em pé, já a turma que escrevia, fazia-o sentada. Depois, trocavam-se as tarefas e as posições. Os materiais necessários ao desenvolvimento do ensino, como lápis, lousa, “exemplares de boas máximas de leitura”, também ficavam a cargo do professor.

Contudo de arcar praticamente com todas as despesas do ensino, a remuneração dos professores era aviltante. Os salários variavam de acordo com a localidade em que atuasse o professor, seguindo uma ordem decrescente de valores. Os que percebiam mais, eram os da capital, seguidos pelos das cidades, vilas, freguesias e bairros. Os vencimentos dos professores não eram reajustados e freqüentemente eram efetuados com atraso.

O trabalho em sala de aula era desenvolvido em condições adversas. A não obrigatoriedade do ensino acarretava altos índices de infreqüência dos alunos. Somava-se ainda, a variação das idades da clientela escolar que compreendia dos 7 aos 12 anos, ou mais numa mesma classe e a total falta de recursos pedagógicos para o bom desenvolvimento das aulas.

Notadamente nos relatórios informativos encaminhados ao Inspetor da Instrução Pública, os professores inconformados com o estado deplorável em que se achavam as escolas, denunciavam o descaso do Estado, atribuindo-lhe o pouco progresso dos alunos.

Numa publicação do ano de 1918 sobre o estado de São Paulo onde eram tratados vários aspectos, entre eles a instrução pública comparando-a com os tempos do império, mencionou-se o que segue:

A escola primaria era então acanhada e triste. Em geral pessimamente instalada em alguma casinhola de ordinário, a residência do mestre pobre e mal

pago, tinha interiormente um aspecto miserável. O professor via de regra, desprovido do menor preparo profissional e mesmo de qualquer preparo autodidactico, naqueles tempos em que eram raros os indivíduos que conheciam sequer a palavra pedagogia. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p.35)

O registro da realização de exames nas escolas públicas masculinas e femininas de Sorocaba em 1877, permite-nos vislumbrar aspectos do contexto escolar daquela época.

Começaram hontem os exames nas escolas primarias d'esta cidade sob á inspectoría do sr. José Marques da Silva Pavão, principiando pelas do sexo feminino de que são professoras as sras. dd. Vicentina Adelaide de Vasconcelos e Januaría de Oliveira Simas.

Assistimos aos exames de ambas as escolas e podemos assegurar que o grande aproveitamento tem obtido as meninas pela maneira satisfatória por que responderam nas diferentes matérias em que foram examinadas.

As meninas da 2^a. cadeira regida pela exma. sra. d. Januaría, mostraram grande progresso e adeantamento nos trabalhos de agulha e prendas domesticas que attestam o interesse e dedicação de sua distincta professora.

[...]

Terminaram-se no dia 4 em presença do digno inspector do districto, sr. José Marques da Silva Pavão, tendo logar n'esse dia as do sexo masculino, que são regidas pelos professores srs. Fidelis de Oliveira e Venâncio José Fontoura.

Os exames correram regularmente, mostrando os srs. professores que fizeram o que era humanamente possível para o progresso da instrução em vista das repetidas faltas dos meninos. (YPANEMA , 7 dez 1877, p. 2)

2.1 As Iniciativas Escolares na Vila Operária de Votorantim nas últimas décadas do século XIX

Fazia parte dos projetos do Banco União, além das fábricas, vila operária e outras instalações, a implantação de escolas para os operários e seus filhos. Nas fontes utilizadas nesta pesquisa, não foi encontrada nenhuma iniciativa escolar na região de Votorantim anterior às obras do Banco União, iniciadas em 1890.

A historiografia de Votorantim, entretanto, considera o ano de 1885 como sendo o ano da criação da primeira escola e, para tanto, baseia-se em relato de um descendente de um antigo morador.

É o dr. José Carlos de Campos Sobrinho quem nos dá notícia de uma primeira atividade didática em Votorantim, conta-nos que em torno de 1885, João Carlos

de Campos, um dos filhos de Juca Carro Velho, montou um armazém a meio caminho entre a parte de cima e a parte de baixo do Rio Acima, no ponto em que ficava o cruzamento da estrada de Piratuba com a estradinha entre as duas partes do bairro. Ali, no centro do Bairro do Rio Acima, abriu uma escola de alfabetização, onde passou a ensinar os filhos dos crentes protestantes e demais crianças das famílias locais. Essa teria sido a primeira escola primária do Rio Acima, e da futura Votorantim tendo funcionado por alguns anos. (VOTORANTIM-2000, 2000, p. 83)

É provável que em condições precárias tenha havido algo semelhante a uma escola, mas por iniciativa de particulares. Mas, não se encontrou registro que comprove a existência de tal escola. O bairro Rio Acima, que pertencia a Sorocaba, situado um pouco distante do centro onde se desenvolveria o núcleo industrial de Votorantim, concentrava pequenos agricultores, lenhadores e dentre essas famílias algumas professavam a religião protestante, o que era bastante raro para a época. Sobre uma iniciativa popular de escola no Rio Acima, foi localizado um registro somente em 1919.

Diversos moradores do bairro do Rio Acima têm projecto de construir um prédio destinado ao funcionamento de uma escola municipal e anexa a ella uma capella para os catholicos daquelle bairro, que é um dos mais populosos do município. Que esta feliz iniciativa encontre apoio merecido são nossos votos. (CRUZEIRO DO SUL, 26 jul 1919, p. 2)

Por volta de 1895, com o crescimento da vila operária do Votorantim, surgiu a necessidade de criação de escolas, tanto para os operários adultos, como para os seus filhos. No mês de junho desse ano, o Inspetor Literário propõe ao Congresso do Estado a criação de várias cadeiras para Sorocaba, incluindo, uma feminina e uma masculina para a vila do Votorantim. Em outubro desse ano foi confirmada legalmente a criação de tais escolas.

Já foram, pelo Presidente do Estado sancionadas as Leis ns. 373 e 378 que crearam escolas para os diversos districtos litterarios. O nosso foi contemplado com as seguintes: sexo masculino, duas na cidade, uma no bairro da Terra Vermelha, uma no bairro da Aparecida e uma no bairro do Votorantim; sexo feminino, duas na cidade, uma no bairro do Funil, uma no bairro da Aparecida e uma no bairro do Votorantim.(O 15 DE NOVEMBRO, 2 out 1895, p.2)

Em setembro de 1896, por meio de ofício, o inspetor literário solicitou ao

Conselho de Instrução a provisoriedade para a escola do sexo masculino de Votorantim, e que esta fosse preenchida com urgência, uma vez que fora criada a cadeira, mas nenhum professor nomeado passou a ocupá-la. No mês de dezembro foi publicado então:

José Manoel de França Junior, inspector litterario do 36º. Districto escolar, faz publico que acha-se aberta pelo praso de 25 dias a contar desta data a inscripção para os oppositores ás eschololas provisórias das seguintes localidades: [...]

Bairro do Votorantim: sexo masculino e feminino (O 15 DE NOVEMBRO, 3 set 1896, p. 2)

Em dezembro de 1898, foram realizados os exames escolares das escolas feminina e masculina do Votorantim. A escola feminina regida pela professora Petronilha de Camargo Lessa, contava com 25 alunas matriculadas e foram examinadas 23. A comissão examinadora fora composta pelo professor Arthur Gomes, Antonio d'Oliveira e presidida pelo inspetor municipal, major João Lycio Gomes e Silva.

No dia 24 ao meio dia, procedeu-se ao exame, [...] os alumnos presentes em numero de 23 foram argüidos em leitura e arithmetica, dando provas satisfactorias do seu adiantamento, o que é muito para honrar os esforços da digna professora. Ao major João Lycio foi offerecido pelas alumnas um lindo bouquet de flores naturaes, falando por essa occasião sobre a instrucção o sr. Antonio d'Oliveira. A sra. Petronilha Lessa offereceu á commissão examinadora após o acto, uma bem servida mesa de doces. (O 15 DE NOVEMBRO, 29 dez 1898, p. 1)

No ano de 1899, sob terrível epidemia de febre amarela, que afugentou muitos sorocabanos, aconteceram os exames escolares. Na vila operária de Votorantim, continuava regendo a escola feminina a professora Petronilha de Camargo Lessa. Torna-se difícil precisar a localização dessas escolas, uma vez que dependia da disponibilidade do professor em conseguir o imóvel. Em relatos de visitas à fábrica, quase sempre eram citadas visitas à escola, o que leva a crer que estas funcionavam em dependências da fábrica. Sobre os exames de 1899, fora noticiado o que segue:

A comissão examinadora foi composta pelos profs. Arthur Gomes e Nicolau Nogueira. Distinguiram-se as alumnas: Vitalina Rosa de Pontes, Pristermina Galli, Maria Cosme, Annunziata Bertelotti, Paula de Pontes e Feliciano Martins

de Camargo. Em todos os exames que versaram sobre leituras, calligraphia, arithmetica, historia de S. Paulo e geographia tornou-se patente a dedicação dos professores das diversas escolas do município. (O 15 DE NOVEMBRO, 29 dez 1899, p. 2)

2.1.1 As mudanças na educação a partir do advento da República

Com a proclamação da República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre o passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso. Como signo da instauração da nova ordem, a escola deveria fazer ver. (CARVALHO, 1989, p. 23). A missão regeneradora da escola aconteceria numa sociedade que mantivesse as mesmas características do período imperial.

Com a República, as mudanças educacionais não ficaram restritas ao Estado de São Paulo. É bem verdade que este irradiou para outros estados da nação, modelos de sua organização educacional. Em termos nacionais, uma iniciativa muito significativa foi a criação da Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890. Apesar de parecer uma reunião esdrúxula, deve-se atentar para o fato de que para a época, estes três vetores significaram uma religação nacional. No campo educacional significou tanto uma expectativa de religação política do país pela instrução (o que seria homólogo nas religações operacionais do país através do telégrafo e do correio), quanto uma presença oficial do Estado na área. (CURY, 2005, p. 72)

Fazendo parte do projeto republicano, a escola seria dividida em dois tipos bem distintos: a escola isolada, que se manteve praticamente nas mesmas condições precárias dos tempos imperiais e o Grupo Escolar criado pelo decreto nº. 248, de 26 de julho de 1894, que dizia em seu artigo 81: “nos logares em que, em virtude de densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade (2 km), o Conselho Superior poderá fazel-as funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado”. (MENON, 2000, p. 138)

Anterior à criação dos Grupos Escolares, mas já fazendo parte das mudanças republicanas, fora estabelecido em 1892, o concurso público para ingresso na carreira do magistério. Cabia ao presidente do Estado determinar ao diretor geral, a época de

abertura dos concursos para provimento das escolas preliminares de três em três meses. O diretor geral, então, deveria dirigir-se ao Conselho Superior solicitando o programa que este deveria organizar para base do concurso. (SOUZA, 1998, p. 70)

Para a inscrição de candidatos à regência das escolas, os pretendentes deveriam apresentar certidão de idade ou prova equivalente de ser maior de 18 anos; “folha corrida e atestado do Juízo de Paz da residência do candidato nos últimos três anos, provando moralidade”; atestado médico provando ter sido vacinado, não ser portador de moléstia contagiosa ou de defeito físico que o impossibilitasse para o exercício do magistério. Finalmente, o candidato deveria provar não ter sido punido com as penas de expulsão da Escola Normal ou perda da cadeira como professor. Para o atendimento dessa exigência bastava a afirmação do candidato. Os exames eram divididos em partes escrita e oral que versavam sobre: leitura, escrita, princípios básicos das Constituições da República e do Estado, questões sobre Geografia do Brasil, problemas aritméticos e composição.

Era designada uma comissão composta pelo diretor geral, um representante do governo e três examinadores, por este nomeados. Por sorteio, um dos candidatos retirava o ponto sobre o qual versaria a prova escrita. Os exames orais eram públicos e a arguição sobre cada matéria deveria durar no máximo 10 minutos. (Idem, p. 70)

Em 14 de novembro de 1895, o professor Napoleão Baldy, prestou concurso para o cargo de professor da escola provisória da vila de Piedade, sendo aprovado pela comissão examinadora. Seu exame constou das seguintes matérias:

PROVA ESCRITA

- 1º. Ponto – Portuguez – Descrição de uma tempestade no campo.
- 2º. Ponto – Constituição da Republica – Forma de governo, poderes do Estado e seus órgãos.
- 3º. Ponto – Constituição do Estado de São Paulo – poder Legislativo.
- 4º. Ponto – Geographia – Situação do Brazil, seu clima e modificações desta.
- 5º. Ponto – Números inteiros, addição.

PROVA ORAL

- 1º. Ponto - Portuguez – leitura, interpretação, exposição do trecho e principios grammaticaes.
- 2º. Ponto – Constituição da Republica – poder executivo.
- 3º. Ponto – Constituição do Estado de São Paulo – Poder Legislativo.
- 4º. Ponto – Geographia – O Brazil e seus limites, rios principaes e systema de montanhas.
- 5º. Ponto – Operações Practicas – juro (O 15 DE NOVEMBRO, 17 nov 1895, p. 2)

Para os alunos a instituição dos exames públicos constituiu uma das “inovações” educacionais republicanas mais contraditórias e conflituosas no processo de construção da escola primária pública renovada. Os republicanos desejavam universalizar a educação popular, projeto de caráter democrático. No entanto, essa escola, essencial para a República, deveria ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa. Os exames foram os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos (SOUZA, 1998, p. 242).

Por meio dos jornais, o Inspetor Literário anunciava, com antecedência, as datas e os locais dos exames dos alunos, bem como as comissões examinadoras, e toda a organização a ser observada na realização destes. Convidava os interessados e o público em geral para assisti-los. Percebe-se, que havia grande empenho por parte dos professores em convidar a imprensa para esses exames. Não raro apareciam nos jornais agradecimentos pelos “delicados convites” enviados por professores aos representantes da imprensa. A decoração da sala, o oferecimento de flores, doces, cerveja ou água aos convidados eram feitos a expensas do professor da escola, o que alimentava certo clima de competitividade entre os professores das diferentes escolas.

Os exames escolares traduziam-se em solenidades que contavam geralmente com a presença dos pais dos alunos e outros convidados. Anterior ao dia que os alunos passariam pela comissão examinadora, acontecia os exames escritos de ditado, composição e questões práticas de aritmética, o qual faziam em conformidade com o artigo 51 do Regimento Interno das Escolas de 1892. Essas provas escritas dos alunos deveriam ser apresentadas à comissão examinadora no dia dos exames finais.

Segundo as orientações do inspetor literário, os professores deveriam, no dia do exame, apresentar os livros de escrituração escolar entre os quais deveria constar o de atas dos exames. Ainda, conforme o artigo 53 do referido regimento, organizar-se-iam mapas com os resultados obtidos pelos alunos, recomendando-se, que fossem deixadas margens suficientes para as devidas anotações na frente do nome de cada aluno.

A ordem de realização dos exames dava-se inicialmente com as escolas urbanas, principiando com as escolas femininas, seguidas pelas masculinas. As escolas das povoações, ou seja, as rurais ou mais distantes realizavam seus exames após as

urbanas e a ordem seguida era primeiramente as mais próximas, ultimando com as mais distantes. Após a realização dos exames, os professores deveriam continuar com as atividades escolares até a data marcada para o início do período das férias.

Nos primeiros anos da República, a instrução carregava as mazelas do período imperial sendo necessária a sua reorganização. Contudo de terem sido introduzidas reformas e novas regulamentações em 1892, estas demandaram certo tempo para se tornarem positivas. Nos exames de 1893, o jornal “O 15 de Novembro” lamentou que a desorganização na instrução pública tivesse seus reflexos nos resultados dos exames realizados:

O resultado de tais exames, geralmente considerado, muito deixou a desejar devido á desorganisação geral em que jaz a instrucção publica. Com a applicação das medidas traçadas pela recente reforma do ensino, contando com a boa vontade dos professores, revelado nos exames a que assistimos e com a cooperação dos paes os mais interessados na santa causa do ensino – é de esperar-se que no próximo anno o patriótico esforço empregado pelo governo e seus agentes seja convertido em útil realidade. É o que sinceramente desejamos. (O 15 DE NOVEMBRO, 12 nov 1893, p. 2)

O inspetor literário responsável pelo 25º. Distrito, ao qual pertencia Sorocaba, reunia-se periodicamente com os professores de todas as escolas a fim de discutir assuntos pertinentes ao ensino tanto nos aspectos legais, como pedagógicos.

Em reunião realizada em 27 de setembro de 1894, entre o inspetor literário e os professores de Sorocaba, foram discutidas as seguintes questões:

- a- Sobre a questão dos exames. Tendo-se em vista revestir aquelle acto de toda solemnidade”;
 - b – Envidar todos os meios, para de accordo com os paes uniformisar a toilette dos alumnos visando accomodar esta exigência ao alcance de todos os bolsos, sem sacrificio da esthetica. Para tal os interessados devem entender-se com os srs. professores, elles informarão qual o typo adoptado.
 - c – O meio de conservar os livros escolares distribuídos pela inspectoría;
 - d – Finalmente sobre a installação das Escolas Reunidas em Sorocaba.
- (O 15 DE NOVEMBRO, 30 set 1894, p. 2)

A descrição dos exames escolares em Sorocaba, no ano de 1894, fornece-nos elementos para a compreensão do contexto da época. A escola era tida como necessária, no entanto, nessas solenidades procurava-se agregar outros interesses,

principalmente políticos, valorizando a instrução, só conseguida com o advento da República e que estas caminhavam pari passu com progresso do país. A diferença entre a escola dos tempos do Império e a escola da República era para ser notada e comparada. Não obstante às solenidades pomposas dos exames, persistia um ensino precário, com escolas em número insuficiente para atendimento da demanda, falta de professores, infreqüência dos alunos, ausência de recursos pedagógicos etc.

Com toda solemnidade e magnificencia principiaram a 24 os exames annuaes das escolas publicas da cidade no Paço Municipal.

A's 11 horas da manhã daquelle dia deu entrada no salão do jury que estava caprichosamente ornamentado, o numeroso préstito infantil, composto de alumnos e alumnas das diversas escolas publicas.

As meninas vestidas de branco, ostentando distinctivos das escolas a que pertenciam garbosamente, entraram no salão entoando um bellissimo hymno escolar que produziu um enthusiamo indiscriptivel. O grande concurso popular que assistia aquella interessante festa do ensino acolheu-as com phreneticos applausos prolongada salva de palmas.

Em seguida achando-se presente a commissão examinadora que se compunha dos srs. Arthur Gomes, Antonio Egydio Padilha, Capm. João Cancio de Azevedo Sampaio, capm. João Climaco de Camargo Pires e João Padilha, o inspector do districto litterario, professor José Monteiro Boanova que a ella presidia, depois de ler um excellento discurso em que salientou os serviços prestados pelo governo republicano ao ensino publico primário, declarou que ia dar começo aos exames do sexo feminino na sua ordem numerica.

Assim foram examinadas as alumnas da escola regida pela professora d. Escholastica Rosa de Almeida e da professora Carlota de Pádua Ferreira, levantando-se os exames devido a hora adeantada da tarde.

No dia 25 recommçaram-se os exames, sendo examinadas em primeiro logar as alumnas da prof. d. Gertrudes de Mello e em segundo e ultimo as da professora d. Benedicta Ernestina do Prado.

Em geral os exames foram além da expectativa geral, demonstrando as alumnas das diversas classes aproveitamento salientando os esforços ingentes de suas dignas mestras, dentro do acanhado circulo em que se vêm, já pela falta de freqüência assídua das creanças, já pela falta de materiaes de ensino muitas vezes suppridos por explicações que custam penosissimos trabalhos. [...]

A' noute depois de um brilhante discurso pronunciado pelo inspector do Districto Litterario agradecendo dois lindos bouquets que lhe foram offerecidos pelas meninas d. Ernestina Vieira da Cunha e d. Laura de Almeida Lima encerraram-se os exames das escolas do sexo feminino, dando-se hontem começo aos exames das escolas do sexo masculino.

Continua muito visitada a exposição de trabalhos das escolas do sexo feminino desta cidade e do Ipanema. A exposição organisada pelo activo Inspector do Districto Litterario tem, atrahido elogios por todos quantos a visitam. (O 15 DE NOVEMBRO, 27 dez 1894, p. 1)

De acordo com o Regimento Interno das Escolas de 28 de novembro de 1892, em seu artigo 200, o ensino preliminar era obrigatório até a idade de 12 anos, mas era

possível matricular crianças fora dessa idade caso houvesse vagas, o que era muito raro. Esse mesmo artigo excetuava da obrigatoriedade do ensino as crianças que residissem a mais de 2 quilômetros da escola no caso dos meninos, e a mais de 1 quilômetro no caso das meninas; aquelas que apresentassem “inhabilidade physica ou intelectual atestadas pela municipalidade” e aquelas que recebessem instrução em casa ou em escolas particulares. (O 15 DE NOVEMBRO, 24 jan 1895, p. 3). As exceções asseguravam que grande número de alunos fosse excluído da escola, sem se caracterizar incúria do Estado.

A insuficiência de vagas nas escolas gerava reclamações por parte de pais, cujos filhos ficavam impedidos de estudar. Diante das queixas formuladas pelos pais, o inspetor literário respondeu à luz do Regimento das Escolas:

Em atenção às reclamações feitas á esta inspectoría por alguns interessados que não conseguiram matricular seus filhos em algumas de nossas escolas – cumpre-me informal-os que os srs. professores só devem admittir á matricula em cada escola 40 alunmos, dependendo o excesso desse numero do critério do professor, que attendem ás condições hygienicas e pedagogicas do aposento escolar, alem de inconveniente perante a higyene transtorna e inutilisa mesmo as disposições do professor. Isto posto, determino aos srs. professores a fiel observância do disposto em § único do art. 59 do regimento interno das escolas. Na matricula dos menores de 7 annos, que é facultativo, o professor deverá ter em vista não prejudicar os que são obrigados a freqüência escolar, dado o caso de haver excessiva affluencia de matriculados. Inspectoría do 25º. Districto, Sorocaba, 6 de fevereiro de 1895 (O 15 DE NOVEMBRO, 7 fev 1895, p. 2)

Estabeleciam ainda, o Regimento e as Deliberações do Conselho Superior de Instrução Pública, que o horário de funcionamento das aulas do curso preliminar seria de 5 horas diárias, começando durante o inverno, das 10 às 15 horas e no verão, das 9 às 14 horas, de acordo com o artigo 148 do regimento. Os alunos de 7 a 9 anos permaneciam na escola somente durante as três primeiras horas de trabalho. O exercício das aulas não podia ser interrompido a qualquer motivo, salvo impedimento superveniente dos professores, que necessitavam informar à inspetoria.

O artigo 186 do regimento estabelecia um intervalo de meia hora, para recreio e descanso dos alunos no meio do turno de trabalho, sempre sob a vigilância dos professores.

Prevía a suspensão das aulas somente em dias específicos, no entanto os

inúmeros dias santificados pela igreja eram respeitados pelos alunos que se ausentavam das aulas, comprometendo a freqüência. Reiteradas vezes, o inspetor literário alertava que esses dias não eram considerados feriados, portanto deveriam ter aula normalmente. As aulas seriam suspensas somente nas seguintes datas:

- a – nos domingos
- b – no dia 1º. de janeiro
- c – no dia 24 de fevereiro
- d – no dia 21 de abril
- e – nos dias 3 e 13 de maio
- f – no dia 20 a 30 de junho
- g – no dia 12 de julho
- h – no dia 7 de setembro
- i – no dia 12 de outubro
- j – nos dias 2 e 15 de novembro
- k – nos dias de carnaval
- l – na quinta, sexta e sábado da semana santa
- m – durante o espaço de um mez a contar do dia em que terminarem os exames finais - art. 189 do reg. - que fora destes dias só excepcionalmente pode cessar a função escolar art. 190 do reg. citado. Não sendo considerados feriados os dias santificados pelas igrejas as escolas funcionarão com toda regularidade nos demais dias úteis. (O 15 DE NOVEMBRO, 7 fev 1895, p. 2)

A falta de livros escolares sempre fora, durante o Império, denunciada pelos professores como fator prejudicial ao bom andamento do ensino. Com a República, as escolas passaram a receber os tais livros, cuja distribuição ficava a cargo do Inspetor Literário que o fazia de acordo com os mapas das escolas em que constavam o número de alunos matriculados e freqüentes. Alguns livros utilizados nesse tempo eram:

Felisberto de Carvalho –	1º., 2º. e 3º. Livro de Leitura
Couturier –	Historia Sagrada
Sylvio Romero –	Historia do Brazil (Ensino Cívico)
Moreira Pinto –	Epithome da Historia do Brazil
Maria Leal –	Rudimentos de Historia Universal
Gama Berquó –	Historia Universal e Historia do Oriente
Moreira Pinto –	Rudimentos de Chorographia do Brazil
Trajano –	Arithmetica Primaria e Elementar
Barker –	Rudimentos Arithmeticos
Felisberto de Carvalho –	Arithmetica das escolas primarias
Couturier – Geographia –	Atlas
Hilário Ribeiro –	1º., 2º. e 3º. Livro Pátria e Dever
João Ribeiro –	Grammatica Portugueza 1º., 2º. e 3º.
A. Freire –	Methodo pratico para se aprender ler e escrever

(O 15 DE NOVEMBRO, 7 fev 1894, p. 3)

2.2 As iniciativas escolares da vila operária de Votorantim nas duas décadas iniciais do século XX

Em maio de 1904, fora nomeado o professor José Antonio Rizzo para a escola masculina em Votorantim. Esse professor era filho de Ângelo Rizzo, funcionário da fábrica e também responsável pelo atendimento aos imigrantes, quando estes chegavam em Votorantim. O professor Rizzo já exercia o cargo de professor da escola mantida pela Fábrica Votorantim. Essa informação foi extraída do jornal Cruzeiro do Sul, que o faz sem pormenorizar sobre funcionamento da mesma, também não foram encontrados outros registros que comprovem a existência dessa escola.

Alguns dias após a assunção do cargo, sua escola já foi elogiada pelos visitantes que compareceram às festividades de inauguração das secções de Fiação e Tecelagem da fábrica, já mencionado neste trabalho. Nesse dia “foi visitada a escola do sexo masculino, regida pelo sr. José Rizzo e com 39 alunos matriculados. Nessa escola notava-se a ordem e a sua boa direcção”. (CRUZEIRO DO SUL, 14 maio 1904, p. 2)

Ainda em 1904, a escola do prof. Rizzo com 42 alunos matriculados passou por exames. Realizaram a prova 38 alunos, número satisfatório considerando-se a infreqüência dos alunos. A comissão examinadora fora formada pelos srs. Eugenio Mariz, gerente da fábrica Votorantim, Capitão Augusto Cezar do Nascimento Filho, guarda-livros da mesma e Carlos Malheiro Oeterer.

A sala em que funciona a escola estava ornamentada com flores naturaes, assim como a mesa do professor e as carteiras dos alumnos – A's 11 e meia horas, chegou á escola a commissão examinadora [...] em seguida foram examinados em diversas matérias do programma mostrando-se a commissão satisfeita com o resultado. Findos os exames foi o sr. Mariz convidado para fazer a distribuição de prêmios aos alumnos que mais se distinguiram durante o ano: Valdemiro de Oliveira, Guilmar de Oliveira, Domingos Pecorari, Armando Bethin e Bruno Mencacci. Depois foram recitadas pelos alumnos diversas poesias e o monologo “A Palavra”. Pronunciaram discursos os alumnos: Domingos Pecorari, que offereceu um bouquet ao sr. Eugenio Mariz; Valdemiro de Oliveira offerecendo outro ao sr. cap. Augusto Nascimento Filho e o mesmo em nome dos collegas ao digno professor da classe, que respondeu agradecendo. Serviu-se depois um copo d'agua as pessoas presentes e foram distribuídos doces aos alumnos. A's 3 horas da tarde, retiraram-se as pessoas presentes, entre as quaes se notavam as famílias dos alumnos, demonstrando-se todas satisfeitas pelo aproveitamento patenteado pela classe. (O 15 DE NOVEMBRO, 18 dez 1904, p. 2)

Em 25 de janeiro de 1905, tornam-se professores efetivos da escola do sexo masculino de Votorantim, o professor Rizzo e da escola feminina, a professora Suzana de Oliveira.

Em maio desse ano, novas festividades aconteceram por ocasião do aumento do número de teares da secção de Tecelagem, que de 220 foi para 520, na Fábrica Votorantim. Além das visitas às instalações da fábrica e às jazidas de mármore de Itupararanga, constava do programa uma visita à escola do professor Rizzo, onde estavam presentes também, as alunas da escola feminina da professora Suzana de Oliveira. Os alunos, preparados por seus mestres, apresentaram aos convidados, o seguinte programa:

Programa:

“Hymno de S. Paulo”.

Poesias: “Selta e canto” pela alumna Lucia Cavaglia; “O cão” pelo aluno Valdemiro d’Oliveira; “O segredo de Margarida” pela alumna Maria José Dias; “Os meus parentes” pelo aluno Guilmar d’Oliveira; “Foi para isto” pela alumna Ida Morras; “Onde está Deus” pelo aluno Bruno Mencacci, “A caridade” pela alumna Dioguina Soares;

Discursos: pelos alunos e alumna Maria José Dias;

Diálogos: “A Pólvora” pelos alunos Domingos Pecorari, Guilmar Oliveira, Bruno Mencacci, Armando Feltrin.

Poesias: “A Pátria” pelo aluno Domingos Pecorari; “Uma boa mentira” pela alumna Hilda Feltrin; “Triolest” pelo aluno Armando Feltrin; “A chuva e o sol” pela alumna Victorina Gonçalves; “O Alfabeto” pelo aluno Izaltino Marianno; “As borboletas Azuis” pela alumna Luiza Strongoli; “O vovô” pelo aluno Joaquim Roberto; “Ao Peixinho” pela alumna Margarida Pecorari.
Hymno 7 de setembro.

Este programma não foi executado inteiramente, devido a deficiência de tempo. Foram oferecidos bouquets aos srs. cor. Lacerda Franco e cor. Mello de Oliveira, recebendo-os o sr. Mercado e Eugenio Mariz que representavam aquellos cavalheiros. O sr. Mercado fallou então, agradecendo. (O 15 DE NOVEMBRO, 28 maio 1905, p. 2)

Os exames escolares das escolas isoladas, da vila operária de Votorantim procuravam dentro de suas possibilidades seguir o mesmo estilo pomposo dos grupos escolares. A sessão de exames traduzia o ideal da República quanto à sua visibilidade. Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. (CARVALHO, 1989, p. 24).

Por meio de edital da Câmara Municipal era publicado por vários dias a realização dos exames dos grupos escolares e escolas isoladas, com os respectivos dias e comissões examinadoras.

Nos anos que se seguiram pelos registros encontrados, notou-se que as sessões de exames na vila operária de Votorantim não apresentavam grandes alterações²⁰. No geral as cerimônias eram marcadas pela presença de pessoas importantes, representantes da imprensa, outros convidados além dos pais dos alunos. As bancas examinadoras tinham sempre em sua composição altos funcionários da fábrica e a indefectível presença do seu gerente. A presença do gerente era duplamente significativa, pois prestigiava o evento demonstrando a importância que a fábrica atribuía à instrução. E em contrapartida significava o poder da fábrica ali representado atento ao desempenho do filho do seu operário, que em muitas vezes também já era seu operário. Para a criança a situação pela qual passava era de pressão e cobrança tendo que exibir boa performance. A aprovação dos alunos era valorada em: “distinção com louvor”, “distinção”, “plenamente” e “simplesmente”. Entremendo as argüições dos alunos eram recitadas poesias ou cantos que agradavam sobremaneira aos expectadores, e engrandeciam o trabalho do professor. Após as argüições eram oferecidos presentes, geralmente flores, aos membros da banca e prêmios aos alunos que mais se distinguiam pela aplicação, assiduidade e comportamento. Finalizavam-se essas sessões com elogiosos discursos e distribuição de doces e cerveja aos presentes. Como os prêmios, presentes, flores, doces e cerveja eram oferecidos pelo professor, notava-se que em alguns exames foi oferecido unicamente um “profuso copo de água”, revelando o estado de penúria em que vivia o professor.

O coroamento dos exames e, por conseguinte da própria instrução, se dava com a publicação dos nomes dos alunos e respectivas aprovações nos jornais, representando uma conquista e um orgulho para o aluno e sua família e a legitimação do ideal republicano.

Em 1906, a vila de Votorantim contava com uma escola do sexo masculino e uma escola feminina, que fora declarada mista a fim de melhor atender a demanda.

²⁰ Conferir os nomes e desempenho dos alunos que prestaram exames nos anos de 1905 e 1906, 1908 a 1917 e 1919 no Jornal Cruzeiro do Sul respectivamente nas datas: 23/12/1905, 11/12/1906, 16/12/1908, 18/12/1909, 07/12/1910, 12/12/1911, 13/12/1912, 13/12/1913, 16/12/1914, 10/12/1915, 10/12/1916, 16/12/1916, 13/12/1917, 11/12/1919

O professor José Rizzo²¹ recebeu autorização para permutar seu cargo com a professora Maria José Loureiro, transferindo-se para Sorocaba, e a professora Suzana de Oliveira a quem foi concedido três meses de licença, passou a ser substituída pela professora Alice Proença.

Nesse ano, nos exames escolares da escola feminina, já passaram a ser exibidos trabalhos de agulha confeccionados pelas alunas, o que para a época era o essencial para a educação feminina.

[...] sendo então, examinados trinta e cinco alumnas que na sua maior parte deram provas exuberantes de um adiantamento que muito recommenda a gentil professora, cuja dedicação, boa vontade e esforço na espinhosa lida que abraçou não podem deixar de ser dignos de elogios por todos que sabem avaliar o quanto é agitada a vida de uma pessoa que se dedica a missão sublime do ensino.

Para corroborar ao brilhante êxito alcançado naquela escola tivemos ocasião de notar ao canto da sala de aula uma exposição de trabalhos manuaes como sejam *crochets*, bordados, desenhos. (CRUZEIRO DO SUL, 11 dez 1906, p. 2)

Normalmente, o jornal Cruzeiro do Sul evidenciava o lado positivo das festas de encerramento do ano letivo, quando aconteciam os exames. Em 1906, ao fazê-lo da escola masculina regida pelo professor José Rizzo, em Santa Rosália, refere-se de maneira pouco elogiosa à situação do ensino, apontando as dificuldades enfrentadas pelos docentes no desempenho de suas funções, devido ao descaso da legislação em não tornar obrigatório o ensino, favorecendo a saída dos alunos da escola tão logo alcançassem o terceiro livro de leitura. Sendo a maioria dos alunos filhos de operários, com pouca idade já ingressava no árduo trabalho das fábricas, abandonando os estudos.

²¹ O professor José Antonio Rizzo em 1911 fora convidado a participar da reorganização da instrução pública do Mato Grosso e no ano seguinte foi nomeado diretor do 1o. Grupo Escolar de Cuiabá.

Tanto de uma como de outra escola o resultado do exame excedeu consideravelmente da expectativa de todos. Não obstante as múltiplas contrariedades com que luctam constantemente os esforçados educadores para desempenhar-se condignamente de sua espinhosissima missão, viu-se de um modo bastante claro o bom aproveitamento por parte dos alumnos que pelo defeito assaz prejudicial da nossa legislação que não constata a obrigatoriedade do ensino, são logo que aprendem as primeira letras, isto é, mais ou menos, retirados da escola obrigados pelos seus próprios paes, no labor quotidiano, as mais vezes penoso e impróprio para a construcção frágil de uma pobre creança. [...]

Na escola do sexo masculino que ante-hontem foi examinada em Santa Rosalia... responderam a chamada vinte e oito alumnos, dos quaes, somente dois freqüentaram alguns mezes do anno p. passado e esses mesmos segundo nos consta não voltarão mais á escola no ano próximo vindouro, porque os seus paes já precisam dos seus serviços!
(CRUZEIRO DO SUL, 15 dez 1906, p. 2)

Em abril de 1907, veio removido da escola Novo Horizonte, município de Pedras para a escola masculina do bairro do Votorantim, o professor José Odin de Arruda. No mês seguinte, publicava-se que a “senhorita Maria José Loureiro, dedicada professora da escola mixta do Votorantim requereu dois mezes de licença”.

Os exames escolares foram realizados nesse ano, em 21 de dezembro, nas duas escolas existentes: a escola masculina e a escola mista, no entanto o jornal Cruzeiro do Sul informou que não puderam os seus correspondentes acompanhar esses exames.

Em 1908, surgiu a preocupação com a varíola que grassava com rapidez na cidade. Sorocaba, por suas condições precárias de higiene e de pobreza da população, fora fortemente atingida. A partir desse fato a higiene escolar passou a ser defendida mais intensamente, inclusive com a indicação de exame da saúde dos alunos.

Em observância ás medidas sanitárias e em cumprimento de ordens superiores, o sr. Prefeito Municipal, desta cidade, pede por nosso intermédio, aos srs. professores todo o cuidado na admissão de alumnos, não recebendo, absolutamente, todo aquelle que não tiver sido previamente vaccinado.
(CRUZEIRO DO SUL, 14 ago 1908, p. 2)

Na vila de Votorantim havia o médico, dr. Gentil Fontes, pessoa muito participativa da vida do lugar, que trabalhava a serviço da fábrica e vacinava as pessoas em sua residência. Diariamente era anunciado nos jornais esse atendimento.

As constantes epidemias também prejudicavam a freqüência às aulas, obrigando muitas vezes a suspensão das aulas por longos períodos.

Em setembro de 1908, foi nomeada a professora Dirce Spilborghs do Amaral para reger a escola mista do bairro do Votorantim. A partir desse ano Votorantim passou a contar com três escolas, uma masculina, uma feminina e uma mista. Eram respectivamente seus professores: José Odin de Arruda, Maria Rodrigues Viana e Dirce Spilborghs do Amaral.

Em 17 de dezembro de 1909, foram realizados os exames nas três escolas da vila operária. Na 1ª. escola feminina, ora regida pela professora substituta Maria José Baddini, pois a professora titular Maria Rodrigues Viana requerera em 14 de outubro três meses de licença, fora lavrado um voto de louvor a ela pela comissão examinadora, tendo em vista o bom desempenho das alunas.

No mesmo dia, foram examinados os alunos da escola masculina do professor José Odin de Arruda e da escola mista regida pela professora Dirce Spilborghs do Amaral, a qual expôs os trabalhos manuais confeccionados por suas alunas.

Nesse ano, como já mencionado neste trabalho, houve a denúncia por parte do jornal "O Operário" de uma prática utilizada pela Fábrica de Tecidos que consistia em pagar seus operários com cartões descontáveis num único estabelecimento comercial. Tais denúncias geraram manifestações de grupos de operários favoráveis ao gerente da fábrica e a esse procedimento. Pelas nominatas publicadas pelo jornal Cruzeiro do Sul, encontravam-se nomes de crianças que eram alunos das escolas e operários da fábrica. Pode-se citar: Dyonisio de Oliveira, aluno da escola masculina; Josephina Rosito, aluna da escola feminina; Dioguina Soares e Victorina Gonçalves, alunas da 1ª. escola feminina. A confrontação desses nomes, corrobora o que foi dito pelo jornal "O Operário" de que entre os manifestantes havia crianças, apesar desse jornal ter dito que estas foram atraídas unicamente pela farta distribuição de bolachas e marmelada. É possível que outros alunos tivessem aparecido nessas listas de operários. Ocorre que os jornais da época grafavam os nomes contendo muitos erros, assim torna-se temerário considerar a mesma pessoa, aqueles alunos cujos nomes eram semelhantes na lista de operários.

Por volta do mês de agosto de 1910, a vila operária enfrentou a epidemia de

sarampo, atingindo mais de 200 crianças, inclusive registrou óbitos. Novamente, os problemas de saúde pública afetaram o bom andamento das aulas.

Em dezembro, realizaram-se os exames nas escolas da vila operária de Votorantim. A vila contava com uma escola feminina regida pela professora Maria Rodrigues Viana, uma escola mista regida pela professora Angelina Grohmann e uma masculina regida pelo professor José Odin de Arruda.

Em julho de 1911, a professora Angelina Grohmann deixou a cadeira da escola mista do Votorantim para assumir o cargo de “substituta efectiva” do grupo escolar “Antonio Padilha”. Apesar de substituta, esse cargo exclusivo dos grupos escolares era mais vantajoso que a cadeira em escola isolada. Assumiu a cadeira no bairro do Votorantim a professora Adélia Esteves Molina removida da escola do Passa Três, no município de Sorocaba. A professora Adélia Esteves Molina permaneceu por muito tempo em Votorantim, fazendo parte do corpo docente do grupo escolar depois de sua criação em 1925.

O professor José Odin de Arruda, da escola masculina de Votorantim, solicitou remoção para o bairro Aparecida. Sobre sua remoção foi publicado o que segue:

A Secretaria do Interior, comunicou á Secretaria da Fazenda, que o professor José Odin de Arruda, removido para o bairro Aparecida, neste município entregou os respectivos materiaes escolares, podendo portanto, receber seus vencimentos. (CRUZEIRO DO SUL, 19 nov 1911, p. 2)

Com a remoção do professor Odin de Arruda, assumiu a escola masculina o professor Pedro Solano de Abreu.

Em novembro do mesmo ano, o presidente do Estado Dr. Albuquerque Lins promulgou um decreto legislativo criando duas escolas preliminares em Votorantim, sendo uma masculina e outra feminina.

Em fevereiro de 1912, por indicação do diretório político local, foram nomeados para reger a 2ª. escola masculina de Votorantim, o professor normalista primário Elias Lopes de Oliveira e para reger a 2ª. escola feminina, a professora Zenaide Lopes de Oliveira.

Nesse ano, ao entrar em discussão na Câmara dos Deputados o projeto nº. 29 criando diversas escolas preliminares no Estado, fora apresentada a criação de uma

escola masculina e uma feminina em Itupararanga, município de Sorocaba. Essa solicitação, e posterior criação das escolas, deu-se em razão da construção da represa de Itupararanga que atraía elevado número de operários que vinham para o lugar com suas famílias.

Em setembro de 1913, fora nomeado o professor normalista secundário Renato Sêneca de Sá Fleury para reger a primeira escola masculina de Votorantim e que fez brilhante carreira no magistério.

Nesse ano, os exames escolares aconteceram durante a greve dos operários da fábrica Votorantim por não aceitarem os métodos administrativos do novo gerente, Antonio Pereira Ignácio. A vila operária contava com duas escolas femininas, uma escola mista e três masculinas, além de uma feminina no bairro Itupararanga.

No mês de abril de 1914, por determinação do diretor gerente da Fábrica de Tecidos Votorantim, Antonio Pereira Ignácio e, de acordo com a lei (Decreto 248, art. 14), foram criadas 4 escolas noturnas para o ensino das primeiras letras às crianças operárias. Dessas escolas, nessa data, duas já estavam funcionando e sendo regidas pelos professores Prinscivivia de Almeida Spindola e Alfredo Martins d'Almeida e as duas restantes iniciariam os trabalhos em 1º. de maio e seriam regidas pelos professores Olimpio de Oliveira e Rita Verlangieri. A direção de tais escolas foi confiada ao professor Alfredo Martins d'Almeida. Essa atitude de benevolência por parte da fábrica se deu logo após a já comentada greve dos operários contra as atitudes prepotentes do diretor gerente Antonio Pereira Ignácio. A legislação previa que essas escolas deveriam funcionar em prédios oferecidos pelo estabelecimento fabril, exclusivamente para crianças operárias e não estabelecia idade mínima para frequentá-la.

No mês de julho desse mesmo ano, vinha removida para a 2ª. escola feminina de Votorantim a professora Luiza Rios Funes e, no mês de agosto, tomava posse da 2ª. escola masculina o professor Abimael Carlos de Campos, filho de família residente em Votorantim de longa data. Começa a ser aventada a possibilidade de a fábrica oferecer um prédio ao governo do Estado para a criação das Escolas Reunidas do Votorantim.

[...] corre agradável boato de que o snr. Tarcisio César do Nascimento, chefe do escriptorio da fabrica Votorantim e correcto juiz de paz deste districto, trabalhará

junto ao snr. Antonio Pereira Ignácio, actual director do Banco União, afim de obter deste acquiescencia para a adaptação dum prédio ao funcionamento das escolas aqui existentes e offerecel-o ao governo para que este crie “as escolas reunidas”. (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul 1914, p. 2)

Antonio Pereira Ignácio concordou em adaptar um prédio e oferecê-lo ao Governo a fim a criar as “Escolas Reunidas”. Também na mesma data, anunciou a doação de um terreno à câmara municipal para construção de um cemitério e ainda consentiu que o campo de futebol fosse construído num terreno pertencente à fábrica pelo Sport Club Colonial. Essas doações e consentimentos ocorreram por ocasião da incorporação da Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica Votorantim à Caixa Médica organizada pela administração da fábrica e já mencionada no capítulo anterior deste trabalho. No entanto, as escolas não foram reunidas nessa data.

Em agosto desse ano, as escolas da vila operária foram inspecionadas pelo cel. Zulmiro de Campos e cap. Augusto César do Nascimento Filho, respectivamente o inspetor e o prefeito municipal. Foram inspecionadas as escolas feminina e mista regidas pelas professoras Abigail Eugenia de Jesus e Adélia Esteves Molina. Foram lavrados os seguintes termos de visita:

“Visitando hoje esta escola, regida pela professora snra. Abigail Eugenia de Jesus, fiquei bem impressionado pela boa ordem, disciplina, asseio e adeantamento das alumnas. Estavam presentes 22 alumnas das 31 matriculadas”. Votorantim, 26 de agosto de 1914
O Inspector Municipal – Zulmiro de Campos

“Visitei hoje esta escola, regida pela professora Adélia Esteves, encontrando-a funcionando regularmente, estando presentes 21 alumnos dos 35 matriculados. Deixo aqui consignado a minha boa impressão pela boa disciplina, ordem asseio e adeantamento dos alumnos que observei em ligeiro exame que passei“- Votorantim, 26 agosto de 1914
O Inspector Municipal – Zulmiro de Campos
(Cruzeiro do Sul, 28 ago 1914, p. 2)

Em outubro de 1914, foi nomeada para a escola feminina do Itupararanga, a professora Maria Rodrigues Vianna.

Iniciavam-se os serviços de fundação do prédio que abrigaria a creche, para cuidar dos filhos das mães operárias conforme prometera Pereira Ignácio, quando da instalação da Caixa Médica. (CRUZEIRO DO SUL, 15 ago 1914, p. 2)

Em novembro desse ano, eram anunciados os dias dos exames escolares e respectivas bancas examinadoras. As escolas aqui mencionadas são todas aquelas que se situavam em locais que hoje pertencem ao território do município de Votorantim. Na época pesquisada eram bairros distintos de Sorocaba. Assim, são incluídas as escolas criadas no bairro Rio Acima, que eram municipais, as de Itupararanga e aquelas mantidas pelo Banco União. Em 11 de dezembro, foi examinada a escola feminina do Itupararanga, regida pela professora Maria Rodrigues Vianna.

Nas escolas mantidas pelo Banco União, formadas unicamente por alunos operários, o resultado dos exames foi o seguinte:

Escola feminina regida pela professora Prinscília Spinola foram aprovadas as alunas: Belmira Leme, Maria Galli, Benedicta Abrahão, Maria Cunaccia e Oscarlina de Castro com distinção; plenamente: Joana Gogoni, Gertrudes Soares, Albertina Albertoni, Floripes Abrahão, Margarida Martellini, Olga Pregnolato, Jovina Ferreira, Josephina Gogoni, Augusta Gogoni e Thereza Dal Bello; simplesmente Odília Soares, Durvalina Soares, Angelina Tozatti, Antonieta Sartori, Magdalena Rodrigues, Maria Christi e Maria Antunes.

Escola Feminina regida pela professora Rita Verlangieri, foram aprovadas as alunas Albertina Strongoli, Julieta Verlangieri, Maria Arya, Anna Stefani, Maria Pierucci, Durvalina de Barros, Ignez Graciano, Sebastiana de Oliveira, Ursola Capitani e Annuciata Garotti, plenamente.

Escola Masculina regida pelo professor Olympio de Oliveira, foram aprovados os alunos: Antonio Pimenta, Irce Mencacci, Pedro Piccolotto, Benedicto Serra, Antenor Arcuri, Manoel Lopes, Luiz Barra com distinção; José Misco, João Bompani, Manoel Bonelli, Antonio Mendes, Luiz Bernardo, Virgílio Bernardo, Erasmo Mendes, Antonio Alves, Alfredo Arcuri, José Maria de Oliveira, Domingos Celestino, Guido Mencacci, Henrique Padilha, Salvador Mariano, Gil de Queiroz, Américo Mosquete, Raphael Segobia, Paschoal Colombo e Carlos Nicco, plenamente; Luiz Quizone, Emilio Martins, Raphael Consani, Antonio Lara, Apparicio de Queiroz, Benedicto de Moraes, Berto Briches, Francisco Mendes, Marcos Lopes, Leopoldo Strongoli. Victorio Luizoni, Waldomiro Cardini, Luiz Strongoli, simplesmente. (CRUZEIRO DO SUL, 20 dez 1914, p. 2)

No início do ano de 1915, fora divulgado o “Relatório Anual da Prefeitura de Sorocaba”, elaborado pelo prefeito municipal Augusto César do Nascimento Filho. Nesse relatório, o prefeito expõe toda a situação do ensino em Sorocaba, justificando que houve redução de 30% nos vencimentos dos professores, devido aos escassos recursos orçamentários. Apresentava ainda, a relação das escolas isoladas estaduais durante o mês de dezembro de 1914. Aqui estão apresentadas somente àquelas referentes ao distrito de Votorantim:

Professores e localização das escolas estaduais

NOME DOS PROFESSORES	LOCALIZAÇÃO	SEXO
Abigail Eugenia de Jesus	Votorantim	Feminina
Luiza Rios Funes	Votorantim	Feminina
Adélia Esteves Molina	Votorantim	Mixta
Antonio Funes	Votorantim	Masculina
Abimael de Campos	Votorantim	Masculina
Maria Rodrigues Vianna	Itupararanga	Feminina

Movimento das escolas municipais

Localização	Professor	Matrículas	Sexo
Rio Acima	Francisco G. Santos	24	Masc
Rio Acima	Prinscivivia S. de Almeida	28	Fem.

(CRUZEIRO DO SUL, 21 jan 1915, p. 1)

Em 1915, as escolas da vila operária de Votorantim foram visitadas pelo inspetor municipal Aristides de Macedo nos meses de maio e outubro, bem como as escolas noturnas mantidas pelo Banco União e a escola municipal do Rio Acima. A vila comportava mais uma escola masculina, pois mais de 30 meninos ficaram sem estudar nesse ano por falta de vagas nas escolas existentes. Foram licenciadas do cargo por dois meses, as professoras Maria Rodrigues Vianna, da escola feminina do Itupararanga, sendo substituída pela professora Ignez Fogaça, e Abigail Eugenia de Jesus da 1ª. escola feminina do Votorantim, sendo substituída pela professora Dinorah de Mascarenhas.

Pela primeira vez, foram registrados os resultados dos exames realizados no dia 8 de dezembro da Escola Feminina do Itupararanga, regida pela professora substituta Ignez Fogaça. A comissão examinadora fora composta por: Olympio Torquato de Oliveira, Ordonay Donley e Otto Bormann. Das 30 meninas matriculadas, compareceram aos exames 24, sendo aprovadas as seguintes:

Distincção: Virginia Freschi, Ida Freschi, Adelaide dos Santos, Otilia Alcese da secção C; Ada Betti, Annita Freschi, Jenny Neusmaer, Suzana dos Santos, Elsa Bradler, Cezarina da Silva, Conchetta Cipollini, Natalia Virardi da secção B. Diversas alumnas recitaram poesias. Foi aberta exposição dos trabalhos manuaes

Pelo professor Antonio Funes, foi dirigida uma saudação ás creanças e á educadora, sra. D. Ignez Fogaça, substituta dessa escola.
Aos presentes foram servidos copos de cerveja e doces ás alumnas.
A comissão lavrou um voto de louvor na acta pelos esforços apresentados por aquella educadora, cujas alumnas demonstraram grande aproveitamento
(CRUZEIRO DO SUL, 8 dez 1915 p. 2)

Em 19 de dezembro desse ano, no cinema Votorantim, foi realizada uma festa de encerramento do ano letivo com entrega de prêmios aos alunos das dez escolas oferecidos pela administração da fábrica de tecidos.

Todos os professores estavam presentes, com excepção de dois. Tanto a platea como os camarotes do cinema Votorantim achavam-se literalmente tomados. O comparecimento de alumnos pode-se calcular em tresentos.
Presidiu a esta sessão solene o sr. Conde Laércio do Nascimento secretariado pelo sr. Irineu Costa, que fez a distribuição dos prêmios.
Ao encerrar-se a sessão o sr. Presidente dando a palavra ao prof. Antonio Funes, este aconselhou a grande população infantil a que estudasse bastante e terminou agradecendo ao sr. Conde Laércio a valiosa oferta ás escolas.
Afim de assistirem á referida festa escolar a convite estiveram presentes os illustres facultativos dr. Gentil Fontes e João de Almeida Tavares. Foram servidas aos alumnos doces e aos professores e mais circumstantes cerveja e água mineraes em profusão offerecidas pelo sr. Domingos Piccirillo.
(CRUZEIRO DO SUL, 23 dez 1915, p. 2)

No “Relatório Annual da Prefeitura de Sorocaba”, o prefeito Augusto César do Nascimento Filho, afirmou que as sete escolas municipais funcionaram com toda regularidade, exceto a escola do Rio Acima, que fora desativada devido a infreqüência dos alunos, que após a matrícula, retiraram-se para o serviço da lavoura.

As escolas isoladas, de acordo com o “Anuario do Ensino de 1914” deveriam acatar o determinado pelo diretor geral da instrução pública, João Chrysostomo, ou seja, funcionar em dois períodos, um para as classes adiantadas e outro para as classes atrasadas. Foram retomadas as reuniões de professores, numa tentativa de melhorar o ensino. Em especial para os professores das escolas isoladas, que enfrentavam maiores dificuldades, novas estratégias foram oferecidas, entre elas estava a observação das aulas ministradas nos grupos escolares:

Numa das salas do Grupo Escolar Visconde de Porto Seguro, sob, a presidência do sr. Professor Aristides de Macedo, deve realizar-se na próxima sexta-feira uma reunião de todos os professores das escolas isoladas deste

município.

No mesmo dia os professores e professoras das referidas escolas assistirão às aulas de ambos os grupos escolares. (CRUZEIRO DO SUL, 12 abr 1916, p. 2)

Em 1916, o professor Antonio Miguel Pereira Junior, que assumira a escola noturna masculina mantida pelo Banco União, escreveu um artigo no jornal Cruzeiro do Sul, (1916, p. 1) enaltecendo o bairro do Votorantim, considerado por ele como o primeiro de Sorocaba. Descreveu o autor com riqueza de detalhes o que havia de melhor na vila operária citando que algumas benfeitorias, nem mesmo Sorocaba as possuía. Ressaltava o autor, que o bairro possuía via férrea, duas estradas de rodagem, boas terras para se plantar e clima ameno.

Possue água encanada e uma rede de exgoto; suas ruas são limpas e largas, uma boa iluminação eléctrica, o “cinema Votorantim”, uma agencia de correio, a sede social “Votorantim Club”, onde se encontra o inicio de uma bibliotheca, muitos jogos e divertimentos, um centro de cathecismo, uma pharmacia, um gabinete de dentista, dois bons médicos: dr. Gentil Fontes e dr. Brenha, diversos teams de futebol servindo para lawn-tennis e skating-rink, um bom grupo dramático. Possue a fabrica Votorantim onde centenas de operários acham collocação.

Inteligentemente o professor apontou todas as melhores condições da vila operária, para atingir o seu objetivo maior, ou seja, chamar a atenção de todos sobre a necessidade premente da vila operária ser servida de uma capela e de reunir suas escolas isoladas num único prédio. O professor Pereira Junior passou a defender essa idéia veementemente.

Funcionam com uma freqüência optima onze escolas, sendo 2 diurnas femininas e 1 mixta estadual e 1 municipal; 2 femininas nocturnas (Banco União); 2 masculinas diurnas estadoais; 1 masculina nocturna para adultos e 1 masculina nocturna (Banco União). Por todas essas cousas que falam [...] é o Votorantim o melhor bairro de Sorocaba; resente-se aqui a falta da reunião das escolas para bem da instrucção infantil e dos operários, num prédio de accordo com os preceitos pedagógicos; da falta de bons prédios para a residencia do elemento de fora; de um centro religioso (capella, ora já em vista), combinação do horário da via férrea Votorantim com o da Sorocabana Railway etc.

Nesse ano, os exames escolares aconteceram nos dias 4 a 12 de dezembro e as comissões examinadoras foram anunciadas em fins do mês de novembro.

Por ocasião da realização dos exames finais para a 1ª escola masculina e 2ª feminina, regidas respectivamente pelos professores Antonio Funes e Luiza Rios Funes, foram oferecidos prêmios pelo comerciante e dono do Armazém Votorantim, Domingos Piccirillo, a fim de serem distribuídos entre os alunos que mais se destacaram. Esses prêmios ficaram conhecidos como “prêmios Piccirillo”.

Findo esse acto escolar procedeu-se a distribuição dos prêmios “Piccirillo” oferecidos pelo sr. Domingos Piccirillo. Os prêmios grande incentivo e poderoso estimulante de vontade das creanças vem por assim dizer dar mais brilho, mais alegria ao exame escolar e isso foi devido unicamente ao Sr. Domingos Piccirillo que ao impulso benévolo do bem servir a causa da instrução publica, houve por bem oferecer os referidos prêmios. (CRUZEIRO DO SUL, 10 dez 1916, p. 1)

Sobre a atitude elogiosa de Domingos Piccirillo em distribuir prêmios aos alunos de duas escolas em Votorantim, o jornal Cruzeiro do Sul, por meio de seu correspondente em Votorantim, informava que o mesmo recebera dois ofícios da Prefeitura Municipal de Sorocaba com o seguinte teor.

“Ilmo. Sr. Domingos Piccirillo, Votorantim
Tendo chegado ao conhecimento do sr. Prefeito Municipal, que V. S. por ocasião dos exames escolares nesse Districto de Paz, gentilmente ofereceu valiosos prêmios aos alumnos que mais se distinguiram durante o anno lectivo, venho em nome da prefeitura apresentar-vos mui sinceros agradecimentos e communicar-vos que o sr. Prefeito em data de hoje officiou á Câmara Municipal e ao sr. Secretario do Interior inteirando-os do louvável e meritório acto practicado por V. S. Que essas creanças de hoje, quando na idade madura melhor possam discernir sob um espírito formado para a necessária reflexão e reconheçam o vosso altruístico modo de proceder tão diverso dos muitos que se observam no meio indifferentista da sociedade de hoje, e com relação ao preciso incentivo em prol da instrução publica, penso que serão os melhores votos que possamos fazer, como recompensa aos actos mui dignos de imitação e levados a effeito pelos ditames de vosso bondoso coração.
Apresentando a V.S. mui respeitosos cumprimentos, saúdo-vos, cordialmente –
O Secretario da Câmara, Josino Mascarenhas”

O outro ofício datado de 15 de dezembro, referia-se:

“Ilmo. Sr. Domingos Piccirillo, Votorantim.
De ordem do sr. Prefeito communico-vos que esta Prefeitura foi auctorizada pelo sr. Secretario do Interior em officio sob nº. 139 datado de 12 do corrente a vos agradecer em nome do governo, o acto meritório que levaste a effeito

offerecendo prêmios aos alumnos que mais se distinguiram durante o anno lectivo. Saudações – O Secretario da Câmara – Josino Mascarenhas”.
(CRUZEIRO DO SUL, 21 dez 1916, p. 1)

Ainda nesse mesmo mês de dezembro, o professor Antonio Miguel Pereira Junior (1916, p. 2) escreveu novo artigo no jornal Cruzeiro do Sul, abordando as obras que estavam sendo efetuadas na vila operária por iniciativa de Tarcisio Nascimento, juiz de paz do distrito de Votorantim, como a construção de uma espaçosa avenida ligando a estrada de rodagem até o portão da fábrica e a construção de uma ponte para permitir essa ligação. Retomava o assunto sobre a premente necessidade de construção de uma capela para a população católica do lugar, lembrando que pelos festejos de São João promovidos pelo comerciante Domingos Piccirillo, em junho passado, a capela brevemente tornar-se-ia realidade. Priorizava, no entanto, a reunião das escolas de Votorantim para o bom desenvolvimento do ensino.

[...] de há muito falla-se aqui da necessidade das “escolas reunidas” quer sob autorisação do governo, ou simplesmente, num prédio adequado ás leis pedagógicas. Aqui as escolas são muitas; sendo 6 estadoaes, 1 municipal (Rio Acima) e 4 por conta da “Fábrica Votorantim” (particulares). Apesar dos esforços do professorado, o resultado final não é correspondente a esses esforços. Por que?

Vejamos o que diz o dr. Pinheiro Bittencourt em seu “Compendio de Pedagogia Escolar” á pág. 139: “A escola propriamente fallando é o *mestre* delle tudo depende. Entretanto, por muito habilitado e zeloso que seja, pouco ou nada poderá conseguir, se não dispuzer de local conveniente e material de ensino apropriado. E’ pois de imperiosa necessidade uma organização material da escola. Tal organização depende essencialmente de três cousas: 1ª. Local e mobilia; 2ª. material de ensino, propriamente dito; 3ª. *Accessorios*, isto é, museus e bibliothecas escolares”.

Prosseguia o artigo apontando para a concretização dessa necessidade, uma vez que Tarcisio Nascimento apresentaria a planta ao gerente da fábrica, Bernardo Lichtenfels, para adaptação de prédios visando a instalação das escolas reunidas. O articulista, porém, não deixou de tocar numa questão delicada: o reconhecimento para com a pessoa de Tarcisio Nascimento nas questões escolares.

A vontade do sr. Tarcisio Nascimento para melhorar a instrução local, é grande. Basta dizer que ao se realizarem os exames finaes das escolas, si elle pôde, assiste-os, ao menos ao de uma escola, basta referir que no anno de

1915 elle offereceu a cada escola 3 ou 4 premios, fazendo na entrega dos mesmos uma verdadeira festa escolar.

Este anno o sr. Domingos Piccirillo, abastado negociante teve a gentileza de offerecer á 1ª. escola masculina e á feminina diurnas, diversos prêmios. É verdade que as outras escolas não foram contempladas, mas por isso não deixaram de louvar esse acto. Pedimos aqui, sr. Inspector municipal que as mesmas honras feitas ao sr. Domingos Piccirillo sejam feitas ao sr. Tarcisio Nascimento, pois ambos trabalham aqui, para o pleno desenvolvimento da instrução infantil.

A pretendida reunião das escolas, num prédio apropriado, aproveitaria os prédios onde funcionavam as escolas mistas, femininas e masculinas diurnas e, mais dois prédios anexos a esses.

O conjunto dos 4 predios é elegante. A frente delles é platibanda tendo o formato dos modernos edifícios para grupos escolares. Vão reformal-os internamente adaptando-os ao ensino consoante ás leis pedagógicas. Devemos isso ao sr. Tarcisio Nascimento. (CRUZEIRO DO SUL, 20 dez 1916, p.2)

Em Itupararanga, havia duas escolas: uma pública e outra particular. A escola pública regida pela professora normalista Cynira Azevedo Scherepel, que assumira a escola em janeiro daquele ano, teve como banca examinadora: cap. Alberto Graff, Otto Luiz Bormann e J. Bailley. Segundo o jornal, o resultado dos exames fora mais que satisfatório, tendo em vista o pouco tempo de exercício da professora naquela escola. Esses resultados traduziam em realidade os “sonhos dourados” de Alberto Graff, gerente da empresa responsável pela extração da cal naquela região, de ver a localidade dotada de uma escola pública. Antes da criação dessa escola, o próprio Alberto Graff confiara a direção de uma escola particular às suas filhas Nenê e Lydia Graff.

[...] tendo por único objetivo a diffusão do ensino em Itupararanga, de cuja escola sahiram muitos alumnos com reaes aproveitamentos e, *ipso facto* convenientemente preparados para os embates da vida. Os esforços de tão abenegado paladino do progresso e do bem social continuam a ser coroados de bom êxito, pois os resultados dos exames que se constatou assim o attestam. (CRUZEIRO DO SUL, 12 dez 1916, p. 2)

O mais interessante nessa notícia é a ênfase dada pelo correspondente à pessoa da professora, em especial à sua beleza. Nesse ano, houve um concurso de

beleza feminina promovido pelo jornal Cruzeiro do Sul, no qual as pessoas votavam na moça que em sua opinião era a mais linda da cidade. A professora Cinira Scherepel ficou entre as primeiras classificadas, daí justifica-se o entusiasmo explícito do repórter.

[...] a jovem professora, apesar do muito pouco tempo, que data o seu exercício, já demonstrou exuberantemente a sua alta competência e dedicação com que desempenha o seu encargo.

A professora que já ocupava um lugar saliente na elite sorocabana, como um dos seus mais bellos ornamentos será em breve futuro uma forte columna do magistério publico e, assim uma das glorias do seu Estado natal.

(CRUZEIRO DO SUL, 12 dez 1916, p.2)

O resultado do exame da escola mista do Itupararanga, regida pela bela professora Cinira Scherepel fora o seguinte:

2ª. Anno A – Distincção: Margarida Santucci; plenamente: Dante Malamini, Mario dos Santos, Amélia Galli; simplesmente: Paulina Mascarenhas, Alfredo Fonseca e Maria Malamini.

1º anno A – Distincção: Turíbio Cardoso; plenamente: Ida Santucci, José Pedroso, Apparicio Mascarenhas e Lazara Lema; simplesmente Lydia Galli, Olinda Fonseca, Sabina Santucci, Antenor dos Santos, Ferdinando Malamini e Simplicio Santos. (CRUZEIRO DO SUL, ibidem)

Em 12 de dezembro, aconteceram os exames na escola particular mista da Serraria, (extração de mármore) regida pela professora Ignez Fogaça, cuja banca examinadora fora composta por: Alberto Graff, Otto Bormann e José Bailley Ribas, nomeados pelo prefeito de Sorocaba. Compareceram 24 alunos de ambos os sexos. Estavam presentes ainda professoras das escolas estaduais como Cynira Scherepel e Adélia Esteves Molina e outros convidados.

Resultado dos exames:

3ª. Secção – Distincção com louvor: Jenny Neumaier; distincção: Ada Betti, Mercedes Ferreira e Ariosto Massarolla; plenamente Lina Lazzari, Albertina de Jesus, Cezarina da Silva, Annita Freschi e Ozias Dias.

2ª. Secção – Distincção: Guiomar Pinto, plenamente: João Horschütz, Anthero Dias, Alfredo Pinto, Carlos Geminiani, Gemma Orcese, Lydia Freschi e Elvesia Mordente.

[...] deu inicio aos exames o exercício da gymnastica elementar, e ao terminar foi o auditorio empolgado com o recitativo de algumas poesias, por diversos alumnos, que o fizeram com gosto e arte. Cantaram o hymno da bandeira e a Marselhesa. As alunas Jenny Neumaier, Mercedes Ferreira e outras desempenharam-se com galhardia. Jenny Neumaier revelou robusto talento,

produzindo uma brilhante allocução análoga ao acto.

Foi exhibida uma variada colleção de trabalhos de agulha, dentre os quaes alguns foram muito apreciados.

Todos retiraram-se penhorados com as gentilezas recebidas, e são unânimes em elogiar a competência com que d. Ignez Fogaça desempenha os seus deveres. (CRUZEIRO DO SUL, 16 dez 1916, p. 2)

Nas escolas da vila operária de Votorantim no início de 1917, o número de matrículas por escola foi o seguinte:

NOME DO PROFESSOR	Nº. DE ALUNOS
Antonio Funes	34
Abimael de Campos	25
Luiza Rios Funes	35
Abigail Eugenia de Jesus	24
Antonio Miguel Pereira Jr.	35
Olympio de Oliveira	30
Ritinha Verlangieri	08
Adélia Esteves Molina	24

(CRUZEIRO DO SUL, 27 jan 1917, p. 2)

Em fevereiro desse ano, também foi inaugurada em Itupararanga, a escola noturna particular para o sexo masculino, adultos e menores, regida por José Bailley Ribas, representante do jornal Cruzeiro do Sul.

Nesse ano, começaram as inspeções médicas nas escolas. Em Votorantim o responsável por essas inspeções continuava a ser o médico Gentil Fontes.

... a sua ultima inspeção foi nas escolas do districto do Votorantim. Numa dessas escolas foi encontrada uma alumna soffrendo de conjuntivite catarrhal, pelo que tomaram-se as providencias necessárias. (CRUZEIRO DO SUL, 24 mar 1917, p. 2)

Em fins de 1917, o médico Gentil Fontes fez breve relatório à Prefeitura municipal onde expusera o movimento da Inspeção Escolar durante esse ano. Esclareceu o médico que foram vacinados e revacinados os alunos dos grupos escolares, escolas isoladas e particulares, num total de 1200 crianças. Terminado esse serviço, o médico passou a visitar as escolas a fim de analisar as condições de higiene

de cada uma delas, sempre lavrando em termo de visita o número de alunos presentes no dia e suas impressões sobre a visita.

A despeito de todas as agruras enfrentadas pela população da vila operária no ano de 1917, em virtude da greve dos operários e da falência do Banco União, os exames escolares aconteceram dentro da normalidade.

Em fins de 1918, Sorocaba voltou a sofrer com epidemia, agora a gripe espanhola como em outras tantas regiões do país. Esse surto epidêmico na cidade foi tão violento, que os “sentenciados” da cadeia local, foram requisitados para o serviço de abertura de valas no cemitério para enterrar as vítimas. A Prefeitura se viu na contingência de suspender as aulas das escolas, como as fábricas se viram obrigadas a suspender o serviço. Diante da gravidade da situação, o prefeito municipal baixou a seguinte portaria:

“Deante da invasão verificada neste municipio em forma epidêmica da moléstia denominada gripe hespanhola e cumprindo um dever, dos que me são impostos pelo cargo que occupo, determino, como medida preliminar para prevenção contra o mal citado, seja suspenso, a contar de amanhã, o funcionamento das escolas publicas municipais até segunda ordem, dando-se dessa resolução conhecimento aos encarregados das referidas escolas, ficando os mesmos incumbidos de apoiados nas instrucções do serviço sanitário do Estado, publicadas pela imprensa, aconselharem aos seus alumnos a prophylaxia adequada no momento.” Sorocaba, 18 de outubro de 1918 – O Prefeito Municipal - Augusto César do Nascimento Filho (CRUZEIRO DO SUL, 19 out 1918, p. 2)

Aos professores que trabalharam prestando socorro às vítimas da gripe espanhola foi-lhes concedido um ano na contagem de tempo para fins de aposentadoria.

Nesse ano, provavelmente, os exames escolares foram suspensos devido à gripe espanhola, pois não houve nenhum tipo de divulgação. Apenas foi publicada a estatística escolar referente ao ano de 1918, na qual o número de analfabetos tanto na zona rural como urbana, sempre superava o de estudantes freqüentes.

População escolar adoptado o coefficiente de 12,65%, 2530 creanças. Dessas recebem instrucção 1348 e estão crescendo sem freqüentar escola 1182. Nos bairros computada sua população em 20 mil almas, há 2606 creanças em idade escolar, das quais 937 frequentam escolas e 1669 estão crescendo

analfabetas.

O movimento global dos 2 grupos escolares foi o seguinte: matriculados 1300; eliminados 334 existentes 966; media por classe (há 36 classes nos dois grupos) 27 frequencias media durante o anno, 871.

Na parte da cidade além-ponte há 582 casas com população calculada em 3490 habitantes, o que dá 440 creanças em idade escolar. Dessas 52 estão no grupo Porto Seguro e 68 nas escolas isoladas do mesmo bairro, verificando-se assim que ficam sem freqüentar escolas ali, 320 creanças.

O movimento das 10 escolas municipaes de bairro foi: matriculas, 452; eliminações 76; existentes, 376 sendo 217 do sexo feminino e 159 do masculino e freqüência media 2967.

As escolas districtais e ruraes tiveram 730 alumnos matriculados; eliminaram-se 169, ficando 565 dos quaes 278 meninos e 283 meninas.

Nas 4 escolas urbanas (isoladas de sede) houve matricula de 173; eliminados 48 ficaram 125, sendo 54 do sexo masculino e 71 do feminino. [...]

Não se incluíram na estatística as 4 escolas noturnas reunidas e as 2 districtais, que contavam ao todo 202 alumnos. Essas escolas são para maiores de 14 annos.

O custo do ensino preliminar, não entrando em conta alugueis de casa, inspecção, expediente e outras despezas, elevando-se a 214:874\$000. Assim cada alumno do grupo escolar custou ao Estado por mez no 1º. Grupo 14\$280 e no 2º. 11\$835 das escolas isoladas de sede 8\$260 e nas de bairro 6\$770. Nas escolas municipais o custo mensal de cada alumno foi de 2\$550.

(CRUZEIRO DO SUL, 18 dez 1918, p. 1)

Em 19 de novembro de 1919, por meio do edital nº. 40, foram anunciados os dias e locais de exames das escolas estaduais e municipais, que aconteceram nos dias 5 e 6 de dezembro. Nesse ano, a Fábrica Votorantim ofereceu 48 prêmios para serem distribuídos aos melhores alunos de todas as escolas a título de incentivo ao estudo. O registro dos resultados dos exames de algumas escolas nos favoreceu a compreensão de como caminhava a educação na vila operária de Votorantim, no final da 2ª. década do século XX:

Resultado dos exames da 1ª. Escola Masculina regida pelo professor Antonio Funes

3º. Anno – concluíram o curso com distincção: Leonardo Marinoni e Fernando Dal Pian - Aprovado – Hugo Gagetti

2º. Anno – Distincção – Americo Florio Aprovados – José Postigo, João Antunes, Ângelo Salvestrini e Sylvio Vettorazzo

1º. Anno – Distincção com louvor: Benjamim Reginato e Manoel Bella Distincção - Julio Dal Pian; plenamente: Hermínio Veiga e Carlos Vitotti; simplesmente José de Leone, Teodomiro Ribeiro e Guido Luvison

1º. Anno B – Distincção com louvor: Lazaro dos Santos Distincção: Luiz Menegozzi; plenamente Laércio Veiga; simplesmente: Antonio Salvestrini e Cyrillo Casarotti

2ª. Escola Feminina regida pela professora Luiza Rios Funes

3º. Anno – Concluíram o curso com distincção e louvor – Paulina Reginato; distincção: Acilde Magagnato e Marquina Martins, plenamente, Venina de

Campos e Amelia Salvestrini. 2º. Anno – Distincção – Amabile Luison e Lydia Freschi, plenamente: Antonieta Vasques, Magdalena Casarotto e Carlina Soares.

1º. Anno B – Distincção com louvor: Amália dos Santos, distincção: Elisa Ribeiro, plenamente Rosa Titotto e Ida Banch

1º. Anno A – distincção Antonieta Correa

A direcção da fabrica Votorantim, movida por nobres sentimentos e para estimulo da população escolar, por intermédio do sr. cel. Tarcisio Nascimento offereceu para serem distribuídos pelas escolas existentes em Votorantim, quarenta e oito bellos prêmios, que foram distribuídos após os exames pelos presidentes das bancas examinadoras. (CRUZEIRO DO SUL, 9 dez 1919, p.2)

Escola Nocturna Masculina, regida pelo professor sr. Nestor Grillo

Passaram do 2º. para o 3º. anno : Oscar Soares e Tomaz Moreno com distincção e louvor; Manoel Postigo e Pedro Gonçalves, distincção: Romão Moreno, Isaltino Gonçalves e Francisco Lopes Martins, plenamente; Luiz Nacari, Caetano Paulino, Roberto Nacari e Tranquilino Duque, simplesmente.

Do 1º. para o 2º. anno: José Barragem, Paulo Bertini e Angelino Parri, distincção; Guido Mencacce, Alexandre de Maria, Francisco Tozatti e Oreste Victorazzo, plenamente; Pedro Esteves, Carlos Ribeiro, Antonio Nogueira, Henrique Perez, Raphael Martins, Dante Tonny, Luiz Galli, Adolpho Postigo, Manoel Henrique da Costa e Sylvio Salvestri, simplesmente.

Da 1ª. Secção para o 1º. Anno: João Balsan, Marcos Lopes Martins e Benedicto Evaristo, distincção; José Prado, plenamente; Antonio Menegozzi, José Ruiz, Carlos Ribeiro, Luis de Oliveira e Henrique Giudice, simplesmente.

A commissão examinadora composta dos srs. Hercules Tavares de Campos e Dyonisio de Oliveira, lançou na acta um voto de louvor ao professor.(CRUZEIRO DO SUL, 11 dez 1919, p. 1)

Exame da escola mixta municipal regida pela prof. D. Cynira Azevedo Scherepel

2º. Anno – aprovados com distincção: Cesarina Silva, Rosalina Athayde, Sabina Santucci, Hermínio Sanchetta; plenamente: Francisca Ribeiro, Maria Rangel, Carlos Tomaz, Luiz Hyppolito e Fernando Malamini; simplesmente: Lydia Galli, Lazara Leme e Rosentina Conceição.

1º. Anno secção C – Aprovados com distincção: Ondina Athayde, Patrocinia de Jesus, Anthenor dos Santos e Osmar Rangel; plenamente: Amélia Geroni, Rosa de La Libera; simplesmente: Olinda Fonseca.

1º. Anno - secção B – Aprovados com distincção: Adolpho Sacchetta, Violante Santucci e Gertrudes de Jesus; simplesmente: Antonio Geroni, José de La Libera

Secção A – Aprovados com distincção: Anna Galli, Benedicta de Camargo, Cantidia Ribeiro e Maria Toledo; plenamente: Bendicta Sertorio; simplesmente: Francisca Leme, Diola Fonseca, Luiz Athayde, Hermelino Hyppolito e Isabel Domingues

Terminados os exames nos quaes ficou patente a competência e zelo da prof. Cynira foram distribuídos prêmios aos alumnos.

Estiveram presentes aos exames varias pessoas convidadas e o sr. Francisco de Camargo César, representando o sr. Cap. Nascimento Filho e o sr. Olympio Hummel representando o sr. Cap. Francisco Alcindo Monteiro. No livro de actas foi lavrado um voto de louvor á professora.(Cruzeiro do Sul 12 dez 1919, p. 1)

2.2.1 A reorganização didático-pedagógica da escola primária e sua execução

Com a República, as mudanças da educação não ficaram restritas à construção de prédios monumentais. A escola assumira a missão de formar o cidadão republicano, o simulacro do homem moderno. Educar o povo significava preparar as crianças para a vida social. Tornou-se imperioso introduzir profundas mudanças na organização didático-pedagógica da escola primária; isto significou a imposição de determinadas concepções pedagógicas e de determinadas representações sobre o ensino. (SOUZA, 1998, p. 158)

Em 1904, foi publicado no Diário Oficial do Estado o novo Regimento Interno das Escolas e programas de ensino das Escolas Modelo e Grupos Escolares, já que a última Reforma da Instrução Pública em São Paulo ocorrera em 1892, no limiar da República. No seu conjunto, o novo regimento pouco diferia do anterior, apenas houve aumento de algumas matérias consideradas básicas para o ensino preliminar e redução de conteúdos de outras como ciências físicas e naturais. A novidade estava no fato de o programa de cada matéria vir precedido do processo de ensino a ser seguido, dando-se ênfase a utilização do “Método Intuitivo”, tornando as lições mais práticas que teóricas.

O Método Intuitivo pressupunha uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. A prática do ensino concreto seria realizada pelas Lições de cousas – forma pela qual foi vulgarizado. (Idem, 1998, p.159)

Na já citada publicação de 1918 sobre o estado de São Paulo sobre a instrução oferecida pela República foi mencionado o seguinte:

[...] Estava-se muito longe da actual concepção da escola primaria, que visa, antes de tudo, ao desenvolvimento harmônico das faculdades por meio de estímulos e suggestões, sem sobrecarregar a memória sem tolher o physico, sem esquecer os pendores estheticos, sem desdenhar a natureza infantil, sedenta de movimentos de variedade e de alegria, nem as próprias diferenças de índole das crianças. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1918, p. 35)

No período imperial, a leitura, a escrita e o cálculo constituíam o programa básico

das escolas de primeiras letras. Com a reforma, as matérias do ensino passaram a ser: leitura, linguagem, caligrafia, geometria prática, geografia, história pátria, ciências físicas e naturais, instrução moral e cívica, ginástica e exercícios militares, música, desenho e trabalho manual.

O novo programma, na parte referente a trabalho manual consigna o seguinte:
“O material usado deve ser barato e de fácil aquisição, o trabalho deve ser executado com perfeição e asseio e ter um fim util. Ficam abolidos os trabalhos de lan e seda por não serem compatíveis com os intuitos da escola preliminar. Na secção do programma referente a geographia são recomendados os trabalhos de cartographia que devem ser feitos com auxilio mnemonico e não como trabalho de meticoloso desenho. Nessa parte são incluídas noções de cosmographia.
O programma de arthmetica de accordo com a orientação que presidiu á organização do programma de ensino é essencialmente practico, somente do 4º. anno em diante começarão os alumnos a deduzir dos exemplos as mais importantes regras de calculo.
O programma de linguagem traz as mesmas observações que as outras matérias sobre o processo de ensino; o professor terá mais cuidado com a expressão correcta do pensamento do que com as regras da grammatica . É o velho *João das Regras* definitivamente expulso das classes, como de resto já tem tentado os professores na practica dos modernos methodos de ensino”.
(O 15 DE NOVEMBRO, 5 maio 1904, p. 2)

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar, estava a insuficiência de materiais pedagógicos, sofrendo mais intensamente essa falta os professores das escolas isoladas. As escolas da vila operária de Votorantim enquadravam-se nessa categoria. Mesmo os grupos escolares que poderiam ser entendidos como “mais estruturados”, não gozavam de situação melhor. Constantemente os jornais publicavam os impedimentos enfrentados pelas escolas para o desempenho de suas funções escolares.

As discussões sobre os métodos de ensino prosseguiram. O ensino das “Lições de Cousas” propugnado por Rui Barbosa e outros, passou a ser defendido como o mais útil, pois “desenvolvia a inteligência das crianças instruindo-as e deleitando-as sem cansar, sem entediar”. Assim como o método, também a “substância” do ensino deveria ser objetiva, isto é, ensinar alguma coisa e não simplesmente palavras ou frases incompreensíveis ao aluno.

Em vez de historietas banaes, de trechos truncados de autores clássicos, de versos sem poesias, ou contendo conceitos imaginativos superiores á intelligencia do discípulo – ensinem-se exemplificando-as com factos, noções reaes e necessárias de chimica, physica, biologia, de hygiene e de agricultura. É muito melhor e mais fácil os simples e curiosos segredos da germinação das sementes da vida, das plantas, que mastigar, um excerpto de sermão do padre Vieira, ou uma estrofe heróica de Camões. Algumas idéias claras e positivas sobre hygiene especialmente sobre o asseio do corpo e da morada do homem, poderiam – teriam com certesa – o effeito de salvar ou prolongar muitas vidas. Toda essa gente que fuma e bebe desesperadamente, que despreza os exercícios physicos, que vive em casas humidas e sem luz, glaciaes no inverno e tórridas no estio, toda essa gente que empesta a athmosphera dos wagons das estradas de ferro, saturando o ar de fumo e o chão de escarros talvez vehiculos da terrível tuberculose, toda essa gente é victima da falta de educação. (CRUZEIRO DO SUL, 16 maio 1906, p. 1)

Apesar das vantagens do novo método, este esbarrava em sérios problemas como a falta de preparo dos professores para applicá-lo e a insuficiência de materiais pedagógicos necessários para o desenvolvimento do mesmo.

Ao sr. Major Luiz de Campos, director do grupo escolar desta cidade, a secretaria do Interior declarou não existirem no Almojarifado nem na praça os cartões parietais para o ensino da leitura (CRUZEIRO DO SUL, 28 fev 1907, p.1)

Rosa Fátima de Souza (1998, p. 168) esclareceu que os profissionais da educação daquele período estabeleceram uma dependência direta entre o método e o uso de materiais escolares quase como condição *sine qua non*. Entretanto, a inexistência de materiais tornou quase inexequível à aplicação do método intuitivo que, por extensão, passou a ser a justificativa dada por muitos professores para o não cumprimento do mesmo.

Para tudo era necessário material: para o ensino da aritmética, do sistema métrico decimal e de geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritméticas. Para o ensino da linguagem: coleção de abecedários e de cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, cadernos de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências físicas e naturais: laboratórios, museus, quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas, mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho em gesso, coleção para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura.

Não obstante as dificuldades surgidas, as discussões pedagógicas foram ganhando espaço. Periodicamente, nos grupos escolares, os professores se reuniam com o inspetor escolar a fim de discutirem assuntos pertinentes às práticas escolares. Nessas reuniões, um professor do próprio grupo ficava encarregado de expor o assunto aos colegas. Nesses dias os alunos eram dispensados uma hora antes do término do horário das aulas. Com o passar do tempo, os professores das escolas isoladas também passaram a participar dessas discussões pedagógicas. Entre outros assuntos, discutia-se sobre o material a ser utilizado nas aulas, como os livros e outros recursos que eram determinados pelo governo. (ANEXO A)

Reunir-se-ão amanhã, ao meio-dia, em uma das salas do Grupo Escolar desta cidade, sob a presidência do inspetor escolar sr. José Carneiro da Silva todos os professores das escolas isoladas da sede do município e dos bairros suburbanos. [...] Nesta reunião tratará aquella autoridade escolar do plano a ser executado no sentido de dar ao funcionamento dos referidos estabelecimentos de ensino uma feição uniforme no que concerne aos methods e processos pedagogicos. (CRUZEIRO DO SUL, 24 fev 1910, p. 2)

Além da insuficiência de material, a qualidade de muitos deles também era questionável. O ensino de Geografia e História, necessário para a formação do caráter, compunha o rol de preocupações dos educadores, uma vez que ficava restrito à decoração dos nomes de rios, lagos, montanhas e mares. O aluno como uma máquina repetia perante o professor aquilo que decorara, muitas vezes inconscientemente. Como todas as escolas deveriam utilizar o mesmo material, para o ensino de Geografia, era recomendado o livro “Geographia Elementar” de Tancredo Amaral. No entanto, esse livro, sofria reiteradas críticas sobre seu conteúdo defasado e desatualizado, como as que apareceram em longo artigo de J. Magalhães (1913, p. 2) publicado pelo jornal Cruzeiro do Sul.

[...] Existe muita falha no ensino publico e a instrucção neste Estado está eivada de innumerous defeitos que precisam desaparecer. Temos por exemplo ás nossas vistas neste momento, a ultima edição (de 1913) da Geographia Elementar de Tancredo do Amaral obra approvada pelo governo e adoptada em todas as nossas escolas publicas. [...] Na quarta parte dessa obra, no capitulo que trata dos municípios paulistas vêm enumerados pela sua belleza e pela importância do seu commercio, industria e agrícola os municípios de Santos, Campinas, Jundiahy, Rio Claro, Itu,

Piracicaba, Mogi Mirim, Taubaté, Jacarehy, Pindamonhangaba, Sorocaba, Amparo, Bragança e Casa Branca. Ora vejam, o município de Ribeirão Preto nem sequer é mencionado, quando não só a ordem é péssima, pois ninguém ignora que depois de Santos e Campinas, Ribeirão Preto é o município mais rico, mais próspero, mais bello de maior importância que todos os outros. [...] Falando da industria Sorocabana diz que a nossa terra possui uma única fabrica de tecidos. Ignora talvez o seu auctor que Sorocaba foi cognominada por um orador de Manchester Paulista?

“Entre as curiosidades naturaes mencionaremos dois saltos notáveis: o Itupararanga e o Votorantim ambos formados pelo rio Sorocaba. O primeiro acha-se perdido no meio das mattas entre medonhos despenhadeiros; e o segundo ...” Será possível que o auctor da Geographia Elementar ao publicar a nova edição do seu livro não tivesse sabido ainda que o Itupararanga está sendo aproveitado pela S. Paulo Electric Company onde se estão realizando obras gigantescas e cujo local é hoje uma verdadeira villa com uma população numerosa.

Na edição seguinte do jornal, outro articulista endossa as palavras de J. Magalhães com referência às falhas contidas no livro de Geografia Elementar, afirmando “que não é de hoje que o governo impingem-nos livros como esses para serem adoptados pelo professorado”. Argumentava ainda, que apesar da imposição do governo para o uso desses livros, o ensino não ficava inteiramente comprometido uma vez que, com o novo método de ensino, os livros não eram mais entregues aos alunos. Então, o professor ensinava geografia pelo mapa, ditando cuidadosamente à classe, os conhecimentos principais de matéria nunca falando em geografias. O conhecimento obtido pelos professores nas escolas normais os habilitava a trabalharem com competência, independentemente dos livros a serem seguidos.

... o que me impelliu a traçar estas linhas, é o dever de resalvar á responsabilidade, o nome do professorado tão vilmente envolvidos em livros antipedagógicos e inscientes que abarrota, as livrarias da capital, livros que, por uma irrisão enorme, são approvados pelo mesmo governo que procura cada vez mais dificultar o curso das escolas normaes, com o fim de melhorar o preparo, já não pequeno dos professores paulistas, que felizmente têm sabido honrar o Estado de São Paulo dentro e fora de suas fronteiras. (CRUZEIRO DO SUL, 9 set 1913, p. 2)

O professor Renato Sêneca de Sá Fleury que praticamente iniciou a carreira docente em Votorantim, por diversas vezes escreveu longos artigos sobre os métodos de ensino. Era favorável que o ensino do desenho fosse feito pelo novo método, ou seja, a partir do natural. Esclarecia que pelo método antigo, por meio da cópia de

modelos, aparentemente o aluno aprendia a desenhar, já que seu conhecimento ficava restrito às linhas indicadas pelo modelo, o mesmo não acontecendo com o desenho ao natural.

No dezenho ao natural os resultados são positivos: o alumno aprende a dezenhar. Si o professor lhe der para modelo uma chicara, elle póde reproduzi-la em todas as posições possíveis e sempre mais ou menos fielmente, porque tem diante de si o modelo natural [...]

Nas escolas primarias, onde o ensino é sempre concreto, o dezenho deve ser do natural. Somente nos cursos secundários, onde o ensino torna-se abstrato, é que o dezenho pode ser ensinado pelo outro methodo, o da copia dos modelos impressos, que são abstração do real. (CRUZEIRO DO SUL, 5 fev 1914, p. 1)

A importância ao ensino do desenho estava vinculada à preparação ao trabalho industrial. Rui Barbosa definia o ensino do desenho como a “escrita da indústria”. (SOUZA, 1998, p. 181)

Sobre o ensino da leitura, por meio de um artigo publicado no jornal Cruzeiro do Sul, o professor Luiz Fleury (1914, p. 1) levantou uma discussão para se chegar ao melhor sistema de ensino. Se, o pretendido fosse ensinar a ler em pouco tempo, o melhor método então, seria o sintético, que segundo professores experientes “em menos de um mez um menino de medíocre intelligencia – pode gaguejar as páginas dos livros”. Depois disso, restava apenas exercitar o menino “medíocre”, que ele estaria lendo correntemente. Mas, se o pretendido fosse desenvolver as aptidões do aluno, para que este lesse bem e com leitura expressiva, ainda que demorasse mais tempo, então, o melhor método seria o analítico. No entanto, havia ainda um método intermediário quanto ao tempo levado pelo aluno para aprender a ler: o da silabação. Esse método agregava qualidades dos outros dois métodos, ou seja, não se mostrava moroso como o analítico e nem deixava inteiramente de auxiliar a “evolução do espírito”. Finalizou o artigo apontando as vantagens desses métodos para o professor no desenvolvimento de seu trabalho cotidiano.

“O systema que menos o obriga a trabalhar, que menos intelligencia lhe requer – é o synthetico; o mais trabalhoso, o que mais agudeza de espírito exige, é o analytico. O systema da sylabação – requer também até certo ponto intelligencia, exige e é quase tão trabalhoso como o analytico. A questão assim elucidada – fácil é a cada qual escolher o systema melhor ... ou que mais lhe convenha.

O sistema analítico era considerado como o melhor método para o ensino da leitura. Entretanto, apontou o autor que esse sistema não apresentava bons resultados nas escolas da época. Indagava sobre qual seria o motivo do insucesso. Muitos professores não sabiam trabalhá-lo, porém, a razão maior do insucesso residia no excessivo número de alunos por classe, o que cansava sobremaneira o professor uma vez que este era obrigado a dar lições rápidas para vencer o horário. Esse procedimento desvirtuava o sistema analítico.

D'ahi os primeiros insucessos que tornam o professor receioso de chegar ao fim do anno sem conseguir resultados e o fazem cahir em desillusão. Querendo evitar o mal, o professor vê-se obrigado a lançar mão dos systemas syntheticos, de resultados mais promptos, continuando porém a usar do modo de ensino peculiar ao systema analytico – para salvar as apparencias.

É o que geralmente acontece em nossas escolas: os professores dizem adoptar o systema analytico e não applicam senão uma verdadeira salada de systemas. Um leve exame feito ás creanças mostrará que ellas, ao lerem, fazem visíveis esforços para decompor as palavras. Ora, não é este o resultado do ensino analytico, o qual não permite a analyse das palavras em seus elementos constituintes, que são as abstrações mais geraes da linguagem, senão muito mais tarde na ultima phase do ensino. [...]

Do que ficou dicto, conclue-se que o numero de alumnos das classes deve ser diminuído e que somente devem ser ellas confiadas a competentes. Na impossibilidade desta solução – o melhor a fazer é não adoptar o systema analytico.

Em outro artigo publicado nesse mesmo o jornal, o professor Renato Fleury (1914, p. 2) abordou a importância da educação física no currículo das escolas. A educação física (ginástica) era destacada pela sua influência moralizadora e higiênica. De acordo com Rosa Fátima de Souza (1998, p. 179), essa disciplina visava tornar os corpos ágeis, fortes e robustos, vigorosos e desenvolver a coragem e o patriotismo. Todo um investimento no corpo dos indivíduos que os engalinhava nos ideais de moralização e ordenação social. Explicava o articulista que a educação física era um ramo da educação que abrangia “a educação da vida vegetativa e das vidas de relação (do organismo com o exterior) muscular e nervosa”. Após longa explanação sobre as funções dos órgãos e o reflexo de seu bom desenvolvimento para a saúde física da pessoa, apontou o professor Renato Fleury que, no Brasil, a educação física era secundarizada, enquanto que em outros países era extremamente valorizada.

Devaneou, ao dizer que nas escolas públicas não existia a natação e que em

apenas alguns colégios particulares ela fazia parte da educação física. Afirmou que nos grupos escolares existiam aparelhos para a educação física, mas que nas escolas isoladas nada existia e o professor “lutava” com enormes dificuldades para dar uma aula de ginástica, limitando-se a dar aos alunos exercícios que podiam ser executados sem o emprego de aparelhos, restringindo-se às marchas, saltos e corridas.

É indispensável que todos esses sentidos sejam perfeitos, funcionem com a máxima normalidade. O sentido do tacto principalmente deve ser desenvolvido, porquanto atribuem-se á sua imperfeição certos casos de imbecilidade. Os imbecis submettidos a uma educação severa desse sentido apresentam desde logo um grande desenvolvimento das faculdades.

Apesar de todos os benefícios à formação do cidadão, atribuídos à educação física, o oferecimento dessas aulas, conforme denunciara o professor Renato Fleury, era precário, comprovado com notícia do jornal Cruzeiro do Sul.

O Secretario do Interior declarou ao director do grupo escolar desta cidade que por falta de verba, não pode ser atendido o seu pedido de objectos de gymnastica naquelle estabelecimento.(CRUZEIRO DO SUL, 28 ago 1905, p. 2)

A ênfase dada à caligrafia demonstrou como a arte de bem escrever vinculava-se às exigências do universo do trabalho urbano no qual se faziam necessárias a escrita e a leitura de textos manuscritos. De acordo com o parecer da comissão encarregada de rever as obras didáticas utilizadas pelas escolas públicas, fora abolido o uso de cadernos de caligrafia impressos, tendo em vista o preço elevado desse material. Assim, os novos programas estabeleciam que as aulas de caligrafia deveriam ser orientadas directamente pelos professores em classe e que os exercícios deveriam ser feitos em cadernos em branco.

[...] os alunos não sendo directamente guiados pelo professor, se aborreciam com a monotonia da copia dos modelos e faziam os exercícios sem o menor cuidado. Ao professor era mesmo impossível corrigir todos os defeitos, pois seria um trabalho individual e, como tal exigia longo tempo. Com a nova orientação [...] o professor podera dosal-o de modo que vença em cada aula uma única dificuldade, de acordo com o sábio conceito do immortal Pestalozzi. (CRUZEIRO DO SUL, 15 abr 1919, p. 1)

Devido às condições de saúde pública, sempre precárias, haja vista os altos índices de mortalidade infantil por doenças facilmente curáveis nos dias de hoje, por determinação da Secretaria do Interior, os programas de ensino passaram a conter noções de higiene e a profilaxia de doenças, com ênfase à higiene elementar e principalmente à higiene rural. Para o desenvolvimento desses assuntos, os professores foram convidados a participar de um curso de Higiene Elementar, ministrado no “Instituto Serumtherapico do Butantan”, em São Paulo, sob a direção do “illustre cientista Dr. Vital Brasil”.

Enviando-vos, pois, o presente convite, conto com a vossa presença no Instituto Serumtherapico Butantan, por um lapso de tempo nunca inferior a 15 dias, visto ser tal curso dirigido e feito de modo experimental. Convencido como estou de que a escola, e, portanto o professor publico são o factor mais poderoso do nosso progresso em todos os ramos da nossa actividade espero que a escola sob a vossa direcção e no nosso meio, sejais esforçado propagador dos conhecimentos de hygiene publica elementar, conhecimentos esses que hão de concorrer poderosamente para melhorar as condições de vida e de trabalho da população rural. Cordiaes saudações – Oscar Thompson (CRUZEIRO DO SUL, 14 ago 1918, p. 2)

Outras inovações foram acrescentadas ao currículo pelo diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, Oscar Thompson, que determinou aos diretores dos grupos escolares que incluíssem nos programas de ensino, excursões pela cidade. Seriam visitas à zona rural, fábricas e outros locais interessantes para aprendizagem. Na primeira excursão do grupo escolar Antonio Padilha, participaram os alunos do 4º. Ano, além dos professores e do próprio diretor, que foram à Água Vermelha, bairro distante do centro, conhecer as instalações industriais de Achilles Campolim. Nesse local, tiveram noções de geografia, topografia, zoologia, botânica, orientação, medições como a de uma árvore pela sombra, ou da elevação de um terreno, avaliação de áreas, uso da bússola e do barômetro. Eram somados ainda os “benefícios do exercício que desenvolve a resistência, e do ar puro que irão respirar fora da cidade os alumnos”. Na semana seguinte, foi agendada outra excursão, na qual tomariam parte as alunas dos 4º. Anos para conhecerem as instalações da fábrica de tecidos “Santa Maria”, o que para algumas, era local bastante conhecido, pois se tratava de seu local de trabalho.

Sobre a importância das excursões, expressou-se o diretor geral da instrução:

“Por meio dellas se aprende com vantagem indiscutível, tudo quanto se relaciona com a geographia, a botânica e a technica das profissões e industrias que constituem a fonte de nossas riquezas.

Ellas ampliam, pois, o scenario de actividade escolar, tornando vivido o ensino e vivificando também o methodo. Produzindo impressões duradouras na mente do educando, ellas exercem sobre a cultura infantil, as mais salutaes influencias.

Alem de efficazes, pelo lado intelectual são também vantajosas pelo lado hygienico, pois o alumno recebe o ensino ao ar livre, no meio dos esplendores das magnificências da natureza, em presença, enfim, da realidade das cousas que vão ser objeto de estudo.

Constituindo por si só, as excursões escolares em excellente exercicio physico, por quanto a marcha ao ar livre é considerada como a melhor gymnastica para o corpo são também um dos meios de preparo para a vida pratica, pela transformação do ambiente escolar num campo de experiencia” (CRUZEIRO DO SUL, 17 ago 1918, p. 1)

Em decorrência da reforma da instrução pública de 1917, os livros didáticos adotados nas escolas também foram revistos. Formou-se uma comissão composta por Sampaio Dória, Américo de Moura e Plínio Barreto, cuja incumbência foi elaborar parecer sobre os livros didáticos, já que os autores e as editoras aguardavam aprovação dos mesmos. Essa comissão apresentou minucioso relatório ao Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, indicando “as obras que, com todas as suas deficiencias, lhes parecem preferiveis”.

1º. Anno – “Meu livro” – Theodoro de Moraes; “Cartilha Infantil” – Carlos A. Gomes Cardim; “Cartilha Analytica” – Mariano de Oliveira; “Leitura Preparatória” – D. Rita Barreto – “1º. Livro” – João Köpke

2º. Anno – “2º. Livro” João Köpke; “1º. Livro” – Puiggari e Barreto; “Corações de crianças” – D. Rita Barreto; “Minha Pátria” – Pinto e Silva (Leitura suplementar)

3º Anno – “Coisas Brasileiras” – R. Puiggari; “Corações de crianças” – D. Rita Barreto; 3º. Livro João Köpke; “Minha Pátria” - Pinto e Silva (Leitura Suplementar)

4º. Anno – “3º. Livro” – Puiggari e Barreto; “Atravez do Brasil” – Bilac e Bomfim; “Historias de nossa terra” – Julia Lopes; “Poesias Infantis” – Olavo Bilac (CRUZEIRO DO SUL, 15 mar 1918, p. 2)

2.2.2 Os operários reivindicam a instrução

A história da Primeira República foi a história do crescimento econômico e do poderio político gerado pelo café. A transformação do regime político – de monárquico

em republicano – a implantação do trabalho assalariado, o crescimento das indústrias, apareceram de alguma forma ligados ao desenvolvimento da cafeicultura. Nessa época, os anarquistas se constituíram na principal corrente organizadora dos trabalhadores industriais e rurais e se lançaram em experiências educacionais. (JOMINI, 1990, p. 17)

No campo das experiências educacionais, as idéias anarquistas encontraram, em Sorocaba, um terreno profícuo para a sua disseminação, motivada principalmente, pelo elevado número de operários, em sua maioria imigrantes, que comungavam dessas idéias. A classe operária não descuidou da instrução e educação do proletariado e teve na imprensa operária um veículo propagador e defensor, que no caso de Sorocaba, foi o jornal O Operário. Por meio da imprensa operária, tomamos conhecimento das escolas de militantes, de oradores, das escolas sindicais, das sessões de leituras comentadas e coletivas, das conferências educativas, dos círculos de estudos, dos grupos teatrais. Os anarquistas mantiveram mesmo até 1920, várias escolas chamadas Escolas Modernas por seu método humanista e racionalista (DECCA, 1991, p. 62)

Em Sorocaba, apareceram escolas operárias mantidas por entidades como as “Uniões” e “Ligas Operárias”.

No início do ano de 1910, o jornal Cruzeiro do Sul, anunciou que em São Paulo, em Roma e em outras cidades importantes, “trata-se com ardor da fundação de escolas racionalistas, á semelhança daquela fundada por Francisco Ferrer, a victima da reação hespanhola”. (Cruzeiro do Sul, 6 fev 1910, p. 2)

A Escola Moderna havia sido idealizada pelo espanhol Francisco Ferrer y Guardia (1859–1909), que no ano de 1901, começou a publicar uma revista de educação na cidade de Barcelona, na Espanha, com o nome de *Escola Moderna*. Esta publicação deu início a outras e contribuiu para a efetivação de tais escolas (MIMESSE, 2001, p. 89). Francisco Ferrer definiu a escola moderna como aquela que:

“... adota o racionalismo humanitário que consiste em inculcar à infância o afã de conhecer a origem de todas as injustiças sociais, para que, com seu conhecimento possa logo combater e opor-se a elas”. (F.Ferrer, Racionalismo Humanitário in Boletim da Escola Moderna, São Paulo, n. 1, 13 out 1918 apud JOMINI)

Para o jornal, a Escola Moderna em São Paulo estava praticamente concretizada. Para a fundação dessas escolas, segundo a concepção de Ferrer, tornava-se imprescindível a edição de livros escolares e obras apropriadas para o ensino racionalista e, especialmente, a preparação de professores para a direção dessas escolas, sob pena de desvirtuar o pensamento de seu idealizador. Ainda era necessário publicar boletins informativos, jornais escolares para a divulgação da produção dos alunos e outros materiais impressos que fundamentassem e divulgassem o ensino racional, além de preocuparem-se com a formação dos seus professores. (MIMESSE, 2001, p. 91)

Esclarecia o jornal em que consistia esse projeto:

Esta escola, que terá um edifício próprio para dar instrução a mais de 600 alumnos, observando-se um programma completamente moderno, primará pelo seu corpo docente, donde se destacam abalizados professores.

Annexo ao curso de sciencias, terá uma secção de gymnastica, uma boa biblioteca e uma typographia para fornecer cadernos e livros a todas as escolas que queiram adoptar o ensino racionalista.

Aqui em Sorocaba, ao que nos informam formou-se uma comissão para angariar donativos, ofertas de qualquer espécie e organizar uma festa cujo producto reverta em beneficio da idea, tão bem aceita pelos batalhadores do livre pensamento.

Qualquer pessoa que por qualquer fôrma concorrer para o êxito desse *desideratum* terá seu nome publicado pela imprensa local.

A idea, ao que sabemos tem alcançado grande acceitação nesta cidade. Em breve dias daremos os nomes das pessoas de Sorocaba que desinteressadamente se prestam para coadjuvar a effectividade da Escola Moderna em São Paulo. (CRUZEIRO DO SUL, 6 fev 1910, p. 2)

O recém inaugurado “Jornal do Commercio” de Sorocaba, em sua edição de número 10, também noticiava sobre as atividades que seriam desenvolvidas com o intuito de angariar fundos para a fundação de uma Escola Moderna, em Sorocaba.

No salão principal do Club Campos Salles teve logar no dia 26 concorrida festa em beneficio da Escola Moderna que se projecta fundar nesta cidade.

A festa constou de uma quermesse e partida dansante que se prolongou com extraordinária animação até altas horas da madrugada do dia 27.

O producto total da kermesse attingiu a importância de 372\$. A banda Lyra Sorocabana tocou durante as festividades as melhores peças de seu vasto repertorio. (JORNAL DO COMMERCIO, 6 mar 1910, p. 1)

O proletariado de Sorocaba animou-se com a idéia da criação de escolas

modernas na cidade e várias atividades como festas, teatros, apresentações artísticas foram realizadas visando angariar fundos para as escolas modernas, fossem elas em São Paulo ou Sorocaba. Até mesmo Oreste Ristori, criador do jornal “La Bataglia”, e orador eloqüente para os anarquistas, compareceu à cidade para discutir vários pontos referentes às escolas modernas.

[...] demonstrando de um modo claro e preciso as vantagens do ensinamento único racional, o único verdadeiro, o único digno de ser ministrado aos nossos filhos, para que não sejam amigos de padres e de ... confissionarios
(O OPERÁRIO, 24 abr 1910, p. 3)

Em outra ocasião, aconteceu uma exibição cinematográfica de uma palestra proferida por Oreste Ristori, que discorreu sobre dois assuntos de “magna importância e actualidade, quaes sejam: o elemento clerical no seio da sociedade brasileira e a prepotência dos patrões no ambiente das fabricas”. Comentava o jornal O Operário sobre esses dois temas da urgente necessidade de uma reação por parte do povo que sofria as conseqüências das suas ações e que:

... a Escola Moderna, nobre e sabia instituição de Ferrer è que vae por um freio à marcha desses intrigões, esclarecendo o espírito da creança, mostrando a verdade, a razão e o direito de cada cidadão no concerto mais grandioso da sociedade humana. (O OPERÁRIO, 28 out 1910, p. 3)

Em 1912, o jornal O Operário publicava que em assembléia geral ordinária da União Operária de Sorocaba, realizada em 7 de abril, foram discutidos diversos assuntos de importância destacando-se a criação de uma escola moderna em Votorantim, para ambos os sexos, e uma outra em Santa Rosália. É provável que essas escolas não tenham sido criadas, pois não há registros, dentro das fontes pesquisadas, da existência de tais escolas.

Apesar da movimentação em prol da criação de Escolas Modernas em Sorocaba, estas não lograram êxito, não se efetivando. Em outubro de 1919, o episódio já relatado neste trabalho, no qual morreram quatro anarquistas, um dos quais era o diretor da 3ª. Escola Moderna localizada em São Caetano, vitimados pela explosão de uma bomba caseira, em São Paulo, fora o argumento contundente para o fechamento

das Escolas Modernas na capital, sob a alegação que estas disseminavam idéias anarquistas contrárias à ordem pública. Desnecessário dizer que os adeptos dessas idéias passaram a ser perseguidos.

Mesmo malograda a tentativa de se fundar uma escola racionalista em Sorocaba, os operários não deixaram de exigir o direito à instrução, cuja luta já era antiga. Entendiam que a relação trabalho-capital estava calcada na injustiça social e que melhores condições de vida do operariado não seriam frutos da piedade dos patrões. Só a instrução do operariado poderia tirá-los daquela situação de exploração, já que a ignorância crassa só se mostrava vantajosa para o patrão. A escuridão das fábricas cegava o operário, a instrução trar-lhe-ia a luz. O jornal “O Operário”, baluarte do operário, defendia a necessária instrução do operariado, no entanto, sabia que esta só seria possível com a diminuição da jornada de trabalho. Sobre as longas jornadas de trabalho nas fábricas de Sorocaba, contava Jacob Penteado em suas memórias:

O horário de trabalho era bem amargo. Os operários entravam às cinco horas da manhã, com as estrelas bem visíveis. Tinham quarenta e cinco minutos para o almoço, às onze horas. Depois continuavam sua faina, que ia até as oito horas da noite, voltando para os seus tugúrios ainda sob a luz das estrelas.
(PENTEADO, 2003, p. 16)

Para os operários e as crianças operárias, até mesmo a luz do sol lhes era negada, quanto mais o direito de freqüentar uma escola. O jornal “O Operário”, passou a fazer alterações constantes sobre esse quadro de injustiças vividas pela classe operária.

É triste para mim e outras que como eu se prezam em ser sorocabanos, é triste muito triste de se ver uma multidão de pequenos completamente analphabetos trabalharem numa escura fabrica desde ás 5 horas da manhã até as 7 horas da noite ganhando 250 reis e 300 reis durante essas 14 horas! Pobres creanças! Que será dellas, assim ignorantes, por esse mundo de Deus? [...]
Oh! Paes que tendes filhos olhae por elles, olhae também para os vossos, não os deixeis assim expostos á corrupção. Procurae a felicidade para os vossos filhos, mandae-os instruir e no fim de vossa vida tereis dellas a devida recompensa pelos vossos serviços. E' verdade que sois obrigados a mandal-os trabalhar, sem que primeiro vejam a luz immaculada da instrucção. Ah! Mas para isso devemos trabalhar, pela victoria da nossa causa, devemos lutar pelas 8 horas de trabalhos, pois com a diminuição das horas nos seus trabalhos, elles terão tempo para se instruir, para aprender e distinguir o bem e o mal.

Pois bem companheiros não poupemos esforços para lutar em prol das 8 horas ellas serão uma mensagem divina que nos livrará deste cativeiro e nos dará tempo para instruir.

Nunca devemos esperar pelos outros, tudo depende de nós mesmos. Mandar ensinar uma creança é a obra mais santa que podemos praticar na nossa vida. O operariado precisa de instrução para não ser tão explorado. Porque é que nos exploram os burguezes? Não é pela nossa falta de preparo para protestarmos?

Os ricos querem a ignorância porque ella reinando entre nós os (operários) elles tem a machina inconsciente, para trabalhar a sua vontade.

Companheiros, meus irmãos de classe, quebrae essas argemas que prendem os vossos pulsos e gritae bem alto. Queremos a nossa liberdade e a Instrução para os nossos filhos. (O OPERÁRIO, 24 jul 1910, p. 2)

Em fins de 1909, foi apresentado no Congresso Legislativo do Estado, um projeto criando 49 escolas noturnas masculinas para adultos. Segundo o projeto, as escolas deveriam oferecer instalações adequadas para o desenvolvimento do estudo e localizarem-se próximas aos centros fabris ou agrícolas a fim de atenderem à demanda de operários e trabalhadores rurais. O provimento e os vencimentos dos respectivos professores seriam os mesmos estabelecidos para as escolas diurnas, ficando para decisão do governo a fixação do período de trabalho e da época de férias. Duas dessas escolas seriam em Sorocaba em razão do significativo número de operários que a cidade comportava.

Promulgada, a lei nº. 1.195, de 24 de dezembro de 1909, estabelecia que as escolas noturnas destinar-se-iam a alunos maiores de 14 anos do sexo masculino e o horário de aulas seria das 18 às 21 horas. O curso compreenderia as seguintes matérias: leitura, escrita, aritmética e lições gerais compreendendo noções de geometria, desenho, higiene e educação moral e cívica e as principais aplicações das ciências físico-naturais. No currículo dos cursos noturnos ficavam excluídos os trabalhos manuais e a ginástica, devendo o professor “ampliar o ensino da geometria, fazendo a explicação dos processos de desenho que são empiricamente empregados nos diversos officios”.(Lei 88, art. 8º. § 2º.) A matrícula das escolas abrir-se-ia três dias antes do início das aulas.

Artigo 5º. – As escolas nocturnas serão localizadas em centros de população operaria, tendo em preferencia em seu provimento aquellas para cujo funcionamento as municipalidades offereçam prédios adequados.

Artigo 6º. – Nas localidades onde existirem mais de duas escolas poderão ellas, a juizo do governo, funcionar nos prédios dos grupos escolares competindo a

sua direcção ao director do grupo. Em outros casos caberá cumulativamente a direcção a um dos professores que for designado pelo governo.

Paragrapho 1º. – O governo poderá nomear um servente para as escolas assim agrupadas.

Paragrapho 2º. - O pessoal administrativo que servir nas escolas nocturnas terá uma gratificação “pro labore” arbitrada pelo governo.

Artigo 7º. - As escolas nocturnas serão regidas pela legislação escolar em vigor em tudo o que não estiver previsto neste regulamento.

Artigo 8º. – As disposições deste regulamento serão applicadas nos cursos nocturnos no que se referir a matricula, horário e programma de ensino e localisação das escolas.

Este regulamento entrará em vigor desde já. (O OPERÁRIO, 31 jul 1910, p. 2)

Sob a epígrafe “Estamos vencendo”, o jornal “O Operário”, com imensa satisfação, publicou a lei que instituiu as escolas noturnas para adultos, chamando para si boa parte dessa conquista.

[...] Que estamos vencendo não resta a menor duvida; basta notar-se que as nossas reclamações tem diminuído um pouco, o que prova exuberantemente que a coisa vae melhor, que já não se practicam tantas patifarias como outrora, que o receio de figurarem nas columnas d’O Operário como illustres personagens, tem contribuído directa e indirectamente para a realização do nosso ideal. (Idem, p. 2)

A criação e o funcionamento de escolas masculinas noturnas para adultos em Sorocaba foi considerado, tanto pelo jornal “Cruzeiro do Sul” como pelo jornal “O Operário”, como uma conquista do operariado local.

O Cruzeiro do Sul considerou que essa medida vinha favorecer “áquelles que pelas vicissitudes da vida se vêm na contingência de buscar no trabalho quotidiano recursos para a sua subsistência”. Já o “O Operário” como órgão voltado para a defesa do operário e não deixava de fazê-lo, entendera que a lei carecia de complementos, uma vez que crianças com menos idade deveriam ser admitidas nessas escolas, pois também eram trabalhadores e não podiam cursar escolas diurnas.

A criação e o funcionamento dessas escolas vem é incontestavel, melhorar muito a condição actual dos operários, que por serem analfabetos na sua maioria vivem sempre de rastos, mergulhados nas trevas da mais crassa ignorância.

Louvamos sinceramente o acto do governo, o que lamentamos porém, é não prever a referida lei, em um artigo qualquer, a admissão ás matriculas os menores de quatorze annos.

Passou provavelmente pelo espírito do legislador essa falta, temos porém,

esperança que não de modificá-la nesse ponto, pois que o número de crianças que trabalham em fábricas e que não sabem ler, é avultadíssimo principalmente em Sorocaba, onde a indústria pode-se dizer é a única fonte de sua vida econômica. (O OPERÁRIO, 31 jul 1910, p. 2)

A infância roubada pelo serviço nas fábricas, consequência da pobreza em que viviam os operários comumente era alvo de severas críticas pelo “O Operário”. Denunciava o informativo, a crueldade dos patrões em exigir uma jornada de trabalho tão longa, principalmente para as crianças, que ficavam impedidas de estudar, de descansar, de brincar, enfim, de serem crianças.

Dê-me deveras, dentro d'alma, operários, ao ver nestas gélidas manhãs estas pobres e desditosas criancinhas que despidas completamente da sorte e sentindo a dura necessidade de ganhar o pão, o negro pão quotidiano seguem o caminho das fábricas, descalças, entanguidas, tiritando de frio!...

Dê-me, sim, repito, operários, porque não obstante pulsar-lhes no peito um coração puramente juvenil, já vêem-se na dura obrigação de, todas as manhãs, quer chova, quer não, quer faça frio intensíssimo, deixar o seu quentinho leito, esse ninho que nós mesmos adultos bem contrariados abandonamos nessas manhãs frigidíssimas afim de seguirmos para o nosso trabalho...

Quem não trabalha - diz o velho adágio “não merece o pão que come”. E eu ainda digo mais; quem trabalha merece o pão que come, merece o descanso, a boa remuneração, merece respeito e consideração, ser tratado com carinho e amor e não como infelizmente a mór parte da nossa classe o é...

Assim como necessitamos de alimento para o nosso corpo, precisamos também de descanso para restabelecimento das nossas forças perdidas no trabalho durante o dia? Mas não, os srs. Patrões assim não o querem, fazem questão que entremos às 5, 5 e meia da madrugada e retiremos às 7, 7 e meia ou 8 da noite!...

As crianças que passam o dia todo submergidas no fundo das fábricas, jamais é dada a liberdade de freqüentarem escolas nocturnas, porque se retiram depois da data marcada da escola. (O OPERÁRIO, 26 jun 1911, p. 2)

Reiteradas vezes o “O Operário” se manifestava contra as longas jornadas de trabalho, alertando que a criação das escolas nocturnas fora em vão, uma vez que os operários não conseguiam freqüentá-las, por deixarem o trabalho bem após do horário de início das aulas. Os patrões, sedentos por seus lucros, não tinham a sensibilidade de permitir uma jornada de 8 horas diárias.

As escolas nocturnas creadas e mantidas pelo Estado, segundo o regulamento devem abrir-se às 6 horas da tarde, fechando-se às 9 horas da noite.

Eis aqui o ponto capital da nossa queixa; não do horário, pois não só o aprovamos como o achamos magnífico, mas da dificuldade que dahi advem para os operários as freqüentarem devido ao adiantado da hora que largam o

serviço.

As fabricas de tecidos Santa Maria e Santa Rosalia trabalham até ás oito e meia da noite (!!!), a da Nossa Senhora da Ponte até as sete e a fabrica de chapéus até ás cinco e meia da tarde. Diante de um horário tão commodo quanto rendoso para os patrões, nenhum operário poderá freqüentar as escolas nocturnas, do que resultará a sua nenhuma efficacia e baldados os exforços do governo que não descurando da instrucção publica não poupa sacrificios nem dispêndios para divulgal-a o quanto mais.

E qual será o melhor remédio para tão grande mal.

De dous um. Ou o governo por meio de uma lei regulasse as horas de trabalho em todas as fabricas, ou os patrões, por si mesmos, facilitassem os meios, reduzindo as horas de trabalho ao menos para os que tem necessidade de aprenderem alguma coisa.

O primeiro é o mais seguro, o mais garantido. O segundo é tão duvidoso quanto irrealisavel, porque os patrões com certeza tem receio de ficarem pobres com a diminuição das horas.

Neste caso aconselhamos a Santa Maria, Santa Rosalia e N. S. da Ponte darem o começo ao trabalho ás três horas da madrugada fazendo-o cessar as 5. (O OPERÁRIO, 2 out 1910, p. 2)

As mães operárias labutavam diariamente nas fábricas sendo obrigadas a deixar os filhos menores sob os cuidados dos filhos maiores ou, muitas vezes, sozinhos em casa. As creches ainda não existiam, no entanto a mulher não podia deixar de colaborar com o marido no trabalho. A soma dos salários ganhos por todos da casa era irrisória. As mães não queriam para seus filhos, a sina delas próprias. O clamor pela escola também se fazia ouvir pela voz da mãe operária. O jornal "O Operário" abria espaço para a mulher e mãe operária.

Manifesto ás mães operarias

"A voz pobres mães operarias, que sois obrigadas a abandonar os vossos mizeros e humildes casebres, os vossos ternos e queridos filhinhos em poder dos estranhos, ou de algumas filhas ainda de menor idade, afim de poderdes ajudar os vossos esposos na dura luta cotidiana, dedico esta minha mesquinha e obscura collaboração.

Emquanto as mães ricas viram-se descuidosamente no seu leito macio pensando muitas vezes, no que melhor empregar o seu ouro, nós os operários, lutamos desde cedo até a noite com o trabalho; enquanto os seus filhos freqüentam colégios, boas escolas os nossos pobres vêem-se obrigados a passar o dia todo no fundo dessas fabricas sem tempo quasi para aprenderem alguma cousa a noite.

Se vôz, caras colegas fazeis economia para comprar alguns metros de grosso riscado para agasalhar o mizero corposinho de vossos filhos semi-nús, ellas, os ricos gastam com abundancia em sedas e fina cambraia, pondo-se em seguida a se exhibirem, envolvendo-nos com o seu olhar desprezador e altivo!...

Porque toda essa indifferença, esse orgulho todo, si tudo neste mundo é nada, tudo é pó?...

Por ventura não tereis voz o mesmo direito de desfructar como ellas, pobres operarias?

Aquelle dinheiro que ellas atiram as mãos cheias ao rigor da moda, não é mais do que ganho com o nosso suor.

Ensinae, pois, mães, aos vossos filhinhos, mandae-os para a escola, afastae-os desses terríveis sangue-sugas que se chamam industriaes para que mais tarde possais ver em vossos filhos um cidadão activo instruído.

Vamos minhas boas amigas, deixeis de muita crença, que tudo que nos contam não é mais do que illusão. Unamo-nos, operarias, instruímos nossos filhos, para que elles mais tarde sejam homens, cidadãos livres, fortes deffensores da nossa classe. Uma operaria (O OPERÁRIO, 31 dez 1911, p. 1)

Em dezembro de 1912, a pedido do diretório político de Sorocaba, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, por intermédio de seu presidente, apresentou uma emenda ao projeto nº. 56 de criação de duas escolas femininas para adultos destinadas a ministrar instrução às operárias. O jornal Cruzeiro do Sul considerou ser mais um bom melhoramento que se introduzia na “organização da instrução publica nesta localidade com grande proveito para a nossa classe operária, por cujos interesses se mostram os directores do nosso partido”. (CRUZEIRO DO SUL, 15 dez 1912, p. 2)

Em 1913, em Sorocaba, a população escolar era sobejamente maior que o número de escolas disponíveis. A falta de vagas acontecia no grupo escolar e nas escolas isoladas. Apontava o jornal Cruzeiro do Sul que a única alternativa plausível para contornar a situação, da melhor maneira possível, era o desdobramento das classes, ou seja, diminuição do tempo de permanência do aluno na escola. (CRUZEIRO DO SUL, 8 fev 1913, p.2)

Com o desdobramento dos grupos escolares, o diretor geral da instrução de São Paulo, no Anuário do Ensino de 1914, lembrou a conveniência de funcionarem as escolas isoladas em dois períodos, um para as classes atrasadas e outro para as adiantadas. Essa medida foi considerada vantajosa pelo jornal Cruzeiro do Sul, tanto na parte pedagógica como na econômica. (CRUZEIRO DO SUL, 31 mar 1916, p. 1)

Por esse tempo funcionava em Sorocaba um curso gratuito para moças operárias mantido pelo Colégio Santa Escolástica. Havia duas turmas, uma que freqüentava as aulas das 9 às 11 horas da manhã e outra turma noturna, cujo horário era das 18 às 20 horas. Nessas turmas “estão matriculadas mais de 100 alumnas, todas operárias pobres e algumas já de idade e que no emtanto, ali vão aprender as primeiras letras”. Em visita realizada por um representante do jornal Cruzeiro do Sul a

uma dessas salas, este fizera os seguintes comentários sobre o que viu.

[...] fomos recebidos pelo revd. Padre d. Adalberto e pela prioreza do estabelecimento, d. Melania Wolmer. [...] introduzidos no recinto notamos desde logo o adeantamento das alumnas [...] É na verdade admirável o trabalho das dignas irmãs dd. Bonifacia, Hermentrudes, Praxedes e Angita que empregam titânicos esforços afim de fazer daquellas inconscientes operarias conscienciosas mulheres e educadas donas-de-casa.[...] O trabalho é tanto maior quanto, sendo todas extremamente pobres levam cada qual um diferente livro, o que difficulta muitíssimo o serviço das professoras. (CRUZEIRO DO SUL Sul, 29 maio 1913, p. 2)

Pela consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao ensino primário do Estado de São Paulo de 1912, ficou estabelecido para as escolas operárias o que segue:

Artigo 51 – Para crianças operarias, haverá 50 escolas preliminares nocturnas, sendo 30 no município da capital, das quaes 8 para o sexo masculino, 12 para o sexo feminino e 10 mixtas, e 20 em outros municípios a juizo do governo das quaes 4 para o sexo masculino, 4 para o sexo feminino e 12 mixtas (Lei nº. 1184, art. 1º.)

§. 1º. Estas escolas serão pelo Governo localizadas nas proximidades das fabricas em que se occupem crianças, cabendo primazia na installação áquellas para cujo funccionamento os estabelecimentos fabris interessados offereçam as necessárias casas (Ibidem, art. 2º.)

§. 2º. Estas escolas funcionarão diariamente, segundo horário que o governo fixar de accordo com a administração da fabrica ou fabricas a que devam servir. (Ibidem, art. 3º.)

§ 3º. O numero maximo de alumnos para cada escola será de 50. Si concorrer á matricula numero de alumnos superior á lotação, terão preferênci a juízo do professor:

- a) os analphabetos
 - b) os desamparados
- (Ibidem, arts. 4º. e 5º.)

§ 4º. É vedada a inscripção de quaesquer crianças que não sejam operários ou filhos de operários, salvo si, durante um anno, se mantiver em vaga um terço ou mais dos logares das classes, caso em que se poderá completar a lotação com quaesquer outros pretendentes, de conformidade com o § 3º. deste artigo. (Ibidem, art. 6º.) (SÃO PAULO, 1912, p. 25)

2.2.3 Condições de trabalho e reivindicações do professorado

Com a República o professor passou a ser o responsável pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Era por meio do professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública. (SOUZA, 1998, p. 61) Entretanto, toda a grandeza da profissão não era reconhecida pelos salários pagos aos docentes. O magistério era visto como sacerdócio e não como profissão.

O regimento interno das escolas de 1904 previa a equiparação das escolas modelo com os grupos escolares, exceto os da capital. Para o provimento de cadeiras isoladas ou em grupos escolares na sede do município, era exigido o exercício por um ano em escola de bairro ou de distrito de paz. Para ser nomeado diretor de grupo escolar, cargo exclusivamente masculino, era necessário exercício efetivo de dois anos no cargo de professor em grupo escolar ou escola modelo. Quanto aos vencimentos, ficara estabelecido que os professores ambulantes perceberiam 1:800\$; de escola de bairro ou distrito de paz 2:400\$; de escola isolada em município 3:100\$; de grupo escolar, escola modelo anexa e do jardim de infância 4:000\$. (CRUZEIRO DO SUL 27 ago 1904, p. 1) A reforma de 1904, acentuou a diferenciação salarial entre professores de escolas isoladas, estabelecida de acordo com a localização da escola reforçando o desprestígio dessa escola, sobretudo da escola rural. (SOUZA, 1998, p. 74) Os salários eram baixos e ainda sofriam o desconto de 15% por determinação do Estado, desde 1903, quando foi adotada essa medida visando à contenção de gastos.

Num artigo assinado por Alcino Diaz (1904, p. 2), provavelmente um professor, publicado pelo jornal Cruzeiro do Sul, o articulista tecera pesadas críticas sobre o novo regimento e a escala de vencimentos dos profissionais da educação no Estado.

É mui certo o proloquio popular – o dia da ventura é a véspera do da tristeza. A classe do professorado, que gosou de certo bem estar, passa agora o seu momento de amargura [...] Como se vê, é deprimir a nobre classe, reduzindo-a a situação afflictiva. Que lucrará o Estado com isto? Fará economias para gastar em cousas menos úteis, deixando o povo crescer na ignorância? Quem quererá dora vante, estudar longos annos, tendo certeza que nullo será o seu futuro?

Esse regimento, na tentativa de garantir o provimento das escolas isoladas rurais, estabelecia que o professor somente poderia lecionar em escola isolada na sede do município se comprovasse um ano de efetivo exercício em escola isolada de bairro rural ou em sede de distrito de paz. Previa ainda o regimento que para a docência em grupo escolar o professor necessitava comprovar dois anos de trabalho em escola isolada de sede de município. A consequência imediata a essa medida refletiu numa atuação passageira dos professores pelas escolas isoladas de bairro e sede de município até a conquista de uma vaga no grupo escolar, lugar que proporcionava status, melhores condições de trabalho e de salário. Apesar de rápida, essa passagem pela escola isolada, era marcada por constantes períodos de licenças e afastamentos dos docentes.

À medida que aumentava o número de escolas isoladas, intensificavam-se as reivindicações dos professores por melhores condições de trabalho, uma vez que a escola isolada não tinha prédio próprio, materiais pedagógicos suficientes, os salários eram mais baixos e persistia a prática do professor pagar o aluguel da escola. Entretanto, o exercício em escola isolada era exigência para se galgar cargo de professor adjunto ou diretor nos grupos escolares. A situação do professorado que atuava nas escolas isoladas fora exposta num artigo publicado pelo jornal Cruzeiro do Sul, assinado por “Patriota”.(1912, p. 2)

Á construção de prédios escolares nos logares de poucos recursos e a elevação de vencimentos aos respectivos professores, são duas medidas que já se tornaram imprescindíveis. [...]

É verdade o que afirma o digno presidente do Estado dizendo que actualmente o professorado de bairro aceita os logares distantes somente com o fim de preencher uma formalidade legal.

E como não ser assim, si muitas e graves circunstancias concorrem para isso. Enquanto os professores das cidades lecionam em bons prédios, com material de primeira ordem e com ordenado relativamente maior, os dos bairros ou villas trabalham com material de inferior qualidade, amontoado em salinhas não assoalhadas e escuras, tendo ainda para subjugar-lhe o entusiasmo, um insignificante ordenado que para nada chega.

[...] é preciso que todos tenham as mesmas regalias, principalmente na parte relativa aos vencimentos.

Iniciou-se verdadeira campanha a favor da equiparação dos salários dos docentes das escolas isoladas com os dos grupos escolares bem como igualdade de

condições de trabalho.

“O professor da escola isolada trabalha tanto quanto o de Grupo, e este tanto quanto o de bairro, e se assim é, o ordenado de todos deve ser igual, o mesmo acrescendo ainda, que os de escola isolada tiram dos próprios vencimentos, a quantia com que alugam as salas onde lecionam.(CRUZEIRO DO SUL, 8 out 1912, p. 1)

Os professores requeriam por parte do governo um tratamento mais condigno, pois tinham consciência do alcance da sua importância para a preservação do discurso republicano do Estado.

[...]o que é certo é que os professores paulistas facilitam ao governo as administrações, difundindo no seio do povo o amor às instituições, o respeito á Lei. O que é certo ainda é que os professores paulistas constituem, porque seu numero já é avultado, uma garantia eleitoral do governo [...] (CRUZEIRO DO SUL, 27 nov 1912, p. 2)

As dificuldades da carreira aliadas aos baixos salários, afastavam os candidatos do magistério a ponto da Secretaria do Interior permitir que pessoas idôneas, sem formação em magistério ministrassem aulas nas regiões onde houvesse falta de docentes qualificados. Essa idéia do presidente do Estado, Freitas do Valle, fora considerada como um meio engenhoso e inteligente para tirar o governo das constantes dificuldades quando do provimento das escolas de bairros. Esse projeto do governo estabelecia que periodicamente as cadeiras vagas dos bairros seriam anunciadas pela imprensa. Se após o prazo estipulado na publicação, não aparecessem candidatos habilitados para o provimento de tais cadeiras, o governo poderia nomear para regê-las “pessoas estranhas ao professorado” que seriam denominados “professores provisórios”.

Esses “professores provisórios” terão exercício por um anno e poderão ser nomeados de novo de anno em anno conforme os seus serviços, desde que para o provimento do logar não se apresentem candidatos diplomados, os quaes terão sempre a preferência.

Os candidatos aos logares de “professores provisórios”, para ser admittidos, prestarão exame na própria localidade onde tiver de funcionar a escola, perante um inspector escolar, designado pelo director geral da Instrucção

Publica, nomeando esse inspector duas pessoas da localidade a seu critério, para servirem de examinadores. (CRUZEIRO DO SUL, 24 out 1912, p. 2)

Esse procedimento denunciava o estado precário em que se achava a educação, contrariando o discurso republicano no qual a instrução caminhava lado a lado com o progresso. Apesar das condições precárias para o desenvolvimento do ensino, a legislação do ensino estabelecia para as escolas isoladas:

Artigo 44 – Em toda localidade do Estado em que houver de 30 a 40 matriculados, haverá uma escola preliminar. (Lei n. 88, art. 2º.)

§ 3º. Nos logares em que as circunstâncias o exigirem, será criada uma escola ambulante²², a juízo do Governo (Lei n. 88, art. 3º. §. Único; Decr. N. 1239, art. 2º.)

Artigo 45 – Cada escola além de uma área espaçosa para recreio e exercícios physicos, terá uma sala apropriada para os trabalhos manuaes bem como os objectos e aparelhos necessários para o ensino intuitivo, para o da geographia, do systema métrico e da gymnastica (Lei n.88, art.5º.)

Artigo 47 – Em cada escola haverá, para uso e instrução do professor e sob sua guarda e responsabilidade, uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e de vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á industria.(Lei n.88, art.7º.)

Os grupos escolares também sofriam com excessivas faltas dos professores e pela demora das nomeações. Para não comprometer o ensino, apareceu um profissional que até então não figurava no quadro do magistério: o professsor substituto que substituía o professor efetivo nos seus impedimentos. Com o tempo esse profissional passou a ser o substituto efetivo, pois era nomeado para tal. As nomeações dos professores substitutos eram feitas por ato do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, mas os trâmites para tais nomeações abriam espaços para favorecimentos, principalmente para aqueles que recorriam a políticos.

“Ao transmittirem pedidos de nomeação de substitutos effectivos para o cargo de adjunto, os respectivos directores, deverão informar com toda franqueza, no verso dos requerimentos, sobre competência, assiduidade e demais requisitos necessários a um verdadeiro educador” (CRUZEIRO DO SUL, 29 maio 1917, p. 2.)

²² Escolas ambulantes – eram aquelas criadas pelo poder legislativo ou declaradas pelo governo, para funcionarem em bairros vizinhos, servidos por uma via férrea ou que tivessem entre si uma distância de 6 km sem que nenhum deles tivesse população escolar suficiente para fazer funcionar uma escola. Esse tipo de escola somente poderia ser feminina ou mista.

Ao recomendar aos diretores dos grupos escolares que as informações prestadas deveriam conter toda a franqueza possível, o Secretário do Interior revelava uma prática existente de favorecimentos a professores, que certamente não preenchiam os requisitos mínimos de um bom educador, desacreditando a educação pública.

Os concursos para provimento de cadeiras no interior também foram alvo de novas orientações pelo Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves. Ficara estabelecido que os requerimentos dos candidatos solicitando inscrição ao concurso fossem entregues diretamente no seu gabinete, onde também se procederia a respectiva classificação. Com essa medida, diminuía-se a tramitação dos documentos por várias secções inibindo práticas ilícitas de favorecimentos, como revelara a notícia veiculada.

[...] com isso o sr. Dr. Secretario do Interior acaba de dar um golpe decisivo em muitas manobras pouco louváveis de certos empregados inferiores da Secretaria que, para servirem a parentes e amigos, quando não para auferir lucros resultantes de gorjetas offerecidas pelos interessados favoreciam alguns professores em detrimento de outros com mais direito, ora retendo papeis destes últimos, ora apressando a marcha dos requerimentos dos primeiros, com a preterição muitas vezes de formalidades regulamentares.(CRUZEIRO DO SUL, 21 jul 1916, p. 2)

Devido às dificuldades de comunicação, era bastante usual, por parte dos jornais, transcrever notícias de outros jornais, quase sempre dos da capital. Assim, o Cruzeiro do Sul, transcreveu do “O jornal do Comercio” uma vária sobre o relatório da instrução pública elaborado pelo Secretário do Interior a ser apresentado ao Presidente do Estado, referente ao ano de 1916. Elencava o Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, vários fatores que impediam o pleno desenvolvimento da educação no Estado de São Paulo. Dentre os quais apontava:

- a) a alta rotatividade dos professores que em constantes processos de permuta e remoções e pedidos de licença, não se fixavam em suas escolas;
- b) o fomento à freqüência escolar por meio da obrigatoriedade do ensino;
- c) fiscalização do ensino particular, tanto o que era dado nos externatos como nos internatos;

- d) necessidade de velar pelo ensino da língua pátria, “exigindo que todos os mestres estrangeiros não se limitem a ensinar a respectiva língua com menosprezo absoluto da nossa”;
- e) criação de aulas próprias para as crianças “anormaes e as retardatárias”;
- f) a questão da diferença de vencimentos entre os professores de bairro, de sede e de grupos escolares.

Sobre o relatório elaborado pelo Secretário do Interior, no tocante a instrução pública, analisava o jornal *Cruzeiro do Sul* o seguinte:

[...] Á escola de bairro corresponde um ordenado mensal inferior ao que se dá á escola de séde, e o desta inferior ao de uma classe do Grupo Escolar. É de 50\$000 a razão de tal progressão. Ora, o professor de uma escola de bairro ganhar 100\$000 menos por mez do que o do grupo é simplesmente uma iniquidade, como iniquidade é também o de uma escola isolada de sede ganhar 50\$000 menos que o do grupo.

O resultado é que são raros os professores que se sujeitam a “fazer tempo” nos bairros procurando todos fazel-o como substituindo professores de sede licenciados.

Ainda com relação a esse tópico lembra o sr. Secretario uma providencia de inteira equidade. Firmar-se a norma de se preencherem sempre as vagas dos Grupos Escolares com os professores que se houverem distinguido na regência de escolas isoladas, acabando-se com a faculdade de ficarem os substitutos effectivos regendo classe vaga até preencherem o tempo para poderem ser nomeados adjuntos.(CRUZEIRO DO SUL, 28 set 1917, p. 1)

Em 19 de dezembro de 1917, entrava em vigor a reforma da Instrução Pública. Entre as inovações apresentadas estava a criação de um Conselho Regional, composto do promotor público, presidente da Câmara Municipal, um dos diretores dos grupos escolares e de duas pessoas “gradas” da localidade, nomeadas pelo Secretário do Interior. Ao presidente do Conselho Regional competia, além de outras obrigações:

“marcar aos paes ou responsável pela educação das creanças em idade escolar o praso para o comparecimento desta á escola sob pena de multa de 10\$, 20\$ e 50\$ aquelles igualmente applicaveis quando os alumnos, sem causa justificada, deixam de comparecer ás aulas por mais de 15 dias em cada mez” e enviar mensalmente aos collectores a relação das pessoas faltosas, para cobrança executiva das multas impostas.(CRUZEIRO DO SUL, 31 dez 1911, p. 2)

A Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo determinou a abertura de

concurso para professores onde poderiam se inscrever os candidatos que comprovassem ser normalista secundário, ter dois anos de efetivo exercício em escola ou grupo escolar do interior, ou ter exercido por dois anos, o cargo de substituto efetivo. Se o candidato fosse normalista primário, deveria comprovar ter três anos de efetivo exercício em escolas ou grupos escolares do interior, ou ter exercido por três anos o cargo de substituto efetivo.

As provas seriam prestadas perante uma comissão formada por um inspetor escolar e dois diretores de grupo escolar, designados pelo diretor geral da instrução pública, e seria complementada por um lente convidado da escola normal e um do “Gymnasio”. (CRUZEIRO DO SUL, 2 jun 1918, p. 2)

Em agosto de 1918, fora revogado o aviso circular nº. 4 de 2 de junho de 1918 que limitava o número de substitutos efetivos nos grupos escolares do Estado, permitindo que fossem nomeados na proporção de um para duas classes:

Grupos de 30 a 42 classes – 24 substitutos effectivos
Grupos de 20 a 30 classes – 16 substitutos effectivos
Grupos de 12 a 16 classes – 10 substitutos effectivos
Grupos de 10 classes - 06 substitutos effectivos
Grupos de 8 classes - 06 substitutos effectivos
(CRUZEIRO DO SUL, 3 ago 1918, p. 1)

No Relatório Anual da Prefeitura de Sorocaba, o prefeito no tocante à instrução pública, considerava a infreqüência dos alunos como o fator que mais contribuiu negativamente para o seu desenvolvimento. Tanto na zona urbana como na rural as crianças muito cedo seguiam para o trabalho, que no entender do prefeito, “era fruto da ganância de alguns pais ou da necessidade irremediável de outros”. Outra causa para a falta de freqüência era o pouco interesse por parte do professorado estadual em manter maior número de alunos que o estabelecido no regimento escolar.

[...] ministrar instrução é um meio de vida, e limitado esse meio a um salário fixo, sem o menor futuro de remuneração, a não ser uma reduzida aposentadoria após muitos anos de serviço estafante e ingrato [...] Portanto para o professor de escola isolada estadual, quanto menor o numero de alumnos tanto melhor, sendo bastante para se manter no exercício de sua cadeira, conservar o mínimo de matrícula e de freqüência que o regimento estatue. (CRUZEIRO DO SUL, 15 jan 1917, p. 1)

A infreqüência de alunos e de certos professores era um problema de difícil resolução. As sucessivas concessões de licença aos professores comprometiam a aprendizagem, pois nem sempre havia um professor substituto, principalmente para as escolas isoladas, além de interromper os estudos. Para reverter esse quadro a Secretaria do Interior adotou o seguinte procedimento:

O sr. Dr. Oscar Rodrigues Alves, secretario do Interior deliberou indeferir todas as petições de professores que tendo estado em gozo de licença antes das férias legais, della desistam, reassumindo o exercício dos cargos durante o período das referidas férias e que pretendam acaso obter novas licenças.
(CRUZEIRO DO SUL, 21 jul 1916, p. 2)

As escolas nas zonas rurais em menor número, eram municipais e não requisitavam diploma de professor. Em 1917, o município de Sorocaba contava com 10 escolas rurais. Em artigo publicado no jornal Cruzeiro do Sul pela professoranda Francisca de Queiroz (1917, p. 2), esta expõe a situação enfrentada pelos professores nessas escolas. A freqüência irregular dos alunos era o maior problema. Os pais não hesitavam e nem tinham alternativa senão mandar seus filhos ainda pequenos para o trabalho na roça.

Entendem alguns que podem matricular os filhos para mandá-los á escola nas vagas do trabalho de roça.
Assim é que, muita vez faz-se a chamada e respondem-nos: "Fulano não veio porque foi capinar". Outro não compareceu porque "foi á roça levar almoço para o pae", ou mais pittorescamente: "porque foi tirar passarinho da arapuca".
E dahi quantas explicações inaproveitadas, quantas lições perdidas.
Depois, a diversidade dos livros apresentados pelas creanças. Pede-se tal cartilha e eis que por absoluta pobreza ou espírito de economia, cada uma nos aparece com a cartilha que já possuía de Galhardo, das Mães, de Roca Dordal etc. inibindo o professor de usar o methodo moderno e proveitoso da leitura analytica e obrigando-o ao ensino individual.

Na sua exposição, a autora levantava outro fator dificultador: a cobrança dos pais para que seus filhos aprendessem a ler e a escrever logo no primeiro mês de vida escolar, indiferentes à questão das excessivas faltas dos filhos.

E, finalizou o artigo, esperançosa pela nobre causa da educação.

Compreendido isso, num acto de benignidade, a nossa emérita edilidade estabeleceu a lei que regula os vencimentos dos professores municipaes pelo numero de alumnos componentes da escola, encorajando-os assim a trabalhar com mais gosto e afincos favoravelmente pleiteando a nobre causa da difusão do ensino.

O governo, pretendendo melhorar o ensino, passou a exigir uma atuação mais intensa por parte dos professores, com mais cobranças e até mesmo penalidades para os descumprimentos. O professorado por sua vez, entendeu que uma atuação de qualidade somente se daria se o Estado olhasse com a devida atenção para as difíceis condições de trabalho enfrentadas por eles. Iniciativa nesse sentido partiu dos professores de Itu que redigiram um documento onde expuseram as fragilidades da carreira do magistério e possíveis melhoras. Solicitaram ainda, a intervenção do político Campos Vergueiro, no atendimento das reivindicações perante o governo do Estado. Reivindicavam que os vencimentos dos docentes fossem proporcionais ao tempo de exercício e não ao tipo de escola em que se regessem as aulas; que de cinco em cinco anos os salários fossem reajustados em 12%. Por derradeiro, mas não menos importante, exigiam que a partir de 1º. de janeiro de 1920 houvesse a equiparação dos diplomas e títulos de todos os professores, isto é, normalistas, secundários e primários, bacharéis em ciências e letras, complementaristas, adjuntos por concurso os quais passariam a ter uma só categoria primários ou elementares. (CRUZEIRO DO SUL, 7 out 1919, p. 2)

Comentava o jornal que as reivindicações dos professores eram justas e eles próprios estavam sendo pouco otimistas ao almejam apenas 12% de aumento. A alta carestia de vida obrigava-os a exigirem de imediato 20% no mínimo nos seus vencimentos. Antes da efetivação do aumento de vencimentos do professorado, houve aumento do número e de salário dos inspetores escolares.

O dr. Freitas Valle em nome de comissões reunidas da instrução publica e da fazenda , apresentou á Câmara dos Deputados um projecto de reforma da directoria geral da instrução publica, elevando de 15 a 25 o numero de inspectores cujos vencimentos serão augmentados. (CRUZEIRO DO SUL, 8 nov 1919, p. 2)

De fato, houve o aumento nos vencimentos dos professores, no entanto, bem

aquém das expectativas do professorado.

Os professores públicos, que haviam quase perdido as esperanças de ver seus parcos vencimentos aumentados anima-se de novo e com ardor pleiteiam a victoria dos seus direitos.

A classe do professorado, desde o celebre corte dos 15 % nos seus ordenados, vem soffrendo, mais do que qualquer outro empregado publico, as conseqüências de uma vida de aperturas, vida que se tornou quase de miséria para muitos que, com família numerosa, apenas contam com o producto do seu insano labor de mestres-escolas para a manutenção do lar.

É pois, de toda opportunidade, o augmento de vencimentos do professorado, augmento cujo projecto, de origem governamental já se acha na Câmara dos deputados.

O sr. Secretario do Interior organizou novas tabellas de vencimentos *annuaes* dos professores públicos conforme o augmento consignado no projecto, é a seguinte:

Escolas rurais 2:400\$000, districtaes 3:000\$000, urbanas 3:600\$000; adjuntos de grupos escolares 4:200\$000; professores de escolas modelo annexas ás normaes, 4:200\$000; directores de escolas reunidas 4:200\$000; professores do jardim de infância 4:200\$000 e directores de grupos escolares 4:800\$000
(CRUZEIRO DO SUL, 12 nov 1919, p. 2)

Em fins de 1918, Sorocaba contava, com dois grupos escolares com 36 classes e 966 alunos; quatro escolas urbanas num total de 125 alunos; dez escolas de bairro municipais, com 376 alunos; dois cursos noturnos Perseverança e São Miguel com 97 alunos, dezenove escolas entre rurais e distritais com 561 alunos; um colégio e uma escola particular, somando 2.285 alunos.

A população geral da cidade (zona urbana) calculada numa média de 6 habitantes por casa, chegava aos 20 mil. Nos bairros a população era de aproximadamente 20.600 “almas”, desse total havia 2606 crianças em idade escolar, mas apenas 937 freqüentavam escolas, restando 1.669 crianças crescendo analfabetas.

Na parte da cidade além-ponte havia uma população calculada em 3.490 habitantes, sendo 440 crianças em idade escolar. Destas permaneciam fora da escola 320 crianças. (CRUZEIRO DO SUL, 18 dez 1918, p. 1)

Esses números mostram que apesar de todas as iniciativas em favor da escola pública adotadas pelo Estado de São Paulo, a expansão do ensino não acompanhou a demanda e o crescimento da população.

Em janeiro de 1919, o vereador Luiz P. de Campos Vergueiro, de Sorocaba,

apresentou um projeto de lei instituindo no município a obrigatoriedade do ensino primário, com o intuito de colaborar com os esforços do governo do Estado para a diminuição do número de crianças que não ocupavam os bancos escolares. Esse projeto de lei seguia basicamente o texto da lei estadual nº. 88 de 1892 e o decreto 218 de 1893 e acabava por eximir o município e o Estado de seu dever em criar escolas ao determinar que crianças que residissem a mais de dois quilômetros da escola estariam isentas da obrigatoriedade ou ainda, ao imputar multas aos pais que não mandassem seus filhos para escola, ignorando o fato de que muitas crianças deixavam de ir à escola por falta de roupas adequadas, agasalhos para os tempos de inverno, calçados ou, principalmente, porque os pais necessitavam do trabalho destas na roça ou nas fábricas, para garantir a sobrevivência da família. A referida lei estabeleceu o que segue:

Art. 1º. – É obrigatório, em todo o município, o ensino primário para as crianças de 7 a 12 anos de idade, nos termos da lei estadual n. 88, de 8 de setembro de 1892 e decreto n. 218 de 27 de novembro de 1893.

Art. 2º. – Exceptuam-se da obrigatoriedade as crianças:

- a) que residirem a mais de 2 kilometros de escola publica provida ou particular, sendo meninos, ou mais de um kilometro, sendo meninas;
- b) que não puderem freqüentar escolas, por incapacidade physica ou intelectual, provado por attestado medico ou, na falta de juiz de paz do districto;
- c) que provem ter concluido o curso preliminar.

Art. 3º. – Os paes, tutores, curadores ou patrões das crianças em idade escolar deverão provar, até 30 dias depois da abertura das aulas das escolas publicas ou grupos escolares que seus filhos, curatelados ou empregados recebam instrucção em taes escolas ou em estabelecimentos particulares de ensino, importando a falta de tal prova, na sua matricula ex-officio em escolas publicas.

Art. 4º. – Feita a matricula ex-officio serão dellas avisados, antecipadamente os paes ou outros responsáveis, que incorrerão na multa de 10\$000 a 50\$000 duplicada na reincidencia.

- a) si não comparecerem as crianças á escola dentro de 8 dias depois da matricula, salvo motivo legitimo de recusa ou prova que promovem a sua educação;
- b) si as referidas crianças faltarem á escola em que estiverem matriculados mais de 15 dias de cada mez;
- c) si derem informações inexactas.

Art. 5º. – Para executar o que dispõe o artigo precedente o inspector escolar municipal pedirá aos directores dos grupos escolares, mensalmente, a relação dos alumnos que foram eliminados segundo o art. 221 da Consolidação das Leis do Ensino, § único – Os estabelecimentos particulares de ensino farão mensalmente idêntica comunicação, sob pena de multa de 10\$000 e o dobro na reincidência.

Art. 6º. – É prohibido às crianças de 7 a 12 anos de idade o trabalho nas fabricas, officinas, casas commerciaes ou particulares, durante as horas

regulamentares das aulas, salvo si já tiverem concluído o curso preliminar ou estiverem em escolas particulares.

Art. 7º. – Não poderão empregar-se em fabricas, officinas, casas commerciaes ou particulares, sem que freqüentem as escolas nocturnas publicas ou particulares os maiores de 12 annos e menores de 16 annos, comprovadamente analphabetos, incorrendo si o tal fizerem, os responsáveis por sua educação na pena de multa de 10\$000 e o dobro na reincidência.

Art. 8º. – As multas a que se refere esta lei serão impostas pela câmara e cobradas executivamente pela collectoria de accordo com o artigo 303 da Consolidação das Leis do Ensino.

Art. 9º. – A Camara Municipal, para tornar effectiva a obrigatoriedade do ensino obriga-se:

- a) Proceder annualmente a estatistica escolar do município;
- b) Criar, quando possível mais escolas municipaes nos bairros cuja população escolar analphabeta seja superior a 70 individuos;
- c) Promover o provimento das escolas estadoaes creadas;
- d) Promover os meios do estabelecimento de uma Caixa Escolar para auxiliar os alumnos filhos de indigentes.

Art. 10 – Recorrer-se-á á Consolidação das Leis do Ensino do Estado para os casos omissos

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrario. (CRUZEIRO DO SUL, 5 jan 1919, p. 2)

O jornal Cruzeiro do Sul noticiava algum tempo após a publicação da lei da obrigatoriedade do ensino, que a cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro solicitara à Câmara Municipal de Sorocaba uma cópia dessa lei para que pudesse aplicá-la naquele município.

Para minimizar parte do problema da freqüência dos alunos, com relação à carência material destes, fora criada a “Caixa Escolar” nos grupos escolares, cujo objetivo era auxiliar os alunos reconhecidamente carentes do Grupo Escolar “Antonio Padilha”.

“Os abaixo-assinado, Secretario da Caixa Escolar, creada para auxiliar os alumnos reconhecidamente pobres do Grupo escolar “Antonio Padilha” faz um apello dos srs. Proprietários e gerentes das fabricas de tecidos e aos corações generosos das mães sorocabanas, pedindo-lhes remessas de fazendas de qualquer qualidade, que serão empregadas para vestir um grande numero de alumnos pobres, que obedecendo a lei do ensino obrigatório, freqüentam as aulas daquelle estabelecimento, ás vezes cobertos de andrajos e outras com irregularidades proveniente da escassez do vestuário. Qualquer donativo poderá ser enviado á directoria daquelle grupo que, antemão hipoteca a sua gratidão e a das infelizes creanças desfavorecidas da sorte, a todos que concorrem para a philantropica obra de protecção á infância”.

(CRUZEIRO DO SUL, 22 nov 1919, p. 2)

Algumas fábricas atenderam ao apelo da Caixa Escolar e enviaram pacotes de fazendas, contendo brim de diversas qualidades para a confecção de terninhos para os alunos carentes das secções masculina e feminina.

Em especial, o município de Sorocaba passou a adotar medidas visando sanar problemas existentes com o ensino. Além de cobrar uma atuação mais intensa por parte dos professores, também promulgou uma lei municipal tornando o ensino preliminar obrigatório.

Ainda no início de 1919, a pedido da Diretoria Geral da Instrução Pública, o presidente da Câmara Municipal, Luiz P. de Campos Vergueiro, enviou a todos os professores das escolas estaduais e municipais um ofício circular transmitindo as orientações do Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo.

“De accordo com as instrucções recebidas do exmo. sr. dr. Director Geral da Instrucção Publica, venho chamar a vossa attenção para os seguintes pontos, sobre os quais a repartição fiscalizadora do ensino se propõe a exercer daqui por diante severa vigilância:

a) serão considerados como falta os dias em que os professores comparecerem a escola depois da hora legal, estabelecida pelo horário escolar ou se retirarem antes dessa hora.

b) Não será permittido que nenhuma escola funcione fora do local para que foi creada, sob pena de ser suspenso o seu funcionamento.

c) Deverão os srs. professores dispender o maximo esforço, quer acolhendo com solicitude todos que pretenderem freqüentar a escola e quer desenvolvendo uma propaganda hábil e intelligente em favor do ensino afim de que se mantenha elevada a matricula das escolas, interessando-se ainda pelo adiantamento e instrucção das creanças e melhorando o seu bem estar afim de conseguirem freqüência satisfactoria.

d) Deverão também os srs. professores dirigir a sua attenção de preferênciam aos analphabetos, admittindo a matricula, em primeiro logar as creanças que tem mais de 7 annos de idade e podem por isso vantajosamente aprender a ler e a escrever durante o anno lectivo.

Estou certo que a vossa dedicacão pela causa do ensino primário é a perfeita noção que tendes do dever patriótico dos srs. em se collocarem na primeira linha no combate do analfabetismo, tornaram mais, efficientes os vossos esforços de cooperação com os intuitos desta municipalidade de intensificar quanto possível a acção benéfica do ensino neste município.

Saúde e fraternidade. O Presidente da Câmara a) Luiz P. de Campos Vergueiro (CRUZEIRO DO SUL, 28 jan 1919, p. 2)

No início de 1920, no Relatório Anual da Prefeitura, referente ao ano de 1919, o prefeito informava à Câmara Municipal os seguintes dados referentes à instrução: funcionavam no município três grupos escolares, 18 escolas isoladas estaduais, 11

escolas municipais, dois colégios e quatro escolas particulares num total de 3.639 alunos. Com a lei da obrigatoriedade do ensino, houve aumento na frequência escolar. Nos grupos escolares faltavam melhoramentos indispensáveis à higiene e para o conforto dos alunos e educadores, principalmente do terceiro grupo, cujo prédio adaptado aguardava as obras complementares. Em algumas escolas estaduais e outras municipais que funcionavam fora do perímetro urbano notava-se a má instalação em salas acanhadas e pouco arejadas, mas isso ocorria por não existirem prédios melhores no lugar onde estavam localizadas.

O Prefeito Municipal apontava a necessidade de se inculcar nas crianças o amor à Pátria, desenvolvendo o sentimento cívico, principalmente pelo fato de muitas delas serem estrangeiras ou filhas de estrangeiros. Assim, recomendava ser conveniente introduzir nas escolas municipais a exemplo das estaduais, a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional e da Bandeira.

[...] é de necessidade que a Câmara, forneça às escolas municipais bandeiras, bandeirolas nacionais e algumas espingardas de pau afim de, nas datas nacionais, como 24 de fevereiro, 21 de abril, 3 de maio, 7 de setembro, 15 e 19 de novembro serem feitas comemorações cívicas. (CRUZEIRO DO SUL, 15 jan 1920, p. 3)

Seguindo nesse relatório o prefeito municipal esclarecia que a “Caixa Escolar”, iniciada pelo Grupo Escolar “Antonio Padilha, se estenderia às demais escolas municipais, sempre tendo como finalidade maior fornecer aos alunos carentes, vestuário e calçados, bem como o “fornecimento pela mesma de *lunch* às crianças que frequentam o primeiro período nos grupos desdobrados, como já o faz o provedor director do grupo escolar “Visconde de Porto Seguro” .

Finalizava o relatório anunciando que para o ano letivo de 1920 seriam instaladas as Escolas Reunidas do Votorantim.

2.2.4 A Reforma educacional de Sampaio Dória

Quando Antonio Sampaio Dória assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, substituindo Oscar Thompson, teve pela frente um grande desafio:

encontrar uma fórmula para resolver o problema do analfabetismo, nas “condições atuais”, isto é, considerando de um lado a existência de 380 mil crianças de 7 a 12 anos com uma matrícula geral de 232 mil; de outro, a situação orçamentária do Estado, que não suportava maiores gastos no setor. (NAGLE, 2001, p. 266)

Em seu discurso de posse, Sampaio Dória apresentou suas intenções visando a melhoria da educação.

“O maximo esforço official consistirá na diffusão do ensino primário, creando um typo de escola onde a creança possa obter estes beneficios:

1º. Instrumento de aquisição scientifica como aprender a ler e a escrever;

2º. Educação inicial dos sentidos no dezenho, no canto, nos jogos;

3º. Educação inicial da intelligencia, no estudo da linguagem, da analyse, do calculo e nos exercícios de logicidade.

4º. Educação moral e civica no escotismo, adaptado á nossa terra, e no conhecimento das tradições e grandezas do Brasil;

5º. Educação physica inicial pela gymnastica, pelo escotismo e pelos jogos.

A escola onde tudo isto se logre, já é um orgam serio de combate ao analphabetismo. Ler, escrever e contar; assegurae a saúde e o vigor do corpo; saber, ver, ouvir e mover-se; ensaiar a imaginação e o raciocínio; começar hábitos de disciplina moral e cívica – eis os objetivos dessa escola popular”.

Não esqueceu o novo director em seu discurso programma, a classe que deve realizal-o; já se havia manifestado dias antes sobre a necessidade do estímulo ou do premio aos dedicados em contraste com os “useiros na inépcia e no desmazelo”. Não lhe faltaram então, palavras incisivas que bem definiram as duas linhas moraes inflexíveis que terá sempre ante os olhos: o respeito mais religioso aos direitos dos professores, e ao prestigio de sua missão quase “divina” e a “exigência mais intransigente, inexorável, ao cumprimento de seus deveres”. (CRUZEIRO DO SUL, 30 maio 1920, p. 1)

No delineamento desses objetivos, Sampaio Dória capitalizava o que, na sua experiência de pedagogo envolvido na gestão do sistema de ensino paulista, era a fórmula do sucesso da escola no estado: o ensino intuitivo. Ele se convence de que as vantagens do método da intuição analítica não se esgotavam na sua capacidade de “fazer conhecer”. O mérito desse método residia, principalmente, na sua eficácia para “desenvolver a capacidade de conhecer, pelo fecundo contato da inteligência com a natureza e pelo exercício das faculdades perceptivas”. (CARVALHO, 2000, p. 251)

Para enfrentar o analfabetismo crescente no Estado, fora criado “um tipo de escola primária, aligeirada e simples”, ou seja, consistiu no estabelecimento de um ensino primário a ser ministrado em dois anos, nas escolas isoladas, reunidas, ou em grupos escolares, o único gratuito, para crianças de 9 a 10 anos (respectivamente arts.

1º. a 3º. e 9º. do Decreto 3.356) (NAGLE, 2001, p. 268). Essa medida tentou por fim ao dilema: ensino incompleto para todos ou ensino integral para alguns.

Jorge Nagle afirmou que foi a Reforma de Sampaio Dória uma das mais incompreendidas pela qual passou o ensino, na década de 1920. Segundo esse autor, o que mais impressionava nessa reforma era:

[...] capacidade do reformador de quebrar velhos padrões de pensamento e realização, a fim de manter sua fidelidade a determinados princípios doutrinários que formavam o núcleo da pregação progressista da época; princípios de natureza democrática e republicana que, reunidos ao novo ideário das correntes nacionalistas de pensamento, eram fruto de significativa compreensão da natureza política do processo de escolarização primária. (NAGLE, 2001, p. 271)

Em Sorocaba, a reforma Sampaio Dória e a proposta de um programa de ensino padronizado foram duramente criticadas num artigo publicado pelo jornal *Cruzeiro do Sul* assinado por B. Vieira Rodrigues (1920, p.2), que estendeu suas críticas a outros aspectos da educação.

[...] Quanto aos grupos escolares do Estado, tenho a dizer que o poder competente resumiu o programma de todas as classes, retirando além disso o que havia de bom (muito) para por em pratica o que há de prosaico e duvidoso, princípios falsos de falsa pedagogia estudada aos solavancos. Um único surto de valor observado é o que diz respeito á hygiene escolar. [...] O material dos grupos do interior é deficiente, sendo por conseguinte o campo de atuação do mestre difficil Das escolas ruraes e districtaes não preciso falar. Os inspectores escolares muito já disseram n' "O Anuario de Ensino", pouco ordenado, péssima localização e fiscalisação, escolas com 4, 5 e até 6 secções, um celebre horário a exigir do mestre um ensino electrico. Material escolar minguido, retardado, mal acondicionado para viagens longas, de maneira que o professor o recebe muitas vezes quebrado, riscado. Para cumulo de tanta farta de sorte os professores de taes escolas confundem preguiça com trabalho e "deixam o tempo correr ... o governo é bom patrão!!!" Há excepções.

O Delegado Regional de Ensino tornou pública a lei 1.750 em seu artigo 4º, sobre a obrigatoriedade e gratuidade do ensino prevalecer somente dos 9 aos 10 anos.

De ordem do sr. Delegado Regional do Ensino, transcrevo abaixo, para conhecimento dos interessados o art. 4º. da Lei 1750 de 8 de Dezembro de 1920

“São obrigadas á freqüência escolar gratuita as creanças de 9 a 10 annos de idade, sendo facultada, nas vagas a matricula ás de outras edades.

§ 1º. Ficam isentas desta obrigação:

- a) quando não houver escola publica numa área de dois kilometros de raio, ou não houver logares nas escolas que existirem dessa área;
- b) por soffrerem de incapacidade physica ou moral, ou moléstia contagiosa ou repulsiva;
- c) por indigência, enquanto não lhes fornecerem o vestuario indispensável á decência e a hygiene
- d) si receberem instrucção primaria em casa ou estabelecimento de ensino particular.

§ 2º. – Os paes, tutores ou quem lhes faça as vezes são responsáveis pela inscripção e frequencia das crianças obrigadas a escola primaria;

§ 3º. – O pae, tutor ou responsável que notificado, infringir o paragrapho anterior, incorrera numa multa de 20\$000 a 100\$000 ou na pena de 15 dias de prisão a criterio da autoridade competente

§ 4º. – No caso de repetição da infração, si a pena imposta for a de multa, sel-o-á no dobro da anterior.

§ 5º. – Incorrerá na mesma pena o patrão que por qualquer modo, impedir ou dificultar que os membros a seu serviço e nas condições desta lei, freqüentem as aulas no horário regulamentar

§ 6º. – Á inspecção escolar cabe tornar effectiva a obrigatoriedade, cumprindo-lhe as penas legais.

§ 7º. – As cobranças das multas será feita executivamente si não houver sido paga dez dias depois de impostas.

Para cumprimento desta lei, acha-se aberta nas escolas publicas deste município, durante 10 dias a contar desta data a matricula ás creanças de 9 a 10 annos e, nas vagas as de outras edades.

Ficam pois, convidados os srs. Paes, tutores ou quem as suas vezes fizer, bem como os patrões de creanças de 9 a 10 annos a cumprirem as determinações desta lei, incorrendo os infractores nas pennas por ella comminadas.

(CRUZEIRO DO SUL, 15 jan 1921, p. 2)

Diante das dificuldades que se apresentaram para a implantação dessa reforma, o próprio Antonio Sampaio Dória, desgostoso, deixou a direção da instrução pública no Estado de São Paulo.

O sr. Antonio Sampaio Doria resolveu tendo em vista as insuperáveis dificuldades que encontrou para executar a lei da reforma do ensino, exonerou-se . Solicitou demissão e esta lhe foi concedida pelo sr. Presidente do Estado. Para substituir interinamente o sr. Doria foi designado o sr. Guilherme Kuhlman. (CRUZEIRO DO SUL, 5 maio 1921, p. 2)

Constava dessa reforma o recenseamento das crianças em idade escolar. Em Sorocaba foram recenseadas as crianças de 6 a 12 anos. Esse serviço contou com a participação dos próprios professores e de fiscais cedidos pela câmara municipal.

RECENSEAMENTO ESCOLAR EM SOROCABA

Total recenseado	5258
Sabem ler	1694
Analfabetos	3564
Freqüentam escolas	2491
Não freqüentam escolas	2767

(CRUZEIRO DO SUL, 8 ago 1920, p. 2)

No ano seguinte, quando da abertura das matrículas para o ano letivo, em virtude da lei da obrigatoriedade de ensino, foram divulgadas as seguintes orientações que deveriam ser do conhecimento dos pais dos alunos.

Nos grupos escolares e escolas reunidas serão matriculados, do dia 25 a 30 do corrente as creanças que já freqüentaram aquelles estabelecimentos de ensino, devendo para isso apresentarem os cartões de promoção.

Os alumnos promovidos para o 1º. e 2º. do curso médio (antigo 3º. e 4º. annos), sujeitos á taxa deverão fazer o pagamento da 1ª. prestação na Collectoria Estadual, independente de guia e apresentar os recibos aos respectivos directores.

As creanças que ainda não freqüentam escolas só serão aceitas si tiverem 9 annos completos ou mais e apresentarem atestado de vaccina.

De accordo com o regulamento, as creanças de 9 a 10 annos, attingidas pela lei do ensino obrigatório poderão ser matriculadas em qualquer época do anno, nos 1º. e 2º. annos preliminares.

As creanças de idade superior áquellas só terão duas épocas de matriculas a de agora de 25 a 30 deste mez e a do segundo semestre.

(CRUZEIRO DO SUL, 22 jan 1922, p. 2)

Ainda em decorrência da obrigatoriedade do ensino, a Diretoria Geral da Instrução Pública determinou a realização de novo recenseamento com maior abrangência. Para esse serviço foram convocados os professores das escolas, que receberam a ajuda dos escoteiros. O recenseamento foi feito em período de aulas, em dias alternados, para não comprometer os trabalhos dos grupos escolares. Pretendia-se recensear todas as crianças de 8, 9 e 10 anos e nenhum funcionário público poderia recusar-se de prestar auxílio no recenseamento.

De accordo com o art. 54 do Decreto citado incorrerão em pena de multa os paes, tutores, responsáveis ou patrões que se negarem a prestar informações, ou que derem informações inexactas aos recenseadores. (CRUZEIRO DO SUL, 17 maio 1922, p. 2)

Os resultados do recenseamento evidenciaram que a lei que instituíra a obrigatoriedade do ensino se tornaria inexecutável, caso o governo não criasse imediatamente novas escolas.

[...] O total de crianças recenseadas foi de 2491 em idade de 9 a 10 anos. Para ser cumprida à risca a lei que reformou o ensino público estadual, as autoridades escolares terão de intimar os srs. Paes e tutores de 255 crianças da cidade a matriculá-las o que forçará o governo a criar classes em alguns dos nossos grupos escolares. (CRUZEIRO DO SUL, 29 jun 1922, p. 2)

2.3 O grupo escolar de Votorantim e outras iniciativas escolares: 1920 a 1926

No ano de 1920, os exames escolares na vila operária de Votorantim foram realizados na condição de escolas isoladas totalizando oito escolas, incluindo a escola noturna, e as escolas mistas, do Rio Acima e de Itupararanga.

Na escola regida pela professora Maria Ancilladei Pilar, em Itupararanga, o jornal Cruzeiro do Sul noticiou que a sessão de exames contou com a presença de muitas “senhorinhas e cavalheiros” e que ficara evidente o adiantamento dos alunos, resultado da dedicação da professora. Em reconhecimento ao esforço da professora, a banca deliberou em lavrar no livro de ata um voto de louvor à mestra como prêmio aos seus brilhantes esforços. Além de farta distribuição de cerveja, “gasosa” e doces, houve uma exposição de trabalhos de bordado e cartões feitos pelos alunos, muito apreciada pelos presentes.

Na escola masculina noturna, regida pelo professor Nestor Grillo, que atendia exclusivamente alunos operários, dos 40 alunos matriculados, prestaram exame 25 alunos. Uma porcentagem significativa de alunos deixou de fazer o exame. Esse dado denuncia uma realidade vivida pelos alunos que, encontravam dificuldades em conciliar a longa jornada de trabalho com os estudos, acarretando o abandono da escola.

Resultados dos exames na escola noturna masculina, regida pelo professor Nestor Grillo. Dos 40 alumnos matriculados compareceram 25.
Secção A – João Tescaro, Eugenio Ramos e José Fachini, plenamente; João Lopes e Ramon Barragam, simplesmente. Não compareceram 5
Secção B – Antonio Tescaro, distincção, João David e Gonçalo Prado, plenamente; Pedro Coelho da Silva e Guerrino David, simplesmente. Não

compareceu 1.

1º. Anno – Cyrillo Casardo, plenamente; Guido Luvison, Luiz de Oliveira, Luiz Galli, Pedro Ferreira e Sebastião Ferreira, simplesmente. Não compareceram 4

2º. Anno – Alberto Pagani, distinção com louvor; Marcelo Mencacci, Guido Chiozotto e Luiz Bormann, distinção; Erasmo Tavares e Angelino Parri, plenamente. Não compareceram 4

3º. Anno – Antonio Severino, distinção com louvor; Pedro Tesaro, Isaltino Gonçalves e Affonso Alves, plenamente. Na acta dos trabalhos foi lançado um voto de louvor ao professor da referida escola. (CRUZEIRO DO SUL, 16 dez 1920, p. 1)

2.3.1 As Escolas Reunidas do Votorantim

Apesar do anúncio de que a reunião das escolas de Votorantim se daria em 1920, a instalação das Escolas Reunidas, somente se efetivou em 1921, quando ficou pronto o prédio para acomodar as referidas escolas, construído pela fábrica de tecidos Votorantim. As Escolas Reunidas não gozavam do mesmo “status” de um Grupo Escolar. Tinham em comum com estes, a presença de um diretor e de um porteiro, mas eram autônomas entre si. Em 26 de março de 1921, as escolas isoladas da vila operária se tornaram as Escolas Reunidas de Votorantim. As escolas de bairros mais distantes, e que hoje pertencem a Votorantim, não foram anexadas.

Como era esperado, o governo resolveu reunir as escolas do Votorantim, que passarão a funcionar em prédio próprio construído as expensas da fabrica de Tecidos Votorantim, de propriedade dos srs. Pereira Ignácio & Cia.

A nomeação do diretor não foi feita ainda. As escolas que se reuniram por decreto de 26 deste mez são as seguintes:

1ª. e 2ª. Masculinas regidas pelos professores Antonio Funes e Abimael de Campos, 1ª. e 2ª. Femininas regidas por dd. Abigail Eugenia de Jesus, Adélia Esteves Molina e a Luiza Rios Funes (sic) e a Escola Mixta regida pela senhorinha Alice Borges Monteiro de Moraes. (CRUZEIRO DO SUL, 30 mar 1921, p. 2)

No mês seguinte, foi nomeado para o cargo de diretor das Escolas Reunidas o professor Armando Rizzo, que atuava como professor adjunto do Grupo Escolar “Senador Vergueiro”, em Sorocaba. O jornal Cruzeiro do Sul classificou a nomeação do professor Rizzo como “muitíssimo acertada”, já que este era “moço de comprovada competência profissional, professor dedicado e, reunindo a esses dotes os seus de um perfeito cavalheiro”. Também era o nomeado Joaquim Monteiro de Barros, porteiro das referidas Escolas Reunidas.

Tão logo foram iniciadas as aulas, estas foram suspensas por ordem do Secretario do Interior, até que fossem concluídas as adaptações do prédio onde estavam instaladas. Apesar de não se ter informação da data de retorno das aulas, tudo indica que estas não ficaram suspensas por longo período, já que houve registros de atividades pedagógicas realizadas no prédio, pouco tempo depois.

O sr. Secretario do Interior determinou que sejam suspensas por tempo indeterminado as aulas das escolas reunidas do Votorantim, até serem concluídas as modificações e instalações que vão ser feitas no prédio onde funciona as mesmas. A começar de hoje aquellas aulas estão suspensas. (CRUZEIRO DO SUL, 11 maio 1921, p. 2)

A reunião das escolas de Votorantim propiciou mudanças que favoreceram a classe dos professores e o próprio desenvolvimento do ensino, por estar bem estruturada. Os professores obtiveram sucesso numa antiga aspiração, a de serem equiparados à categoria de escola urbana, pois até essa data, as escolas do distrito de Votorantim eram consideradas rurais. Essa equiparação significava aumento nos vencimentos dos professores. Na condição de regentes de escolas urbanas os professores perceberiam 300\$000.

No aspecto pedagógico, inovações que antes eram possíveis somente nos grupos escolares foram introduzidas também nas escolas reunidas, como o escotismo, incentivado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, como um elemento formador do caráter e da moral das crianças e a Caixa Escolar visando à assistência material aos alunos carentes.

O sr. Tomaz de Aquino expoz as suas ideas sobre o escotismo nos grupos e nas escolas reunidas lembrando que a instituição deve ser encaminhada com intelligencia, para o seu verdadeiro intuito que é o de formar a estrutura physica e moral dos meninos sem jamais degenerar em mero militarismo [...]
Os srs. Directores dos nossos grupos escolares, concordando com todas as ideas do sr. Delegado regional de ensino, ou de algumas dellas se afastando si o julgarem conveniente, lançarão dentro em breve as bases do escotismo no municipio e tratarão da assistência escolar.
O sr. Delegado regional determinou e fez scientes disso os srs. professores de escolas isoladas que o dia aproveitado por esses professores para receberem vencimentos, o seja também para uma visita aos grupos escolares, onde receberão a orientação de ensino que necessitarem. O auxiliar da inspecção dividirá aquelles professores em grupos e lhes designará o estabelecimento de instrucção que devem visitar.

Á reunião de hontem compareceram cerca de 70 professores do município directores dos grupos escolares e o inspector regional de ensino.(CRUZEIRO DO SUL, 19 ago 1921, p. 2)

Seguindo essa recomendação, foi formado um grupo de escoteiros pelos alunos das Escolas Reunidas de Votorantim. Numa dada ocasião, esses escoteiros acompanhados pelo diretor Armando Rizzo, vieram em marcha a pé de Votorantim até Sorocaba, onde percorreram as principais ruas da cidade ao “som de bandas de cornetas e tambores”. Visitaram o Grupo Escolar “Antonio Padilha” e o Grupo Escolar “Visconde de Porto Seguro”.

Os escoteiros das Escolas Reunidas Votorantim realizaram hontem um “raid” a esta cidade, acompanhados pelo director daquellas escolas sr. Prof. Armando Rizzo.

Os “Raimen”, perfeitamente equipados e em muita ordem, percorreram as ruas principaes da cidade, ao som da banda de cornetas e tambores. Os bravos meninos visitaram depois o grupo escolar “Antonio Padilha”, cujo director, o sr. Prof. Aristides de Campos lhes ofereceu um lanche. Visitaram também o grupo escolar “Visconde de Porto Seguro”, onde foram recebidos gentilmente pelo director sr. Prof. Florentino Bella. De passagem pela delegacia regional de policia, os escoteiros apresentaram cumprimentos ás autoridades policiaes. A's 13 horas os escoteiros, ainda a pé, regressaram para Votorantim, muito bem dispostos.(CRUZEIRO DO SUL, 6 maio 1923, p. 2)

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. De fato, passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241)

As festas escolares nas Escolas Reunidas não fugiram desse ideal republicano. Eram esmeradamente preparadas, contando com a maciça participação dos alunos e convidados e posteriormente todo o desenrolar da festa figuraria nos jornais, como acontecia com as atividades desenvolvidas pelos grupos escolares. De todas as datas cívicas comemoradas era o “Sete de Setembro” a mais importante, pois significava o tributo maior do povo para com a Pátria. Nas comemorações alusivas à Independência do Brasil, segundo o jornal Cruzeiro do Sul, a festa cívica transcorreu com brilhantismo.

Nas escolas reunidas do Votorantim, dirigidas pelo sr. Prof. Armando Rizzo, a festa cívica de 7 de setembro esteve concorridíssima e brilhante. O programma observado foi o

seguinte:

Prelecção pelos srs. Professores; Hymno da Bandeira; “7 de setembro” dialogo, Orminda de Campos e Angelina Rocha; monólogo, Iria Menotti; “7 de Setembro”, Egisto Gagetti; “Passaro captivo”, Lucia Tavares; “Meus oito annos”, Iole Piccolotto; “A Bandeira”, Zimar de Campos; “A pequena professora”, Ursulina de Leão; “Brasil”, Abílio Vieira; “Nossos deveres”, José Silva; “7 de setembro”, Maria das Graças Pereira e Sylvia dos Santos; “Independência”, Leônidas Eriberto Silva, “Poesia patriótica”, Lazaro Santos; “A Pátria”, Iria Piccolotto; Hymno Nacional. (CRUZEIRO DO SUL, 9 set 1921, p. 2)

Sobre os exames finais nesse ano não houve registro nominal dos alunos, apenas foi noticiado que mesmo com pouco tempo de funcionamento das Escolas Reunidas, o desempenho fora satisfatório.

A partir do mês de junho de 1922, as escolas reunidas de Votorantim passaram a funcionar em dois períodos, em virtude do aumento do número de alunos, e foi criada mais uma classe feminina.

Em setembro desse ano, em todo o país aconteceram comemorações alusivas ao Centenário do Brasil Independente. As Escolas Reunidas de Votorantim, não deixaram de prestar suas homenagens. As festas escolares eram uma oportunidade de homenagear o governo republicano e a pátria²³

Ainda nesse ano, aconteceram as comemorações ao dia da Bandeira. Nessas festas os programas não fugiam muito da declamação de poesias e do cantar dos hinos pátrios, mas demonstravam empenho por parte dos professores e diretor. Entretanto, depreende-se, que era motivo de alvoroço entre as crianças a preparação dos números a serem apresentados, principalmente por saberem que os pais estariam presentes, aliada a satisfação em posteriormente verem publicados seus nomes nos jornais.

No final desse ano, concomitante aos exames escolares, pela primeira vez aconteceu a exposição dos trabalhos escolares feitos em sua maioria pelas alunas. A exposição desses trabalhos conferia valor à escola, uma vez que era aberta à visitação pública por vários dias.

²³ Conferir a programação da festa apresentada pelas Escolas Reunidas de Votorantim em 7 de setembro de 1922 no jornal Cruzeiro do Sul de 7 set 1922, p.3

Nessa época, somente expunham essas peças os grupos escolares e escolas particulares, como o Colégio Santa Escolástica, em Sorocaba. As exposições dos trabalhos das alunas do Colégio Santa Escolástica aconteciam há muito tempo e eram muito concorridas.

Nota-se, ao proceder a leitura dos trabalhos apresentados, a diferença que havia entre os mesmos nas escolas públicas e particulares. As alunas do Colégio Santa Escolástica, que pertenciam às camadas mais abastadas da sociedade sorocabana, faziam seus trabalhos em tecidos finos, utilizando-se de pontos de bordados muito elaborados em peças que faziam parte do enxoval das futuras moças casadoiras. Contrastavam com os trabalhos das alunas das escolas públicas que, certamente, se já não o eram, seriam operárias. Eram peças mais simples, práticas, feitas em tecidos mais modestos, enfim, sem luxo algum, condizente com a condição das mesmas.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS ESCOLARES

Abrir-se-á hoje a exposição de trabalhos das escolas reunidas de Votorantim, dirigidas pelo sr. Prof. Armando Rizzo. Essa exposição poderá ser visitada até 2ª. feira, das 11 às 16 horas. (CRUZEIRO DO SUL, 25 nov 1922, p.2)

Exposição de trabalhos das escolas reunidas de Votorantim.

1º. Anno feminino – 1 almofada por Isaltina Marcondes; 1 almofada por Laurides Ramos; toalhina por Arminda Marcondes; par de fronhas por Maria José Antunes; par de fronhas com letras por Maria da Silva; par de toalha á phantasia por Maria José Antunes; par de toalhas de margaridas por Olinda Pousa; centro de mesa por Pedrina Prestes, 2 toalhinhas de feltro por Alzira de Souza Lopes, 1 par de toalhina ponto esponja por Maria Emilia de Barros, par de toalhinhas phantasia por Olinda Pousa; avental e toalhina de margarida por Lauripes Ramos; almofada por Olinda Pousa, lenço por Pedrina Prestes, lenço por Brasilina Phillippe; avental por Maria de Castilho, avental com desfiador por Olinda Pousa; centro de mesa por Alzira de S. Lopes, toalhina de veludo por Olinda Pousa, [...] (CRUZEIRO DO SUL , 30 nov 1922, p. 2)

Uma data que sempre foi lembrada por tudo o que representava enquanto culto ao herói brasileiro era o “21 de abril”, data da morte de Tiradentes. Sob a coordenação do diretor prof. Armando Rizzo, foi apresentado o seguinte programa nessa data:

1ª. Parte: Hymno Nacional; “Os nossos deveres”, poesia pelo alumno Roque Benedicto; “Tiradentes”, pelo alumno Egydio Gianella; “A lição”, dialogo pelos alumnos Oscarlino Felix e Valeriano Barba; “A pequena professora”, pela alumna Laurides Ramos; “Tiradentes”, poesia pela menina Marcelina Medeiros; “Tiradentes”, poesia pelo alumno Aristides Ferraz
2ª. Parte – Hymno do pavilhão escolar; “A cabeça de Tiradentes”, por Brasilio Vieira; “Inconfidência”, pelas alumnas Irene Natalina e Angelina Rocha; “21 de Abril”, poesia pela menina Hilda Delião; “Inconfidência mineira”, pelas alumnas Maria Amália Gonçalves e Thereza Caldini; “Os Inconfidentes”, poesia pela alumna Nair Tavares; Hymno Nacional.(CRUZEIRO DO SUL, 22 abr 1923, p. 2)

A freqüência nos estabelecimentos de ensino continuava a ser um entrave para o desenvolvimento do ensino. Alguns cursos, em especial aqueles voltados aos operários, eram os que apresentavam freqüência mais sofrível, conseqüência das vicissitudes da vida de seu alunado. Nesse ano, as porcentagens de freqüência encontradas nos estabelecimentos de ensino do 1º distrito foram:

- Escola Rural do Rio Acima,	90,62%
- Escola Nocturna de Votorantim,	26,19%
- Curso Nocturno do Votorantim,	10,00%
- Escolas Reunidas do Votorantim,	96,06%

(CRUZEIRO DO SUL, 15 nov 1923, p. 2)

Em outubro desse ano, o professor Diógenes de Almeida Marins, desejoso em permutar seu cargo de professor com sede em Barueri, com a professora Alice Borges de Moraes Monteiro das Escolas Reunidas de Votorantim, solicitou o apoio do diretório político local.

Tendo o sr. Diógenes de Almeida Marins em carta que dirigiu ao sr. Cel. José Barros, presidente do directorio político local, e na qual affirmava sua inteira solidariedade como eleitor deste município com o partido situacionista, quer na política estadual e quer na política municipal, solicitado o apoio do directorio para o seu pedido de permuta com a prof. Alice Borges de Moraes, das Escolas Reunidas do Votorantim, aquella corporação política officiou á comissão directora do partido, solicitando a sua intervenção junto ao dr. Secretario do Interior, no sentido de ser tal permuta auctorisada pelo governo. (CRUZEIRO DO SUL, 24 out 1924, p. 2)

2.3.2. Escola Noturna do Grêmio Juvenil dos Moços Católicos

Em fins de 1921, foi divulgada na vila operária a abertura de uma escola por

iniciativa do grêmio juvenil dos moços católicos. Tratava-se de uma escola noturna voltada para os moços católicos e pretendia oferecer um nível mais elevado de estudos, incluindo o ensino de línguas estrangeiras. Não se tratava, portanto, de uma escola de alfabetização, haja vista o programa curricular apresentado.

No próximo dia 1^o. inicia-se o primeiro anno lectivo das escolas media e preliminar fundadas e mantidas pelo grêmio juvenil e que estão installadas na sede daquela associação de moços católicos.

O programma dos dois cursos comporta as duas materias: do preliminar – Religião, Portuguez, Historia do Brasil, Arithmetica, Geographia, Calligraphia e Civilidade; do médio – Religião, Mathematica, Escripuração Mercantil, Chorographia, Historia do Brasil, Portuguez, Francez, Allemão e Inglez.

As aulas serão nocturnas, em dois períodos: de 20:15 ás 21:10 e de 21:15 ás 22 horas.

A taxa mensal, para qualquer dos dois cursos é de 5\$000. A matricula encerra-se a 28 do corrente. (CRUZEIRO DO SUL, 15 fev 1922, p. 2)

2.3.3. Escola Maternal e Creche Votorantim

No ano de 1922, despontava uma outra iniciativa educativa, as escolas maternas. Tais escolas deveriam funcionar dentro das fábricas e atender exclusivamente aos filhos de operárias. A instalação de escolas maternas junto às fábricas ficara estabelecida no artigo 87 do decreto 3.356 de 31 de maio de 1921, que regulamentou a Lei 1.750 de 8 de dezembro de 1920.

As escolas maternas só poderão ser freqüentadas por filhos de operários e que tenham mais de 3 e menos de 8 annos de idade, e não soffram de moléstia contagiosa. Nesta cidade cogita-se a possibilidade de se instalarem duas escolas que deverão funcconar das 8 ás 17 horas de accordo com a lei. (CRUZEIRO DO SUL, 4 abr 1922, p. 2)

A notícia do jornal referia-se à possibilidade de instalação de tais escolas em duas fábricas. Eram elas: a fábrica Santa Rosália e a Fábrica de Tecidos Votorantim, por serem as fábricas que absorviam maior número de operários.

Após essa lei, a fábrica de Votorantim iniciou estudos prevendo adequações de prédios a fim de oferecer a escola maternal para suas operárias. Na verdade, Antonio Pereira Ignácio alguns anos antes já prometera uma creche aos funcionários quando da criação da Caixa Médica em substituição à Sociedade Beneficente dos Empregados da

Fábrica Votorantim. O maior impedimento para a instalação da creche estava num local apropriado para atendimento das crianças.

Estão em vias de instalação nesta cidade as escolas maternas. Tomaram essa bella iniciativa os srs. Antonio Pereira Ignácio, director da S.A. Votorantim e Oeterer Speers & Cia, proprietários da Fábrica Santa Rosália. Essas industrias offereceram para aquelle fim, ao governo, casas e alimentação aos alumnos, filhos de operários. (CRUZEIRO DO SUL, 23 fev 1923, p. 2)

A primeira escola maternal do Estado de São Paulo foi criada em Sorocaba na fábrica Santa Rosália, no mês de março de 1924.

Com grande acolhimento por parte dos habitantes desta progressiva villa operária, abriu-se a escola maternal, uma das primeiras officiaes na América do Sul, acolhimento justo por tratar-se dos fins para os quaes foi creada. A escola maternal Santa Rosalia, não há de comparar-se com creches, não: aqui todos os paes e mães de famílias estão ao par da alimentação e dos carinhos com que são tratados os seus queridos filhos. (CRUZEIRO DO SUL, 26 mar 1924, p. 2)

Pela mesma época, também se cogitava a instalação de uma escola maternal na vila operária em Votorantim. Em 26 de março de 1924, o jornal Cruzeiro do Sul, informava que a Secretaria da Agricultura procedia ao levantamento da planta da escola maternal do Votorantim. Por decreto de 30 de abril de 1924, fora aprovado o Regimento Interno das Escolas Maternais do Estado.

O próprio diretor geral da instrução pública, acompanhado por uma comitiva de educadores, veio a Votorantim a fim de examinar as instalações ofrecidas pela fábrica Votorantim para as futuras instalações da creche e escola maternal.

[...] seguiram todos para Votorantim em bonde especial, posto á disposição pela administração da fabrica alli localisada, afim de ser examinada pelos distinctos educadores a casa que a fabrica Votorantim offerece para provisoriamente alli se instalar a segunda escola maternal official do Estado. Alvo da proverbial gentileza dos altos funcionários daquelle estabelecimento industrial, srs. José Ermírio de Moraes, cap. Augusto César do Nascimento Filho e dr. Gastão Bierrembach Lima. Aceitaram a offerta da casa em que ate há bem pouco funcionou o Hotel e Pensão Votorantim. A nova escola, que feita no prédio ligeiras adaptações, deverá se installar em começos do próximo mez de abril, será mais um centro proveitoso de educação da infância que virá beneficiar o nosso meio operário. (CRUZEIRO DO SUL, 15 fev 1925, p. 2)

Algum tempo depois da vinda do diretor geral da instrução pública, compareceu a Sorocaba a inspetora das escolas maternais, professora Joanna das Graças Fagundes. Vale ressaltar que somente para a direção e inspeção de escolas maternais é que tais cargos poderiam ser ocupados por mulheres, uma vez que a puericultura não condizia com as atribuições masculinas.

Encontra-se nesta cidade a sra. professora d. Joanna das Graças Fagundes, inspectora das escolas maternas. Essa autoridade visitou hontem a escola maternal de Santa Rosalia, onde foi recebida pela respectiva directora sra. prof. Isoraida Vieira Soares, e teve da visita que fez a melhor impressão. D. Joanna Fagundes veio também com o fim de tratar da installação da escola maternal do Votorantim. (CRUZEIRO DO SUL, 16 jul 1925, p. 2)

No dia 7 de janeiro de 1926, foi assinado o decreto instalando a escola maternal em Votorantim, sendo nomeadas as seguintes pessoas: diretora professora Rita Vilela, que era professora na escola maternal de Santa Rosália, em Sorocaba; vice-diretora Noêmia Dias de Aguiar, adjunta do grupo escolar Visconde de Porto Seguro. Para professoras foram nomeadas: Leontina de Castro, Oswaldina Bompani, Esther Piedade e Maria Luisa Jacowisky. Para auxiliares foram nomeadas: Maria Conceição Duarte, Eliza Sampaio, Cinira Teixeira e Alice Rebouças. Para porteiro foi nomeado Joaquim Monteiro Barros.



Fig. 21 – Escola maternal e creche Votorantim
Fonte: site Prefeitura Municipal de Votorantim

As nomeações foram todas feitas com a audiência do directorio político local ao qual com a cooperação digna e eficiente do commendador Antonio Pereira Ignácio se deve mais este notável melhoramento para Sorocaba.

O directorio político e a câmara municipal desta cidade telegrapharam ao dr. Carlos de Campos, presidente do estado, dr. José Lobo, secretario do Interior e Pedro Voss, diretor geral da instrução publica agradecendo-lhes a criação da escola Maternal do Votorantim. (CRUZEIRO DO SUL, 9 jan 1926, p. 2)

No final desse ano, as crianças que freqüentavam a Escola Maternal do Votorantim, por ocasião das comemorações do Natal, apresentaram-se no cinema da vila, contan do com a participação do operariado local.

A Maternal de Votorantim fez dia 24 no cinema dalli, mais uma das agradáveis festinhas, na qual tomaram parte os alumnos da escola. Constou a festa de interessantes números de canto, declamação e bailado, encerrando-se com a entrega de prêmios ás creanças. O resultado do espetáculo foi applicado na compra daquelles presentes.

As representações agradaram a casa que estava cheia. Em dado momento, duma localidade distincta, partiu um merecido “viva” á exma. Sra. Rita Villela de cuja intelligencia e operosidade foi exemplo frizante a ultima festa de arte infantil. (CRUZEIRO DO SUL, 27 dez 1926, p. 2)



Fig. 22 – Grupo de alunos da creche e escola maternal de Votorantim
Fonte: Site Projeto Memória - FUA

Dando um salto no tempo, chegamos em 1942 quando numa reportagem intitulada “Como se passa um dia na Escola Maternal e Creche Votorantim”, o jornal Cruzeiro do Sul, publicou com riqueza de detalhes o que fora visto naquele dia na referida escola. Iniciou a reportagem afirmando ser a Escola Maternal e Creche de Votorantim, um dos estabelecimentos de ensino “pré-primário” dos mais importantes de todo o estado de São Paulo, tanto pelo elevado número de alunos como pelos métodos modernos de ensino, embasados em autores consagrados dentro da pedagogia como: Fröebel, Montessori, Brandt e Decroly.

Sobre a creche comentava-se que eram recebidas crianças com alguns dias de vida, e lá permaneciam até completarem três anos de idade. As mães entregavam seus “filhinhos” de madrugada a fim de poderem iniciar seus trabalhos na fábrica Votorantim.

Na creche há um berçário destinado ao repouso dos pequeninos, ao lado de um gabinete de experiências de puericultura. Balanças para peso diário, afim de constatar-se o progresso relativo á alimentação racional, que se dispensam ás crianças, filhas de operárias. Além do aleitamento que recebem as crianças de menos de três anos, ainda há a mistura de farinhas de diversas procedências, algumas das quais são importadas especialmente. [...] Elas aí permanecem até a tarde, quando levam para casa, com a dose de alimentação, além das recomendações relativas ao horário a ser obedecido, bem como aos princípios de higiene a serem observados. Além da diretora e sub-diretora que zelam por essa secção com o mais decidido carinho, há ainda guardiãs que seguem à risca as recomendações médicas e as que procedem de ordens internas.
(CRUZEIRO DO SUL, 30 ago 1942, p. 2)

Na seqüência a reportagem esclarecia que no andar térreo funcionava a escola maternal, classificando-a como um estabelecimento de ensino que educava os sentidos da infância, entregando-a posteriormente ao grupo escolar, perfeitamente habilitada para realizar um ótimo curso primário. Descrevia o interessante uniforme das crianças, que apesar de iguais, as crianças o identificavam por pequenos desenhos bordados, do macaquinho, ursinho, patinho, tamborzinho, da borboleta, diferenciando-os uns dos outros. Dessa forma nunca uma criança usava o uniforme da outra. Logo pela manhã, quando recebidas pelas guardiãs, lavavam o rosto e eram penteadas para depois serem entregues às professoras. Estas aguardavam-nas nas classes, onde rapidamente cantavam canções para acompanhamento dos exercícios de ginástica. Em

seguida vinham outras atividades assim descritas pela reportagem:

... aula de jardinagem e é de ver esses “pedacinhos de gente” a removerem a terra, plantar e acompanhar o crescimento das plantas, dando-lhes as irrigações que carecem.

Vem em seguida as aulas dos dons montessorianos, de olhos vendados, abotoarem, ouvir e declararem pelos sons receptáculos maiores ou menores, além da tecelagem que fazem em pequenos teares, apresentando tecidos que têm figurado nos mais luxuosos escritórios, não só pela originalidade como também por se tratar de pequeninos que mal sabem falar. (Idem, p.2)

A hora do almoço, sem citar o cardápio, também fora elogiada, principalmente quanto ao correto uso dos talheres por crianças de três, quatro e cinco anos. As refeições eram feitas em mesas pequenas, que não ultrapassavam 60 centímetros de altura, apropriadas ao tamanho dos “estudantezinhos”. Algumas meninas do período mais avançado, ou seja, de seis a sete anos, uniformizadas de garçonetes serviam a comida. O jornal não atentou para o fato de que eram crianças e que não brincavam como os outros, pois eram responsáveis em ajudar na cozinha, servir a comida, recolher os pratos e limpar as mesas. Certamente isso se dava pela falta de funcionários. Entretanto, o jornal salientava que o cardápio era escrito num quadro negro “orlado de figuras de gosto artístico”. O que pode ser considerado procedimento desnecessário, uma vez que nenhuma criança sabia ler.

A secção de cozinha obedece, então, ao disposto pelo cardápio escriturado as primeiras horas da manhã. Após o almoço, diante de um piano no qual a professora executa marchinhas são engraçadinhos quando desfilam mãos às cinturas e num requebro de inocência pura.

E quando o sol vai alto recolhem-se a sala de repouso: um grande quarto amplamente arejado com inúmeras cadeiras preguiçosas ... e ali dormem uma hora a sono alto. (Idem, p.2)



Fig. 23 – Desfile dos alunos da creche e escola maternal Votorantim
Fonte: Site Projeto Memória – FUA

Depois de despertados, os alunos retornavam às salas de aula, que foram limpas enquanto dormiam e ficavam aguardando a chegada das mães. Poeticamente, finalizava a reportagem:

Por fim soa a sineta da tarde.

Vêm ao portão as mães andando para recebê-los e apertam-nos de encontro ao coração, levando alegres para o lar o fruto dos seus sonhos, até que no dia seguinte se inicie a faina do trabalho. É assim a Escola Maternal e Creche Votorantim. (Ibidem, p.2)



Fig. 24 – Grupo de alunos da creche e escola maternal Votorantim
Fonte: Site Projeto Memória – FUA

A maneira pela qual o jornal finalizou o texto ao referir-se às mães, dá a impressão que estas também tiveram um dia alegre e prazeroso e que ao chegarem em

seus lares, usufruiriam de merecido descanso. As mães operárias, ainda tinham todos os serviços domésticos para fazer, comida a preparar para a refeição no dia seguinte, pois a fábrica não oferecia refeição, filhos para cuidar e tantas outras coisas para fazer, para na madrugada, ao soar do apito, reiniciar tudo novamente.

2.3.4 O Grupo Escolar de Votorantim

Após a reunião das escolas da vila operária de Votorantim, a elevação destas para Grupo Escolar não demorou muito, pois fazia parte da política do Estado a ampliação do número de escolas e grupos escolares. Assim, por decreto de 15 de janeiro de 1925, foram criados 17 grupos escolares no estado de São Paulo, sendo 12 na capital, 3 nos subúrbios de São Paulo e 2 em Sorocaba.

Sorocaba ganhara dois grupos escolares, o do distrito do Votorantim criado oficialmente em 3 de fevereiro de 1925, que passou a ser o quarto grupo escolar da cidade e o grupo escolar de Santa Rosália, que fora o quinto.



Fig. 25 – Grupo escolar de Votorantim
Fonte: Acervo Adolfo Frioli

Ao grupo escolar de Votorantim foram anexadas as escolas femininas, masculinas e mistas. O professor Armando Rizzo continuou a ser o diretor e tornaram-se adjuntos os professores: Antonio Funes, Abimael Carlos de Campos, Diógenes Almeida Marins, Abigail Eugenia de Jesus, Adélia Esteves Molina, Luiza Rios Funes, Maria Eulália Pedroso e Maria José Loureiro, todos das escolas reunidas locais. Fora nomeada ainda, a professora Anna Correa, que era substituta efetiva da escola Modelo “Peixoto Gomide”, em Itapetininga.

Para o cargo de porteiro foi nomeado Plínio Piqueroby de Toledo, anteriormente servente do grupo escolar “Visconde de Porto Seguro”.

Já no mês de fevereiro, foi nomeada por indicação do Diretório Político para o cargo de professora adjunta no grupo escolar de Votorantim, a professora Antonieta Ferraresi, nascida em Votorantim.

O grupo escolar foi instalado num prédio construído exclusivamente para esse fim, pela fábrica de Tecidos, situado na Barra Funda. Posteriormente recebeu o nome de Grupo Escolar “Comendador Pereira Ignácio”. Esse prédio sofreu várias modificações e ampliações e, abriga atualmente uma escola municipal de ensino fundamental. Hoje num prédio mais moderno e não muito distante do original, está a Escola Estadual Comendador Pereira Ignácio, que atende alunos do ensino fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio.

Sobre a prática pedagógica desenvolvida no grupo escolar, esta não diferenciava muito dos outros, já que o programa de ensino a ser seguido era o mesmo para todas as escolas públicas. Por meio das memórias de um ex-aluno do grupo escolar, torna-se possível ter-se pequena idéia do ensino naquele tempo.

“Aos sete anos fui à escola. Só falava em italiano. De português entendia um pouco e meus colegas caçoavam de mim [...]

No segundo ano trocaram de professora. Esta se chamava dona Zezinha, boa, e tocava bem piano. A professora do primeiro ano chamava-se Abigail. Essa não tocava piano, mas “tocava” bem a régua na minha cabeça e na dos meus colegas.

No terceiro ano o professor era o sr. Diógenes Marins. Ótimo professor, exigente e severo. Quando entrávamos na classe, ele passava revista no lanche.. Se fosse mortadela ou salame tinha que jogar na lixeira. Tinha que ser ovo frito com pão, com queijo ou manteiga. Ele exigia com que o lanche fosse embrulhado em um guardanapo de pano bem limpo e bem passado. Quando

sentávamos na carteira, depois da chamada, o professor tirava do bolso uma caixa de fósforos, e acendia um cigarro. Pegava um lenço branco, dava uma “baforada” com a fumaça no lenço e mostrava a nicotina que ficava impregnada. Depois, fazia uma explicação do mal que o cigarro fazia ao nosso corpo. [...]

Falava muito da tuberculose e o perigo de dar a mão às pessoas. Dizia que os tuberculosos quando tosse, põem a mão na boca, e se nós déssemos a mão a eles, poderíamos ficar contaminados. Era um excelente educador, mas falava mais de doença do que de ensino[...]

O diretor era o sr. Armando Rizzo. Homem boníssimo. Todo mundo gostava dele [...] (GALLI, 1998, p. 16)

O professor Diógenes podia exagerar em seus cuidados com a saúde, como o próprio aluno avaliou, entretanto esse comportamento era justificável, já que esse professor também acumulava a função de educador sanitário, num tempo em que a saúde pública era muito precária. (ANEXO B)



Fig. 26 – Professor Diógenes de Almeida Marins
Fonte: Site Projeto Memória - FUA

Sob a direção do professor Armando Rizzo, o Grupo Escolar Comendador Pereira Ignácio foi constituindo sua identidade e dentro dos padrões desejados para a época, cumpria seu papel enquanto instituição de ensino, principalmente no tocante às festas escolares. No encerramento do ano letivo de 1926, de acordo com o jornal Cruzeiro do Sul, a festa realizou-se com todo o “brilhantismo”.

Realizou-se hontem, com todo o brilhantismo, a festa de encerramento do anno lectivo de 1926 do grupo escolar Votorantim.

Do bello programma caprichosamente elaborado e ensaiado pelo distincto director desse estabelecimento de ensino, prof. Armando Rizzo e seus

auxiliares deram cabal desempenho os pequeninos alunos que revelaram tendências verdadeiramente artísticas.

Decididamente, podemos afirmar sem exagero, que tratando-se de crianças de 1º. e 2º. anos não acostumados as lides do palco, não se esperava pudessem desenvolver com tanta intelligencia, segurança, desembaraço os vários papeis a cada uma distribuídos.

A festa teve inicio ás 19:30 no cinetheatro Votorantim com a presença do revdmo. Monsenhor Magaldi, sr. Luiz do Amaral Wagner, inspector escolar, capitão Nascimento Filho, Paulo Couto e demais pessoas gradas de Sorocaba e Votorantim. Dos 17 numeros do seu programma não se pode destacar nenhum, dado o brilhante desenvolvimento de todos, é mister, entretanto que se faça uma referencia especial a alguns números: “Marchar”, hymno por um grupo de 30 alunos, impecavelmente desempenhados, não escondendo a enorme assistência o seu entusiasmo pelo garbo e segurança com que foram executados os passos de marcha e gymnastica, ao mesmo tempo que desenvolviam o impressionante canto patriótico; “A ronda do trigo” – coro por um conjunto de 24 alunos, causou um verdadeiro deslumbramento na assistência, dada a maneira maravilhosa e artística com que foi interpretado, cantaram seguidamente 10 numeros de musicas diferentes sem a menor nota dissonante, desenvolveram os gestos gymnasticos com toda perfeição e executaram os passos da marcha com toda firmeza: “O Almofadinha” – tango pela menina Maria de Lourdes, tendo revelado esta alumna uma voz admirável desempenhando o seu papel com toda segurança e sympathy; “Viola cantadeira e Viola afamada” – foram dois números magníficos, não escondendo os espectadores a sua impressão pelo elegante desempenho dado aos mesmos pelas meninas Orsina Vandervelden e Adelaide Nascimento, principalmente esta ultima que revelou possuir uma voz de artista, elegância e desembaraço.

Ao terminar apresentamos ao professor Armando Rizzo e seus auxiliares as nossas felicitações pelo êxito alcançado pela festa, aliás devido aos seus esforços. (CRUZEIRO DO SUL, 2 dez 1926, p. 2)



Fig. 27 – Alunos do grupo escolar
Fonte: Site Projeto Memória - FUA

Com a criação da creche e escola maternal Votorantim e do grupo escolar, estava traçada a trajetória escolar dos votorantinenses por muito tempo. O grupo escolar foi o único do lugar até 1957, quando foi criado o curso ginásial, significando poucas possibilidades de mudança até então. Somente aqueles cujos pais ocupavam os melhores cargos dentro da fábrica e que por isso podiam pagar escola particular é que iam para Sorocaba dar continuidade aos estudos. Assim, as histórias de vida se repetiam tal e qual no início da formação da fábrica. Entre os apitos de entrada e saída, os caminhos das pessoas se cruzavam e o final feliz desses encontros se concretizava com a oferta de uma casa na vila pela fábrica, para a constituição da família. Quando os filhos iam crescendo, o próprio gerente da fábrica chamava o pai e oferecia uma colocação para o filho na fábrica. Se para uns esses oferecimentos significavam o aprisionamento, para outros representavam a gratidão eterna.



Fig. 28 – Aspectos do cotidiano das mulheres e crianças da vila operária
Fonte: Projeto Memória - Votorantim

Ao som do apito as crianças eram deixadas na creche. Ao som da sineta ingressavam na escola. Ao som do apito entravam na fábrica e seguiam obedecendo aos chamados do apito, até muito além da aposentadoria. Por algumas décadas, bem poucos foram os que conseguiram ter um destino diferente. A sentença de vida era marcada a cada soar do apito da fábrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi o de reconstruir a gênese da história da educação na vila operária de Votorantim, desenvolvida num tempo de rupturas na educação brasileira em consequência da proclamação da República. O novo regime transferiu para a educação a responsabilidade de sua afirmação enquanto governo, impondo uma nova organização do ensino e propostas educacionais modernas espelhadas nas de outros países.

A reconstituição da escola da vila operária perde seu significado se tentar fazê-la em apartado da história da fábrica de tecidos Votorantim, devido a sua forte presença controladora não só na escola, mas em toda a vida do lugar.

Fruto da política financeira desacertada de Rui Barbosa, a fábrica de tecidos pertenceu inicialmente ao Banco União de São Paulo, beneficiário dessa política. Nasceu grande em 1890 e com celeridade cresceu ainda mais, numa época em que o país economicamente era “essencialmente agrícola”, elitista e com uma industrialização incipiente, cujo proletariado representava uma parcela ínfima dos trabalhadores brasileiros.

Apesar da pouca expressão da indústria no contexto econômico do país, final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a fábrica de Votorantim e outras que surgiram em Sorocaba no mesmo período foram se firmando, provocando uma mudança na paisagem urbana da cidade, nos costumes e comportamentos. Sons como o dos apitos, antes desconhecidos, passaram a integrar o cotidiano da cidade e a comandar a vida das pessoas.

Sem uma legislação que regulasse o trabalho nas fábricas, o operariado ficou a mercê dos mandos e desmandos dos grandes capitalistas, enfrentando toda sorte de dificuldades financeiras, de ameaças, de humilhações. Contudo de ainda não ter-se constituído uma consciência de classe, os operários irmanados pelo sofrimento vão se manifestando contra as suas condições de vida que atingiram um nível insuportável. A resposta a essa situação geralmente se dava com as greves, quase sempre pacíficas, em sinal de solidariedade a companheiros punidos pelo tratamento desumano por parte de mestres, contra-mestres e até mesmo de gerente, contra a longa jornada de

trabalho, aumento de salário, etc. Sem pender para interpretações apologéticas é possível depreender uma preponderância dos operários da fábrica Votorantim no contexto operário de Sorocaba, tendo em vista que por várias ocasiões de greve em outras fábricas a adesão dos operários da Votorantim em sinal de solidariedade fora decisiva para os rumos do movimento, como na greve dos tecelões da Fábrica Nossa Senhora da Ponte, onde o jornal O Operário ressalta que a adesão dos operários de Votorantim contribuiu para um resultado favorável àqueles operários, “também os distinctíssimos operários da grande fábrica Votorantim fiseram jus ao renome que possuem”. (O OPERÁRIO, 13 ago 1911, p. 1)

A partir de 1914 o movimento operário ganha mais expressão no país, devido ao aumento das indústrias e conseqüente aumento do número de operários. Mesmo assim, as relações trabalho e capital foram marcadas por avanços e retrocessos. Os direitos alcançados numa greve eram negados posteriormente pelos patrões que assim procediam, amparados na tibieza de um estado oligárquico que atribuía um peso secundário ao proletariado.

O ano de 1917 foi o auge da luta operária no sentido de mobilização do proletariado que reivindicava significação social para um Estado que agia como repressor e não como organizador de uma legislação trabalhista.

Na vila operária de Votorantim as relações entre patrões e operários não foram marcadas somente por confrontos, numa política dissimulada em benefícios, a fábrica ocultava uma dominação que ia muito além dos seus muros.

A casa para morar, praticamente de graça, permitia à fábrica fazer as constantes ameaças de despejo quando o operário se mostrava desobediente. Assim como a facilidade de comprar no armazém da fábrica alimentos, vestuário, miudezas; de ter adiantado o ingresso do cinema e do clube de futebol com posterior desconto no ordenado, que muitas vezes reduzia o salário a zero. Essas práticas permitiam que a fábrica impusesse o seu preço, pois tinha o monopólio da venda. Ademais, assegurava a ela o domínio sobre o consumo dos operários, pois a fábrica determinava de quais produtos deveria ser abastecido o armazém. Subjacente a esse controle estava o retorno dos recursos gastos com os salários. Em muitos casos, no final do mês, o operário quase nada tinha a receber, configurando uma maneira velada de aprisioná-lo.

A estratégica localização da vila operária na periferia da cidade garantia o isolamento dos operários, pois a ligação com a cidade somente podia ser feita pela estrada de ferro pertencente à fábrica, que estabelecia o preço das passagens e os dias e horários dos bondes. A expressão maior da dominação da fábrica residia no oferecimento de emprego para toda a família, com míseros salários, selando um vínculo de extrema dependência e submissão.

O paternalismo da fábrica ficou mais evidenciado na administração de Pereira Ignácio, que se tornou conhecido pelo pioneirismo em oferecer um serviço social em suas indústrias. Em 1919 protagonizou um episódio de extrema intransigência para com seus operários das fábricas de São Paulo e São Bernardo.

Quando em junho de 1919 apareceu uma greve nas suas empresas em São Paulo e São Bernardo, Pereira Ignácio respondeu com um lockout, decidindo reabri-las somente após um expurgo de “maus elementos”. De fato não foi difícil prender os “malfeitores e desordeiros envolvidos no motim” porque Pereira Ignácio & Cia. mantinha estreitos laços com o chefe de polícia além de contar com agentes infiltrados na União e Trabalho de São Bernardo, “onde se projetavam horríveis atentados, de caráter francamente anarquista”. Após insistir no fechamento da associação e na prisão dos seus diretores citados nominalmente Pereira Ignácio enviou à polícia uma lista de operários despedidos, marcando com uma cruz “os elementos mais desordeiros” e com um traço os que manifestavam visíveis tendências de acompanhar os cabeças de todos os levantes. (FAUSTO, 1976, p. 221)

A cooptação também era utilizada como forma de desestabilizar a união dos operários e assegurar um controle maior por parte da fábrica. Por muitas vezes denunciada no jornal O Operário, como no caso do mestre Duarte, que chegou a batizar uma filha com o nome de Anarchia Duarte e com a mudança de posto renegava as idéias anarquistas que professava ou Alexandre Reguelin que passou a ser um bajulador e delator dos operários. Entretanto, o caso mais arriscado de cooptação aconteceu com o oferecimento da gerência da fábrica ao líder anarquista Ângelo Vial.

Nesse cenário de total dominação da fábrica na vila operária de Votorantim, aparece a escola cujos atores eram crianças operárias. Essa escola surge no contexto de mudanças objetivadas pelo novo regime de governo, porém com dupla função: a de formar o cidadão republicano, ordeiro, respeitador da lei e no caso da vila operária de Votorantim, implicitamente, formar o operário com essas mesmas características.

Na República, a educação com a missão regeneradora da sociedade foi organizada em dois tipos de escola: o Grupo Escolar e as escolas isoladas. O grupo escolar procurou traduzir o ideal republicano de modernização da sociedade. As escolas isoladas, sem sofrer grandes modificações, seguiram com as mesmas dificuldades dos tempos imperiais.

Para que a renovação do ensino se concretizasse tornou-se imperiosa a reorganização didático-pedagógica que se fez pelo método intuitivo, entendido pelos pedagogos do momento como a modernização do ensino. Esse método baseava-se em deixar a criança descobrir por si só o conhecimento, partindo do simples para o composto, do concreto para o abstrato e assim por diante, dando-se ênfase na observação. A adoção do método intuitivo exigiu um novo profissional da educação além de abundante e diversificado material pedagógico.

No dia-a-dia da escola, a aplicação do método intuitivo esbarrou no despreparo dos professores e insuficiência de material pedagógico. Contraditoriamente a essa situação em todas as sessões de exames escolares realizadas na vila operária de Votorantim, como em outras escolas de Sorocaba, sem nenhuma exceção, os membros da banca examinadora lavraram um voto de louvor ao trabalho do professor. Essa prática recorrente seria um incentivo para o professor? Seria cooptação? Ou seria a reafirmação do sucesso da escola republicana?

Sem equiparar salários e pagando mal a seus profissionais, a escola republicana estabeleceu um clima de rivalidade entre os professores pelo que significava trabalhar num grupo escolar e numa escola isolada. Todos eram mal remunerados, mas o Grupo Escolar conferia um status e reconhecimento da sociedade. No grupo escolar a educação ganhava visibilidade e conseqüentemente o seu professor também.

Os resultados da aprendizagem também devem ser questionados quanto a sua eficácia. Antonio de Alcântara Machado (jornalista e cronista do início do século passado) comenta sobre a educação oferecida nos grupos escolares enquanto formadora do cidadão republicano.

No Grupo Escolar da Barra Funda Aristodemo Guggiani aprendeu em três anos a roubar com perfeição no jogo de bolinhas (garantindo o tostão para o sorvete) e ficou sabendo na ponta da língua que o Brasil foi descoberto sem querer e é o país maior, mais belo e mais rico do mundo. O professor seu Serafim todos os dias ao encerrar as aulas, limpava os ouvidos com o canivete(...) e dizia, olhando o relógio;

- Antes de nos separarmos, meus jovens discentes, meditemos uns instantes no porvir da nossa idolatrada pátria.

Depois regia o hino nacional. Em seguida o da bandeira. O pessoal entoava os dois engolindo metade das estrofes (...) A campainha tocava. E o pessoal desembestava (...) vaiando seu Serafim. (MACHADO, 1995, p. 30)

Das fontes obtidas depreende-se que a escola na vila operária sempre foi uma reivindicação do operariado, pois não se fechavam por falta de alunos; ao contrário, em vários anos ficaram fora da escola crianças por insuficiência de vagas. Nos relatos sobre os exames havia quase sempre o equilíbrio entre o número de alunos matriculados e presentes. O mesmo não acontecia nas escolas rurais, onde as crianças trabalhavam na roça e seguidamente ocorria o seu esvaziamento por falta de alunos que eram obrigados a abandoná-la, desestimulados por seus pais, que não viam necessidade de saber ler e escrever para lidar com a enxada.

Podemos inferir a partir desses dados a importância dada à escola pelos operários e que estes depositavam suas esperanças de melhorar de vida na instrução. Talvez concorresse para permanência do aluno na escola, a vigilância constante da fábrica que demonstrava interesse pela instrução dos seus operários, como forma de garantir sua imagem paternalista. Outros indicadores teriam sido as iniciativas tomadas pelos operários para a criação de escolas modernas. Na luta pela instrução dos operários tivera papel preponderante o jornal “O Operário” que defendeu exaustivamente a criação de escolas para operários. Aparentemente o Estado cumpria sua parte com a educação ao criar escolas operárias, inclusive noturnas, no ensejo de atender as necessidades do operariado, mas nada fazia para regulamentar a jornada de trabalho excessiva que os impedia de freqüentar tais escolas. Os operários viam no modelo da escola Moderna a educação ideal para o trabalhador conquistar seu lugar na sociedade. Inclusive há a possibilidade de ter havido uma escola moderna em Votorantim, o que não foi possível comprovar.

Na vila operária de Votorantim, de acordo com suas condições, a escola também procurava cumprir o seu papel de formadora do cidadão republicano. Pelos programas

apresentados nas festas escolares, em especial a partir da reunião das escolas e posteriormente com a criação do Grupo Escolar, nota-se a mescla dos números apresentados, procurando contemplar todos os aspectos imprescindíveis à formação do caráter: amor à pátria, à família e à religião.

Dentro das práticas paternalistas da fábrica quando da realização dos exames escolares, os alunos mais aplicados eram premiados. No início os prêmios eram oferecidos pelo próprio professor, depois a fábrica encarregou-se de mais esse benefício. Os alunos com melhores notas, comportamento e aplicação eram aqueles que não trabalhavam na fábrica, como os filhos do gerente e de funcionários melhor colocados. Esses eram premiados pela escola e pela vida.

Motivo de orgulho para Antonio Pereira Ignácio foi a escola maternal e a creche de Votorantim, segunda escola nesses moldes instalada no estado de São Paulo, precedida pela creche da fábrica Santa Rosália, também em Sorocaba.

Entretanto, não posso me furtar em comentar o que vivenciei na escola maternal e creche de Votorantim e que ainda guardo na memória. Quando lá freqüentei, na década de 60, a fábrica já estava totalmente sob o comando da família Ermírio de Moraes. Na reportagem inserida neste trabalho sobre a escola maternal e creche estava à frente da fábrica o comendador Pereira Ignácio. É possível que nesse fato resida a diferença entre os tempos dessa mesma escola.

No tempo em que lá estudei, a chegada era de madrugada com o apito das 5 horas da manhã. As aulas de jardinagem também aconteciam, ainda que restritas a arrancar as ervas daninhas dos jardins. O piano causava a curiosidade nas crianças, mas estava totalmente silenciado. A soneca após o almoço acontecia, mas tínhamos que fazê-la debruçados nas mesinhas das salas de aula e aquele que fosse o último a acordar ganhava um prêmio: um giz. A comida, nem um pouco saborosa para mim, apresentava poucas variações: basicamente arroz, feijão, carne com mandioca e de sobremesa banana. É possível que tivesse um quadro com o cardápio escrito, mas como eu não sabia ler, talvez não reparasse. As meninas maiores continuavam a ser aproveitadas no serviço da cozinha. Não me recordo de festas ou outras atividades prazerosas. No final do ano, cada criança recebia da fábrica um corte de pano e um pequeno saco de balas. Interessante que as crianças filhas dos funcionários mais

graduados sempre eram agraciadas com cortes mais bonitos de panos e as outras a sorte lhes reservava panos de gosto duvidoso. Seria um sinal de agradecimento a nossos pais operários?

A escola republicana foi incapaz de promover uma educação popular como apregoara no início da república. A medida que as dificuldades surgiam vinham adequações e desdobramentos dos horários de aula, diminuindo assim o tempo de permanência do aluno na escola e a permissão para que as aulas fossem ministradas por pessoas estranhas ao magistério, para suprir a falta de mestres. Sem conseguir acompanhar o crescimento da demanda culminou em reduzir a obrigatoriedade do ensino para dois anos. Apesar da proposta de métodos mais inteligentes de ensino, o que prevaleceu foi a memorização, facilmente observável por ocasião dos exames escolares que serviram mais para propaganda da República, com as solenidades, do que para apurar o quanto os alunos aprenderam.

Até a emancipação de Votorantim e para além desse tempo, não se encontrava uma só família que não tivesse ao menos um membro trabalhando na fábrica, geralmente todos. O que prova que a escola da vila operária cumpriu eficazmente o seu papel. Entregou para a fábrica um operário obediente, ordeiro, respeitador da lei, e principalmente sem asas para alçar vôos.

REFERÊNCIAS

ALMANACH ILLUSTRADO DE SOROCABA – Repositório histórico, literário e recreativo, com ilustrações. Bráulio Werneck (Org.). Sorocaba: Typographia Werneck, 1914 (Edição fac similar, Sorocaba, 2006)

ALMANAQUE DE SOROCABA para o ano santo de 1950. [Diretor Arlindo Previtali]. Itu: Macedo, 1950

ALMEIDA, Aluisio de. **História de Sorocaba** (1589 – 1822). Sorocaba: Gráfica Guarani, 1951.

_____. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

_____. **Dicionário de Sorocaba**. Sorocaba: [s.n.], [s.d.]. Datilografado.

O AMERICANO. Sorocaba, SP, 1872

ARAUJO, José Carlos de Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do triângulo mineiro: a revista A Escola (1920-1921). In: ARAUJO, José Carlos Souza. GATTI JR, Décio. In: **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 91 – 132

ARAUJO NETTO, Adalberto Coutinho. **Sorocaba operária**: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920. Sorocaba, SP: Create, 2005

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.111 - 120

BALDY, Napoleão. Viagem a Sorocaba. **O 15 de Novembro**, Sorocaba, 7 mar 1895, p.1

_____. Viagem a Sorocaba. **O 15 de Novembro**, Sorocaba, 18 abr 1895, p.1.

BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-76, v. 2

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: cidade industrial** (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril). Sorocaba, SP : Editora do autor, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989

_____. **500 anos de educação**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 225 - 251

CECY. Defendendo os fracos. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, Anno XI, nº. 2306, p. 2.

CESAR, Francisco Camargo. Sorocaba Industrial. In: WERNECK, Bráulio (org.). **Almanach ilustrado de Sorocaba para 1914**. Sorocaba: Typographia Werneck, 1914. p. 35 – 90

CURY, Carlos Roberto Jamyl. A educação e a primeira constituinte. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 69 – 80

CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP, 1903 a 1916; 1942; 1965; 1978, 2006.

DECCA, Maria A, Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano – Brasil – 1889 – 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DIÁRIO DE SOROCABA. Sorocaba, SP, 1883 e 1884; 1890 a 1895; 1903 a 1904.

DIAZ, Alcino. Instrução publica. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno II, no. 125, 227 ago 1904, p. 1

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FLEURY, Luiz. O systema analítico. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno XI, nº. 2349, 8 dez 1914, p. 1

FLEURY, Renato Sêneca de Sá. Dezenho ao natural. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno XI, nº. 2325, 7 dez 1914, p. 2

_____. Educação physica. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno XI, nº. 2348, 07 dez 1914, p.1.

FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL; UNIVERSIDADE DE SOROCABA. **Jornal Cruzeiro do Sul e Sorocaba**: uma história de amor em 30.000 edições. Sorocaba, SP: FUA, 2005.

_____. **Sorocaba 350 anos**: uma história ilustrada. Sorocaba, SP: FUA, 2004

FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa, s.d., v. 1.

GALLI, Jácomo. **Do que me lembro, escrevo**. Sorocaba: Ed. do autor, 1998.

GASPAR, Antonio Francisco. **Sorocaba de ontem**. Sorocaba: [s.n.], 1954

GAZETA COMMERCIAL. Sorocaba, SP, 1875.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade**: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha. São Paulo: Pontes, 1990.

MACHADO, Antônio de Alcântara. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

MAGALHÃES, J. O que vae pela instrucção. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno X, nº. 2211, 7 set 1913, p.1.

MENON, Og Natal. **Educação escolarizada em Sorocaba**: entre o Império e a República. 2000. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos**: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. Fundação Pró-Memória: São Caetano do Sul, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O Operário. Sorocaba, SP, 1909 a 1912.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Société de Publicité Sud-Americaine, Monte Domecq & Cie. Barcelona: Publicistes – Éditeurs, 1918.

PENTEADO, Jacob. **Belênzinho, 1910** (retrato de uma época). São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PEREIRA JR. Antonio Miguel. Votorantim. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno XIV, nº. 3040, 29 jun 1916, p. 1

_____. Votorantim. **Cruzeiro do Sul. Sorocaba**, SP, anno XIV, nº. 3174, 23 dez 1916, p. 1

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PROJETO MEMÓRIA. Fundação Ubaldino do Amaral. Disponível em: <http://memória.fua.org.br>. Acesso em: mar 2007.

QUEIROZ, Francisca. Escolas municipais. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, anno XIV, no. 3209, 30 jan 1917, p. 2

O 15 de Novembro. Sorocaba, SP, 1893 a 1899; 1904 e 1905.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Benedito Vieira. A reforma dos quinze. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP anno XVII, no. 4176, 28 maio 1920, p. 1

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SANTOS JR., João dos. **Votorantim** – História e Iconografia de uma cidade. Itu: Ottoni Editora, 2004.

SÃO PAULO. Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao ensino primário e às escolas normaes. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1912.

SAVIANI, Dermeval. Breve considerações sobre fontes para a história da educação. In: **Fontes, história e historiografia da educação**. LOMBARDI, José Claudinei. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas: Autores Associados, 2004.

O Sorocaba. Sorocaba, SP, 1872

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

VOTORANTIM. Prefeitura Municipal de Votorantim/Cooperativa Técnico-Educacional. **Votorantim 2000: memórias de uma cidade**. Votorantim, SP: [s.n.], 2000

A voz do Povo. Sorocaba, SP, 1875; 1877; 1895.

YPANEMA. Sorocaba, SP, 1872 a 1878.

APÊNDICE A

Professores que atuaram na escola de vila operária de Votorantim de 1898 a 1925

Nome do Professor	Período
Petronilha de Camargo Lessa	1898 a 1899
José Antonio Rizzo	1904 a 1906
Suzana de Oliveira	1905 a 1906
José Odin de Arruda	1907 a 1911
Maria José Loureiro	1907
Dirce Spilborghs do Amaral	1908
Maria Rodrigues Viana	1908 a 1910; 1914 a 1915
Maria José Baddini	1909
Angelina Grohmann	1910 a 1911
Adélia Esteves Molina	1911 a 1925
Abigail Eugenia de Jesus	1912 a 1925
Pedro Solano de Abreu	1912
Elias Lopes de Oliveira	1912
Abdiel Lopes Monteiro	1912 a 1916
Renato Sêneca de Sá Fleury	1913
Olímpio de Oliveira	1914
Zenaide Lopes de Oliveira	1912
Prinsilivia de Almeida Spindola	1914 a 1916
Alfredo Martins d'Almeida	1914
Rita Verlangieri	1914 a 1917
Antonio Funes	1914 a 1925
Abimael de Campos	1914 a 1925
Luiza Rios Funes	1914 a 1925
Inês Fogaça	1915 a 1917
Antonio Miguel Pereira Junior	1916 a 1917
Cynira Azevedo Schereppel	1916 a 1919
Nestor Grillo	1919 a 1920
Maria Eulália Pedroso	1919 a 1925
Perciliana de Camargo	1919
Alice Borges de Moraes	1920 a 1921
Cândida Marret	1920
Maria Anciladei Pillar	1920
Diógenes de Almeida Marins	1924 a 1925
Antonieta Ferraresi	1925
Anna Correia	1925

ANEXO A

PROGRAMMA

Das escolas isoladas do Estado de S. Paulo

(*Approvado a mandado observar pelo Decreto n. 2005, de 13 de fevereiro de 1911*)

Matérias: Leitura – Linguagem – Arithmetica – Historia – Geographia – Sciencias naturaes
(animaes, plantas e lições geraes) – Calligraphia – Desenho – Canto – Trabalho manual – Gymnastica.

Observações sobre o ensino da arithmetica. Conduzindo a classe ao estudo dos números, o professor afastara do seu trabalho a simples preocupação de ensinar a criança a responder. Deverá, sim, guial-a, pela observação, a pensar e a racionar. Os primeiros dias de aula deverá consagral-os á verificação de factos trazidos do lar, pela criança. A ampliação gradual e systematica de seus conhecimentos é o melhor ponto de partida, porquanto, dest'arte, o mestre terá de construir sobre os alicerces que já encontra assentados.

Observações sobre o ensino de Historia. O programma contém apenas os grandes factos da nossa historia, de preferência aquelles que têm mais directamente cooperado para a civilização nacional. São quadros syntheticos do trabalho actual e das gerações passadaas para o engrandecimento do Brasil. E' sob tal aspecto que serão contados aos alumnos esses factos, de modo que falem á sua imaginação e lhes inculquem o dever cívico do trabalho colectivo.

Será evitada a sobrecarga de das minúcias chronologicas e a profusão de nomes. Estudando-se um grande facto, pôr-se-á em destaque o grande vulto que o personifica. O alumno deve ser levado do presente, de cujos acontecimentos é contemporâneo, e, assim, melhor poderá comprehendel-os – para o passado. Procurando-se despertar no alumno o sentimento de fraternidade universal, não se deve ir ao exagero de calar os nomes e os rasgos de heroísmo dos que se bateram, no momento necessário, em defesa da Pátria.

Observações sobre o ensino de Geographia. O ensino de Geographia deve se desdobrar de modo que o alumno fique conhecendo em conjuncto uma área determinada, na seguinte ordem: 1º., a escola; 2º., o quarteirão, 3º., a cidade, villa ou bairro, em que esteja situada a escola; 4º., o municipio; 5º., o Estado; 6º., o paiz; 7º., a terra. No estudo das diferentes regiões, ter-se-á em vista não só a configuração physica do solo, mas também a sua vida agrícola, industrial e commercial, riquezas naturaes e vias de communicacão. As estampas os panoramas geographicos, o globo e as cartas terão emprego constante.

Observações sobre o ensino das sciencias naturaes. Esta parte do programma tem por fim exclusivo educar a observação da criança. Serão evitados com o maximo escrúpulo os detalhes scientificos, as nomenclaturas áridas e incolores, que somente servem para atravancar a memória e desenvolver o psittacismo. Plantas e animaes

devem ser expostos ao exame directo da classe. Somente quando não haja o próprio especimen, serão exhibidas as estampas. Estas, por mais perfectas que sejam, não offerecem comtudo as vantagens educativas resultantes da observação da própria realidade. Aliás, as estampas são meros instrumentos de evocação: despertam as impressões da cousa real quando já tenha esta sido vista. E' de grande utilidade, e neste trabalho as crianças tomam todo o interesse e prazer, principalmente quando se registra o nome do doador, é de toda utilidade que o professor auxiliado pelos alunos, organize um pequeno museu escolar: insectos, casulos, pedras, conchas, pelles etc. Tudo isso são materiais de aquisição fácil e proveitosa.

Observações sobre o ensino da calligraphia. O alumno copiará, primeiro na lousa e depois no papel, pequenas sentenças constituídas de palavras escolhidas, de maneira que as suas letras obedeçam á ordem natural de apparecimento: a) letras de elementos simples; b) letras de haste para cima; c) letras de haste para baixo. Em todos os exercícos, o professor terá em vista que a escola primária não pretende dar ao alumno a technica impecavel no traçado de letras, de modo a se tornar elle um calligrapho perito, e sim fornecer-lhe a calligraphia como um instrumento que o habilite a manifestar, por escripto, com rapidez e clareza, os seus pensamentos.

Observações sobre o ensino do desenho. No ensino do desenho, deve ser adoptado o methodo natural, consagrado pelos seus bons resultados. Desde o 1º. anno escolar, deve ser iniciado o desenho por esse methodo. A este respeito o programma é vasto: todos os objectos e seres que podem ser observados, todas as formas que a criança vê continuamente e cuja reproducção a sua mão possa tentar, serão assumpto para desenho. Folhas, flores, animaes, mesas, cadeiras, tudo, enfim, que as crianças vêem ou imaginam, servirá de assumpto para o curso de desenho. E' natural que garatugem antes de desenhar. Não importa, porque o desenho, na escola preliminar, não póde ser ensinado como arte, mas como uma linguagem viva, que sirva para desenvolver nas crianças a imaginação, a observação e o gosto esthetico.

(Consolidação das Leis, Decretos e Decisões referentes ao Ensino Primário e às Escolas Normaes do Estado de São Paulo, 1912)

ANEXO B

Relatório de Educação Sanitária do Grupo Escolar de Votorantim

Educação Sanitária

Grupo Escolar de Votorantim e Escola Profissional

--

Com a devida autorização do Exmo. Snr. Dr. Amadeu Mendes, Director Geral da Instrução Publica, o Serviço de Educação Sanitaria apresentou, este anno, um resultado animador vindo mostrar a sua necessidade em nosso meio escolar.

Assim, no Grupo Escolar de Votorantim as aulas dadas pelo educador versaram sobre variados assumptos que estão mais ao lado da vida operaria; na Escola Profissional, desde Julho, as palestras visaram, exclusivamente, a formação da consciencia sanitaria de cada um dos ouvintes, com o pedido de transmitir á familia aquelles ensinamentos.

Os graphics abaixo mostram claramente o que foi esse trabalho no anno passado, comparado com o deste anno:

